

# ESPAÇO ABERTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

volume1

número 1

janeiro/junho 2011

**PUBL!T** SOLUÇÕES  
EDITORIAIS

Copyright© 2011 Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFRJ

Coordenador: Paulo Cesar da Costa Gomes

Vice Coordenadora: Ana Maria S.M. Bicalho

Secretária

Ana Beatriz Thomé da Silva

Apoio Técnico

Camilla Oliveira

Helena Drumond

Nildete Francine

Agradecimentos

Ao Prof. Scott William Hoefle pela revisão dos resumos em inglês.

Ao IBGE por concordar com a republicação do texto da Profª Maria Therezinha Segadas Soares.

Apoio



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Editor

André Figueiredo

Editoração Eletrônica

Luciana Lima de Albuquerque

Responsabilidade: O Programa de Pós-Graduação em Geografia e os editores não são responsáveis pelo conteúdo, argumentos e uso de informações contidas nos artigos, estes são de inteira responsabilidade de seus autores.

E77 Espaço Aberto / PPGG-UFRJ. – Vol. 1, n. 1 (2011) – Rio de Janeiro : Publit, 2011-  
Semestral

ISSN 2237-3071

1. Geografia - Periódicos. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de  
Pós-Graduação em Geografia.

CDU 911

CDD 910

### **Programa de Pós-Graduação em Geografia**

Instituto de Geociências

Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Athos da Silveira Ramos nº 274

Cidade Universitária, Ilha do Fundão

CEP 21941-916

Caixa Postal 68537

<http://www.ppgg.igeo.ufrj.br>

## Editorial

Espaço Aberto é um periódico acadêmico, cujo principal objetivo é contribuir para o avanço da pesquisa geográfica na produção de conhecimentos, novos ou à retaguarda (mas reatualizados), em todos os ramos da geografia. Sua relevância acadêmica é o raciocínio geográfico, com o enfoque teórico-conceitual e metodológico aplicado à construção da pesquisa geográfica. Dessa forma, os artigos devem conter reflexões teórico-conceituais ou metodológicas, ou ainda problematizações acerca das opções teórico-conceituais e metodológicas adotadas na investigação do objeto de estudo. A revista almeja ser parte desse processo contínuo de construção do saber geográfico, em específico.

Trata-se de uma publicação nascida do desejo e da necessidade de estimular professores, pesquisadores e alunos de pós-graduação a divulgarem e debaterem seus trabalhos como parte da formação geográfica. É aberta tanto aos geógrafos como aos pesquisadores de diferentes áreas, ambicionando promover o diálogo entre os profissionais das diversas correntes.

Não obstante a variedade de temas contemplados, o objeto central da revista é a organização e as constantes alterações na organização do espaço geográfico brasileiro, para contribuir com a compreensão da formação físico e sócio-espacial do Brasil. Como sugere o nome, a Espaço Aberto pretende abrir espaço ao raciocínio geográfico. Este pode ser voltado para o espaço físico ou humano, permanentemente transformado ou em processo de transformação. É preciso examinar as alterações do espaço, buscar explicações para os processos naturais e humanos interdependentes, e fornecer informações sobre como cada espaço, na diversidade de seus processos, é apropriado e modificado por sujeitos diversos.

Esse primeiro número da Espaço Aberto apresenta uma reflexão sobre trabalho de campo e traz artigos sobre temáticas tradicionais e atuais no âmbito da Geografia agrária e da Geografia do Rio de Janeiro. A professora e pesquisadora Dra. Gisela Aquino Pires do Rio reflete sobre o *status* que o trabalho de campo assume em relação à geografia, a propósito de debates vinculados por ocasião da realização da disciplina “Seminários de Doutorado” por ela dirigida, no âmbito do PPGG-UFRJ, em 2009. A Dra. Margarida Mattos reflete sobre um período desenvolvimentista da nossa história, que teve sérios desdobramentos espaciais. Resgatar tais ideias contidas nesse modelo de desenvolvimento, ainda não abandonadas, confere atualidade ao tema. A temática de agrocombustíveis, abordada pelos professores Dr. Bernardo Mançano Fernandes, Dr. Clifford Andrew Welch e Elienai Constantino Gonçalves, é representativa da importância do trabalho de campo na valorização do trabalho de pesquisa, visto como instrumento essencial às investigações geográficas. A professora e pesquisadora Dra. Regina Cohen Barros discute sustentabilidade e interações rurais-urbanas – duas temáticas que, embora antigas, são igualmente abordadas pela Geografia Agrária brasileira. Alice Ferreira Rodrigues Dias, nesse contexto, também analisa uma parte da cidade do Rio de Janeiro sob a ótica do turismo. Política, gestão e exploração de recursos hídricos são o foco dos artigos de Helena Drumond e Simone Lisboa Santos Silva.

Destaca-se ainda, nesse número, o resgate de um texto da professora Maria Therezinha Segadas Soares (*in memoriam*), em que ela aborda o Rio de Janeiro (texto gentilmente

cedido pelo IBGE). Criamos, assim, a seção de clássicos visando divulgar novamente obras emblemáticas ou seminais, previamente selecionadas, além de entrevistar geógrafos de renome. Afinal, exemplos geográficos contendo uma visão ampla e bem elaborada do espaço brasileiro raramente são encontrados.

Não é, pois, mera nostalgia do passado reapresentar aos geógrafos em formação artigos considerados clássicos. A intenção é resgatar trabalhos cuja leitura, antes de tudo, sirva para entender o processo de construção da imagem contemporânea da geografia brasileira e da evolução do pensamento geográfico brasileiro, bem como entender as razões de nossas responsabilidades de fazer avançar a produção do saber geográfico. Após o resgate do texto clássico e adentrando no avanço do conhecimento geográfico contemporâneo, são apresentadas uma seção de resenhas de livros e outra de eventos acadêmicos. Ambas foram criadas para proporcionar ao leitor o acompanhamento crítico da produção dos cientistas brasileiros e estrangeiros e, assim, estimular ainda mais a leitura.

Com a atual divulgação e a continuidade dessa revista, estaremos estimulando potenciais autores a produzir artigos críticos, desenvolvendo cada vez mais um raciocínio voltado à refutação de modelos e teorias que, por serem muitas vezes consensuais, inibem a experimentação, a imaginação e a criação geográfica. Tais estímulos são extensivos a todos aqueles que, como profissionais da geografia e ciências afins, se preocupam em construir e, assim, contribuir para a evolução do conhecimento geográfico.

Os Editores.

# ESPAÇO ABERTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

---

volume1

número 1

janeiro/junho 2011

## Sumário

Trabalho de Campo na (Re)construção da Pesquisa Geográfica: Reflexões Sobre um Tradicional Instrumento de Investigação .....	7
<i>Gisela Aquino Pires do Rio</i>	
Políticas de Agrocombustíveis no Brasil: Paradigmas e Disputa Territorial .....	21
<i>Bernado Mançano Fernandes, Clifford Andrew Welch, Elieni Constantino Gonçalves</i>	
O Projeto Nacional Desenvolvimentista, A Dinâmica da Agricultura e As Configurações Espaciais - 1964 a 1979 .....	45
<i>Margarida de Cássia Campos</i>	
Sustentabilidade na Agricultura e Geografia Agrária: O Contexto da Agricultura Orgânica no Rio de Janeiro .....	63
<i>Regina Cohen Barros</i>	
Ilha de Guaratiba: Paisagem Verde Para Quem? .....	89
<i>Alice Ferreira Rodrigues Dias</i>	
Águas Subterrâneas Fluminenses e as Baixadas Metropolitanas: Panorama Atual e Perspectivas de Uso dos Recursos Naturais .....	109
<i>Simone Lisboa Santos Silva</i>	
Modificações Institucionais na Política de Águas Brasileira: Como Se Constrói Um Espaço de Gestão? .....	125
<i>Helena Drumond</i>	

## Sessão de Clássicos

Bairros, Bairros Suburbanos e Subcentros .....	143
<i>Maria Therezinha Segadas Soares</i>	
Quem são os Clássicos da Geografia Brasileira? E Por Que Lê-los? .....	155
<i>Entrevista com o Prof. Dr. Roberto Corrêa Lobato</i>	

## Resenhas de Livros

O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas, organizado por Márcio Piñon de Oliveira, Maria Célia Nunes Coelho e Aureanice de Mello Corrêa, Rio de Janeiro: Lamparina, ANPEGE e FAPERJ, 2008, vol 1, p. 444, vol 2, p. 446. ISBN Vol I, 978-85-98271-57-6, Vol II, 978-85-98271-58-3. .... 161  
*Elis Miranda e Luiz Jardim de M. Wanderley*

Percursos Geográficos de Maria do Carmo Corrêa Galvão, organizado por Gisela A Pires do Rio e Maria Célia Nunes Coelho, Rio de Janeiro: Lamparina e PPGG/UFRJ, 2009, p. 240. ISBN 978-85-9871-71-2. .... 170  
*João Rua*

150 anos de Subúrbio Carioca, por Nelson Nóbrega e Márcio Piñon Oliveira, Rio de Janeiro: Editora Lamparina e UFF, 2009, p. 240. EdUFF 978-85-228-0568-6, ISBN 978-85-98271-75-0 ..... 174  
*Elizabeth Dezouart Cardoso*

## Resenhas de Eventos

VI Seminário Latino-Americano e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 26 a 30 de maio de 2010. .... 179  
*Stella Peres Mendes*

XVIII Annual Colloquium of the IGU-Commission on the Sustainability of Rural Systems, organizado por Irit Amit, Bar-Ilan University, Ramat-Gan, Israel, 6 a 16 de julho de 2010. .... 180  
*Ana Maria S M Bicalho*

IGU Regional Conference, Commission on the Cultural Approach in Geography, The IGU Israeli National Commission for Geography, Tel Aviv, Israel, 12 a 16 de julho de 2010. .... 181  
*Scott William Hoefle*

Workshop Sobre Cartografia Social e Território na América Latina, organizado por Henri Acselrad, IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 21 a 23 de julho de 2010. ... 182  
*Maria Célia Nunes Coelho*

Seminário Regional Sobre Novas Fronteiras do Biodiesel na Amazônia: Limites e Desafios da Incorporação da Pequena Produção Agrícola, organizado por Júlia Adão Bernardes (UFRJ), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2010. .... 183  
*Júlia Adão Bernardes e Marcos Vinícius Vellozo da Costa*

III Encontro Latino-Americano de Ciências Sociais e Barragens, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil, 30 de novembro a 3 de dezembro de 2010. .... 185  
*Gisela A Pires do Rio*

## Homenagem

Hilgard O'Reilly Sternberg (Rio de Janeiro, 1917- Fremont, 2011) ..... 189

# Trabalho de Campo na (Re)construção da Pesquisa Geográfica: Reflexões Sobre um Tradicional Instrumento de Investigação

## Fieldwork in the (Re)construction of Geographical Research: Reflection on a Traditional Tool of Investigation

Gisela A Pires do Rio  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** O presente artigo apresenta reflexões sobre o trabalho de campo na construção/desconstrução/reconstrução de objetos de investigações geográficas, a partir da experiência de seminário-disciplina em nível de doutorado. Argumenta-se que um dos principais problemas dos geógrafos em formação é o caráter pouco reflexivo na construção ou reconstrução do objeto de pesquisa e que esta característica tem reflexos na ausência de considerações sobre o trabalho de campo, antes e durante a realização da pesquisa, no estímulo à desconstrução/reconstrução de objetos de investigações geográficas que incluam a necessária discussão sobre as tensões internas à própria disciplina.

Palavras-chave: trabalho de Campo-Geografia; pesquisa geográfica.

**Abstract:** Based on the experience of doctoral level seminar courses, this article discusses the role of fieldwork in the construction, deconstruction and reconstruction of geographical objects of investigation. It is argued that one of the main problems encountered by postgraduate students is the lack of reflection on the construction or reconstruction of their objects of research. This causes them to neglect discussing fieldwork method, before and during research, and consequently to ignore deconstructing and reconstructing the objects of geographical investigation and so do not undertake the necessary discussion of internal tensions within the discipline.

Keywords: geographical fieldwork, geographical research.

### Introdução

Que lugar ocupa o trabalho de campo nas pesquisas em Geografia? Ou mais especificamente, que espaço tem sido (ou não) reservado ao levantamento de dados primários nos projetos de pesquisa? Essas talvez não sejam questões espaciais originais e fundamentais para outras ciências sociais, mas causam, na análise geográfica, como veremos mais adiante, revelações surpreendentes. Podemos nos indagar, seguindo as várias referências sobre a construção intelectual e representação mental do objeto de pesquisa e da própria pesquisa, sobre a atualidade dessa prática tão antiga no corpo da disciplina.

É sempre possível lembrar Walter Benjamin e seu questionamento a respeito da influência da fotografia em concepções consolidadas sobre a arte. Menos interessado no debate sobre a essência [da arte] da fotografia e mais inquisidor sobre a extensão das mudanças na concepção de arte provocadas pela fotografia e pelo fotografar, Walter Benjaím (1892- 1940) oferece-nos matéria instigante para confrontar sua análise com as tendências atuais de produção de teses e dissertações. Considerar o trabalho de campo como procedimento que fornece uma imagem da área de estudo, ou ainda como a ferramenta que permite superar ‘a dicotomia sociedade-natureza’ (ALENTEJANO e ROCHA LEÃO, 2006) e ‘as dicotomias e ambiguidades características da geografia’ (SERPA, 2006) remete, no meu entender, às consequências de padronização de imagens que, cada vez mais acessíveis, tornam-se banais. Interessa-nos, portanto, investigar em que medida o trabalho de campo altera nossa relação com o objeto de pesquisa. Por que nunca nos indagamos sobre isso?

A motivação para este trabalho vem de duas experiências recentes. A primeira, está associada às atividades de docência em nível de pós-graduação. Num recente Seminário de Doutorado<sup>1</sup> que coordenei junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFRJ, propus como problemática geográfica e transversal à geografia humana e física o estudo das relações sociedade-natureza. Em torno dessa problemática epistemológica, sete questões foram propostas para que os doutorandos refletissem, reelaborassem e desenvolvessem durante o período. Dentre as questões propostas, havia especificamente uma sobre o trabalho de campo. Essa questão, aliás, como nenhuma outra, não foi elaborada de modo a superar qualquer dicotomia. Havia, contudo, a possibilidade de se discutir objetos híbridos (LATOURET [1991] 1994; ROBBINS, 2007).

A segunda motivação desse estudo, decorrente da primeira, vem do levantamento bibliográfico para a preparação do seminário, delimitação e problematização dos temas que seriam objeto de apresentação, e debate por parte dos alunos. O primeiro contato que tive com alguns dos artigos sobre trabalho de campo remetia a levantamento anterior, quando ministrava com diferentes professores<sup>2</sup> a disciplina de graduação Trabalho de Campo. Havia, portanto, uma base da qual partia a reflexão sobre o papel do campo na determinação do objeto e uma espécie de grade analítica para enfrentar o desafio dessas disciplinas, que são chamadas a desenvolver efetiva transversalidade.

A terceira motivação para realizar esse trabalho decorre de minha experiência em pesquisa. Nesse sentido, essa motivação remete a minha própria formação e, mais recentemente, à experiência adquirida com projetos integrados de pesquisa, tanto naqueles por mim coordenados como naqueles dos quais participo na qualidade de colaboradora e membro efetivo da equipe. Nesse segundo caso, destaco os projetos “Gouvernance des réseaux énergétiques et développement des territoires dans les pays émergents d’Amérique du Sud”<sup>3</sup> e “Novas Fronteiras do Biodiesel na Amazônia: Limites e Desafios da Incorporação da Pequena Produção. Em todos os casos, houve necessidade de construir caminho transversal na concepção e realização do trabalho de campo.

Trata-se, no âmbito mais geral, de reflexões a respeito da pesquisa em nível de pós-graduação e, em âmbito mais específico, do papel de disciplinas com potencial de congregar distintas visões que convergem, divergem ou justapõem-se frente a determinado objeto<sup>4</sup>.

## **O Seminário-disciplina: Dois ou Três Esclarecimentos a Respeito das Opções Efetuadas**

Disciplina obrigatória no curso de Doutorado do PPGG, o Seminário de Doutorado apresenta livre estrutura de organização desde o início da criação do curso. Como não há um único professor responsável pela disciplina, são variáveis os temas, princípios e metodologias utilizados. Nessa característica reside o interesse da disciplina, pois evita a consolidação de posturas fundamentalistas no que diz respeito às bases conceituais e metodológicas da geografia. Não sei se podemos considerar tal característica como tributária de incredulidade em relação às metanarrativas. Acredito, porém, que evita a cristalização e imposição de uma única visão, sejam aquelas que, em nome de cientificidade indefinida, tentam impor modelos naturalistas, sejam aquelas vinculadas a projetos individuais de pesquisa.

Em minha concepção - que não pode nem deve ser tomada como a melhor e, muito menos, a única possível -, o seminário-disciplina pode desempenhar papel importante na revisão do projeto de pesquisa. Sua função é, antes de tudo, estimular e desafiar os doutorandos em suas trincheiras cavadas no esforço de mestrado acelerado e hiperespecializado, ou, quando muito, continuação do trabalho de monografia. Defendo essa concepção na medida em que os doutorandos, cada vez mais jovens, iniciam o curso de doutorado egressos do mestrado. Na maioria das vezes, confunde-se a dissertação com o projeto de doutorado. Considero a provocação ainda mais importante diante de projetos cujo grau de verticalização chega a tal nível que é quase impossível encontrar sua geograficidade. E, por fim, defendo essa concepção por compreender que o doutorado constitui a grande oportunidade para treinamento no campo da pesquisa geográfica, bem como para ampliarmos nosso próprio conhecimento sobre o campo disciplinar.

Há continuidades e diferenças entre o primeiro seminário que organizei, em 1996, e o mais recente, em 2009. A continuidade reside na escolha de um único tema como fio condutor. O primeiro foi organizado em torno do tema “Geografia do Brasil sob diferentes focos na virada do século”. No seminário mais recente, adotou-se por fio condutor as relações sociedade-natureza discutidas a partir de questões-tema a elas vinculadas. As diferenças estão na forma de organização e na ênfase da reflexão sobre a produção de conhecimento, a relação empiria/teoria e na própria reflexão sobre a metodologia e pesquisa de cada um. Os diferentes focos da geografia do Brasil foram trabalhados por professores pesquisadores de vários programas de pós-graduação. Recentemente, optamos por reduzir o número de convidados e ampliar a responsabilidade dos doutorandos como modo de alargar os respectivos horizontes conceituais. Outra diferença reside na orientação do seminário-disciplina: enquanto em 1996, a disciplina intitulava-se “Seminário de Doutorado em Geografia Humana”, em 2009, o curso intitulou-se “Seminário de Doutorado”, incluindo os alunos de todas as áreas de concentração do Programa<sup>5</sup>. A opção por uma ou outra orientação, assim como a escolha da temática resultam da proposta de método e estratégia de discussão que o coordenador do seminário-disciplina se propõe a desenvolver. Enquanto no primeiro curso havia uma preocupação de discussão contextual, minha ambição, no mais recente, foi a de estimular a reflexão metodológica por parte dos doutorandos.

## **O Trabalho de Campo Como Elemento Investigativo Revelador de Questões Espaciais e de Discussões Surpreendentes**

Na apresentação dos temas, dois deles provocaram certo espanto. O primeiro tema, por sua aparente obviedade: “O papel do trabalho de campo na pesquisa em geografia”. O outro, por ser Inusitado à primeira vista: “As unidades de conservação como objeto híbrido”.

O primeiro tema buscava traduzir a tensão na reciprocidade da questão sobre em que exatamente o trabalho de campo fundamenta a pesquisa e, de modo inverso, em que a pesquisa fundamenta o campo. A aparente obviedade da questão traduziu-se na reprodução de expressões como “imprescindível para a pesquisa”, “rico em informações”, “determinante para coleta de material”, “o campo permite observar as relações entre teoria e prática” e tantos outros adjetivos e considerações, não raro desacompanhados de reflexão rigorosa. Teses e dissertações são igualmente pouco reflexivas a esse respeito e raramente problematizam o papel do trabalho de campo quando este é realizado. Percebe-se quase constantemente a ausência do exame efetivo do campo em sua variedade<sup>6</sup> e, em alguns casos, das práticas adotadas (DeLYSER e STRARRS, 2001).

O segundo tema estava diretamente apoiado na concepção de Latour ([1991] 1994), sobre a ruptura fundamental da modernidade jamais vivenciada em sua plenitude e a invasão [bárbara] de híbridos em nosso cotidiano, e também na tradução geográfica realizada por Santos (1996). Este define o espaço geográfico como híbrido para suplantar o “equivoco epistemológico herdado da modernidade”... “já que a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político” (SANTOS, 1996). Não aprofundaremos esse tema no presente trabalho. Remetemos a alguns poucos exemplos que desenvolveram a ideia de objetos híbridos como aqueles que adquirem sentido no processo de gestão (SWYNGEDOUW, 2001; PIRES DO RIO, 2008) ou na análise de elementos não humanos na realidade geográfica (ROBBINS, 2007).

A opção pela discussão do trabalho de campo no presente artigo deve-se à ausência de candidatos ao tratamento do tema nos trabalhos finais. Enquanto todos os demais temas foram discutidos, inclusive as unidades de conservação como objetos híbridos, ninguém se candidatou a enfrentar o desafio e problematizar o trabalho de campo na construção da pesquisa ou as implicações dessa tradição nos trabalhos atuais, de modo a dialogar com outro tema do curso. Isso não se explica pela ausência de referências bibliográficas sobre o tema, pois é possível constatar a existência de um número expressivo de títulos, apesar da densidade bastante variável.

Recuperar trabalhos como o de Ruellan (1944) ou Tricart ([1977] 2006) constitui, no nosso entender, uma das muitas possibilidades de recorte a ser adotado para um trabalho sobre o tema. A comparação entre os artigos daqueles que foram formadores de grande parte dos geógrafos no Brasil em momento de consolidação da disciplina reflete de modo bastante ilustrativo a maneira como digerimos, produzimos e reproduzimos nossas tradições.

### **A Construção do Tema Como Tradição da Geografia: Uma Possibilidade**

Quais seriam as razões para a carência de reflexão observada na formação recente dos geógrafos? Na preparação para o curso, a leitura do livro “L’Enquête de terrain”,

organizado por Daniel Céfaï e publicado em 2003, revelou a atualidade dos questionamentos e o amplo contexto da problemática e do campo como fonte de trabalho reflexivo e crítico. Ao recuperar textos clássicos, o autor apresenta as principais linhas dos debates, origem e modalidades do trabalho de campo em ciências sociais. Essa leitura condicionou a condução da discussão durante o seminário<sup>7</sup> e revestiu-se de importância particular pelo exemplo de pesquisa em vários sentidos: seleção e reunião de textos dispersos traduzidos para o francês, forma de apresentação e aprofundamento de discussão de questões associadas ao trabalho de campo ainda pouco familiar no momento atual da geografia brasileira.

De modo semelhante, os editoriais escritos por DeLyser e Starrs (2001) e Driver (2000), assim como o capítulo escrito por Stoddart e Adams (2004) desempenham importante papel na reflexão sobre as razões de certo abandono, não da prática em si, mas da análise do trabalho de campo como prática de pesquisa. O trabalho de campo tem longa história na geografia e seu papel na pesquisa de curto e longo prazo varia espacial e temporalmente (GERBER e CHUAN, 2000). De modo geral, há certa convergência para considerar essa prática, que permite levantar informações através de entrevistas ou recuperar a história oral, não é nata, constitui aprendizado (DeLYSER e STARRS, 2001), desempenhou e desempenha papel central na construção da imaginação geográfica e mesmo na definição do objeto de investigação histórica (DRIVER, 2000). O trabalho de campo é igualmente uma prática social, que envolve distanciamento, e um lugar de pesquisa, onde o conhecimento é gerado e registrado através de atividades específicas (STODDART e ADAMS, 2004).

O levantamento de textos em português que tratassem especificamente sobre trabalho de campo em geografia revelou pontos importantes, dentre os quais a existência de uma revista dedicada à publicação de artigos referentes às aulas de campo. O primeiro número da referida revista data de 2006. Trata-se, portanto, de publicação seriada anual recente. Com nome bastante sugestivo, a revista *Mirante*, vinculada ao Núcleo Geográfico de Aulas de Campo da Universidade Estadual de Goiás, traduz em grande medida a delicadeza da questão metodológica e do *status* do trabalho de campo em geografia através de textos dedicados ao tema. Até setembro de 2009, havia três números disponíveis em linha<sup>8</sup>. Nas duas primeiras edições, 2006 e 2007, detectamos quase o mesmo número de artigos sobre o tema (4 e 3, respectivamente). A edição de 2008 não apresentava nenhum artigo que indicasse, no título, uma análise sobre o trabalho de campo em qualquer acepção.

Em registro semelhante, trabalhos como os de Fonseca e Kuvasney (2002), publicados na revista *Geosp*, igualmente disponível em linha, limitam-se a estabelecer um roteiro de observação sobre a estruturação da paisagem em determinada área de estudo. Transpõe a definição de multidisciplinaridade como “justaposição de várias disciplinas”<sup>9</sup> para o trabalho de campo que congrega aspectos da geografia industrial, agrária e da fisiologia da paisagem. A revista *Geosp* dedica regularmente uma seção às experiências de campo, sob o título “Notas de Pesquisa de Campo”. Assim como o trabalho de Fonseca e Kuvasney que acabamos de mencionar, Huertas (2007), Silva (2004), Azevedo *et al.* (2003) pouco revelam das ideias que deram sentido aos respectivos trabalhos de campo.

A digitalização do Boletim Paulista de Geografia<sup>10</sup> tornou acessível textos importantes publicados no número 84 (sobre trabalho de campo), como “A pesquisa e o trabalho de

campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos”, de Yves Lacoste, e “O Geógrafo e a pesquisa de campo”, de Bernad Kayser. Ambos os textos já haviam sido traduzidos e publicados pela Associação de Geógrafos Brasileiros - AGB, em 1985, no número 11 da série Seleção de Textos. Ao lado de contribuições mais recentes, aqueles permanecem como referências incontornáveis. Tanto quanto textos mais antigos, os artigos de Lacoste e Kayser mostram as preocupações com a função do campo no trabalho na pesquisa. Em ambos, encontramos a preocupação com o estatuto político da pesquisa e do pesquisador (KAYSER, [1977] 1985) ou, como nos lembra Céfai (2003), as opções não são jamais exclusivamente metodológicas: elas se vinculam aos horizontes éticos e políticos do pesquisador.

Embora represente esforço considerável de didática e sistematização, nenhum daqueles trabalhos apresenta enfrentamento do objeto de pesquisa. Ao contrário, o ponto de partida mobiliza um conjunto de conhecimentos, ferramentas e procedimentos que alimentam narrativas, descrições e roteiros, mas não evidencia que a realização do trabalho de campo comporta a construção do dado de interesse. Os objetivos e justificativas para sua realização são claros, porém o campo, ao contrário, não é apresentado como parte do conhecimento para a compreensão nem como experiência de algum modo desconcertante, envolvendo os imponderáveis da vida social que, na perspectiva antropológica, são sempre valorizados.

### **Trabalho de Campo: Debate Metodológico Necessário?**

Ainda que seja pertinente a crítica algo contundente de Alentejano e Rocha-Leão (2006), sobre os riscos de banalização de “uma tradicional ferramenta da Geografia” ... no mundo “onde imagem e paisagem são valorizadas em si mesmas”... num momento que a “geografia do turismo se desenvolve no rastro da mercantilização crescente da vida e do mundo”, o trabalho de campo permanece sendo visto como importante ferramenta da geografia (GERBER e CHUAN, 2000; STODDART e ADAMS, 2004; DeLYSER e STARRS, 2001; SUERTEGARAY, 2002).

Do reconhecimento dessa importância, todavia, não deriva questionamento sobre a própria produção de dados, contingências de observação nem hipóteses levantadas. Nas defesas de teses e dissertações, em muitas das apresentações o trabalho de campo é praticamente ignorado, quando muito mencionado de modo rápido ou como referência que localiza e situa a origem do material coletado, os procedimentos de laboratório ou o lugar da realização de entrevistas/aplicação de questionários. Como, o porquê e quando se deu sua realização não integram os elementos mobilizados para a construção do objeto, ou ainda, o campo em nada contribui para a objetividade da análise. Esta, por sua vez, será assegurada pelos procedimentos operacionais do laboratório. Em decorrência, o campo não se explica nem se transmite, o campo se faz. “Hiper-, super-, megaimportante” para a geografia (mas não exclusivamente), o trabalho de campo assim considerado pré-existe à construção do objeto<sup>11</sup>. Nessa perspectiva, toma-se o campo como realidade física e evidente que foge à elaboração intelectual.

No plano epistemológico, os textos publicados por aquelas revistas apontam, em linhas gerais, para o campo como evidência e procedimento operacional intrinsecamente

associados a qualquer pesquisa. Consta-se postura diametralmente oposta àquela já assinalada por Kayser ([1977]1985): “Não se pode falar em pesquisa de campo em geral, nem mesmo em pesquisa de campo geográfica, se não se define do que se trata”. Chama atenção naqueles textos o fato do campo ser invariavelmente compreendido como estratégia para aprendizado e naturalizado como etapa quase obrigatória, ao mesmo tempo em que esse último autor constitui referência amplamente utilizada.

Demangeot (1916-2007), que fez importante referência numa entrevista publicada recentemente (DAUDEL, 2008), considerou necessário esclarecer dois sentidos de campo que, na sua vida profissional, foram importantes. Primeiramente, o campo como realidade da paisagem natural, que é mais adequado às estratégias de pesquisa em geomorfologia na sua busca pela compreensão da realidade topográfica e estudo de configurações morfológicas no conjunto. No outro sentido, o campo como compreensão mais ampla, significando o lugar onde se deve ir para encontrar as realidades geográficas a que nos propomos estudar. Não estaríamos aqui diante de autêntica questão metodológica?

Na tradição da concepção de campo como trabalho de geógrafo, Ruellan (1944) sintetizou de modo cabal a importância do campo para “chegar à descoberta de novas relações entre os fatos e as novas interpretações de geografia regional” (RUELLAN, 1944). Nesse artigo destinado aos jovens pesquisadores, o autor considerava que o trabalho de campo:

... não deve somente ajustar alguns complementos interessantes ao conhecimento de um país, de uma região ou de um fenômeno de geografia geral física, humana ou econômica, mas também controlar cuidadosamente as observações e as interpretações dos predecessores, para confirmá-las, completá-las, graduá-las ou mostrar o que têm de inexato, afim de chegar à realização de um trabalho de conjunto original por tudo que traz de novo sobre o assunto.

Daí a ênfase no que fazer no campo: reconhecimento e análise das formas elementares do relevo; levantamentos topográficos expeditos, relações entre relevo e estrutura, estado atmosférico, regime dos rios, aspectos biogeográficos, formas, situações e distribuição do habitat rural. Para concluir que aí reside a verdadeira tarefa do geógrafo<sup>12</sup>.

Em registro distinto, o trabalho de Tricart ([1977] 2006) esclarece sua opinião nos seguintes termos: “Não existem métodos próprios de geografia, mas métodos de aplicação mais geral cujo uso pela geografia é só um caso entre outros”. É, portanto, a partir desse ponto de vista que Tricart defende, no plano metodológico, a necessidade de dialética campo-experimentação e campo-modelos físicos considerando que “Essa dialética assinala certos objetos ao conhecimento do campo”. Em sua crítica, Tricart considera que diante do aumento do uso de instrumentos ampliadores de nossa capacidade de percepção e dedução:

... impõe-se uma estratégia de pesquisa: a superabundância de informação acessível e disponível (... registros de satélites, as coberturas de fotografias aéreas) obriga a fazer uma escolha, a selecionar certos tipos de informação que serão tratadas de acordo com as regras de arte.

Ainda nesse artigo (surpreendentemente pouco comentado), encontramos substancial material para debate. Segundo Tricart, o trabalho dos geógrafos ligados à geografia humana seria aparentemente facilitado pela produção oficial de estatísticas, contudo havia (e ainda há) a armadilha de “tomar o sintoma pela doença”. Em suas palavras, “o trabalho de campo, isto é, inquéritos e observações pessoais” constituía estratégia para escapar ao círculo vicioso da produção de estatísticas (TRICART [1977] 2006).

No plano metodológico, considerando a maioria dos textos que encontramos sobre o assunto e também as teses e dissertações de cujas bancas participamos, quer de qualificação ou de defesa propriamente dita, o trabalho de campo, quando realizado, não distingue o modo de aproximação ao objeto de estudo. Poucas são as tentativas de discernir a utilização do campo como técnica de investigação empregada na construção do objeto e do conhecimento. Em ambos os casos, o trabalho de campo não é, em sua essência, problematizado. Mais do que um único modelo de campo, a dialética proposta por Tricart questiona a relativa estabilidade no estudo das questões da natureza nos seguintes termos:

Com efeito, a opinião pública ressent-se cada vez mais profundamente da alteração de seu quadro existencial, o perigo biológico em que as poluições a colocam. O instinto de conservação entra em jogo: é mais forte que os xaropes políticos lenitivos. “Há coisas no ar” ainda nas regiões conformistas, como a Alsácia ou o país de Bade. Os tecnocratas se defrontam com um obstáculo que acreditaram ter neutralizado mediante o jogo combinado dos procedimentos administrativos e da informação truncada. Daqui a pouco, poder-se-á prever que a qualidade das águas e a poluição do ar, as doses da radiação e os dejetos térmicos serão objeto de medidas oficiais estabelecidas, como o P.N.B., e que haverá alguém que pretenderá dar explicações semelhantes àquelas de um engenheiro das minas oficiais de potassa da Alsácia. Mas, afinal de contas, o cloreto de sódio não pode poluir, pois é solúvel (TRICART *op cit.*).

Um dos argumentos de Stoddart e Adams (2004) diz respeito à grande capacidade da geografia em termos de diálogo e definição de política com outros campos de conhecimento, e a conseqüente necessidade dos geógrafos de prestar mais atenção aos conceitos-chave e métodos que a distinguem de outras disciplinas, bem como àquilo que a aproxima dos demais campos das ciências sociais. Alguns pontos podem orientar a reflexão sobre esse último aspecto, principalmente em relação a esse tipo de pesquisa realizada em outras disciplinas.

O primeiro ponto a chamar a atenção é a perda de importância dos guias de excursão como fonte de informação e de esforço intelectual requerido na busca das marcas e processos ali identificados, observados e descritos. Há nesse tipo de material discussão de questões e metodologias inovadoras, que nos permitem mapear as fronteiras do conhecimento no momento em que foram escritos e realizados.

Consideramos que esses guias remetem às tradições na geografia<sup>13</sup>. Dentre as heranças da geografia do século XIX, diferenças na natureza e propósito do conhecimento geográfico integram obviamente o corpo da disciplina, emergindo com particular vivacidade na difícil relação entre a observação no campo e a reflexão dos estudos (DRIVER, 2001).

Há uma associação entre esse tipo de conhecimento e a formação de tradições geográficas (LIVINGSTONE, 1992) que, quando vitais, encerram continuidades e conflitos (MacINTYRE *apud* LIVINGSTONE, 1992). Nesse sentido, dentre as estruturas nas quais as tradições são praticadas, a universidade constitui ambiente propício para observar quais tradições os diferentes geógrafos têm recorrido para praticar sua geografia. O trabalho de campo como releitura da tradição das explorações e grandes viagens do século XIX, bem como a apresentação de dados primários contribuem ainda hoje para o reconhecimento tácito de importância para a geografia.

No Brasil, parte dessa tradição na geografia pode ser resumida nos seguintes termos:

Desde a origem da geografia moderna, todos os grandes mestres não seguiram outros métodos [observações diretas no campo], o único em verdade que pode libertar a produção geográfica do trabalho livresco e do vão palavreiro sem base cinética e sem nenhuma relação com a vida do Globo (RUELLAN, 1944, p. 45).

Essa concepção não é exclusiva do autor. Ela reflete em realidade a própria tradição do modo de se fazer geografia naquele período:

Diretamente influenciada pela geografia francesa, já tradicionalmente refratária à teorização, a geografia brasileira fez do trabalho de campo, do contato direto com a observação, uma atividade não apenas fundamental de pesquisa, como também de aprendizado. Não seria exagero afirmar que foi no trabalho no “campo” - e não nas faculdades - que a primeira geração de geógrafos obteve, verdadeiramente, a sua formação (ABREU, 1994, p. 25).

Tradição não implica, porém, em naturalização. Não obstante o fato de Livingstone e Driver tratarem dos conhecimentos acumulados pelos exploradores, a questão da credibilidade das informações levantadas no campo é ainda pertinente. Será ainda mais pertinente cada vez que os relatos sobre o campo forem omitidos na construção do objeto. Em outro paralelo, não se trata, assim como no passado, de nos afogarmos em informações de manuais sobre o que e como observar (DRIVER, 2001), tal qual o artigo de Ruellan ou a concepção de Aroldo de Azevedo assinada por Abreu (1994). Trata-se de enfatizar o contexto de sua produção.

Há, no entanto, o sentimento de urgência em explicitar a gênese, os questionamentos e modalidades de trabalho de campo na evolução da geografia e, de forma mais específica, seu desenvolvimento num mundo cada vez mais virtual e contraditoriamente preguiçoso quanto ao sentido de ouvir o outro e refletir sobre o próprio objeto de pesquisa. Para aceitar plenamente as considerações de Stoddart e Adams sobre a necessidade de se conhecer o que pensam os geógrafos e como fazem seus respectivos trabalhos de campo, antes de mais nada é necessário tomar conhecimento sobre como esses trabalhos são feitos e principalmente como são construídos/desconstruídos/reconstruídos. O próprio conceito de trabalho de campo tem mudado ao longo do tempo e nas diferentes regiões, suscitando publicações que tratam dessas questões, como o livro de Gerber e Chuan (2000). Esse tipo de reflexão ainda está bastante incipiente na geografia brasileira.

É preciso explicar as lacunas e os silêncios sobre o efetivo papel do trabalho de campo na (re)construção da pesquisa. Nesse sentido, chama a atenção o fato de a quase totalidade dos trabalhos mencionados não levar em conta, nas respectivas referências bibliográficas, a produção bastante expressiva dos guias de excursão publicados com os anais de congressos de geografia. Evidentemente, não se trata de adotar como dogma metodológico os guias de excursão, e sim o contrário, como sinaliza Cefai (2003) “se quisermos entender uma ciência, em primeiro lugar não devemos nos voltar para as teorias ou descobertas, mas observar o que fazem os cientistas”. No mesmo registro, Stoddart e Adams (2004) assumem ser impossível entender porque os geógrafos pensam e argumentam, se não entendermos suas ideias sobre o trabalho de campo e as várias maneiras de empreendê-lo. É nesse sentido que essas excursões apresentam a possibilidade de começar a apreender o sentido da dimensão espacial ou a leitura do espaço.

A recuperação do material de excursões e de sua crítica é antes de tudo objetivo de natureza epistemológica. Não se trata de recuperar, ou pior, lamentar a tradição perdida, mas de trabalhar a dimensão crítica sobre uma modalidade trabalho de campo. O reconhecimento das formas ou das características da paisagem informa o quanto determinado espaço ou região está em permanente transformação. Para analisar cada um dos roteiros, é preciso lembrar que foram as opções dos geógrafos que definiram o trajeto, os acidentes geográficos e pontos a serem observados ou a evidência de rupturas e discontinuidades em oposição aos processos de articulação regional favorecido por sistemas distintos de comunicação.

O segundo ponto refere-se às relações existentes entre a realização do trabalho de campo e a pesquisa. Em grande medida, o esvaziamento do pensar o trabalho de campo advém da produção em série: uma dissertação ou tese não encontra nexos em seu próprio fazer senão como elo de uma cadeia de produção. Essa perspectiva imprime ritmo de campo de e para a pesquisa de outrem. Na construção do objeto, toda consideração torna-se elemento perturbador da ordem de encadeamento: *alguém já pensou o campo, alguém o organizou, portanto, meu campo é importante*. Esta consiste, no meu entender, um exemplo bastante elucidativo daquela tradição inicial da formação dos geógrafos referida por Abreu (1994): de modo inconsciente, parte-se do pressuposto que o campo é a geografia.

O terceiro ponto concerne à possibilidade de construir uma história de grupos e de objetos de pesquisa constituírem a base da investigação em geografia, além de como, apesar das restrições em termos de financiamento, o trabalho de campo permanece como método que fundamenta o conhecimento empírico nas ciências sociais. O campo como método legítimo da geografia, a partir da análise anterior, parece prescindir de qualquer discussão mais aprofundada dessa singularidade geográfica, ignorando por completo essa tradição em outras ciências sociais. As referências bibliográficas apresentadas nos diferentes artigos consultados ilustram esse ponto. Para finalizar, lembramos que entre o empirismo incontestado e a descrição dialógica da relação sujeito-objeto (CLIFFORD, 1998), há um leque amplo de estratégias de pesquisa que precisam ser explicitadas.

## Conclusão

A discussão realizada neste artigo aponta problemas cuja explicação está em posicionamentos que vão mais além do terreno da pesquisa. Muitos anos após a separação institucional da geografia das ciências sociais, no âmbito da UFRJ é possível observar a existência

de uma dupla insularidade tanto no que diz respeito ao *locus* geográfico de realização do trabalho cotidiano como no isolamento em unidade pouco propícia e favorável a discussões epistemológicas. Essa dupla insularidade trouxe como consequência a fragilização de parte das pesquisas, quanto à capacidade de enfrentamento de questões metodológicas. Em várias oportunidades, foi possível notar que a fragilização faz-se presente na ausência de explicitação do papel do campo nas dissertações e teses. Mais atenção vem sendo dispensada aos equipamentos a serem levados ao campo, do que às reflexões e indagações sobre como esse “instrumento clássico da geografia” nos obriga a conduzir de um ou outro modo nossas pesquisas.

Penso ser igualmente importante salientar as razões que tornaram relevante a experiência particular do seminário-disciplina. Em outras palavras, trata-se de responder à pergunta: por que as opções do curso puderam ser efetuadas do modo como o foram? Porque encontrei eco em professores do programa de pós-graduação que se entusiasmaram com a proposta e se dispuseram a participar da experiência. Houve eco principalmente em um grupo de doutorandos, que se interessou pelo debate acadêmico, enfrentou os desafios e olhou para fora de sua trincheira, mesmo com alguma dificuldade.

Por fim, este trabalho teve a intenção de provocar indagações e a ambição de apresentar reflexões sobre o atual *status* do trabalho de campo em geografia, a partir de minha experiência na condução do seminário-disciplina no âmbito do PPGG da UFRJ. Deve ser, portanto, tomado tal como é: reflexão pessoal ora compartilhada.

## Referências Bibliográficas

ABREU, M A O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação- contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. *RBG* 56 (1/4): 21-122, jan-dez, 1994.

ALENTEJANO, P R e ROCHA-LEÃO, O O trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo (84): 51-67, 2004.

CÉFAÏ, A *L'enquête de terrain*. Paris: La Découverte, 2003.

CHELOTTI, M C *Apontamentos sobre o trabalho de campo na Geografia: a contribuição da antropologia para proposições geográficas*. Disponível em [www.revistamirante.net](http://www.revistamirante.net). Último Acesso: setembro de 2009

CLIFFORD, J *A experiência Etnográfica. Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

DAUDEL, C *Jean Demangeot Géographe de terrain*. Paris: L'Harmattan, 2008.

DE MARCOS, V Trabalho de Campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. *Boletim Paulista de Geografia* (84): 105: 136, 2006.

DEL GROSSI, S. R..Trabalho de campo em geociências: sugestão de um modelo de roteiro. Uberlândia, EDUFU. *Revista Sociedade & Natureza*, ano 4 (7 e 8) jan./dez. 1992

Pires do Rio, G. A.

DeLYSER, D e STARRS, P. Doind fieldwork: editors introduction. *The American Geographical Society* 91 (1-2): iv-viii, 2001.

DRIVER, F Editorial: Field-work in Geography. *Transactions. Institute of British Geographers* 25(3): 267-268, 2000.

DRIVER, F *Geography militant: cultures of exploration and empire*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

FONSECA, F P e KUVASNEY, E Trabalho de campo multidisciplinar: indústrias, assentamentos e unidade de conservação (Vassunga) ao longo da via Anhanguera. Disponível em [http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geosp/geosp13/geosp13\\_notas\\_padovesi\\_kuvasney.htm](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geosp/geosp13/geosp13_notas_padovesi_kuvasney.htm). Último Acesso: setembro de 2009.

GERBER, R. e CHUAN, G. K.(Ed) *Geography: Reflections, Perspectives and Actions*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2000

KAYSER, Bernard O geógrafo e a pesquisa de campo Teoria e Método. São Paulo: *Seleção de textos AGB* (11): 25-40. [1977] 1985.

LACOSTE, Y A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. Teoria e Método. São Paulo *Seleção de textos AGB* (11): 1-23 [1977] 1985.

LATOUR, B *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LIVINGSTONE, D *The Geographical Tradition*. Oxford: Blackwell, 1992.

MASSEY, D Space-time, "science" and the relationship between physical geography and human geography. *Translations of the British Institute of Geographers*, 24: 261-276, 1999.

PIRES DO RIO, G A "Gestão de Águas: um desafio geoinstitucional". In OLIVEIRA, M P et AL (org): *O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas*. Vol 1. Rio de Janeiro: Lamparina, ANPEGE, 2008.

ROBBINS, P Nature Talks back: studing the economic life of things In: TICKELL, A et al *Politics and Practice in Economic Geography*. Londres: Sage Publications, 2007.

RUA, J Para melhor se entender a Geografia Agrária. In *GeoUERJ* 1,1997.

RUELLAN, Francis O trabalho de campo nas pesquisas originais de geografia regional. *RBG* VI (1): 35-45, 1944.

SERPA, A O trabalho de Campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. *Boletim Paulista de Geografia* (84): 7-24, 2006.

STODDART, David R e ADAMS, William M. Fieldwork and Unity in Geography In: STODDART, David R e ADAMS, William M (ed) *Unifying Geography: common heritage, shared future*. Oxford: Routledge, 2004.

SUERTEGARAY, D M A A pesquisa de campo em geografia. *GEOgraphia* (7): 92-99, 2002.

SWYNGEDOUW, E. "A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e 'urbanização-cyborg'" in ACSELRAD, H. (org.) *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas* 83-104, DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2001.

TRICART, J O campo na dialética da geografia. Geografia ontem e hoje. São Paulo: *Revista do Departamento de Geografia da USP* (19): 104-110 [1977] 2006. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/rdg>. Último acesso: setembro 2009.

Recebido em 13/12/2009      Aceito em 29/07/2010

---

<sup>1</sup> Disciplina obrigatória do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, permite que se trabalhe questões associadas à determinada temática.

<sup>1</sup> Em 2002, Ana Maria Daou organizou o mesmo seminário-disciplina tendo como tema central o trabalho de campo.

<sup>2</sup> Disciplina com número elevado de créditos era, durante a vigência do currículo único (1990-2008) no Departamento de Geografia, ministrada por dois professores, em geral, um vinculado à geografia física e outro à geografia humana.

<sup>3</sup> Este projeto, sob a coordenação de Sebastien Velut conta com apoio do Institut de Recherche pour Le Développement (IRD), França.

<sup>4</sup> Não apresento notas de curso; tenho apenas a intenção de discutir posicionamentos que, a meu ver, estão arraigados na pouca reflexão sobre o próprio campo de conhecimento.

<sup>5</sup> Essa não foi a primeira experiência em reunir em um só seminário os alunos vinculados a todas as áreas de concentração. Maria Célia Nunes Coelho já havia realizado essa experiência.

<sup>6</sup> Sempre é bom lembrar que o tipo de trabalho de campo varia em função de seu objetivo: reconhecimento; levantamento de questões espaciais; coleta de dados; confirmação/refutação de hipóteses; questionamentos de posições consagradas etc.

<sup>7</sup> Foi de fundamental importância para o aprofundamento do tema, a participação dos professores Ana Maria Daou, Maria Célia Nunes Coelho e Roberto Lobato Corrêa no seminário. Ana Daou apresentou reflexão substantiva enriquecida por larga experiência de campo. Maria Célia Nunes Coelho, cujos trabalhos têm como característica rara combinação reflexiva entre empiria e teoria, apresentou poderosa argumentação crítica nas discussões. Roberto Lobato igualmente com larga experiência apontou a importância da Revista Brasileira de Geografia como veículo de difusão de um tipo de concepção de trabalho de campo.

<sup>8</sup> Neste trabalho optou-se por utilizar a expressão *disponível em linha* no lugar do recorrente *on line*. Essa opção constitui esforço de ampliar as possibilidades de expressão em língua portuguesa.

<sup>9</sup> As autoras referem-se ao trabalho de Japiassu A interdisciplinaridade e a patologia do saber, publicado em 1976.

<sup>10</sup> <http://www.agbsaopaulo.org.br/node/156>

<sup>11</sup> Poucos foram os artigos que trataram da relação sujeito-objeto. Exceção seria o artigo de Suertegaray que resumidamente exemplifica os diferentes métodos e a relação sujeito-objeto neles considerada.

<sup>12</sup> Abreu (1994) ressaltou a importância do campo para os primeiros geógrafos lembrando que Aroldo de Azevedo o considerava como o trabalho do geógrafo.

<sup>13</sup> As tradições no discurso físico ambiental foi outro tema proposto no seminário-disciplina



# Políticas de Agrocombustíveis no Brasil: Paradigmas e Disputa Territorial

## Biofuel Policies in Brazil: Paradigms and Territory Disputes

Bernardo Mançano Fernandes<sup>1</sup>

Universidade Estadual Paulista  
Presidente Prudente, Brasil

Clifford Andrew Welch<sup>2</sup>

Universidade Federal de São Paulo  
Guarulhos, Brasil

Elienai Constantino Gonçalves<sup>3</sup>

Universidade Estadual Paulista  
Presidente Prudente, Brasil

**Resumo:** O artigo versa sobre os sentidos das políticas governamentais, das ações dos movimentos camponeses e das corporações neste momento de intensificação da expansão das áreas de culturas para produção dos agrocombustíveis. Os autores analisam as relações e suas contradições a partir das influências dos paradigmas sobre as políticas de governos e sobre as ações das organizações. Discutem como as políticas e as ações modificam os parâmetros dos paradigmas. A partir de trabalho de campo, estudam três experiências de movimentos camponeses, sendo dois deles vinculados à Via Campesina. Estudam também documentos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) para comparar as posturas dos movimentos camponeses frente às políticas e relações com o agronegócio. Com essas análises, os autores refletem sobre a relação existente entre território material e imaterial, confrontando as realidades, teorias, conceitos e ideologias por meio do debate paradigmático.

**Palavras-chave:** agrocombustíveis, paradigmas, disputa territorial

**Abstract:** This article examines the meaning of public policy and the action undertaken by farmers and corporate movements at a moment when an expressive increase in the area planted in biofuel is taking place in Brazil. The authors analyze the influence and consequent contradictions caused by different paradigms on public policy and action taken by the organizations involved as well as how specific policy and action provoke change in paradigms. Based on field research, the experience of three farmer movements is evaluated with regard to policy and their relationship to agribusiness: two linked to the Via Campesina and the third being the National Confederation of Agricultural Workers (CONTAG). Based on this analysis, the relationship between material and non-material territory is discussed, comparing realities, theories, concepts and ideologies through paradigmatic debate.

**Keywords:** biofuel, farmer movements, paradigms, material and non-material territory.

## Introdução

O processo de mudança de matriz energética nos desafia a pensar políticas, paradigmas, usos de territórios e seus protagonistas. Por causa desse processo, aumentou a intensidade da expansão das áreas de culturas para produção dos agrocombustíveis. Este fenômeno constitui-se em novo componente dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, exigindo uma releitura dos modelos teóricos e de desenvolvimento territorial. A expansão da produção de agrocombustíveis está reordenando o uso dos territórios rurais, abrindo espaço para se questionar as formas de participação dos modos de produção capitalista e familiar no Brasil. Analisamos efeitos de políticas de agrocombustíveis no Brasil e reações do agronegócio e de movimentos camponeses por meio das leituras dos paradigmas. Para refletir sobre essa nova realidade, estudamos embates e propostas de movimentos camponeses, e a disputa territorial com o agronegócio. Examinamos os projetos de produção de agrocombustíveis pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista (FAAFOP), bem como a expansão da cana-de-açúcar na região do Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo, Brasil. A produção de agrocombustíveis está mudando os processos de territorialização e desterritorialização do agronegócio e do campesinato.

Procuramos compreender, por meio dos princípios dos parâmetros dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, os sentidos das políticas governamentais, das ações dos movimentos camponeses e das corporações neste momento de intensificação da expansão das áreas de culturas para produção dos agrocombustíveis. Analisamos as relações e suas contradições das influências a partir dos paradigmas sobre as políticas de governos e sobre as ações das organizações. No modo inverso, discutimos como as políticas e as ações modificam os parâmetros dos paradigmas. A partir de trabalho de campo, estudamos três experiências de movimentos camponeses, sendo dois deles vinculados à Via Campesina. Estudamos também documentos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) para comparar as posturas dos movimentos camponeses frente às políticas e relações com o agronegócio. Com essas análises, discutimos a relação existente entre território material e imaterial, confrontando as realidades, teorias, conceitos e ideologias por meio do debate paradigmático.

Adotando esse método, aprofundamos nossas reflexões sobre as disputas territoriais. Tema tão estudado na geografia, mas pouco debatido em outras áreas do conhecimento que utilizam o conceito de território apenas no sentido de área e extensão, desconhecendo as multidimensionalidades do território e as relações de poder que o determinam. Com essas referências, discutimos diferentes formas de disputas territoriais no campo agrário e no campo das ideias, afirmando que esses campos são inseparáveis, assim como são indissociáveis os territórios materiais e imateriais. Neste artigo, estudamos duas formas concretas de disputas territoriais: a territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) do campesinato e do agronegócio, e a territorialidade do agronegócio no território do campesinato. Como resultados de nossos estudos, apresentamos as novas conflitualidades e territorialidades construídas nesse processo, contribuindo com a atualização dos paradigmas.

## Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário

A questão agrária não pode ser tratada como uma crise agrária, porque ela não é um problema temporário. Ela é um tema permanente, uma questão estrutural do capitalismo, sendo compreendida pelo processo constante de produção de desigualdades, como por exemplo: concentração de terra, riqueza e poder, que promove contraditoriamente a destruição e recriação do campesinato (OLIVEIRA, 1991). Esse processo de desigualdades cria processos de resistências. Camponeses de todo o mundo são cotidianamente expropriados de seus territórios e lutam com persistência para continuar existindo (FERNANDES, 2000; DESMARAIS, 2007). As desigualdades e contradições geradas pela questão agrária no capitalismo têm sido discutidas e interpretadas de formas opostas. E no centro desse debate, está a existência do campesinato. Alguns autores compreendem esse processo desigual e contraditório como uma forma de destruição do trabalho familiar, que representaria o fim do campesinato (GOLDBERG, 1996; PEREIRA, 1997). Outros autores entendem o processo como gerador de resistências e recriação (BRYCESON *et al.*, 2000; OTERO, 2004; PLOEG, 2008).

A partir desta breve explanação, enfatizamos que na essência da questão agrária no capitalismo está o processo desigual e contraditório a destruir e recriar o campesinato. Oliveira (1991) tem afirmado persistentemente esse caráter contraditório do capital a criar, destruir e recriar o campesinato. Não há dúvidas que a destruição do campesinato, numa leitura geográfica, é resultado da territorialização do capitalismo no campo ou, para dizer de outro modo, da expansão das relações capitalistas no meio rural. Todavia, a sua recriação não é realizada somente como resultado da expansão da ordem capitalista, por meio da compra ou do arrendamento da terra. No Brasil, por exemplo, a luta pela terra por meio das ocupações é a principal forma de acesso à terra (FERNANDES, 2000). As ocupações de terra evidentemente não fazem parte da ordem capitalista, e por esse motivo são criminalizadas pelos governos. Apesar da criação de diversas medidas políticas para acabar com as ocupações, estas continuam sendo uma das mais importantes formas de luta popular. As ocupações são apenas uma forma de luta pela terra, enquanto outra forma importante são as lutas das comunidades camponesas e indígenas para continuarem na terra, resistindo à expropriação. Para combater essas insistentes formas luta pela terra em várias partes do hemisfério sul, o Banco Mundial propôs a diversos países a criação linhas de financiamento para compra de terras (BORRAS, 2006; RAMOS FILHO, 2008). Esta é uma forma de redirecionar a luta pela terra do campo da política pública para o campo do capital, ou seja, da ordem capitalista para manter o controle social sobre os conflitos fundiários, impedindo sua utilização para questionar a ordem capitalista.

Analisar a questão agrária como um tema conjuntural do capitalismo é uma opção ideológica que desconsidera a sua essência, ou seja, desconsidera a questão em si. Desse modo, não há uma questão agrária para os cientistas que fazem essa opção ideológica, pois eles compreendem que essa questão não seria um problema estrutural do capitalismo. A concentração de terra, riqueza e poder, bem como a destruição e recriação do campesinato seriam problemas conjunturais do desenvolvimento agrário no capitalismo, os quais deveriam ser resolvidos pela lógica do capitalismo agrário. É dentro desta lógica, por exemplo, que se encontram as políticas de reforma agrária de mercado do Banco

Mundial. Essas interpretações são de dois paradigmas<sup>4</sup> que procuram explicar o processo. Cada paradigma representa uma tendência ideológica contra ou a favor do capitalismo. Por essa razão, cada paradigma escolhe os elementos da realidade que pretende enfatizar em suas análises. Os paradigmas não são territórios restritos, ao contrário, eles se sobrepõem, dialogam e possuem diferenças fundamentais. O paradigma da questão agrária prioriza as lutas de classes para explicar as disputas territoriais, os modelos de desenvolvimento e suas conflitualidades<sup>5</sup>. Sendo a questão agrária um problema estrutural, a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade. A produção de desigualdades também é explicada como um problema conjuntural do capitalismo e que poderia ser superado por meio de políticas promotoras da “integração<sup>6</sup>” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Essa “integração” seria necessária porque o campesinato compõe uma estrutura incompleta e necessita do mercado capitalista para se desenvolver. Nessa lógica, campesinato e capital “interagem” e – enfatizamos – a desigualdade dessa interação geradora de subordinação e expropriação é compreendida como um problema conjuntural. Esse processo é explicado pelo paradigma do capitalismo agrário, que prioriza as políticas sociais para aproximar relações entre a produção capitalista e a produção familiar (ABRAMOVAY, 1992; FERNANDES, 2008b). Para o paradigma da questão agrária, o problema está na estrutura. Para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no camponês.

Em meio às diferenças fundamentais desses paradigmas, estão as interpretações sobre os sentidos das relações existentes entre campesinato e capitalismo. Para o paradigma da questão agrária, são sempre as relações de subordinação do campesinato ao capitalismo que levam uma fração do campesinato à insubordinação, gerando conflitualidades permanentemente expressas pelas disputas territoriais. Os estudiosos do paradigma do capitalismo agrário veem as relações existentes entre campesinato e capitalismo como relações de integração, de modo que as conflitualidades raramente aparecem em suas pesquisas. Diversos trabalhos produzidos desde os parâmetros desses dois paradigmas atualmente discutem o movimento de diferenciação, destruição e recriação do campesinato. Abramovay (1992) defende a tese da metamorfose do campesinato no agricultor familiar, por meio da integração aos mercados capitalistas e aos parâmetros tecnológicos do agronegócio (monocultura, agrotóxicos etc.). Fernandes (2000) analisa o processo TDR, enfatizando a criação do campesinato por meio da ocupação de terra pelo MST. Ploeg (2009) estuda o caráter resiliente do campesinato que, resistindo ao processo de integração às corporações do agronegócio, retoma suas identidades e o modo camponês de praticar a agricultura. Carvalho (2009) faz uma leitura crítica da denominada “integração do campesinato aos mercados capitalistas” e enfatiza as formas de resistência camponesa como uma catarse em que o camponês recupera sua rebeldia. É importante destacar que a consolidação desses paradigmas na interpretação da questão agrária ou do capitalismo agrário neste início de século tornou obsoletas as teses de destruição do campesinato. Não há – na última década – nesses dois paradigmas publicações que defendam o fim do campesinato.

A participação do campesinato na produção de *commodities* tem sido uma forma de integração ao capitalismo, como explica o paradigma do capitalismo agrário, ou uma forma de subordinação tão criticada pelo paradigma da questão agrária. As *commodities*

agrícolas são monoculturas produzidas em grande escala, predominantemente pelo agronegócio e em parte pelo campesinato. O conceito de agronegócio é uma “panaceia”. Definimos o agronegócio como o modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista criado pelas corporações transnacionais, que começou a ser formado nas décadas de 1940 e 1950, e se consolidou nas décadas de 1980 e 1990<sup>7</sup>. As corporações do agronegócio estão organizadas em conjuntos de sistemas que controlam as *commodities*<sup>8</sup>. Algumas corporações controlam todos os sistemas ou a maior parte. O conjunto de sistemas agrícola, industrial, mercantil, financeiro e tecnológico forma o complexo agronegócio. Este é reforçado por um amplo sistema ideológico que procura insistentemente convencer a sociedade de suas “benesses”. Para o paradigma do capitalismo agrário, esse complexo de sistemas é a totalidade, o modelo de desenvolvimento da agricultura ao qual o campesinato deve ser parte por meio da integração. Assim como o paradigma do capitalismo agrário não tem o monopólio sobre as interpretações da realidade agrária, o agronegócio não tem o monopólio sobre a produção agrícola. O agronegócio não é a totalidade e, portanto, é apenas uma possibilidade de modelo de desenvolvimento da agricultura. Um modo de o campesinato lutar contra a subordinação ao capitalismo é por meio da elaboração de seu próprio modelo de desenvolvimento, abrindo novas possibilidades de criação de novos territórios para resistir à subordinação.

A lógica da reprodução ampliada do capital é insustentável. Este é o sentido principal da crítica do paradigma da questão agrária. A produção monocultora em grande escala por meio da exploração do trabalho assalariado são relações de expropriação, concentradora de territórios, riqueza e poder. O capitalismo é o modo hegemônico de produção e sua relação com o campesinato é sempre de dominação. É por isso que uma fração do campesinato resiste permanentemente ao desenvolver em seus territórios relações sociais baseadas na produção familiar diversificada em pequena escala, associativa ou cooperativa, de forma sustentável e inclusiva. As diferenças entre campesinato e agronegócio são expressas nas relações sociais e nos territórios que produzem. Os territórios são também condições de produção das relações sociais. Camponeses e capitalistas organizam-se a partir de diferentes relações sociais que produzem territórios distintos (FERNANDES, 2008a). As lutas de resistência dos camponeses são expressas nas conquistas de seus territórios. Todavia, a conquista do território não significa autonomia, mas a condição de construí-la. A busca pela autonomia é uma luta permanente pela soberania do território. A subordinação do campesinato ao capital acontece de duas formas: 1) pela sujeição da renda da terra ao capital, quando o campesinato vende sua produção para corporações capitalistas, muitas vezes com a formação de cartéis, como ocorre, por exemplo, com os produtores de laranja; 2) pela territorialidade do agronegócio em território camponês. Esse fato pode ser facilmente observado quando se visita uma unidade camponesa e se encontra o aparato tecnológico das corporações na produção vegetal ou animal.

## **Agrocombustíveis, Paradigmas, Políticas Governamentais e Movimentos Camponeses**

O processo de substituição do combustível fóssil pelo agrocombustível tem impactado os territórios, com a expansão das áreas de produção, e o debate paradigmático, com a

elaboração de estudos sobre as mudanças e os problemas causados. Contudo, o impacto territorial é mais intenso que o impacto paradigmático. Não há mudanças substanciais nos modos como os paradigmas têm tratado esses impactos. O paradigma da questão agrária aprofunda suas críticas à territorialização dos agrocombustíveis, estudando principalmente os impactos políticos, sociais, econômicos e ambientais. O paradigma do capitalismo agrário discute esses problemas como resultantes de um processo conjuntural, analisando as perspectivas e os novos mercados. As análises paradigmáticas possuem certa semelhança quando se referem aos impactos ambientais, e são distintas ao se referirem aos impactos econômicos e sociais. Essas duas referências paradigmáticas são importantes para estudar recentes experiências de produção de agrocombustíveis pelos camponeses em suas relações com as corporações e mercados capitalistas.

A mudança de matriz energética desafia os paradigmas para estudar as políticas governamentais, do agronegócio e do campesinato, para a produção de agrocombustíveis. Essa mudança está promovendo intensos processos de reordenamento do uso dos territórios rurais, através de disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato pelo uso dos territórios para produção de alimentos e agrocombustíveis. Pesquisas recentes sobre o tema apresentam duas tendências que nos possibilitam acompanhar os impactos da expansão dos agrocombustíveis e as leituras dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário. De um lado, há a tendência à intensificação da expansão das monoculturas do agronegócio em territórios de florestas, aumentando o desmatamento (MENDONÇA, 2009) e em muitas áreas associada ao trabalho escravo (GIRARDI, 2008), principalmente com a territorialização da cana-de-açúcar, como registrado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2009) e também recentemente divulgado pelo *Department of Labor* dos Estados Unidos. E ainda disputando os usos dos territórios entre a produção de alimentos e a de agrocombustíveis (HURTADO, 2009; OLIVEIRA, 2008). De outro lado, há a tendência à inclusão do campesinato ao processo de produção de agrocombustíveis e aos mercados capitalistas. (ABRAMOVAY e MAGALHÃES, 2007; VERMEULEN *et al.*, 2008; BERDEGUE *et al.*, 2008). Nesses trabalhos, estão explícitas as diferenças fundamentais entre os paradigmas: a) as críticas do paradigma da questão agrária aos impactos socioterritoriais, por exemplo desmatamento, intensificação da exploração do trabalho, casos de uso de trabalho escravo, subordinação e expropriação de camponeses como resultado da expansão da produção dos agrocombustíveis pelas corporações transnacionais; e b) as ênfases do paradigma do capitalismo agrário aos processos de “integração” aos mercados capitalistas, analisando tendências, logísticas, redes, preços etc. Não há, nesses paradigmas, estudos sobre as conflitualidades presentes nos mercados e as perspectivas de superação. Esta é uma lacuna dos estudos sobre os tipos de mercados e as perspectivas de minimização da subordinação do campesinato.

O debate entre os pesquisadores desses dois paradigmas ajuda a refletir sobre a atualidade da questão agrária e do capitalismo agrário através de dois modos de ver, interpretar e construir políticas de desenvolvimento para mudar as realidades agrárias. Os trabalhos produzidos desde os parâmetros desses paradigmas influenciam os governos na elaboração de políticas de desenvolvimento agrário que fornecem referências para

mudar tais parâmetros. As ações dos movimentos camponeses também orientam os parâmetros e modificam os paradigmas que exercem influências sobre suas ações. Nessa situação, analisamos as posturas dos paradigmas referentes à relação existente entre campesinato e capitalismo, como elementos da atualidade da questão agrária, a partir da expansão dos agrocombustíveis por meio das políticas governamentais. O papel do campesinato nesse processo está no centro dos debates entre as organizações camponesas, que já desenvolvem diversas experiências iniciais. Igualmente, a partir desses dois paradigmas, há posições contrárias e favoráveis à participação dos movimentos camponeses na produção de agrocombustíveis.

Um exemplo de influência dos paradigmas sobre as políticas governamentais de desenvolvimento agrário é o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Pela primeira vez, a agricultura camponesa foi incluída em um programa de produção através de uma política nacional. Este é o item do PNPB denominado “competitividade e inclusão social”, com a criação do “Selo Combustível Social”, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa política foi elaborada a partir da lógica da “integração” – um dos princípios dos parâmetros do paradigma do capitalismo agrário. O subsídio que o governo oferece ao sistema industrial do agronegócio, na compra de uma quantidade definida pelo MDA, contribui para a manutenção da subordinação da produção camponesa ao agronegócio. O controle do processo de produção e comercialização é do agronegócio, que vem realizando investimentos em pesquisas e tecnologia para a produção em grande escala de culturas destinadas ao agrocombustível.

Um exemplo de influência dos paradigmas sobre as políticas dos movimentos camponeses está no dilema que enfrentam sobre as probabilidades e condições de produzir agrocombustíveis. Esse dilema reside – exatamente – nas diferenças dos princípios dos parâmetros dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário: questão estrutural/ problema conjuntural; subordinação/integração. A compreensão da relação existente entre o campesinato e o capitalismo no contexto estrutural tem como referências a conflitualidade e a luta contra o capital na resistência contra a subordinação e expropriação. E nesse sentido, as decisões sobre as condições impostas pelas políticas agrárias são de enfrentamento. A compreensão da relação existente entre o campesinato e o capitalismo no contexto conjuntural tem como referências a convivência e a luta com o capital na elaboração de políticas de desenvolvimento do capitalismo agrário. E nesse sentido, não há necessariamente a imposição, mas a aceitação das condições das políticas agrárias. A relação existente entre os movimentos camponeses e os princípios dos paradigmas não é linear. Há conjuntos de fatores que criam contradições e até mesmo paradoxos nas relações com as políticas de desenvolvimento agrário e com o capitalismo. Entretanto, a seguir, faremos aproximações sobre situações efetivas nas práticas dos movimentos camponeses.

A Via Campesina-Brasil tem uma postura crítica em relação ao agrocombustível como alternativa energética e aos problemas resultantes dos impactos na produção de alimentos. Contudo, alguns movimentos vinculados à Via Campesina desenvolvem experiências com a produção de agrocombustíveis. Esta não é uma simples questão. No ano de 2008, o MPA sofreu uma cisão por causa dessa questão. Uma parte da

organização, por rejeitar as experiências com a produção de agrocombustíveis, tornou-se uma dissidência e formou o Movimento Camponês Popular. A crítica e a produção estão no contexto do debate em diferentes escalas. Compreendendo que a subordinação e a expropriação são problemas estruturais, a Via Campesina constrói o discurso do enfrentamento contra a lógica da política do Selo Combustível Social. Nesse sentido, as experiências de produção de agrocombustíveis são tanto contradição quanto proposição, bem como perspectivas de criação de novos espaços, de novos territórios. Tais experiências nascem nas bases das organizações camponesas, sem referências de políticas de produção e comercialização que partam de espaços ou de decisões das instâncias de direção em escala nacional.

Numa postura oposta, a CONTAG tem uma articulação em escalas nacional, estadual e municipal para acompanhar os processos de negociação entre agricultores e empresas, e também o processo de qualificação profissional dos produtores. Com o objetivo de investir na pesquisa sobre os sistemas de agroenergia, propôs a ampliação da política com a criação de um Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Política de Biodiesel. A CONTAG não tem manifestado uma postura crítica ao agrocombustível em seus documentos, ao contrário, apresenta proposições para o avanço do modelo em desenvolvimento. As posturas da CONTAG e da Via Campesina possibilitam uma aproximação das tendências dessas organizações camponesas e respectivas posturas, com referências aos parâmetros dos paradigmas. Os espaços ocupados no debate sobre a produção e uso dos agrocombustíveis revelam posturas diferenciadas dessas organizações. Essas posturas constroem territórios distintos e são referências importantes para a compreensão das disputas territoriais.

## **As Disputas Territoriais: Leituras e Conceitos**

Prevalece nas definições de território a compreensão da área, superfície e espaço geográfico. Predominam as análises espaciais separadas da ação ou as análises sociais separadas do espaço. Os espaços e os territórios são criados pelas ações das diferentes relações sociais. A relação social capitalista cria espaços e territórios capitalistas e, contraditoriamente, cria relações sociais não capitalistas que também criam seus respectivos espaços e territórios. As relações sociais familiares, camponesas e outras formas de relações não capitalistas criam espaços e territórios capitalistas. Essas distintas relações sociais criam diferentes espaços e territórios, que se confrontam e se sobrepõem formando diversas territorialidades. Em Fernandes (2009), analisamos uma tipologia de territórios em que o primeiro território é formado pelo espaço geográfico do Estado. O primeiro território é o espaço de governança organizado em diversas escalas geográficas: país, estados, municípios, por exemplo. No primeiro território, as relações sociais formam o segundo território na criação dos diferentes tipos de propriedades privadas, individuais, coletivas, capitalistas ou não capitalistas.

Compreender uma relação social como totalidade implica em reconhecer o seu território. Conceber o capitalismo como totalidade significa que as outras relações sociais são partes deste sistema, como explica o paradigma do capitalismo agrário. Nesse sentido, a disputa territorial é por frações do território capitalista. A conquista

desses territórios pelo campesinato é condição para seguir sendo parte desta totalidade. Conceber o campesinato como uma relação social não capitalista, que cria seus próprios territórios, implica em reconhecer o modo de produção capitalista como uma das relações sociais no primeiro território. Este é composto pelas diferentes formas de organização do segundo território, em propriedade privada capitalista e propriedades camponesas. Nesse sentido, a disputa territorial é por frações dos territórios capitalistas e camponeses., O processo TDR, nesta leitura, representa o movimento territorial da conflitualidade.

Os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário produzem ideias, teorias, métodos, metodologias, conceitos, ideologias, políticas, ações e territórios. Os territórios são também são construídos pelas relações de poder, por meio da elaboração do conhecimento. São materiais e imateriais. A disputa territorial não é somente por terra, mas por todas as dimensões do território. Para a elaboração de políticas agrárias e seu desenvolvimento é preciso construir territórios que viabilizem sua aplicação nos territórios que se pretende viabilizar. A elaboração de um modelo de desenvolvimento camponês requer um ministério camponês, assim como o agronegócio tem seu próprio ministério para defender o seu modelo de desenvolvimento. A construção de conhecimentos e tecnologias também acontece em espaços específicos ou territórios criados para tal fim. A produção em grande escala com trabalho escravo, desde as *plantations* até a monocultura intensamente mecanizada do agronegócio, sempre produziu territórios de dominação e geradores de desigualdade. A produção em pequena escala, diversificada e mecanizada sempre produziu territórios comunitários e desenvolvimento inclusivo. Todavia, esses dois tipos de territórios sempre conviveram em conflitualidades.

Os conceitos também são territórios e os estudiosos delimitam as suas significações. O uso dos conceitos de integração e de subordinação pelos paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária para se referirem às relações de produção de *commodities* por camponeses ou agricultores familiares para o agronegócio é um bom exemplo do poder para dar sentido ao significado. Afirmar que um camponês ou agricultor familiar que cria frango para uma corporação é um integrado e discutir as técnicas de produção e comercialização é uma opção de método, metodologia e ideológica. Afirmar que um agricultor familiar ou camponês que cria frango para uma corporação é um subordinado e discutir as relação de poder, dominação, exploração e expropriação também é uma opção de método, metodologia e ideológica. A determinação dessas opções é definida pela vinculação dos estudiosos aos paradigmas. Acontece o mesmo quando escrevemos “camponês” ou “agricultor familiar”. A escolha das significações para demarcar os conteúdos desses conceitos é uma opção teórica, política e ideológica. E o poder dessas definições se materializa em organizações sociais e em políticas públicas que constroem territórios.

Este é o sentido das disputas nos territórios imateriais, ou disputas territoriais no uso dos conceitos. Outro exemplo foi a decisão da Via Campesina em Mali, quando definiu pelo uso do termo “agrocombustível” para se referir à produção em grande escala. Holt-Giménez e Kenfield (2009), Gordon *et al.* (2009) e Hurtado e Laura (2009) demarcam suas posições ao optarem pelo uso do termo “agrocombustíveis” em seus estudos. Essa intenção

criou-se numa questão conceitual que dá uma identidade paradigmática aos estudiosos que utilizam a palavra “agrocombustíveis” e aos estudiosos que utilizarem a palavra “biocombustíveis”, como é o caso de Abramovay e Magalhães (2008). O uso das expressões “agrocombustíveis” e “biocombustíveis” pode se referir aos mesmos processos, mas com leituras distintas. Além dos estudiosos, as organizações camponesas também usam essas expressões de forma diferenciada. A CONTAG, em seus documentos, usa sempre a palavra “biocombustíveis”. Da mesma forma, as organizações de pesquisas ou *Think Tanks*, como por exemplo, *Food First*, *Clacso* ou *Rimisp*, que têm grupos de pesquisadores estudando os processos de expansão dos agrocombustíveis, empregam os conceitos de formas distintas expressando disputas territoriais pela interpretação dos fatos.

As disputas territoriais desde os territórios materiais e imateriais são fatos. Elas colocam que o maior desafio não é produzir ou não produzir, mas como manter controle territorial sobre esse processo. Para os países produtores, será necessário elaborar ordenamento territorial para controlar a conflitualidade entre camponeses e agronegócio, e entre os territórios a serem utilizados para a produção de alimentos e de agrocombustíveis. Também será preciso planejar o zoneamento agroecológico para proteger áreas de florestas e até mesmo limitar a venda de terras para estrangeiros. Tais condições são necessárias para garantir a soberania dos diversos territórios. O MST, o MPA e a FAAFOP estão realizando diferentes experiências que são algumas referências para esta reflexão.

## **Experiências do MST e do MPA**

Ao contrário da CONTAG, que possui uma rede nacional para relação entre camponeses e empresas compradoras de agrocombustíveis, o MST possui experiências localizadas com base na produção para autoconsumo. No assentamento Fazenda Pirituba, localizado no município de Itapeva, Estado de São Paulo, o MST começou uma experiência de produção de óleo vegetal a partir do girassol. Para tanto, utiliza uma extratora com capacidade de processamento de 150 quilos/hora. Com a produção, os assentados abastecem o trator da associação e também produzem torta de girassol para alimentação animal. Ainda, a cultura do girassol está possibilitando qualificar o trabalho de 150 famílias do assentamento que praticam a apicultura, com a construção de um entreposto de mel cuja capacidade de processamento é de uma tonelada por dia. Na área agrícola do assentamento, além do girassol, os camponeses produzem feijão, café, arroz e alho. A associação entre a produção de culturas alimentares e culturas para produção de energia é um dos princípios dos movimentos camponeses no uso de seus territórios. A não vinculação com empresas capitalistas dificulta a expansão das experiências e abre espaços para elaborar uma proposta de política de produção de agrocombustíveis associados à produção de alimentos (MST, 2008).

A produção de alimentos e culturas para produção de agrocombustíveis de forma agroecológica também é uma experiência em desenvolvimento pelo MPA. Todavia, esta é uma proposição mais ampla que a experiência do MST e está organizada em escala microrregional. A experiência organiza os sistemas agrícola e industrial, contudo ainda

destinado somente para o autoconsumo da comunidade. O sistema industrial está organizado para processar alimentos e energia com base na produção de cana-de-açúcar, batata, mandioca e sorgo. Esse sistema produz açúcar mascavo, melado, rapadura, cachaça, ração animal, adubo orgânico e álcool. São famílias camponesas de 10 municípios que fornecem matéria-prima para o setor industrial que está situado no município de Frederico Westphalen, no Estado do Rio Grande do Sul. Não se conhece, por parte do MST ou do MPA, uma proposição de projeto de produção de agrocombustíveis e alimentos nos assentamentos de reforma agrária ou para outras unidades camponesas. Tampouco uma proposta de investimento direto, por meio de uma política de agrocombustíveis a partir da agricultura camponesa, que compreenda os sistemas agrícola, industrial e mercantil.

Estas experiências acontecem em escala local e microrregional, e estão sendo gestadas a partir do princípio da autonomia. São duas sementes que poderão ser referências futuras, caso a Via Campesina assuma uma postura mais bem definida para uma política de produção de agrocombustíveis.

## **A Experiência da FAAFOP**

A criação da FAAFOP aconteceu com a dissidência de José Rainha e outras lideranças do MST. A federação reúne diversos movimentos camponeses, sindicatos e 80 associações filiadas que representam cerca de 30 assentamentos da região do Pontal do Paranapanema. Suas estratégias visam a diversificação e agroindustrialização, com objetivo de aumentar a renda dos assentados através de um sistema cooperativista de produção. A federação controla a Cooperativa de Produção de Biodiesel do Oeste Paulista (Cooperbioeste). A cooperativa mantém uma política de produção diversificada e está projetando a construção de um laticínio para industrialização do leite. Outro projeto da cooperativa é a produção consorciada de culturas alimentares e de produção de energia, como o pinhão manso e a mamona destinados à produção de biodiesel. O plantio de culturas para a produção de biodiesel é discutido pelos assentados na região do Pontal, desde 1994. Todavia, os projetos não tiveram êxito durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. No governo Luis Inácio Lula da Silva, a direção da FAAFOP vem mantendo e discutindo a possibilidade de construção de usinas na região do Pontal.

A produção de mamona está sendo realizada por 760 produtores que plantaram um hectare cada. A produção de 2009 rendeu 800 toneladas de mamona, que foram negociadas com a empresa Bertin, com sede em Lins, SP. Segundo Rainha, um acordo foi feito com a empresa, no qual o grupo compra a produção de 2009 e 50% da produção de 2010, que esta prevista para 1.600 toneladas. A negociação com a empresa foi realizada pelo interesse no Selo Combustível Social. A empresa oferece máquina, adubo e calcário. A expectativa da federação é atender mais de 1.200 produtores para a produção de mamona e amendoim. A política de produção da federação não é ser somente fornecedor de matéria-prima, mas também processar a produção de mamona. O projeto da FAAFOP consiste na criação de uma unidade industrial para processamento de 50% da produção de 2010, além do reaproveitamento da torta como adubo verde. Segundo Rainha, a expectativa para o projeto da construção de uma unidade de processamento está parali-

sada por causa da política do MDA e da Petrobrás, que é de favorecimento dos grandes produtores em detrimento dos pequenos.

Os princípios da FAAFOP também associam a produção de alimentos às culturas para produção de energia. No Pontal do Paranapanema, a produção de óleo de mamona está autorizada e a federação aguarda a liberação do governo para expandir as áreas de produção de do pinhão manso. A proposta da federação é produzir agrocombustível para abastecer o mercado local. Essas experiências enfrentam diversos obstáculos: desde os movimentos camponeses aprofundarem os debates sobre as formas de participação na produção de agrocombustíveis, até a necessidade de convencer o governo da importância de investimentos diretos na construção de uma política de desenvolvimento com a criação de um conjunto de sistemas cooperativos e associativos para produção, industrialização e comercialização de alimentos e agrocombustíveis. Enquanto as experiências dos movimentos camponeses desenvolvem-se em escalas microrregionais, as experiências do agronegócio se desenvolvem em escala nacional e internacional

### **Disputa Territorial: Campesinato e Agronegócio**

Na perspectiva de aumento do uso dos agrocombustíveis, algumas empresas estão investindo na compra de usinas de álcool ou criando novas usinas. O Grupo Odebrecht, uma corporação brasileira transnacional do setor de construção, comprou em 2007 a Destilaria Alcídia, localizada no município de Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo. Estão previstas a construção de mais duas usinas de álcool do grupo nessa região, por intermédio da empresa ETH Bioenergia S/A (Figura 1). A região administrativa de Presidente Prudente, na safra 2003/2004, contabilizava 116.681 hectares e, na safra 2008/2009, aumentou para 327.087 – um aumento de 210.406 hectares ou 180%. A região do Pontal do Paranapanema, constituída por parte dos municípios da região administrativa de Presidente Prudente, aumentou quase 200% (de 71.095 para 208.953 hectares) (Tabela 1).



Foto: Bernardo Mançano Fernandes.

Figura 1 – Usina de álcool em instalação em Mirante do Paranapanema – SP.

Tabela 1 – São Paulo: área plantada (ha) por região administrativa e por safra 2003/2004 a 2008/2009

<b>Região Administrativa</b>	<b>2003-2004</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2005-2006</b>	<b>2006-2007</b>	<b>2007-2008</b>	<b>2008-2009</b>
Araçatuba	224.483	246.895	262.278	294.830	397.915	512.603
Barretos	219.826	236.329	261.661	295.766	333.037	385.591
Bauru	299.799	314.488	329.911	353.225	422.091	474.151
Campinas	393.862	408.429	436.434	453.052	489.618	511.023
Central	320.410	329.345	341.649	366.443	394.313	432.312
Franca	355.024	376.335	390.467	417.093	449.431	489.061
Marília	241.325	253.262	266.290	289.144	360.020	405.879
Presidente Prudente	116.681	133.281	151.382	179.796	235.155	327.087
Ribeirão Preto	416.882	422.110	433.387	447.351	457.315	471.440
São José do Rio Preto	280.693	303.658	331.878	396.945	502.555	632.039
Sorocaba	133.691	141.255	159.367	167.510	208.472	232.754
<b>TOTAL</b>	<b>3.002.676</b>	<b>3.165.387</b>	<b>3.364.704</b>	<b>3.661.155</b>	<b>4.249.922</b>	<b>4.873.940</b>

Fonte: União da Indústria de Cana-de-açúcar – UNICA, 2009.

O Pontal do Paranapanema possui o maior potencial para a expansão do plantio de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo. A região é formada por terras griladas e o conflito fundiário se arrasta por mais de um século. Por essa razão, a região – então dominada por latifúndios com pastos degradados – está sendo incorporada pelo agronegócio, que os substituiu pela cana-de-açúcar. Essas terras onde há conflitos entre grileiros e sem-terra passam a ser disputadas pelos movimentos camponeses e o agronegócio sucroalcooleiro. Esta nova realidade está colocando em questão as políticas de desenvolvimento territorial para a região, que estavam baseadas na pecuária de corte em latifúndios grilados e na produção agrícola/pecuária leiteira nos assentamentos de reforma agrária e nas unidades camponesas convencionais. Segundo o relatório DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, de 2008, a região possui 109 assentamentos rurais, onde estão assentadas 5.746 famílias em uma área de 140.237 hectares. A territorialização da cana-de-açúcar e dos assentamentos começou nas décadas de 1970 e 1980. Em 2003, a área dos assentamentos era de 127.438 hectares e a da área de cultivo da cana-de-açúcar era de 71.095 hectares. Em 2008, a área dos assentamentos era de 140.237 hectares e a da área de cultivo da cana-de-açúcar, 208.953 hectares. Nesse período, a área dos assentamentos aumentou 9%, enquanto a expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar foi 200%. Estes dados revelam o refluxo da política de reforma agrária e a dinamização da política de produção de cana-de-açúcar.

O desafio dos movimentos camponeses é o desenvolvimento e autonomia desses territórios, que foram conquistados no processo de luta pela terra e pela reforma agrária, ocorrido inclusive sobre o território da cana. O avanço da cana-de-açúcar tem ocorrido sobre o território dos latifúndios, todavia há alguns assentamentos produzindo cana-de-açúcar, expressando a territorialidade do agronegócio em território camponês. Com essas

mudanças, formam-se novos cenários da questão agrária do Pontal: o território do latifúndio está sendo convertido em território do agronegócio, que avança na disputa desse território com os movimentos camponeses. Essa questão pode se acirrar com a possibilidade do agronegócio da cana ampliar sua territorialidade ou desterritorializar os assentamentos do Pontal. Na correlação de forças entre esses modelos de desenvolvimento, a reforma agrária poderá ser ampliada e talvez ocorra a expansão dos territórios dos assentamentos com políticas de desenvolvimento para a agricultura camponesa. A disputa territorial (Figura 2) entre a expansão da cana-de-açúcar e os camponeses sem-terra tem gerado diferentes formas de conflitualidades (FERRANTE, 2008).



Foto: Douglas Mansur.

Figura 2 – Disputa territorial entre camponeses e agronegócio: assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto, SP e área de cultivo da cana-açúcar da usina de álcool.

### **Territórios em Disputa: A Territorialidade do Agronegócio no Território Camponês**

A disputa territorial entre o movimento camponês e o agronegócio sucroalcooleiro acontece justamente quando se intenta controlar as formas de uso ou acesso aos territórios, ou pelo processo de desterritorialização (FERNANDES, 2009). Essa disputa acontece de duas formas: pelo processo TDR ou pela territorialidade do agronegócio no território camponês. Esta é uma forma de controle do território pela subordinação que, no caso da cana, é chamada de “parceria”. A “parceria” entre camponeses assentados e o agronegócio sucroalcooleiro é um exemplo da territorialidade do agronegócio em território camponês,

ou seja, a determinação da forma de uso de parte do lote ou do território que, no caso, acontece pelo plantio de cana-de-açúcar destinado à produção de açúcar e álcool pela Destilaria Alcídia. Os camponeses não têm controle sobre o financiamento para a produção da cana-de-açúcar, embora o financiamento esteja em seus nomes; não controlam e têm pouco conhecimento sobre a tecnologia utilizada; e tampouco têm controle ou conhecimento sobre a produção de cana em seu território. Trata-se de uma completa relação de subordinação.

A primeira tentativa de produzir cana-de-açúcar em lotes de assentamentos rurais da região do Pontal teve início em 1993, quando a Destilaria Alcídia apresentou ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) – órgão estatal responsável pelo assentamento – um projeto para o plantio de cana em 11 dos 121 lotes do assentamento Água Sumida, localizado no município de Teodoro Sampaio. O projeto definia que o Banco do Estado de São Paulo financiaria esta experiência, emprestando para as 11 famílias os recursos necessários à produção. Todavia, as famílias não viam a cor do dinheiro. Deveriam assinar os documentos do empréstimo e repassar o dinheiro à Destilaria Alcídia S/A, que administraria os recursos.

Passados 2 anos, a Destilaria Alcídia elaborou uma avaliação da “parceria”. Em setembro de 1995, avaliou que os resultados obtidos estavam dentro do previsto no projeto. A empresa destacou que os objetivos norteadores da “parceria” eram: mostrar que é possível o plantio de cana em pequenas propriedades de forma rentável, proporcionar uma renda mensal durante toda a vida produtiva do canavial (48 meses) e fixar efetivamente o assentado no lote, de forma que a força familiar não seja obrigada a procurar sustento em outras atividades fora do lote. A Destilaria Alcídia informava ainda que, por motivos diversos, – aumento dos juros, mudanças de regras do financiamento agrícola e da política de preços desfavoráveis – o resultado econômico da “parceria” não foi o esperado pelo projeto. No entanto, o financiamento junto ao banco foi pago integralmente com a colheita.

Em ofício com data de 21 de dezembro de 1995, o departamento de assentamento fundiário do ITESP solicitou ao departamento de geografia da UNESP/Presidente Prudente um parecer sobre a viabilidade ou não da introdução da cana-de-açúcar nos assentamentos, tendo como base o projeto-piloto envolvendo a Destilaria Alcídia e o assentamento Água Sumida. Segundo o ITESP, a “parceria” teria “provocado muita polêmica em torno do interesse para o desenvolvimento socioeconômico destes assentamentos”, como por exemplo, a “pressão por parte da usina e de políticos da região, para expandir o plantio de cana para os demais assentados da Água Sumida e de outros assentamentos, principalmente a Gleba XV de novembro”, daí a importância do parecer técnico.

Um grupo de geógrafos realizou pesquisa de campo junto aos assentados e a empresa, para elaborar o parecer técnico-científico sobre a viabilidade ou não do cultivo da cana-de-açúcar nos projetos de assentamentos do Pontal do Paranapanema, SP. No parecer, relataram a contradição representada pelo cultivo da cana-de-açúcar em assentamentos rurais. Esse cultivo exige grandes investimentos e racionalidade na produção, e os assentamentos não possuem infraestrutura nem tecnologia adequadas a essa cultura. Observaram ainda que estava diminuindo o número de fornecedores de cana, dada a baixa de rentabilidade da produção dessa cultura. O parecer fez a avaliação dos interesses

dos envolvidos na “parceria”, tanto da Destilaria Alcídia S/A quanto dos assentados do assentamento Água Sumida. Em relação ao interesse da usina, o parecer destacou quatro questões a serem analisadas:

- A falta de rentabilidade da cana não atrai os grandes proprietários da região para a cultura da cana.
- A Destilaria Alcídia viabiliza a exploração de pequenas áreas, utilizando-se de terras dos camponeses da reforma agrária para não ter de pagar a renda pelo uso da terra.
- O assentamento Água Sumida é próximo à Destilaria Alcídia, tornando a relação economicamente viável.
- Que o financiamento ao assentado sai em condições favoráveis para a empresa, uma vez que o financiamento sai em nome do produtor assentado, no entanto é repassado diretamente para a usina, que gerencia a utilização durante a produção.

E em relação aos interesses dos assentados:

- Confere a eles certa tranquilidade econômica. Uma vez que recebem mensalmente um adiantamento em dinheiro.
- A assistência técnica da destilaria.
- A venda da sua produção é garantida desde o momento inicial do processo produtivo.
- A cana-de-açúcar é uma cultura que não exige uma jornada de trabalho familiar extensa como as outras culturas.

A parceria é entendida pelos pareceristas como uma alternativa para os assentados, uma vez que não se efetiva políticas públicas para a geração de renda e desenvolvimento desses assentamentos. No entanto os pareceristas de forma conclusiva destacam:

Ao mesmo tempo em que a cana-de-açúcar oferece uma saída única para a viabilidade econômica aos produtores assentados, também os condena a dependência, a não participação, a perda da autonomia, a alienação e a sujeição aos critérios impostos pela Destilaria.

Esta é, mais uma vez, a face perversa do processo de modernização da agricultura brasileira, que agora se reflete nas propostas de implantação da cultura de cana-de-açúcar nos projetos de assentamentos de reforma agrária (ANTONIO et al., 1995, p.6).

Após esse projeto envolvendo a Destilaria Alcídia e o assentamento Água Sumida, não foram realizadas novas “parcerias”. No entanto, em 2002, o ITESP apresentou nova proposta de “integração entre camponeses e o agronegócio, como forma de garantir a participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos” (Portaria Itesp nº 75, de 24 de outubro de 2002). O ITESP passou a permitir que até 30% do lote seja utilizado para a plantação de cana-de-açúcar.

Aprofundando essa relação de subordinação, o ITESP também passou a permitir a locação de serviços dos assentados às agroindústrias. Foi nesse contexto que, após

alguns anos sem contratos firmados, a Destilaria Alcídia voltou a firmá-los em 2002. Dessa vez, 119 famílias assentadas assinaram a suposta “parceria” pelo prazo de 5 anos.

Após a subida abusiva do preço do petróleo e uma série de medidas do governo para estimular a produção de álcool nos anos de 2002 e 2003, o ITESP, no dia 27 de julho de 2004, relançou e revisou na portaria nº 77 as medidas antes estabelecidas pela portaria nº 75/2002. Nela, o instituto considera, dentre várias questões, a “necessidade de harmonizar as políticas públicas de incentivo à agroindústria e à produção agrícola”, a permissão para que os projetos de assentamento, implantados nos termos da legislação estadual, realizem o plantio de culturas para as agroindústrias. Determinou que, a requerimento do interessado via projeto técnico, poderão ser implantadas em até 50% das áreas dos lotes com menos de 15 hectares e em até 30% das áreas dos lotes com dimensão superior a 15 hectares (ITESP, 2004).

Segundo o ITESP, no Estado de São Paulo 500 lotes estão em parceria, respaldados pela portaria 77 de 27 de julho de 2004, sendo 8 com soja e 492 com cana-de-açúcar. Ver Quadro 1.

Quadro 1 – Assentamentos com contratos para produção de cana-de-açúcar em 2009.

<b>Município</b>	<b>Projetos de assentamento</b>	<b>Nº de lotes</b>	<b>Cultura</b>
Araraquara	Bueno de Andrada	16	Cana-de-açúcar
Araraquara	Monte Alegre III	26	Cana-de-açúcar
Araraquara	Monte Alegre VI	35	Cana-de-açúcar
Bebedouro	Reage Brasil	46	Cana-de-açúcar
Birigui	São José I	4	Soja
Brejo Alegre	Salvador	4	Soja
Matão	Silvânia	77	Cana-de-açúcar
Motuca	Monte Alegre I	43	Cana-de-açúcar
Motuca	Monte Alegre II	36	Cana-de-açúcar
Motuca	Monte Alegre IV	27	Cana-de-açúcar
Motuca	Monte Alegre V	21	Cana-de-açúcar
Pitangueiras	Ibitiúva	37	Cana-de-açúcar
Pradópolis	Guarani	1	Cana-de-açúcar
Rosana/Euclides da Cunha	Gleba XV de Novembro	39	Cana-de-açúcar
Teodoro Sampaio	Alcídia da Gata	14	Cana-de-açúcar
Teodoro Sampaio	Laudenor de Souza	7	Cana-de-açúcar
Teodoro Sampaio	Santa Cruz da Alcídia	7	Cana-de-açúcar
Teodoro Sampaio	Santa Terezinha da Alcídia	24	Cana-de-açúcar
Teodoro Sampaio	Santa Zélia	34	Cana-de-açúcar
Teodoro Sampaio	Vô Tônico	2	Cana-de-açúcar
Total		500	

Fonte: ITESP, 2009.

Em todo o Estado de São Paulo, esses 500 lotes com contratos de “parceria” firmados com as agroindústrias equivalem a 3,8% do total de 13.035 lotes. Detalhando os dados, percebemos que na região do Pontal do Paranapanema existem 127 lotes em “parceria”, o que equivale a somente 2,2% do total de 5.564 lotes. Os municípios do Pontal do Paranapanema que têm assentamentos com contrato de “parceria” são Euclides da Cunha/Rosana e Teodoro Sampaio. A seguir, foram detalhados esses dados por assentamento (Quadro 2). Os assentamentos que mais possuem lotes em parceria são PE Alcídia da Gata e PE Santa Terezinha da Alcídia, com 77,7% e 92,3% dos lotes, respectivamente, em “parceria” produzindo cana-de-açúcar para a Destilaria Alcídia.

Quadro 2 – Assentamentos com contratos para produção de agrocombustíveis no Pontal do Paranapanema em 2009.

<b>Projeto</b>	<b>Total de famílias</b>	<b>Nº de lotes</b>	<b>%</b>
PE Gleba VX de Novembro	570	39	6,84
PE Alcídia da Gata	18	14	77,78
PE Laudenor de Souza	60	7	11,67
PE Santa Cruz da Alcídia	26	7	26,92
PE Santa Terezinha da Alcídia	26	24	92,31
PE Santa Zélia	103	34	33,01
PE Vô Tônico	19	2	10,53
<b>Total</b>	<b>822</b>	<b>127</b>	

Fonte: ITESP, 2009.

Os contratos de “parceria” entre assentados e a Destilaria Alcídia terminaram no ano de 2008. Em pesquisa de campo, entrevistamos diversos camponeses que demonstraram descontentamento com a experiência da “parceria”. Segundo os assentados, por falta de alternativa para a geração de renda, dificultada pela falta de projetos e financiamentos, aceitaram em 2002 o contrato de “parceria” proposto pela usina durante duas safras – 2002 a 2009, período em que ficariam arrendados 30% do lote, em média 6 hectares. No contrato, constava a concessão para a usina contrair o empréstimo junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em nome do assentado. Foram adquiridos em média R\$ 18.000,00 por família. Os recursos – como todo o processo – foram gestados pela usina sem qualquer transparência nem conhecimento dos assentados, no entanto o empréstimo foi quitado e apresentado aos assentados o comprovante do Banco do Brasil. O último corte se realizaria no ano de 2009, entretanto em 2008 a usina parou de cortar, abandonando a cana plantada. A justificativa para deixar de fazer o corte foi que a qualidade da cana nesses lotes já não era mais satisfatória e que não pagaria o trabalho do corte.

No contrato de parceria está exposto que a usina se encarregaria de fazer o tratamento do solo antes do plantio visando obter maior produção e, posteriormente, deixar parte do lote do assentado corrigido. Todavia, não foi esta a situação que encontramos nos lotes visitados. Constatamos a existência de uma terra degradada, que precisará passar por um intenso processo de recuperação do solo para voltar a produzir. A justificativa da baixa

qualidade da cana foi utilizada para explicar o baixo rendimento e o não pagamento para os assentados pela cana dos últimos cortes. Segundo os assentados, só foram pagos pela usina os primeiros cortes. No final da “parceria”, com a justificativa da baixa qualidade da cana, nada mais foi pago aos assentados. Lembramos que os assentados nunca tiveram acesso às informações sobre quantidade e qualidade produzida, nem sobre os gastos com o cultivo.

O discurso de integrar e gerar renda veio abaixo com essas experiências. A intenção da Destilaria Alcídia era utilizar os territórios dos assentados em uma conjuntura de falta de terra para expandir a produção. Ficava evidente que o objetivo não era o de geração de renda para os camponeses e sim aproveitar o empréstimo em nome deles para conseguir condições especiais de crédito e terra quase de graça para produzir cana-de-açúcar. Essa afirmação pode ser comprovada pelo fato de a usina ter deixado de realizar os últimos cortes, abandonando a cana plantada e deixando os prejuízos para os camponeses.

## Conclusão

Neste artigo, procuramos contribuir para o estudo dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, debatendo os processos relacionados à expansão das culturas para produção de agrocombustíveis. Destacamos a importância do território para o estudo desse tema e nossas diferentes abordagens do conceito, ampliando as possibilidades da leitura geográfica.

As políticas de agrocombustíveis implantada pelo governo Lula são orientadas pelo paradigma do capitalismo agrário e atrelam o campesinato a uma situação de subordinação ao agronegócio. Da mesma forma, as políticas do ITESP serviram para intensificar a subordinação dos assentados ao agronegócio sucroalcooleiro. Falta hoje, no Brasil, uma política de produção de agrocombustível elaborada a partir da lógica da produção consorciada com alimentos e num conjunto de sistemas sob controle das organizações camponesas. O controle do processo de produção é somente das corporações. Também falta nas instituições governamentais espaços políticos para construção de políticas de desenvolvimento territorial com que se possa garantir a soberania dos territórios camponeses. As políticas de subordinação dos camponeses ao agronegócio são hegemônicas.

As ideias do paradigma do capitalismo agrário predominam nas instituições governamentais e direcionam suas políticas. Os movimentos camponeses estão divididos e trabalham tanto com as condições que levam a subordinação quanto com as condições de autonomia. Todavia, as experiências de autonomia são incipientes. E faltam projetos nessa direção propostos pelos movimentos camponeses. Contudo, as experiências em curso são sementes para a criação de novos espaços políticos e poderão se transformar em novos territórios, tanto no campo das ideias quanto no campo agrário. A conjuntura para a produção de agrocombustíveis no Brasil ainda não está definida, mas a tendência é de controle do agronegócio, o que não elimina as possibilidades dos movimentos camponeses continuarem a disputar os territórios.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão*. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. MAGALHÃES, Reginaldo. 2007. *The access of family farmers to biodiesel markets: partnerships between big companies and social movements*. Disponível em: [www.regoverningmarkets.org/en/global/innovative\\_practice.html](http://www.regoverningmarkets.org/en/global/innovative_practice.html)

ANTONIO, Armando Pereira, FERNANDES, Bernardo Mançano. SILVEIRA Fátima Rotundo. *Parecer Técnico-Científico sobre a viabilidade da cana de açúcar nos projetos de assentamentos do Pontal do Paranapanema – SP*. Presidente Prudente, 1995.

BERDEGUÉ, Julio A. BIÉNABE, estelle. PEPPELENBOS, Lucian. 2008. *Keys to inclusion of small-scale producers in dynamic markets: Innovative practice in connecting small-scale producers with dynamic markets*. Disponível em: [www.regoverningmarkets.org/en/global/innovative\\_practice.html](http://www.regoverningmarkets.org/en/global/innovative_practice.html)

BORRAS, SATURNINO M. É possível implementar a reforma agrária redistributiva através de esquemas de transferência voluntária de terra com base no mercado? Evidências e lições das Filipinas. In: SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Márcio. (orgs.) *Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 133 – 169.

BORRAS, SATURNINO M. *Agrarian change and peasant studies: changes, continuities and challenges – an introduction*. The Journal of Peasant Studies, 36(1), 5–31. 2009.

BRYCESON, Deborah; KAY, Cristobál; MOOIJ, Jos. *Disappearing Peasantries: rural labour in Africa, Asia and Latin America*. London. Ed. It Publications, 2000.

CARVALHO, Horácio Martins. *De produtor rural familiar a camponês: a catarse necessária*. Curitiba, 2009.

Disponível em [http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes\\_2009.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2009.pdf)

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Jornal da CONTAG* Nº 43. Brasília: janeiro de 2008.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Jornal da CONTAG* Nº 54. Brasília: janeiro de 2009.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil 2008*. CPT: Goiânia, 2009.

DATALUTA – *Banco de Dados da Luta pela Terra*, 2008. Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

DESMARAIS, Annette Aurélie. *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants*. Halifax: Fernwood Publishing, 2007.

DEPARTMENT OF LABOR'S BUREAU OF INTERNATIONAL LABOR AFFAIRS. *List of Goods Produced by Child Labor or Forced Labor - Trafficking Victims Protection Reauthorization Acts (TVPRA) of 2005 and 2008*. Washington, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (Orgs.) *Campesinato e territórios em disputas*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p. 273-301.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial In: BUAINAIN, Antonio M. (Org.) *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008b, p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In SAQUET, Marco Aurélio e SPOSITO, Eliseu Sáverio (orgs). *Territórios e Territorialidades. Teoria, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena. *Revista Nera*. Presidente Prudente, ano 10, nº. 11, jan.-jun./2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós – Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2008

GOLDBERG, Jake. *The Disappearing American Farm*. New York, 1996.

GORDON, Gretchen. AGUIRRE, Jessica. The Free Market in Agrofuels: Regulation and Trade in the Americas. . In Jonasse, Richard. *Agrofuels in the Americas*. Food First Books, Oakland, 2009, p. 40-51.

GOVERNO FEDERAL. *Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel*. Brasília, 2004.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. KENFIELD, Isabella. When Renewable Isn't Sustainable: Agrofuels and the Inconvenient Truths Behind the 2007 U.S. Energy Independence and Security Act. In Jonasse, Richard. *Agrofuels in the Americas*. Food First Books, Oakland, 2009, p. 29-40.

HURTADO, Laura. Agrofuels. Plantations and the Loss of Land for Food Production in Guatemala. In Jonasse, Richard. *Agrofuels in the Americas*. Food First Books, Oakland, 2009, p. 77-87.

Fernandes, B. M., Welch, C. A., Gonçalves, E. C.

ITESP. Fundação Instituto de Terras e São Paulo “José Gomes da Silva”. Portaria ITESP – 75, de 27-10-2002. Plantio de Culturas.

ITESP. Fundação Instituto de Terras e São Paulo “José Gomes da Silva”. Portaria Itesp – 77, de 27-7-2004. Plantio de Culturas.

ITESP. Memorando sobre plantio de cana de cana-de-açúcar. São Paulo: ITESP, 2009

MENDONÇA, Maria Luisa. The Environmental and Social Consequences of “Green Capitalism” in Brazil. In Jonasse, Richard. *Agrofuels in the Americas*. Food First Books, Oakland, 2009, p. 65-76.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Soberania alimentar e energética: um caminho em construção*. Assentamento Fazenda Pirituba, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agrocombustíveis e produção de alimentos*. In Folha de S. Paulo, 17 de abril de 2008, p. A3.

OTERO, Gerardo. *¿Adiós al Campesinado?: democracia y formación política de las clases en el México rural*. México. Ed. Miguel Angel Porrúa, 2004.

PEREIRA, Anthony W. *The End of the Peasantry: The Rural Labor Movement in Northeast Brazil, 1961-1988*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1997.

PLOEG, Jan. Douwe. Van. Der. *Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. *Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, 2008.

REPÓRTER BRASIL. *O Brasil dos Agrocombustíveis: Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade - Soja e Mamona*. São Paulo: REPÓRTER BRASIL, 2008.

RICHARD, Jonasse (Editor). *Agrofuels in the Americas*. Food First Books, Oakland, 2009.

RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

SILVA, Valter Israel da Silva. *Caminhos da afirmação camponesa: elementos para um plano camponês*. MPA: Laranjeiras do Sul, 2009.

UNICA – União da Indústria de Cana-de-acúcar – área de cana-de-acúcar no Centro-Sul brasileiro. Disponível em: <http://150.163.3.3/canasat/tabelas.php> [Acessado em 31 de maio 2009].

VERMEULEN, S., WOODHILL, J., PROCTOR, F.J. and DELNOYE, R. *Chain-wide learning for inclusive agrifood market development: a guide to multi-stakeholder processes for linking small-scale producers with modern markets*. International Institute for Environment and Development, London, UK, and Wageningen University and Research Centre, Wageningen, 2008.

VIA CAMPESINA – BRASIL. *Soberania alimentar, os agrocombustíveis e a soberania energética: subsídios para estudo*. Brasília, 2007.

WELCH, Clifford Andrew. FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (Orgs.) *Campesinato e territórios em disputas*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 161-190.

Recebido em 31/11/2009

Aceito em 30/10/2010

---

<sup>1</sup> - Professor do departamento de geografia e do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Presidente Prudente.

<sup>2</sup> - Professor do curso de história da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), *campus* de Guarulhos; e do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Presidente Prudente.

<sup>3</sup> - Mestrando do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Presidente Prudente.

<sup>4</sup> Em Fernandes, 2008b, apresento uma análise dos autores seminais e contemporâneos dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário.

<sup>5</sup> Conflitualidade é compreendida como: 1) a complexidade das relações sociais construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogêneos; 2) a historicidade e a espacialidade dos processos e conflitos sociais, dinamizadoras e não determinadas; 3) a construção política de uma perspectiva relacional das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução social; 4) o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao “consenso”; 5) posicionar-se ante aos efeitos da globalização da sociedade, da economia e dos espaços e territórios, marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades e ameaçando a consolidação da democracia. (FERNANDES, 2008b, p. 177).

<sup>6</sup> A “integração” é interpretada pelos estudiosos do paradigma da questão agrária como subordinação, porque estes têm a conflitualidade como referência de um processo desigual e contraditório, ou seja, a relação é compreendida desde uma perspectiva dialética. Mas, este não é o sentido dado pelos estudiosos do paradigma do capitalismo agrário. Para eles, a integração do campesinato à economia capitalista promove o desenvolvimento de ambos e os problemas gerados por essa relação podem ser resolvidos por meio de políticas agrícolas. Neste sentido, a conflitualidade não é uma referência, como também não é o processo desigual e contraditório, de modo que a relação é compreendida desde uma perspectiva positivista.

<sup>7</sup> Em Welch e Fernandes (2008), p. 163-167 encontra-se uma reflexão mais detalhada sobre o conceito de agronegócio.

<sup>8</sup> Ploeg (2008) denominou essas corporações de “impérios alimentares”. Essas palavras expressam bem o poder das corporações transnacionais.



# O Projeto Nacional Desenvolvimentista, A Dinâmica da Agricultura e As Configurações Espaciais - 1964 a 1979

## Project of National Development, Dynamics of Agriculture and Spatial Configurations from 1964 to 1979

Margarida de Cássia Campos  
Universidade Estadual de Londrina  
Londrina, Brasil

**Resumo:** A partir das argumentações teóricas, o trabalho evidenciou que o projeto nacional desenvolvimentista idealizado por Vargas logrou à economia nacional amplas taxas de crescimento industrial e dinamismo agrícola, permitindo lançar as bases de um país moderno para posterior implantação de uma nova etapa de desenvolvimento pelos militares. Essa nova etapa contou com altas taxas de crescimento industrial, em especial no período denominado Milagre Econômico (1968-1974). Além disso, o processo de modernização da agricultura deslanchou, criando um setor agrícola moderno e dinâmico para atender em particular ao aumento das exportações. A diversificação e o crescimento da pauta eram imprescindíveis para financiar as importações e, conseqüentemente, garantir o crescimento da produção interna, tanto da indústria como dos produtos agrícolas necessários ao suprimento das demandas de matéria-prima pela indústria nacional, bem como das novas demandas da crescente população. Na verdade, o entendimento do setor agrícola como sustentáculo do projeto nacional desenvolvimentista, claro que subordinado à industrialização, recebeu maior atenção do governo militar do que de seus predecessores. Foi durante esse período que tiveram início as mudanças mais profundas na base técnica da agricultura amparadas pelo suporte de várias políticas estatais, como crédito agrícola, política de preço mínimo, entre outras.

**Palavras-chave:** projeto nacional desenvolvimentista, agricultura, governo militar.

**Abstract:** This work shows how the national project of development idealized by Vargas left a legacy of industrial growth and of a dynamic agricultural sector, which permitted the post-1964 military governments to deepen national development. This phase was characterized by significant industrial expansion, especially during the so-called Economic Miracle (1968-1974). In addition to this, agriculture was modernized and a dynamic farm sector oriented to increasing exports was created in order to finance imports which could further fuel the growth of the domestic industrial and farm sectors so as to meet increased demand for raw materials for industry and food and other rural products for an expanding population. The farm sector was seen to be a key ingredient in the developmentalist project and received considerably more support from the military governments than from previous civil regimes. Profound change was induced in the technical base of agriculture through increased farm credit, price support and other governmental programs.

**Keywords:** national development project, agriculture, military governments.

## Introdução

As novas dinâmicas impressas pelo agronegócio no espaço geográfico rural e urbano brasileiro serviram de inspiração para a referida pesquisa. Esta, por sua vez, baseou-se no seguinte questionamento: qual foi o papel das políticas públicas dos governos militares no fomento ao agronegócio?

Inicialmente, é importante destacar que a Revolução de 1930<sup>1</sup> teve papel primordial para a fundação das bases do desenvolvimento da industrialização brasileira. Esta trouxe novos elementos para a política e economia nacional. Um novo pacto de poder se firmou entre o latifúndio, recém-saído da abolição da escravatura e da Primeira República, e o capital industrial nascente, emergindo da diferenciação do antigo capital comercial (RANGEL, 2005a). Nesse pacto, o objetivo era transformar o Brasil: da condição de país agrário e exportador para uma economia industrializada. A agricultura deveria acompanhar esse processo, mudar suas bases técnicas de produção, ser mais dinâmica e atender às novas demandas, bem como continuar gerando produtos para a exportação.

Como salienta Bresser Pereira (2003), a partir de 1930 teve início a Revolução Nacional, responsável pela industrialização e construção de um Estado Nação, transferindo para dentro do Brasil os centros de decisão e permitindo a afirmação de uma identidade pautada nos interesses nacionais.

As reformas estruturais para tais mudanças foram executadas no período de 1930 a 1945. Com caráter inovador, as políticas abriram caminho para a implantação de um novo modelo econômico no Brasil, direcionado à industrialização. Essas reformas aceleraram as transformações econômicas em favor da industrialização brasileira e coube ao setor agrícola acompanhar tais mudanças. “Com efeito, a industrialização criava uma nova demanda por produtos agrícolas, tanto de gêneros para a crescente população urbana como de matérias-primas para as novas indústrias” (RANGEL, 2005a, p. 579).

Nos anos que se seguiram, o novo pacto de poder foi confirmado e consolidado. Os governos de Dutra (1946-1950) e Juscelino Kubitschek (1955-1960) também continuaram os processos para modernização do país, através da aplicação de planos de desenvolvimento econômico (Planos Salte, 19 e Plano de Metas, 1956). Esses planos foram fundamentados sobre o tripé capital estrangeiro, capital nacional e Estado. Os governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) desenvolveram condições políticas e econômicas favoráveis ao capital nacional, através da atuação de um conjunto de forças democráticas.

Com o Golpe Militar de 1964, consolidou-se um subsistema econômico associado à economia mundial, impulsionando a concentração e a internacionalização do capital aplicado nos diversos setores da economia. O país presenciava uma nova etapa de desenvolvimento capitalista caracterizado pelo “Milagre Econômico”, com altas taxas de crescimento. Essas mudanças foram decisivas para a agricultura, pois prevaleceu a opção modernizante aliada aos processos de industrialização, de modo que os alicerces do Brasil moderno estavam consolidados. Os referidos governos não mediram esforços na constituição de empresas estatais que possibilitassem o emparelhamento do Brasil aos demais países possuidores de tecnologias agrícolas avançadas. O objetivo era atender às necessidades geradas pela industrialização, aumento populacional, expansão do

mercado interno e diversificação da pauta de exportações de produtos agropecuários, tendo em vista o equilíbrio da balança comercial.

Portanto, nas últimas sete décadas, a agropecuária passou por profundas transformações, como a centralização de capitais (via articulação do capital monopolista); ocupação de novas áreas (em especial o Centro-Oeste); desagregação da produção de autoconsumo; transformação de parte da pequena produção em produção especializada e com alta produtividade integrada ao mercado, e de uma parte do latifúndio em empresas capitalistas; e expansão da produção de alimentos para os mercados interno e externo. Essa expansão da produção de alimento foi concretizada a partir da inserção competitiva do Brasil no mercado alimentício mundial, por meio do crescimento e da diversificação dos produtos agrícolas, êxodo rural, utilização de pouca mão de obra para o trabalho agrícola, intensa mecanização, além da utilização de insumos e suporte técnico-científico ofertado por empresas privadas e pelo Estado (SORJ, 1980; DELGADO, 1985; SILVA, 1998).

O objetivo fundamental do presente artigo é demonstrar e analisar as políticas econômicas durante o governo dos militares, entre os anos de 1964 a 1979, que ficaram conhecidas como Projeto Nacional Desenvolvimentista<sup>2</sup>. E, por fim, demonstrar que o aumento do plantio de soja no território nacional é parte integrante desse projeto, bem como as configurações espaciais impressas no espaço geográfico após a expansão do complexo sojicultor.

Tendo em vista esse objetivo, torna-se pertinente questionar: as ações econômicas e políticas do Projeto Nacional Desenvolvimentista direcionaram uma nova configuração espacial, voltada para o desenvolvimento do modo capitalista de produção no espaço geográfico brasileiro?

Para alcançar o objetivo, o caminho metodológico passou por leituras de várias obras, com a finalidade de entender alguns temas, conceitos e ideias utilizados durante a pesquisa.

São aqui consideradas especialmente algumas ideias desenvolvidas por Ignácio Rangel no processo de compreensão do comportamento da economia mundial (os ciclos) e de como essas ideias influenciaram a economia brasileira. Para tanto, a teoria da “Dualidade Básica da Economia Brasileira<sup>3</sup>”, o Pacto de Poder de 1930<sup>4</sup> e o Golpe de 1964 são contemplados na pesquisa, visando explicar como se realizou o Projeto Nacional Desenvolvimentista e de que forma a dinamização da agricultura se inseriu nesse processo.

## **A Crise Política do Início da Década de 1960**

A reforma agrária, como pré-requisito para a industrialização, era defendida por parte da esquerda antes de 1930 (inclusive Ignácio Rangel) e pela esquerda do início da década de 1960. Porém, anos depois, o próprio Ignácio Rangel constatou que a estrutura agrária não impediu a industrialização pós-1930 do Brasil.

Com efeito, a reforma agrária, capítulo essencial da revolução democrático-burguesa, indispensável para a ampliação do mercado interno e, principalmente para a estruturação do mercado de mão de obra, teria que ser postergada por

toda uma etapa do desenvolvimento econômico brasileiro. Noutros termos, o capitalismo industrial brasileiro teria que desenvolver-se em condições que não lhe são próprias – fonte de muitas das suas características anômalas, quando não abertamente teratológicas (RANGEL, 2005b, p.85).

No início da década de 1960, quando se retomou a discussão de que a Reforma Agrária seria imprescindível para o dinamismo da economia brasileira, o latifúndio “sócio maior” da terceira dualidade, agora plenamente capitalista, sentiu-se ameaçado pelos rumos que o governo de João Goulart parecia querer imprimir à sociedade e economia brasileiras. Então, por meio do Golpe Militar, assegurou a sustentação do pacto de poder nascido com a terceira dualidade.

As revoluções mudam os pactos fundamentais de poder das sociedades ao passo que aquele movimento tinha por objetivo sustentar um pacto que começava a apresentasse sinais de senectude. Entretanto, meu parecer era que o pacto então vigente ainda não havia esgotado suas virtualidades, o que mesmo sem justificar, explicava o movimento de 31 de março [...] (RANGEL, 2005a, p. 736-737).

João Goulart também tinha pretensões de realizar uma ampla reforma trabalhista, concedendo benefícios aos trabalhadores, e isso desagradava a classe da burguesia industrial ou “sócio menor” da terceira dualidade.

Nesse aspecto, Pereira (2003) defendia a reforma agrária nos primeiros anos da década de 1960. Segundo ele, a reforma era pertinente se fosse considerado que a agricultura precisava se transformar num fator dinâmico para continuação do processo de desenvolvimento industrial.

Para que o desenvolvimento ocorra, porém, é preciso que a agricultura tenha suficiente resistência não somente para suportar a transferência de renda, mas também para ser capaz de liberar mão de obra para atividades industriais e de serviços (através do êxodo rural) e, ao mesmo tempo, continuar a aumentar a produção, a fim de atender a demanda crescente de produtos agrícolas, causada pelo aumento da população e da renda. Se a agricultura não tiver essa resistência, provocar-se-á um ponto de estrangulamento grave no desenvolvimento econômico. Além da inflação estrutural, será necessário exportar alimentos, desviando preciosos recursos da importação de máquinas e equipamentos (PEREIRA, 2003, p.129).

O autor ainda pontua que, ao manter a estrutura agrária concentrada, inadequada e injusta, a agricultura não podia se transformar num setor dinâmico e responder às novas demandas econômicas do Brasil. Porém, esse raciocínio estava equivocado, já que a reforma agrária nunca veio e a estrutura fundiária permaneceu intacta. A partir de 1964, outros meios foram utilizados para transformar a agricultura num setor dinâmico, com níveis crescentes de produção e, posteriormente, de produtividade.

No período de 1962-65, o crescimento do Brasil foi pífio em relação ao período anterior, (11,3% ao ano em 1957-62), enquanto o desempenho do mundo capitalista durante esse período foi de 6,3% e o denominado “terceiro mundo” cresceu a um ritmo

de 8,1% ao ano. Além do prenúncio de uma crise mundial, fase B do ciclo longo de Kondratiev, havia uma crise interna demonstrando que a economia nacional gerava seus próprios ciclos nos primeiros 5 anos de cada década pós-1920. A economia brasileira passava por uma fase depressiva dos ciclos médios de Juglar, caracterizando o Brasil, mesmo sendo suscetível às flutuações dos ciclos longos, como um país capaz de engendrar os próprios ciclos. Dever-se-ia promover a superação da crise iniciada nos primeiros anos da década de 1960 (RANGEL, 2005a).

Para Rangel (2005a), a ditadura militar inseriu-se como um período bem definido na história tanto do Brasil como do capitalismo mundial. Corresponde ao decênio final da fase A do quarto ciclo longo e ao primeiro decênio da fase B do mesmo ciclo. A crise foi a responsável pela derrubada do governo constitucional e instalação do governo militar. A saída dessa crise não era somente uma solução econômica, mas era também uma solução social. A sociedade almejava pelas reformas que estavam contidas nos discursos do presidente João Goulart.

A resposta encontrada pela coalizão da terceira dualidade foi um golpe militar, criando condições jurídico-institucionais novas capazes de amenizar a pressão social (Estatuto da Terra de 1964; Estatuto do Trabalhador Rural de 1965) e de conduzir o Brasil a um novo dinamismo econômico (Milagre pós-1968). A ideia de “desenvolvimento” como bandeira de governo foi retomada através da instalação do “Programa de Ação Econômica do Governo” (PAEG)<sup>5</sup> no período de 1964-1966. O principal objetivo desse plano era “acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país”. Uma das estratégias para cumprir essa meta era a expansão das exportações, enquanto a contenção da inflação vinha em segundo lugar.

## **Período de 1964 -1967: Os Ajustes Econômicos Para o Crescimento**

O período de 1964-1967 caracterizou-se como fase de ajuste conjuntural e estrutural da economia, cujo objetivo era alavancar o quadro de estagnação econômica característico do início da década de 1960 (HERMANN, 2005).

Cabe ressaltar que a correção monetária das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs), planejada e executada durante o PAEG, foi fator primordial para que o milagre ocorresse. Essa correção das ORTNs diminuiu as perdas decorrentes da inflação. Assim, o governo pode financiar o déficit público e tornar o sistema tributário mais equilibrado. Em 1967, esse sistema foi remodelado para aumentar a arrecadação, com a centralização na esfera federal e a eliminação dos impostos em cascata que, no entanto, vigoram atualmente – Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM), além de outras contribuições. O combate à inflação não obteve tanto sucesso, contudo as reformas institucionais alteraram toda a estrutura da economia nas áreas tributais, bancárias, financeiras e de política salarial. Desse modo, o governo não precisava se preocupar quanto à próxima etapa com esses gargalos, e sim em dinamizar o crescimento econômico (CONZ e MENDONÇA, 2005). Portanto, particular importância teve a correção monetária para o “Milagre Econômico”.

A partir da instauração do governo de Castelo Branco<sup>6</sup>, o planejamento passou a direcionar o desenvolvimento da economia (políticas fiscal, monetária, financeira, salarial

e habitacional)<sup>7</sup>. Interveio diretamente na economia através das grandes empresas públicas, responsáveis pela criação da infraestrutura que garantiu êxito em relação ao crescimento econômico durante o período militar. Essas empresas adotaram tecnologia moderna, receberam estímulo fiscal e crédito do governo, e captaram grandes lucros no mercado nacional.

Castelo Branco deixou o poder e quem assumiu foi o general Costa e Silva, que governou o país de 1967 até fins de 1969. Durante esse período, houve um endurecimento do autoritarismo (ato institucional nº 5)<sup>8</sup>, que tornou as liberdades civis mais controladas do que no governo de Castelo Branco, e o início de um crescimento espetacular da economia denominado por muitos “Milagre Econômico”. Toda política econômica durante esse período foi comandada por Antonio Delfim Neto, convidado por Costa e Silva para exercer o cargo de ministro da Fazenda.

Em julho de 1967, o Ministério de Planejamento implantou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que possuía dois objetivos fundamentais: 1- aceleração do crescimento; 2- contenção da inflação. Na fase inicial desse plano, o governo deveria dinamizar o crescimento para aproveitar melhor a capacidade ociosa existente e depois investir na melhoria da qualidade e na quantidade dos fatores de produção, principalmente nos setores prioritários. Para cumprir a segunda etapa, cabia ao governo investir em infraestrutura, energia, transporte, comunicação, siderurgia, mineração, habitação, saúde, educação, agricultura etc. Esses investimentos dariam subsídios para o crescimento econômico expandindo o nível de atividade (LAGO, 1990).

Os períodos de recessão geram capacidade ociosa em alguns setores da economia direcionados ao mercado externo, que tiveram um grande desenvolvimento nos anos de ascensão. Rangel, em “A Dialética da Capacidade Ociosa” (RANGEL, 2005a), argumenta que a superação dessa crise somente poderá ocorrer quando esse setor que desenvolveu capacidade ociosa escoar seus excedentes de capital e dinheiro para outros setores formados como pontos de estrangulamento, em decorrência da sua expansão e dinamismo no período de ascensão da economia. Se houver esse movimento, o país gera um ciclo médio endógeno – o ciclo Juglar (é preciso considerar que a geração desses ciclos depende também de mudanças na condução da política econômica, no sentido de incentivar a superação dos pontos de estrangulamento). Todo esse processo também auxilia no entendimento das flutuações de ascensão e recessão da economia brasileira, claro que em conjunto com as flutuações provenientes dos países centrais.

Retomando a crise de 1960, esta evidenciou de certa maneira alguns pontos de estrangulamento na economia. Coube ao governo detectá-los e elaborar um plano para sair da recessão. Mais uma vez na história econômica brasileira, o intervencionismo estatal foi “peça-chave” para lograr dinamismo econômico, em especial no período de 1968-73 e nos anos subsequentes, que Barros de Castro e Pires de Souza (1985) denominaram “marcha forçada”.

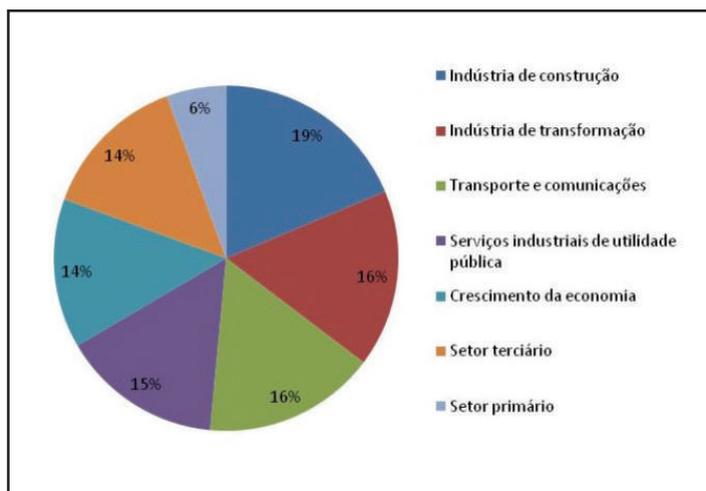
A evolução favorável de diversos setores foi influenciada por políticas governamentais específicas. Assim, a agricultura beneficiou-se de farto volume de crédito concedido pelas autoridades monetárias, as taxas subsidiadas e que foi uma das causas principais da expansão monetária no período. **Destaca-se o surgimento da soja como produto de importância crescente na pauta de**

**exportação e consumo interno**, enquanto o café perdia peso relativo dentro do setor agrícola e no total das exportações. Ocorreu também no período um processo acentuado de mecanização da agricultura brasileira, com efeitos de demanda importantes sobre o setor industrial (LAGO, 1990, p. 239, grifo nosso).

## O Milagre Econômico de 1968-1973

As políticas de investimento do governo no período de 1968-73 constituíram fator impulsionador do crescimento global da economia, em particular da indústria de bens de capital. Entre 1966 e 1975, os investimentos globais das principais empresas estatais demonstraram que os setores nos quais os investimentos se destacaram foram o de energia elétrica (com 55% dos investimentos em 1966-69, e 43% do total entre 1970 e 1975) e o de petróleo e petroquímica (com, respectivamente, 19% e 21% dos investimentos). As ferrovias mantiveram uma participação constante com 12%, e os investimentos no setor de telecomunicações aumentaram de 6% para 9% do total. A participação do ano subiu de 4%, (em 1966-69) para 9% (em 1970-75), e os investimentos na mineração passaram de 4% para 6% (LAGO 1990).

Os dados da Figura 1 mostram os expressivos números da economia, em especial dos setores estatais de transporte e comunicações, e dos serviços de utilidade pública, que de certa maneira impulsionaram outros setores e foram anteriormente o fator preponderante a lograr êxito à economia brasileira durante o “Milagre Econômico”.



Fonte: Lago (1990).

Figura 1: Crescimento da economia no período 1968-1973.

Em meio a esse surto econômico, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)<sup>9</sup> no ano de 1973, marcando um forte intervencionismo do

governo na condução da política econômica para garantir o sucesso do “Projeto Nacional Desenvolvimentista”. O propósito dessa empresa seria dinamizar a agricultura nacional, via produção de pesquisa e tecnologias adequadas às condições edafoclimáticas brasileiras; servir aos interesses do desenvolvimento da economia, tanto para a diversificação de produtos agropecuários e alimentos destinados à população urbana em crescimento, quanto para fornecimento de matéria-prima à indústria; e, em especial, diversificar a pauta de exportações, já que a partir da década de 1950 o café brasileiro perdeu espaço para outros produtores no mercado mundial, devido à baixa qualidade dos grãos.

Após 1930, os formuladores da política econômica perceberam que não podiam ficar reféns de um único produto direcionado à exportação. O “boom de *commodities*” ocorrido no início da década de 1970 foi mais um incentivo às exportações agrícolas dos países periféricos. Esses fatores contribuíram para o entendimento da criação da EMBRAPA, justamente em meio ao Milagre Econômico, como mais uma estatal criada para servir de base de sustentação do “Projeto Nacional Desenvolvimentista”, Este, por sua vez, deveria ser realizado via industrialização, contando com suporte de um setor agrícola dinâmico e capitalista.

Inserido nessas colocações, é nítido que a opção do governo, principalmente pós-1964, foi a agricultura capitalista. Assim, a EMBRAPA foi criada para dar suporte à agricultura capitalista. A opção estatal por esse tipo de agricultura explica em parte o seu sucesso atual, sendo que hoje o agronegócio constitui um dos setores mais dinâmicos e bem-sucedidos da economia brasileira. Esse entendimento permite compreender outro motivo da não ocorrência da reforma agrária nas últimas décadas: os latifundiários ainda são parte do aparelho estatal nos meios político, econômico e jurídico. A estes convém o incentivo da agricultura capitalista e a retirada dessa reforma da pauta de programas governamentais.

Cabe lembrar que todo o dinamismo experimentado durante o “Milagre Econômico” teve na agricultura peça fundamental, que desde 1965 passou a ser beneficiada por vários incentivos e programas de modernização. O Sistema Nacional de Crédito Rural constituiu um exemplo de política pública de fomento irrestrito à diversificação e dinamismo do setor agrícola, que garantiu a melhoria dos índices de produção graças à incorporação de insumos (fertilizantes, máquinas e defensivos agrícolas) financiados por esse programa.

As altas taxas de crescimento após 1968 resultaram de uma nova etapa de desenvolvimento capitalista. Foi possível aperfeiçoar e modernizar a estrutura já existente, além de consolidar o caráter associado ao capital internacional do novo desenvolvimento.

## **A Recessão Mundial e o II PND: O Crescimento em Marcha Forçada**

Após 1973, foi inaugurada uma nova fase B do ciclo longo de Kondratiev, implicando em relativo estrangulamento do comércio exterior e obrigando as economias de países periféricos a desenvolverem formas de substituição de importações, ou seja, um crescimento direcionado “para dentro” e acompanhado da diminuição do ritmo de exportações, impulsionada na fase anterior. (RANGEL, 2005b). Essas colocações podem ser corroboradas pelos dados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Percentual de exportações mundiais no período de 1960 a 1979.

	1960-73		1973-79	
	Índices	% a. a.	Índices	% a.a.
Mundo Capitalista	278	8,1	130	4,5
Mundo Capitalista Desenvolvido	297	8,7	136	5,3
América do Norte	247	7,2	131	4,6
Mercado Comum Europeu	306	9,0	136	5,6
Japão e Israel	607	14,8	155	7,6
Mundo Capitalista Subdesenvolvido	242	7,0	120	3,1

Fonte: Rangel (2005b).

Na Tabela 1 é possível observar que houve uma redução das taxas de exportação tanto em países capitalistas desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos. Assim, a perda de ritmo das exportações mundiais no período de 1973-1974 está associada diretamente à crise do petróleo, que prenunciou a fase B do quarto Kondratiev.

Diante de um cenário depressivo da economia mundial, quais caminhos o Brasil deveria trilhar? A opção do Brasil não foi pelo ajustamento, como fizera na época grande parte dos países capitalista (EUA, Holanda e Alemanha) e até mesmo o México. Esses países realizaram um “ajustamento de suas economias, mediante políticas de desaquecimento acompanhadas da elevação gradual ou mesmo desregulação dos preços dos derivados de petróleo.” (CASTRO e SOUZA, 1985, p.29).

Para Barros de Castro e Pires de Souza (1985), a escolha feita em 1974 de continuar o crescimento contém alta dose de racionalidade econômica, já que conformava uma estratégia econômica oportuna e promissora.

Ao analisar o II PND, (Plano Nacional de Desenvolvimento) lançado em 1974<sup>10</sup>, os autores citados concluem que esse plano, ao propor para objetivo principal “cobrir a área de fronteira entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento”, tinha como uma das áreas de atuação a consolidação de uma economia moderna mediante implantação de novos setores, criação e adaptação de tecnologias, e ajustamento “às novas realidades da economia mundial”. Assim, esse projeto reconhecia a vulnerabilidade da economia brasileira frente às fontes de energia e buscava atingir várias metas para construção de uma moderna economia industrial, contudo através de investimentos em autoabastecimento e desenvolvimento de “novas vantagens comparativas”.

Para corroborar essa tese, os autores destacam que a metalurgia e petroquímica, atividades particularmente energéticas e intensivas de desenvolvimento tecnológico, receberam muita atenção no II PND. Este também procurava superar alguns “pontos de estrangulamento” visíveis na economia brasileira, que ainda não fora de fato afetada pela

Crise de 1973, como as atividades ligadas à produção de insumos básicos (química pesada, siderurgia, metais não ferrosos e minerais não metálicos) e de bens de capital-departamento I. (CASTRO e SOUZA, 1985).

Diante dessas colocações, Barros de Castro e Pires de Souza afirmam que a estratégia de 1974 não consistia em postergar problemas, mas atacava pontos da estrutura produtiva nacional em busca de uma redução da dependência externa de importações, em especial a energética. E essa perspectiva estava correta, tendo em vista que em 1979 houve mais um agravamento da Crise do Petróleo no cenário mundial.

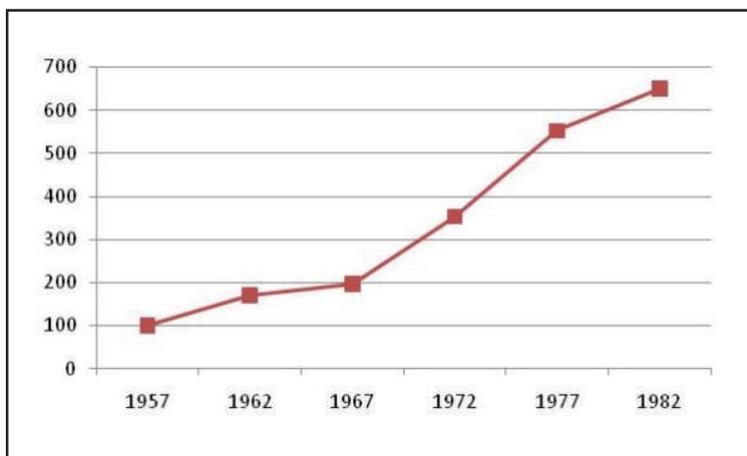
Meu entendimento do II PND é, como vimos, diferente. Trata-se de um plano cujas propostas centrais encontram-se profundamente marcadas pela consciência de que o mundo se encontrava mergulhado em grave crise, que tornou patente a vulnerabilidade da economia brasileira [...] (CASTRO E SOUZA, 1985, p. 44)

Hermann (2005) também corrobora com essa ideia, porque no ambicioso II PND era necessário, se considerarmos o momento econômico brasileiro:

[...] Uma forte desaceleração econômica naquele momento implicaria riscos e custos elevados para as empresas investidoras, bem como para os bancos envolvidos no financiamento dos novos empreendimentos. Havia, portanto, uma forte demanda empresarial pela continuidade do crescimento. Por razões políticas, o atendimento dessa demanda interessava ao governo Geisel, que, tal como o governo Castello Branco, buscava a legitimidade do poder pelo crescimento econômico. (HERMANN, 2005, p. 101)

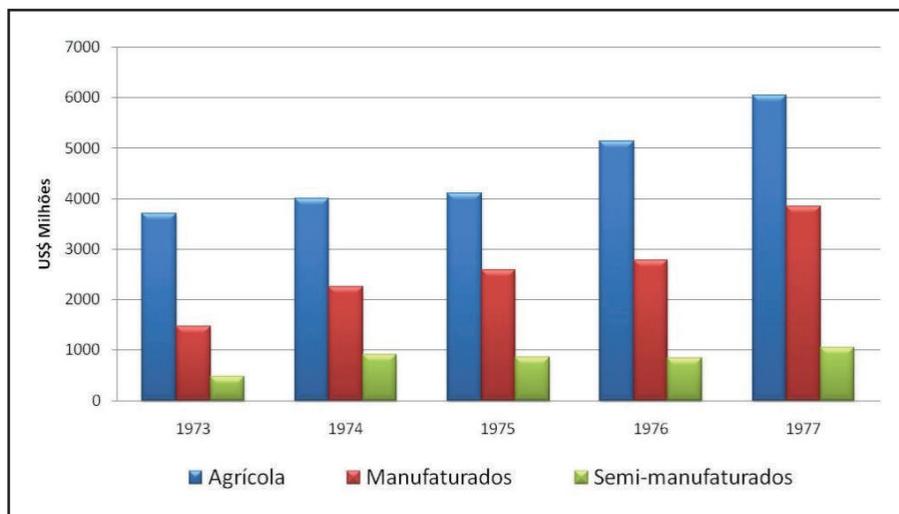
De acordo com essa ideia, o II PND era pretensioso, se considerarmos a conjuntura internacional totalmente desfavorável após o primeiro choque no preço do petróleo no mercado internacional. O mundo, em especial o capitalista, entrou em fase recessiva do quarto ciclo de Kondratiev. Entretanto, o Brasil continuou com um plano ousado, que lhe rendeu o apelido de “ilha da prosperidade” até 1980. “Entre 1975 e 1980, a produção industrial brasileira esteve crescendo à razão de 7,6% ao ano, contra o crescimento de 10,4% obtido no período de 1965-70 e os 4,5% ao ano alcançados no período 1975-80, no mundo capitalista” (RANGEL, 2005a, p.712). Isso ocorreu porque, apesar do efeito depressivo do ciclo longo, o período de 1973-1980 correspondeu à fase ascendente do nosso ciclo breve, garantindo sucesso ao II PND. E como vimos anteriormente, o Brasil sempre conseguiu reagir bem aos períodos recessivos da economia mundial.

Os índices positivos obtidos pela economia brasileira após 1976, como se pode observar nas Figuras 2 e 3, corroboram a tese de Castro e Souza (1985). De 1973 a 1980, graças à opção de financiamento, a economia brasileira obteve êxito nesse tipo de política, incluindo as exportações, que apresentaram aumento significativo. Mesmo no cenário “sombrio” de crise mundial, o Brasil continuava a adotar a política de substituição de importações.



Fonte: Rangel (2005a).

Figura 2: Produção industrial no Brasil no período de 1957-1982.



Fonte: Homem de Melo (1979).

Figura 3: Exportações agrícolas, semimanufaturados e manufaturados no período de 1973-1977.

Em relação à “opção de 1974” e os êxitos da economia após a primeira Crise do Petróleo, Serra pontua:

É importante notar que, considerando o período 1973-80 em seu conjunto, tal desaceleração esteve longe de configurar uma situação depressiva, pois o crescimento médio do PIB superou ligeiramente os 7 por cento ao ano, taxa que corresponde à tendência histórica do pós-guerra, significativamente mais elevada do que a correspondente às economias não exportadoras de petróleo, desenvolvidas ou subdesenvolvidas (SERRA, 1982, p.118) .

## **A Dinamização da Agricultura e as Novas Configurações Espaciais: A Expansão do Plantio de Soja no Território Nacional**

Segundo Delgado (1985), a partir de 1965, três inovações foram introduzidas no sistema de incentivos da política econômica e da política monetária. Essas mudanças beneficiaram a agropecuária em geral, aparecendo como peças-chaves do novo arranjo de medidas para esse setor.

- a) O aparecimento do Sistema Nacional de Crédito Rural, subsídios agrícolas à modernização da agricultura.
- b) Medidas de subsídios à exportação, sob a forma de isenções, créditos fiscais e taxas de juros favorecidos (dec. lei nº 491/69 e vasta legislação de decretos e portarias subsequentes).
- c) Adoção do sistema de minidesvalorização (1968), em vez de taxa de câmbio fixa, sujeita a grandes desvalorizações.

Delgado (1985) enfatiza que a nova política cambial pós-1968, com incentivos fiscais e financeiros à exportação de manufaturados e produtos das agroindústrias, modifica sensivelmente a estratégia expropriatória dos anos 1950. A forma de articulação de uma política monetária específica, com vistas a viabilizar simultaneamente exportações agroindustriais e modernização agropecuária, constituiu uma nova e importante estratégia que foi sendo definida no final da década de 1960, e que se manteve com relativo êxito até o final da década de 1970.

Através da análise de dados, é possível constatar que a contribuição dos produtos primários respondeu por uma parte considerável do aumento das exportações no período de 1968-1973. E o aumento mais notável, sem dúvida, foi o da exportação da soja, cuja participação no total aumentou de apenas 1,9% (em 1967-1968) para 19,8% em 1973. (LAGO, 1990).

O incentivo à exportação também fazia parte da política estatal de aceleração do desenvolvimento, como as políticas de minidesvalorizações cambiais lançadas em meados de 1968, que estimulavam as exportações. Porém, sem desconsiderar que durante o governo Castelo Branco já haviam sido criados incentivos fiscais e creditícios em benefício das mesmas. E por que incentivar as exportações? Quais benefícios favoreceram a economia? Como o departamento I encontrava-se em formação, ainda em fase pré-industrial, tendo em vista que o Brasil iniciara sua industrialização via substituição de importações

através do departamento II, era necessário aumentar as exportações e as divisas para suprir as necessidades da demanda de máquinas e equipamentos, que não podiam “ainda” ser produzidos internamente.

Como nesta, ao final da fase A do ciclo longo de Kondratiev havia liquidez suficiente no mercado internacional de capitais para absorver os anseios de aumento de exportações, tanto de produtos manufaturados como primários.

É importante destacar que o crescimento da economia mundial, no início da década de 1970, ganhou mais dinamismo com o “boom de *commodities*” ocorrido a partir de 1972. Nesse panorama positivo para as exportações dos produtos primários (durante fase A do Kondratiev havia maior necessidade de matérias-primas, alimentos e mercados consumidores periféricos), a taxa de crescimento dos exportáveis (sem o café) no período de 1968 a 1976 foi de 9,79%, enquanto a taxa dos domésticos era de 3,32%, favorecendo os primeiros pelos bons preços no mercado internacional e por políticas econômicas de incentivo às exportações.

A política governamental desempenhou papel importantíssimo em relação ao aumento das exportações, cabendo destacar que a partir de 1968 o Conselho de Comércio Exterior definiu novos objetivos de atuação: aumentar a competitividade dos produtos brasileiros; diversificar as exportações, em especial dos produtos manufaturados e semiacabados; e manter o suprimento de matéria-prima importada, bens intermediários e de capital a preços estáveis, sem prejudicar a industrialização. (LAGO, 1990).

A partir da definição desses objetivos, o governo implantou medidas fiscais e creditícias diretas, política cambial mais flexível e outras medidas indiretas (melhoramento de infraestrutura de transporte, distribuição e comercialização, promoção governamental no exterior de alguns produtos de exportação) que aumentaram consideravelmente a “participação do Brasil no comércio exterior, a qual passou de 0,88%, em 1967-1968, para 1,20% ,em 1972-1973” (LAGO, 1990, p. 276).

As políticas cambial e de comércio exterior foram bem sucedidas após 1968, tanto no aumento das exportações quanto das importações, contribuindo para alavancar a economia nacional. Isso também se deveu a uma melhor atuação do Cacex, (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) que garantiu maior diversificação dos mercados e abertura para o exterior.

Entre as estatais que tiveram papel-chave durante esse período, cabe destacar as que ofereciam crédito para financiar equipamentos destinados em especial à produção agrícola. “No período de 1967 a 1973, cresceu a participação do Banco do Brasil no crédito rural, que passou de 53,3%, em 1967-1968, para 67,4% em 1972-1973” (LAGO, 1990, p.262).

Cabia às empresas estatais se mobilizar no sentido de fazer cumprir as metas propostas no II PND. Como o sistema EMBRAPA havia sido criado recentemente, a este também foi delegada a função de auxiliar no crescimento de 7% da agricultura estipulado pelo referido plano, e na meta de aumentar as exportações em aproximadamente 2,5 vezes o volume de então.

A soja já despontava com produto na pauta de exportações superior a US\$ 50 milhões, em 1972. Os formuladores de políticas para fomento ao setor agrícola, já em julho de 1974, encomendaram a alguns pesquisadores da EMBRAPA um projeto de

implantação do Centro Nacional de Pesquisa da Soja. O objetivo era incentivar o cultivo dessa oleaginosa, tendo em vista a importância do crescimento desse produto na pauta de exportação (como mostra a Tabela 2) e os excelentes preços no mercado mundial. Em resumo, o II PND tinha a pretensão de galgar para o Brasil o posto de potência internacional e a EMBRAPA era uns dos instrumentos utilizados na concretização de tal projeto.

Tabela 2 - Exportação agrícola (US\$ milhões).

Ano	Produtos de exportação superior a US\$ 50 milhões
1953	Algodão, cacau, café
1954	Algodão, cacau, café
1955	Algodão, cacau, café
1956	Algodão, cacau, café
1957	Cacau, café
1958	Cacau, café
1959	Cacau, café
1960	Açúcar, cacau, café
1961	Açúcar,, algodão, café
1962	Algodão e café
1963	Açúcar, algodão, café
1964	Algodão, café
1965	Açúcar, algodão, café
1966	Açúcar, algodão, café, cacau
1967	Açúcar, algodão, café, cacau
1968	Açúcar, algodão, café, milho
1969	Açúcar, algodão, café, cacau
1970	Açúcar, algodão, café, cacau, milho, carne bovina
1971	Açúcar, algodão, café, cacau, milho, carne bovina,
1972	Açúcar, algodão, café, cacau, carne bovina, óleo de mamona, <b>soja</b>
1973	Açúcar, algodão, café, cacau, milho, carne bovina, óleo de mamona, <b>soja</b> , sisal, fumo
1974	Açúcar, algodão, café, cacau, milho, carne bovina, óleo de mamona, <b>soja</b> , sisal, fumo

Fonte: Homem de Melo e Zockun (1977, p.15; grifo nosso)

Por isso discorda-se em parte com Homem de Mello e Zockun (1977), quando estes destacam que houve uma falta de políticas de estímulo às exportações agrícolas no final da década, o que de certa forma resolveria o problema do equilíbrio da balança de pagamento pós-1973. Basta analisar a criação de vários Centros Nacionais de Pesquisa de produtos agrícolas e pecuários no período de 1974 a 1977. É evidente que não era uma política de curto prazo, como parecem apontar os autores quando dizem que o governo foi negligente com esse setor e não reconheceu seu papel para que a economia

superasse a difícil situação pós-1973<sup>11</sup>. Havia sim uma preocupação do governo em nível macroeconômico, no sentido de criar um projeto de pesquisa agropecuário nacional para dar suporte ao setor industrial, garantir alimento barato à população, fornecer produtos para agroenergia e manter o equilíbrio da balança comercial via aumento das exportações agrícolas, mesmo numa fase depressiva da economia mundial<sup>12</sup>.

Cabe ainda destacar que a expansão da demanda internacional por soja posteriormente avançou para o mercado interno, substituindo os óleos de amendoim e algodão, a gordura de coco e de banha de porco. O início dos anos 1970 marcou também a instalação dos sistemas de produção industrial de aves de corte no Brasil, provocando aumento da demanda de farelo de soja destinado à ração animal no mercado interno.

Assim, a configuração espacial do espaço rural e urbano, em especial da região Centro-Sul, recebeu novos objetos (cooperativas, agroindústrias, empresas de pesquisa agrícola, casas de comércio de insumos, escritórios para atender as mais variadas demandas da agricultura científica, maquinários, aviões para aplicação de defensivos, efetiva ampliação da rede de transportes, estradas, portos, bancos direcionados ao crédito rural e modernização das comunicações) e novos arranjos (favelas, vilas abandonada no campo, fim das festas rurais, migrações pendulares dos trabalhadores volantes e outros). Contudo é pertinente afirmar que, após o aumento do plantio da soja nessa região, as relações existentes entre campo e cidade tornam-se mais complexas, como apontam Santos e Silveira (2001), requerendo uma análise criteriosa por parte do pesquisador com a finalidade de apontar as novas especialidades.

Cabe salientar ainda que a expansão da soja no território brasileiro estava atrelada a uma política econômica agressiva de inserção do Brasil no mercado mundial de *commodities*, como uns dos maiores produtores e exportadores. Nesse ínterim, a soja foi o “carro chefe” responsável pela modernização e dinamização da agricultura nacional. Enfim, o campo tornou-se o “*locus*” da modernidade, em parte graças ao complexo sojicultor, modificando assim os arranjos e configurações das paisagens rurais e urbanas, com conseqüente geração de uma série de metamorfoses no espaço habitado. Todas essas transformações afetaram de modo radical a estrutura fundiária, provocando um processo de concentração. No entanto, a pequena produção permaneceu no Centro-Sul durante o pós-1970, conforme demonstram várias pesquisas.

## Considerações finais

Conclui-se que o pacto de poder, instituído na década de 1930 entre os latifundiários e a burguesia nacional nascente, criou a base institucional política e econômica para a construção de um projeto autônomo de desenvolvimento. Nesse contexto, a dinamização do mercado interno foi importante para a política econômica, sendo condição *sine quo non* à acumulação do capital direcionado ao setor industrial. O espaço geográfico nacional, assim, passou a receber vários objetos e ações direcionadas ao atendimento da crescente demanda dos mercados interno e externo.

Esse posicionamento torna-se claro quando se evidencia que, após 1930, foram instalados mecanismos de defesa do nacional desenvolvimentista pautado na industrialização, via substituição industrial das importações e dinamização da agricultura para

atender ao mercado interno, aumentar as exportações com vistas a produzir saldo na balança comercial e garantir importações de bens de capital. A partir de então, o incremento das exportações agrícolas era sustentado pela infraestrutura industrial e a crescente importância do mercado interno.

Portanto, o entendimento do setor agrícola como sustentáculo do Projeto Nacional Desenvolvimentista, obviamente subordinado à industrialização, recebeu maior atenção no governo militar do que nos governos anteriores. Foi durante esse período que tiveram início as mudanças mais profundas na base técnica da agricultura, ou seja, o processo de modernização deslanchou graças ao suporte de várias políticas estatais. Nesse contexto, a cultura da soja, que apresentava ótimos preços no mercado internacional especialmente após 1972, recebeu atenção singular do governo. A partir deste fato, ocorre um crescimento espantoso desse cultivo no território nacional, dando novas configurações e arranjos ao espaço rural e às estruturas sociais nele tecidas.

### Referências Bibliográficas

CASTRO, A. B. e SOUZA, F. E. A. P. *A economia brasileira em marcha forçada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985

CONZ, R.L e MENDONÇA, M. G. Sobre a questão do planejamento econômico no Brasil (1930-2000). *Revista de Economia e Relações Internacionais*. v. 3, n.6, janeiro de 2005, p. 20-37.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP, 1985

HERMANN, J. Reforma, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico. IN GIAMBIAGI, F. et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Editora Campus, p.93-115, 2005.

HOMEM DE MELLO. F. B. A agricultura de exportação e o problema da produção de alimentos. *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 9, n.03, set-dez. 1979, p.101-121.

HOMEM DE MELO, F. B. & ZOCKUN, M. H. G. P. Exportações Agrícolas, balanço de pagamento e abastecimento do mercado interno. *Revista Estudos Econômicos*, v.7, n.2, maio/agosto, 1977, p.9-50.

LAGO. L. A. C. A retomada do crescimento e as distorções do “Milagre”. IN: ABREU, M. P. (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 233-294, 1990.

PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Brasiliense, 2003

RANGEL, I. *Obras Reunidas I*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Obras Reunidas II*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Editora Record, 2001.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira de após-guerra: a crise recente. *Revista de Economia Política*, São Paulo. v. 2, n.7, jul-set. 1982, p. 111-135.

SORJ, B. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Recebido em 2/04/2010 Aceito em 14/11/2010

---

<sup>1</sup>A Revolução de 1930 pode ser explicada a partir da conjuntura da economia internacional, ou seja, ela teve relação direta com o período depressivo do 3º Kondratieff (1920-1948) e com o fim da hegemonia industrial britânica e da economia agroexportadora. Inaugurou o período de expansão da economia nacional sob dinamismo próprio, que interessava tanto às oligarquias rurais regionais voltadas ao mercado interno, como aos industriais que puderam acelerar o processo de substituição de importações. (MAMIGONIAN, 2005.)

<sup>2</sup>A partir da década de 1950, torna-se nítido que, com o crescimento da industrialização brasileira, nasce a necessidade de mudanças na base técnica da agricultura, tais transformações conduziram ao processo de modernização, impulsionado efetivamente após a instalação do governo militar. Delgado (1985) afirma que os governos militares procuraram estratégias de desenvolvimento para o setor agropecuário. É possível visualizar políticas econômicas para a agricultura entre

<sup>3</sup> Esse projeto procurava construir um país moderno e acabar com a “vocação natural” agrária e exportadora do Brasil. Assim, foi delegando à agricultura uma nova função: o apoio irrestrito ao processo de industrialização, via oferta de alimentos para a população urbana. O objetivo era garantir a reprodução da forçá de trabalho e a diversificação dos produtos direcionados ao mercado externo.

<sup>4</sup> A dualidade é uma lei fundamental da economia brasileira, formulada por Rangel. Para ele, a economia nacional se rege basicamente por duas ordens de leis de tendências, que imperam respectivamente no campo das relações internas e relações externas de produção. (RANGEL, 2005a.)

<sup>5</sup> O pacto de poder pode ser definido por uma coalizão de forç s de diferentes frações das classes dominantes brasileiras.

<sup>6</sup> Retomando a teoria dos ciclos econômicos, podemos entender esse período singular na economia brasileira inserido nos últimos anos da fase A de Kondratiev. Em 1973, inaugurava uma fase de recessão mundial deflagrada pela Crise do Petróleo. O Brasil aproveitou bem esses últimos movimentos de “bonanç a” emitidos pelos países centrais capitalistas.

<sup>7</sup> Durante o governo de Castelo Branco (julho de 1964   març o de 1967), a política econômica foi formulada por Roberto de Campos (ministro do Planejamento) e Octávio G. de Bulhões (ministro da Fazenda), ambos de perfil ortodoxo.

<sup>8</sup> As reformas econômicas (bancária, mercado de capitais e tributária) foram realizadas concomitantemente a uma forte repressão da sociedade civil. Os empresários se sentiam confortados com a política do governo militar, pois de uma forma geral, no período de 1964-1973 (em especial a partir de 1968), essa política era favorável ao lucro em detrimento dos salários.

<sup>9</sup> Em relação ao endurecimento do regime após a posse de Costa e Silva, é importante analisar o “ato institucional n  5”, de dezembro de 1968. Com esse documento, o governo assumiu novamente todos os poderes em resposta   tímida vontade da sociedade civil de redemocratizar o país e aos movimentos estudantis que se tornaram atuantes em todo o mundo após o famoso episódio ocorrido em maio de 1968.

---

<sup>10</sup> A EMBRAPA é fruto do Milagre Econômico, ao lado de alguns institutos de pesquisa, como é caso do IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná). Esse instituto foi criado em 1972 pelo governo paranaense, em consequência da mobilização da sociedade civil organizada da região norte do Paraná (a mais dinâmica do estado) e dos produtores que necessitavam de inovações agrícolas, em especial para as culturas temporárias substituintes do café naquele momento. Portanto, a euforia do governo federal, que contagiou os estados e várias instituições em todo território nacional, é fruto desse momento.

<sup>11</sup> Em 1974, assumiu a presidência o general Ernesto Geisel. Esse governo formulou e executou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com destaque para a busca da manutenção do crescimento *a qualquer custo*.

<sup>12</sup> No que se refere a não realizar uma desvalorização cambial mais acentuada ou inserção genérica de impostos indiretos, discordamos com os autores. No entanto, discordamos da afirmação de que havia falta de uma política para o setor rural. Faltou, isto sim, a realização de uma “leitura” mais cuidadosa do que representava a EMBRAPA dentro do projeto de desenvolvimento nacional e na amplitude da política e planejamento econômico do governo militar.

# Sustentabilidade na Agricultura e Geografia Agrária: O Contexto da Agricultura Orgânica no Rio de Janeiro

## Agricultural Sustainability and Agrarian Geography: The Context of Organic Agriculture in Rio de Janeiro State

Regina Cohen Barros

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Seropédica, Brasil

**Resumo:** A preocupação que orienta o presente trabalho é subsidiar os atuais debates sobre as dinâmicas recentes do espaço rural brasileiro, inserindo-o no escopo da geografia agrária; analisando especificamente o estado do Rio de Janeiro, que passa por transformações provocadas pela intensificação da urbanização no campo; e redefinindo os conceitos “rural” e “urbano” para a geografia, a partir das mudanças geradas pelo processo histórico e pela lógica capitalista de desenvolvimento. A agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro emergiu no setor da horticultura e na mesma região de domínio dessa atividade no estado – a região serrana fluminense. Como a olericultura só era cultivada nos moldes convencionais, a agricultura orgânica se voltou para o mercado consumidor da região metropolitana, sendo, contudo, comercializada através de nova estrutura que garantia a procedência orgânica dos produtos. Inicialmente, os produtores eram de base urbana e iniciavam um novo negócio. O crescimento das oportunidades do produto orgânico no mercado metropolitano do Rio de Janeiro e uma maior divulgação dessa prática agrícola atraíram novos produtores, requerendo um processo de conversão para aqueles agricultores já envolvidos na horticultura convencional.

Palavras-chave Agricultura Orgânica, Interação Rural-urbana, Rio de Janeiro

**Abstract:** The aim of the present study is to contribute to current debates in Agrarian Geography concerning the dynamics of Brazilian rural space as exemplified by the case of Rio de Janeiro State. Rio de Janeiro presently is experiencing rural transformation provoked by the increasing urbanization of the countryside so redefining the geographical concepts of “rural” and “urban” within historical and contemporary processes of capitalist development. Within this general process, organic agriculture has emerged within vegetable farming in the Região Serrana Fluminense. As most vegetable production in this region is undertaken using conventional modern methods, organic farming for the metropolitan market is marketed through new separate channels so as to guarantee product authenticity. In the beginning, farmers were of urban origin, but as organic production expanded in response to increasing urban demand, some local farmers shifted from conventional to organic methods.

Keywords: organic agriculture, rural-urban interaction, Rio de Janeiro.

## Apresentação

A preocupação que orienta o presente trabalho é subsidiar os atuais debates sobre as dinâmicas recentes do espaço rural brasileiro, inserindo-o no escopo da geografia agrária; analisando especificamente o estado do Rio de Janeiro, que passa por transformações provocadas pela intensificação da urbanização no campo; e redefinindo os conceitos “rural” e “urbano” para a geografia, a partir das mudanças geradas pelo processo histórico e pela lógica capitalista de desenvolvimento.

Wanderley (2001) aponta que, na visão clássica da relação rural-urbana, a ótica dualista era predominante, reafirmando a dicotomia onde o rural e o urbano são tratados como descontínuos, isolados e antagônicos, e o papel das cidades é o de focos centrais. Tais elementos estiveram presentes nos estudos dos geógrafos. Segundo Ferreira (2002), nos anos 1960, nos países onde o capitalismo já se mostrava avançado, e no início da década de 1980, no Brasil:

(...) com os processos de modernização da agricultura e urbanização do campo, o rural se esvazia de significado como categoria analítica e que essa ideia de declínio rural se expressou muito pelo esvaziamento demográfico tendo consequências sociais e ambientais sérias.

Com relação à reconstrução do conceito de “rural” já nos meados de 1990, Graziano da Silva e Campanhola (2002) afirmam que, com a emergência de novos atores sociais, os espaços rurais passaram a ser vistos como “territórios do futuro”. E novamente, Wanderley (2000) complementa que a relação sociedade-natureza passa a ter novo significado: o rural além do espaço de atividades produtivas torna-se um espaço de modos de vida com a preocupação ambiental. Um lado considera o rural como resíduo a ser eliminado em nome do progresso, enquanto o outro diversifica-o como alternativa ao desenvolvimento econômico a partir de novos usos e funções.

O espaço rural atualmente passa por mudanças que interferem em especial nas suas funções e conteúdos sociais, sendo necessários estudos para que sejam superadas as visões dicotômica (cidade/campo) e de *continuum* (cidade em expansão para o campo) em prol de uma visão de interação do rural-urbano.

Graziano da Silva (1997, p.43), referindo-se a essas transformações no meio rural brasileiro, aponta que este se urbanizou nas duas últimas décadas como resultado do “processo de industrialização da agricultura de um lado e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural”.

Por outro lado, Veiga (2002) traz em seus estudos uma nova visão para as pesquisas em geografia agrária, afirmando que o Brasil não é tão urbano quando se fala, isto é, a maioria das cidades brasileiras vive das atividades rurais. Sendo assim, a população levantada como urbana é, portanto, também rural.

O capitalismo, ao longo de sua história, atua de modo desigual sobre o espaço geográfico e, com isso, leva uma série de combinações particulares para cada parcela desse espaço onde se concretizam as práticas sociais. Esse processo de diferenciação espacial continua e é nele que a globalização acontece. Segundo Corrêa (2002), “o capitalismo necessita de diferenças sociais e espaciais, e o que se verifica é uma rediferenciação do espaço”.

Ocorrem transformações no campo e na cidade, levando ao enfraquecimento dos limites entre o rural e o urbano tradicional, com o estabelecimento de novas formas de articulação entre esses espaços e a emergência de novos atores e territórios. Segundo Rua (2001), surgem as “ruralidades e urbanidades”.

Esses processos de reestruturação espacial decorrem de mudanças sociais em andamento tanto no espaço agrário quanto no espaço urbano, em especial no metropolitano. Essas transformações acontecem no âmbito do trabalho: amplia-se o desemprego (quer rural, quer urbano), assim como são exigidos novos usos, estratégias e formas de organização. Para Saragoussi (2002), torna-se importante identificar os novos agentes que se formam na reorganização e reestruturação de espaço rural. O autor complementa enfatizando que a histórica dominação do urbano sobre o rural “vem sendo confrontada graças à divulgação das experiências dos movimentos sociais e comunitários, e das populações tradicionais, da sua entrada nas discussões internacionais como atores e não mais como sujeitos de estudos” (p.

A ênfase dada às questões que dissociam o rural do urbano, amplamente utilizada em atividades voltadas para estudos principalmente de planejamento e desenvolvimento econômico, vem sendo questionada. Reafirma-se a importância de se considerar o processo de desenvolvimento como um todo, para uma melhor compreensão da realidade. O novo modelo analítico propõe interdependência, comunicação e complementaridade entre o urbano e o rural.

A busca para desenvolver uma nova ideia de rural contemporâneo requer a adoção de novos objetos e ações, dentro da cada especificação relativa ao meio social onde se insere o espaço rural. Alguns autores distinguem o rural do urbano levando em consideração as “urbanidades” no rural, isto é, detectam as identidades que diferenciam rural/urbano e os formatos que os aproximam, fazendo disso uma nova forma de interação.

Conceituar “rural”, para os autores Siqueira e Santos (1999), envolve uma significativa complexidade que nos remete aos limites de ação, percepção e compreensão da realidade, temporalidade e representações socioeconômica e política da diferenciação do urbano.

A base do conceito de “rural”, para esses autores, está na dimensão econômica, porque a partir dela vinculam-se as demais formas de diferenciação do urbano, identificadas pela atividade produtiva, proximidade com a natureza, homogeneidade sociocultural da população e menor complexidade das relações pessoais, se comparadas ao urbano.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) separa o rural do urbano tomando uma decisão muito mais política do que técnica, e assume que este procedimento precisa ser repensado para os dias de hoje.

Silva (1997), ao abordar a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano, refere-se ao “novo rural” como um “*continuum*” do urbano. Esse processo surge como um contraste à clássica dicotomia rural-urbano, que é representada por duas realidades sociais diferentes: o velho e o novo, o atraso e o progresso, as propriedades rurais e as fábricas (indústrias).

Especificamente no contexto agrícola fluminense, Carneiro (2003) explica que o estado do Rio de Janeiro apresenta particularidades, em particular as referidas imbricações dos universos culturais do ‘rural’ e do ‘urbano’, sendo facilitadas em sua grande maioria

pela rede viária que interliga as regiões no interior do estado e estas aos demais estados. Ele acrescenta que o estado:

...foi afetado de modo intenso e específico pelo processo de urbanização, a partir dos anos 1940, resultando em uma concentração espacial e setorial da sua economia. Atualmente, mais de 95% de sua população residem em áreas urbanas, sendo que, destas, 76% concentram-se na Região Metropolitana do Rio (IBGE, 1997), que é considerada um grande polo de atração migratória nacional. Essa tendência urbana demonstrada pelos dados demográficos reforça a imagem do estado como um território esvaziado de vocação agrícola, apesar da herança cafeeira e açucareira que já lhe rendeu tantos lucros e histórias. O legado por ter abrigado a Capital Federal por sete décadas e as qualidades geofísicas conferem ao Rio de Janeiro o 'selo' de uma economia e sociedade movidas pela prestação de serviços (Carneiro, 2003, p. 89).

Em decorrência das intensas transformações técnico-científicas pelas quais passa a sociedade contemporânea, e à luz das novas questões que emergem a partir do paradigma do desenvolvimento sustentável, a compreensão do espaço agrário como um novo mundo rural adquire enorme relevância para o estudo da geografia agrária. Essa importância se deve ao fato de o modelo agrícola dominante, baseado em soluções técnicas visando ao aumento incessante da produtividade, passar a ser questionado em função dos problemas sociais e ambientais por ele gerados. E como forma de reversão desse quadro, então, surge todo um movimento voltado para a ocorrência de múltiplas interações que influenciam novas formas, processos, funções e estruturas de organização do espaço. Tais transformações são percebidas em diferentes esferas. Conforme Gonçalves (2004, p.212):

...a revolução verde, com suas sementes híbridas e seu mais recente desdobramento com a biotecnologia dos transgênicos e do plantio direto, está sofrendo mudanças profundas tanto ecológicas quanto sociais, culturais e, sobretudo políticas. À medida que o componente técnico-científico passa a se tornar mais importante no processo produtivo, maior é o poder das indústrias de alta tecnologia que passam a comandar os processos de normatização (candidamente chamados de normas de qualidade). Essas importantes transformações nas relações de poder por meio da tecnologia começaram a ganhar concretude ainda nos anos 50, quando mais de 70% da população mundial habitava o mundo rural.

Nossa contribuição se apoia na concepção de que a geografia, ao adotar a noção de espaço como produto da transformação do ambiente pelo homem a partir do uso das técnicas, tornou-se uma ciência da sociedade. Nesta, o conceito de sustentabilidade aos poucos vem sendo incorporado e, com ele, a noção de desenvolvimento rural sustentável vem ao encontro a uma nova estruturação. Em consequência, o rural se torna mais dinâmico, capaz de manter e atrair a população, bem como gerar renda e emprego (agrícola e não-agrícola). E assim, o meio rural passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, especificamente de fornecimento de alimentos e matérias-primas, mas como um novo espaço com diferentes inter-

relações socioeconômicas, culturais e ambientais, dotado de articulações tanto locais quanto globais.

No decorrer da história, o espaço progressivamente caracterizou-se como resultante da transformação humana, à medida que a natureza foi sendo mais intensamente apropriada e transformada através das técnicas. A partir da Idade Moderna, mais precisamente com o surgimento das práticas capitalistas, as técnicas foram pouco a pouco se desenvolvendo. Com a Revolução Industrial, aceleraram-se as inovações com tamanha intensidade que o espaço produzido passou a ser um meio técnico, no qual ganham preponderância os recursos técnicos em detrimento dos elementos naturais. A ciência se coloca cada vez mais a serviço da descoberta de novas técnicas, geralmente direcionadas para o setor produtivo. A produção diversifica-se extraordinariamente e os bens produzidos, inclusive os instrumentos de trabalho, tornam-se rapidamente obsoletos, impondo sua substituição por outros mais modernos. Este processo ocasiona o aumento incessante do consumo de recursos naturais, legitimado e reforçado pela visão socialmente difundida da natureza como simples objeto da ação humana.

Ao mesmo tempo em que a natureza é cada vez mais utilizada, o espaço produzido pelos homens torna-se mais artificializado, isto é, a relação do homem com a natureza passa a ser mediada pelas conquistas das técnicas e alimentada pela ciência. A fase atual da história da humanidade, marcada pela revolução tecnológica, pode ser chamada de período técnico-científico. Santos (1996) ou como caracterizou mais recentemente Castells (2000) sobre o espaço de era informacional. O próprio espaço geográfico pode ser denominado meio técnico-científico, a partir do momento em que é social. Historicamente, as atividades humanas dependeram da técnica e do conhecimento científico. Na modernidade, porém, ocorre a conjugação da ciência e da técnica, e sua aplicação em todos os aspectos da vida social. Essa situação se verifica a partir do atual processo de globalização em todas as partes do mundo e em todos os países.

Gonçalves (2004) nos alerta, afirmando que um dos processos mais destacados nesse período de globalização neoliberal – muito apropriadamente denominado pelo geógrafo Milton Santos de “período técnico-científico-informacional” – é a velocidade com que as transformações vêm se processando. Desse modo:

...é preciso um pouco mais de rigor na análise, sobretudo porque estamos diante de tensões que envolvem, além das temporalidades naturais, outras temporalidades inscritas e escritas pelos diferentes povos e suas culturas, isto é, as temporalidades ao longo do tempo estabeleceram diferentes relações com o espaço, com a natureza, com a água, com a terra, com o ar, com o fogo e com a vida nas suas diferentes espécies e com seus diferentes tempos (Gonçalves, 2004, p. 240).

Na sociedade contemporânea, as rápidas transformações técnicas promovem a especialização das ciências. Isso resulta em diferentes formas de ação, impondo ao conhecimento um movimento contínuo de renovação. A geografia, enquanto ciência preocupada em estudar as formas de organização do espaço ao longo do tempo, acompanhou essa tendência à especialização. Como resultado, surgiram campos de interesse particulares, originando conhecimentos e aprendizados especializados dentro da mesma. Nessa perspectiva, Ferreira (1998) aponta que o estudo do meio rural desenvolveu-se

de forma bastante particular, tendo sido um dos primeiros campos sistemáticos da geografia. O objeto preferencial da geografia científica institucionalizada, em fins do século XIX e início do século XX, era constituído pelo espaço rural, uma vez que a principal atividade econômica era a agricultura e a organização espacial rural predominava na sociedade.

Na atualidade, os problemas advindos da crise ambiental levam à necessidade de resgatar a visão integradora da geografia, valorizando o espaço geográfico, entendido como interação dos aspectos naturais e sociais.

Reconhecer a necessidade de superar as abordagens setorializadas que produzam conhecimentos específicos, e optar por uma compreensão ambiental com enfoque nos processos e formas de organização do espaço geográfico, isto é, a atuação das sociedades sobre o território.

O modelo desenvolvimentista, intensificado na década de 1960, visou transformar a agricultura brasileira em um setor moderno, enquadrado na lógica do sistema capitalista de produção. O setor agrícola deveria produzir adequando-se ao sistema de comercialização, portanto atendendo às demandas externa e interna da economia, e paralelamente assumir a função de mercado para a produção industrial, objetivando altos níveis de produtividade. Segundo Graziano Neto (1982), tal fato resultou na ampla disseminação do uso de insumos de capital, visando à produção em escala nem sempre adaptada às características locais, que acaba provocando desequilíbrios ambientais. Andrade (1978) já alertara para as consequências desse processo, como o comprometimento da qualidade de vida dos seres humanos, alimentos e seres vivos em geral.

Essas críticas determinam que as políticas de desenvolvimento precisam ser corrigidas, repensadas e adaptadas para atender de fato à realidade local e promover o desenvolvimento rural sustentável, no qual está intrínseca a integração entre qualidade ambiental e desenvolvimento. Assim, é possível garantir melhores condições de vida para as gerações futuras. Becker (1995) indica dois elementos que foram decisivos para a atual tendência de revisão dos modelos de desenvolvimento: a revolução científico-tecnológica, responsável pela transformação da base tecnoprodutiva da economia e geradora de mudanças na organização do trabalho e da produção; e a crise ambiental, que vem estabelecendo novos padrões nas relações com a natureza e seus recursos.

Essas novas preocupações são ressaltadas a partir da década de 1980, pois o modelo de desenvolvimento a qualquer custo, segundo Zuquim (2007), mostrava-se inviável e os problemas sociais e ambientais decorrentes levaram ao surgimento de um novo paradigma: o da sustentabilidade. Esse paradigma estabeleceu um contraponto ao modelo tradicional de desenvolvimento econômico, que tão graves impactos negativos teve sobre a sociedade e o meio ambiente no Brasil. Assim, para os que defendem o novo conceito de sustentabilidade, seria possível produzir reduzindo os impactos sobre o ambiente e garantindo, ao mesmo tempo, justiça social.

Com esse intuito, a Assembleia Geral da ONU, por intermédio da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, definiu o desenvolvimento sustentável:

...é aquele que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a produção da equidade social e preservação do patrimônio natural, garantindo, assim, que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem

comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras. (ONU,1987)

Entretanto, continua Zuquim (2007), mesmo com imprecisões a respeito da sustentabilidade, o conceito alcançou dimensão transdisciplinar e começou a ser utilizado nas mais diversas áreas de conhecimento e em quase todos os documentos oficiais. Ao mesmo tempo, disseminado pela mídia de divulgação, popularizou-se e passou a ser usado também, mais frugalmente, como terminologia da moda por diversos setores da sociedade, inclusive organismos internacionais.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi recebendo diferentes e novas interpretações nos mais diversos setores da sociedade, dentre os quais as ideias de sustentabilidade ampliada, de desenvolvimento do capital humano e social, de desenvolvimento do capital socioambiental, entre vários outros (Zuquim, 2007, p. 106).

Ao se pensar na sustentabilidade em termos de atividades agrícolas, Moreira (2002), abordando as questões agrárias e a sustentabilidade nos dias atuais, afirma que ambas não podem ser dissociadas, especialmente no Brasil. Suas reflexões são provenientes da confluência de três movimentos interpretativos, que referem-se ao esforço para compreender as sociedades capitalistas da “pós-modernidade”, implicando em:

(...) reconhecer a realidade da fusão entre o econômico e o cultural; à incorporação da questão ambiental à análise do social, que impõe superações do pensamento científico herdado, bem como de suas bases epistemológicas, e à compreensão do espaço econômico e social das formas sociais da agricultura familiar no capitalismo (...).

O conceito de sustentabilidade, contudo, vive hoje um grande paradoxo. Apresenta sucesso nas agendas governamentais e não governamentais; está presente nos discursos, programas, financiamentos e projetos norteadores das políticas públicas setoriais voltadas ao desenvolvimento de um novo modelo que pretende alterar os padrões de produção e de consumo. Ao mesmo tempo, há uma luta por mudanças estruturais, no que se refere à cultura contemporânea. Tais mudanças também apresentam um perfil pontual e, em determinadas situações, destinam à população responsabilidades pela preservação, conservação e manutenção de áreas como Áreas de Proteção Ambientais (APAs), Unidades de Conservação (UCs), Áreas de Proteção Permanentes (APPs) e outras denominações.

Bicalho (2003) explica a flexibilidade do conceito de sustentabilidade e admite que o mesmo perpassa por diferentes especialidades profissionais. No entanto, posiciona que a geografia incorporou o conceito mesmo na falta de uma concordância entre os estudos, sendo que os debates continuam a existir especialmente na geografia agrária.

(...) A flexibilidade do termo em si traz consigo um sentido vago quanto ao seu significado. Isso é decorrente do conceito poder ser adaptado com sucesso à diversidade ambiental e cultural do espaço terrestre, como também às diferentes especialidades profissionais.

Mesmo na Geografia, não há uma convergência teórica a respeito da sustentabilidade. Debates epistemológicos e interesses específicos de pesquisa separam as abordagens físico-ambientais das culturais-humanas. Além disso, o debate se estende ainda a questões sobre escalas de análise, contrastando especializações sistemáticas de estudos de caso com estudos de escalas espaciais diferenciadas, cuja interconexão e interação vão do nível local ao nível regional, seja de uma nação, de grandes regiões do mundo ou até mesmo de toda a superfície terrestre. Ainda no campo da Geografia, o significado de sustentabilidade assume variações expressivas de acordo com a realidade espacial que está sendo estudada, tendo em vista as particularidades e as nuances dos contextos históricos e culturais de diferentes regiões do mundo. Consequentemente, não há uma definição simples e nem um enfoque único do conceito de sustentabilidade, podendo, portanto, haver desacordo sobre os vários usos do termo (Bicalho, 2003, p. 1).

Veiga (2002) tem outro posicionamento sobre a noção de sustentabilidade. Ele critica a ideia utópica de que o desenvolvimento sustentável seria um ‘salvador’ ao substituir o socialismo, uma vez que este atuou no século XX como alternativa aos mecanismos da sociedade capitalista e pautado na produção e consumo indiscriminados.

Castillo (2008) contribui com seus estudos sobre sustentabilidade e desenvolvimento, chamando a atenção para termos cuidado com a noção de sustentabilidade apropriada por muitos autores e também empresas, transformando-a numa nova forma de atuação no mercado. Esse autor indica que a sustentabilidade pode ser vista como uma grande oportunidade de negócio e, diante do apelo do *marketing*, é adotada como “elemento central de estratégia das empresas”. Ou seja, usa-se a sustentabilidade como oportunidade para novos negócios no mercado, como por exemplo negócios verdes, inovações ambientais, negócios sustentáveis e tantos outros.

O relevante é que não se pode obter menor impacto ecológico pelo uso de um ou outro insumo, a não ser o impacto de como fazê-lo nos marcos de uma racionalidade econômico-mercantil que insiste em se manter, impedindo com isso novas soluções baseadas em outras racionalidades mais complexas passíveis de serem encontradas ou, mais ainda, a reprodução de outras matrizes de racionalidades (Gonçalves, 2004).

Desse modo, tenta-se compreender a agricultura desenvolvida nos moldes orgânicos como uma alternativa a essa racionalidade econômico-mercantil vigente, enquadrando-a como uma nova interação rural-urbana que emerge dessa preocupação sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

Nesse contexto, a percepção de uma “agricultura” que atenda a esses novos padrões é exemplificada pela agricultura orgânica. Esta é capaz de responder a todo esse processo de transformação do rural-urbano através das mudanças das relações sociais, revalorizando o mundo rural pela reconversão produtiva, tecnológica, fortalecimento da pequena produção, surgimento de associações, cooperativas e certificadoras, e de todo um padrão de qualidade de vida que emerge dessa nova concepção. O cultivo orgânico de alimentos compreende uma cadeia produtiva dita contemporânea, visto que envolve desde a comercialização da produção – com serviços de entrega domiciliar (tel entrega), como a utilização diferenciada de redes comerciais e sociais exemplificadas pelo modo de aquisição do conhecimento técnico (livros, programas de extensão rural, instituições de

ensino e outros) e uma característica importante: a origem desses novos agricultores orgânicos, que em sua maioria é urbana.

A agricultura orgânica aproxima-se da sustentabilidade ambiental quando, no uso de suas técnicas, procura conservar essa dimensão com muito mais cuidado do que a agricultura desenvolvida nos moldes modernos. É considerada inovadora, porque traz todo um estudo voltado à conservação ambiental e cultural para atender a um mercado emergente na sociedade, promovendo o desenvolvimento local.

A agricultura orgânica, ao se inserir na lógica do mercado, vai agregar valores que perpassam todo o sistema produtivo, desde a aplicação e uso de insumos até a forma de comercialização do produto (certificações, selos, embalagens, rótulos, processamentos e *marketing*), unindo os setores primários e terciários da economia. Tais características ressaltam a complexidade da agricultura orgânica no que se refere a sua produção e estabelecimento como uma atividade que se aproxima do modelo de sustentabilidade.

Neves *et al.* (2004), complementando o significado da agricultura orgânica e os sistemas de produção orgânica, busca no *Codex Alimentarius* (Programa Conjunto da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, FAO e da Organização Mundial da Saúde [OMS], criado para proteger a saúde da população, assegurando práticas equitativas no comércio regional e internacional de alimentos) e no Brasil, pela Lei no. 10831 de 23/12/2003 têm por objetivos:

...a sustentabilidade, a proteção do meio ambiente, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, bem como o respeito à integridade cultural das comunidades rurais. Assim, definimos agricultura orgânica como sistema de manejo sustentável da unidade de produção, com enfoque holístico que privilegia a preservação ambiental, a agrobiodiversidade, os ciclos biológicos e a qualidade de vida do homem, visando a sustentabilidade social, ambiental e econômica no tempo e no espaço. Baseia-se na conservação dos recursos naturais e não utiliza fertilizantes de alta solubilidade, agrotóxicos, antibióticos, aditivos químico-sintéticos, hormônios, organismos transgênicos e radiações ionizantes. (Neves, et al, 2004)

## A Agricultura Orgânica e Seu Conceito

A preocupação com a temática que envolve as relações ambientais, sociais, de saúde e de qualidade de vida nas últimas décadas vem promovendo a emergência de um segmento de mercado no setor de alimentos, estimulando a produção da agricultura orgânica, questionando a agricultura de moldes produtivistas com amplo uso intensivo de insumos químicos e mecanização.

A agricultura brasileira sofreu uma série de transformações tecnológicas no processo produtivo com o emprego de insumos de capital, principalmente a partir da década de 1970, que trouxe como consequência problemas sociais, ambientais e para a saúde da população e do trabalhador rural. Apesar do aumento da produção e da produtividade, muitas técnicas utilizadas vêm demonstrando uma série de restrições relacionadas,

principalmente ao ambiente local e custo de produção, como é o caso da utilização inadequada de agroquímicos e os consequentes problemas de contaminação humana, da água, do solo, da fauna, da flora e dos alimentos a serem consumidos.

O novo conceito de agricultura, denominada orgânica, articula as preocupações ambientais com a qualidade de vida, buscando uma equidade de dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais embutida no modelo de desenvolvimento sustentável. Sua prática questiona a agricultura com alta produtividade, exigida pelo modelo desenvolvimentista da modernização e da Revolução Verde, baseada no uso intensivo de recursos, insumos químicos e mecanização produzida no estado do Rio de Janeiro.

A agricultura orgânica origina-se da fusão de vertentes da agricultura biodinâmica, biológica, orgânica e natural, sistematizada no contexto de uma agricultura em moldes sustentáveis, que busca um modelo de produção compatibilizando as práticas tecnológicas com a complexidade das inter-relações ecológicas, socioeconômicas e culturais.

A agricultura orgânica representa não apenas um sistema substituto do uso de insumos químicos, mas um conjunto de ideais que incorporam uma nova forma de ver e trabalhar o campo, associando a produção à preocupação social e ambiental. Isso está explícito na própria legislação brasileira, pela lei nº. 10831 de 23/12/2003, artigo 1º:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Em 2007, o decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, regulamenta a lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e determina outras providências (anexo). Desde 29 de dezembro de 2007, a agricultura orgânica no Brasil passou a ter critérios para o funcionamento de todo o seu sistema de produção, desde a propriedade rural ao ponto de venda. Estas regras estão expressas no decreto nº 6.323 publicado nesta data, no Diário Oficial da União. A legislação, que regulamenta a lei nº 10.831/2003, inclui a produção, armazenamento, rotulagem, transporte, certificação, comercialização e fiscalização dos produtos. Atualmente, há 15 mil produtores atuando com agricultura orgânica numa área estimada de 800 mil hectares. Segundo Rogério Pereira Dias, coordenador de agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2004):

A regulamentação da agricultura orgânica dará um grande impulso ao setor uma vez que temos agora regras claras quanto aos processos e produtos aprovados e pela criação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica que propiciará aos consumidores mais garantias e facilidade na identificação desses produtos

A elaboração do decreto envolveu a participação de técnicos e especialistas de entidades públicas e privadas. Para facilitar a relação comercial com outros países, foram utilizadas, também como base, as diretrizes do *Codex Alimentarius* para a produção orgânica e os regulamentos já adotados nos Estados Unidos, União Europeia e Japão (disponível no *site* [www.planetaorganico.com.br](http://www.planetaorganico.com.br)).

Portanto, agricultura orgânica representa não apenas um sistema substituto do uso de insumos químicos, mas um conjunto de ideias que incorporam uma nova forma de ver e trabalhar o campo, visando à produção agrícola em equilíbrio. Assim, requer o envolvimento de profissionais que atuem e difundam essas modificações imprescindíveis à mudança de postura, promovendo maior comprometimento do equilíbrio de produção com as dimensões ambientais, socioeconômicas e culturais.

Com essa nova proposta de agricultura, é necessário envolver profissionais especialistas que saibam atuar e difundir as novas práticas, tendo ao mesmo tempo o comprometimento da relação da produção com as questões ambientais, socioeconômicas e culturais.

Neves *et al.* (2004), ao elaborar um breve histórico, relata que as bases científicas da agricultura orgânica ou os movimentos orgânicos ocorridos no Brasil e demais países tiveram início entre os profissionais de ciências agrárias e áreas afins. Estes estavam preocupados com a agricultura de base agroquímica e seus impactos negativos sobre o solo, recursos hídricos, meio ambiente e comunidades rurais. A corrente mais antiga é a agricultura orgânica biodinâmica, que deriva da antroposofia – filosofia divulgada a partir de 1924, por Rudolf Steiner. No Brasil, o professor Adilson Paschoal, da Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz (Piracicaba, SP), foi um dos pioneiros dos movimentos alternativos que começaram a ser difundidos nos meios acadêmicos brasileiros no início da década de 1970. Contudo, foi na década de 1980 que surgiram importantes iniciativas no sentido de alavancar o movimento no país, sendo criado o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD). O movimento orgânico no Brasil surgiu com a Fundação Mokiti Okada e o Centro de Pesquisa em Agricultura Natural, ambos em São Paulo; o Centro de Agricultura Ecológica (CAE-Ipê), no Rio Grande do Sul; a Rede PTA com o Centro de Tecnologia Alternativa, em Minas Gerais; e, no Paraná, foi fundado o Instituto VerdeVida de Desenvolvimento Rural. Também nessa década, foi criada a primeira associação de produtores – a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) – mais tarde seguida pela Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo (AAO). Hoje, cursos e disciplinas de agroecologia – ciência que congrega uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas ressaltando uma preocupação com a conservação dos recursos naturais – estão sendo oferecidos por diversas universidades e instituições de pesquisa, que cada vez mais desenvolvem projetos dentro dessa linha temática. A Embrapa Agrobiologia e seus parceiros da Fazendinha Agroecológica Km 47 (UFRJ), Pesagro-RJ e Embrapa Solos) desenvolvem projetos de pesquisa, capacitação de estudantes de graduação, técnicos e agricultores, e teses de pós-graduação, desde 1992. Além disso, a Embrapa Agrobiologia coordena um projeto em rede nacional com 16 centros de pesquisa da Embrapa e 115 pesquisadores envolvidos em 170 ações de pesquisa científica e desenvolvimento nacional da agricultura orgânica. Esforços de pesquisa, também em outras instituições de pesquisa brasileiras, contribuem para garantir não só produtividade como a qualidade dos produtos orgânicos.

No Brasil, desde a década de 1970, existe uma preocupação e uma busca para a formação de um setor especializado envolvendo e transformando a prática da agricultura orgânica, segundo uma nova concepção de produzir para atender ao mercado emergente.

Em 1970, deu-se o início de pensamentos e ações voltados para pesquisas que envolviam a produção com sistemas alternativos, como agricultura biodinâmica, avicultura natural e agricultura ecológica. A produção começou a crescer na década de 1980, estimulada pelas pesquisas e interesses de consumidores à procura de produtos mais saudáveis. Surgiram as primeiras associações de produtores e cooperativas de consumidores, com padrões de produção, comercialização e rotulagem direcionados aos consumidores das grandes áreas urbanas.

Após 1990, consolidou-se a agricultura orgânica, aproximando cada vez mais a produção, o consumidor, a pesquisa e a extensão, em parceria com o setor privado e produtores orgânicos de maior escala. Multiplicaram-se as associações de produtores e aumentou o número de certificadoras regulamentando o setor, padrão e a comercialização. Foi definido um setor nítido de agricultura orgânica favorecido por legislações específicas, entre as quais destaca-se a diretriz nº 7 de 17 de maio de 1999, que normatiza a produção e comercialização dos produtos orgânicos. A entrada do ano 2000 incorporou a agricultura orgânica no agronegócio brasileiro, articulando uma política que perpassa diferentes níveis de governo, desde o federal ao estadual e municipal. Cresceram também as perspectivas de exportação, com a abertura de certificadoras internacionais no país. A consolidação de uma legislação de agricultura orgânica aliada à constituição de uma estrutura institucional e abertura de certificadoras internacionais no país resultaram na criação de ações contendo normas e padronização nacional e internacional, exportação, formalização da cadeia do agronegócio da agricultura orgânica-política, pesquisa, extensão, produção, comercialização, insumos e processamento de produtos.

## **Panorama da Agricultura Orgânica no Rio de Janeiro**

A estrutura fundiária do estado do Rio de Janeiro sofreu a influência do processo de imigração e colonização europeia no século XIX, garantindo um espaço significativo para a pequena propriedade de caráter familiar. Esta ajudou no estabelecimento de lavouras voltadas predominantemente ao crescente mercado interno da população da região metropolitana, e foi fator determinante a proximidade da região serrana fluminense e seus municípios para o abastecimento da capital. Os maiores produtores de olerícolas são Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo.

Entretanto, o objetivo da produção agrícola naquela época era a lavoura cafeeira. Entretanto, justamente a posição serrana e o clima dela decorrente foram a princípio um fator negativo, pois “suas” terras frias eram impróprias ao cultivo do café e a maioria dos colonos, muitos suíços e alemães, oriundos de áreas de clima frio como o que encontraram e foram assentados, que após a criação de uma política estatal de colonização dirigida, com exploração básica de mão de obra familiar, objetivando produzir alimentos para o mercado urbano crescente, que tinha uma população ligada às atividades não agrícolas da capital do país.

Segundo Bernardes (1958), graças ao clima serrano, a área de Nova Friburgo tornou-se um dos primeiros núcleos fornecedores de flores e hortaliças ao Rio de Janeiro – função esta que até hoje conserva. Valverde (1964) aponta que, no conjunto do Estado do Rio de Janeiro, o núcleo de pequenas propriedades familiares de Nova Friburgo contrastava com uma estrutura agrária marcada pelas grandes fazendas monoculturas de cana-de-açúcar nas áreas litorâneas e no norte do estado, e cafezais ocupando as áreas de piemonte e todo o reverso da Serra do Mar, principalmente no vale do rio Paraíba do Sul. Portanto, a forma de ocupação do município apresentou características distintas e de certa forma contrastantes, se comparada às demais áreas agrícolas do estado. Ressalta Galvão (1986) que a integração da região serrana ao centro econômico, político e administrativo do Estado do Rio de Janeiro se deu através da produção diversificada de alimentos para atender à crescente demanda urbana, ao contrário da lavoura monocultura voltada para a exportação presente em outras regiões de governo do Rio de Janeiro.

A agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro teve início na década de 1980, sendo esse estado pioneiro neste novo modo de produzir no país. Os primeiros produtores eram agrônomos e cultivavam os produtos da olericultura em áreas próximas à metrópole carioca, na região serrana fluminense, nos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo, principais produtores em olericultura e floricultura do estado. Esses produtores (e também agrônomos) foram responsáveis pela criação da ABIO, uma das primeiras agências certificadoras de produtos orgânicos do Brasil. A ABIO inclui entre seus membros quase todos os produtores orgânicos do Estado do Rio de Janeiro.

No início, uma das razões para a promoção da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro foi a preocupação ambiental no que concerne à degradação e poluição dos solos e da água por agroquímicos, bem como a produção de alimentos mais saudáveis e a intenção de agregar valor à produção de pequenos produtores, como forma também de diversificação.

A agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro emergiu no setor da horticultura e na mesma região de domínio dessa atividade no estado: a região serrana fluminense. Como a olericultura só era cultivada nos moldes convencionais, a agricultura orgânica se voltou para o mercado consumidor da região metropolitana, sendo, contudo, comercializada através de nova estrutura que garantia a procedência orgânica das mercadorias. Inicialmente, os produtores eram de base urbana e iniciavam um novo negócio. O crescimento das oportunidades do produto orgânico no mercado metropolitano do Rio de Janeiro e uma maior divulgação dessa prática agrícola atraíram novos produtores, requerendo um processo de conversão para aqueles agricultores já envolvidos na horticultura convencional.

Para os agricultores da horticultura convencional, na qual há amplo uso de insumos químicos, prática da irrigação e estufas, a conversão para a horticultura orgânica envolve uma drástica mudança nos métodos de produção, com os riscos e incertezas da nova atividade, o que inibe a adesão de maior número de produtores. Essa conversão exige uma assistência técnica especializada atuante.

A produção orgânica no Estado do Rio de Janeiro cresceu (Tabela 1), porém ainda é restrita a um pequeno número de produtores, se comparado ao da horticultura convencional. Há cerca de 200 produtores associados à ABIO, que constituem praticamente a

grande maioria dos produtores orgânicos do estado. Predomina a exploração da olericultura (legumes e verduras), com 73% dos agricultores orgânicos que, no conjunto do estado, representam 3,4% dos agricultores. Tem havido diversificação na produção orgânica, sobressaindo a fruticultura que só perde em importância para a olericultura quanto ao número de produtores. Em municípios como Nova Friburgo e Teresópolis, surgiu um novo perfil de agricultores – os chamados “novos rurais”. Muitas vezes, esses agricultores tinham uma formação universitária (agrônomos principalmente) e foram responsáveis por disseminar nesses municípios um novo modo de pensar o meio rural sustentável com a preocupação voltada para as questões socioculturais e ambientais, com o mercado consumidor (qualidade sanitária e biológica dos alimentos, embalagens, mercados especializados) e pela introdução de um novo modelo de agricultura: a agroecologia. Cabe mencionar que foram esses grupos de produtores os maiores incentivadores para a fundação da ABIO, em outubro de 1984, que se tornou a primeira associação de produtores orgânicos do país.

Tabela 1 - Produtos orgânicos no estados do Rio de Janeiro.

PRODUTOS	PRODUTORES	% PRODUTORES
<i>In natura</i>	183	100
Horticultura	131	72,8
Frutas	89	48,6
Tubérculos e cereais	10	5,5
Café e Cana-de-açúcar	12	6,6
Leite	14	7,7
Avicultura	19	10,4
Outros	10	5,5
Produtos Processados	20	10,9
Horticultura		
Geleia de frutas	9	4,9
Frutas em conserva e etc.	6	3,3
Outros	5	2,7
Outros	3	1,6
<i>Húmus e eucaliptos</i>	3	1,6

Fonte: ABIO, 2000. (In: Barros e Bicalho, 2006)

O aumento do número de produtores tem sido maior nos últimos anos, tanto que, em 1999, eram apenas 60 produtores afiliados à ABIO, e em 2004, esse número chegava a 200 associados. Atualmente, registram-se aproximadamente 161 produtores certificados<sup>1</sup> (ABIO, 2008). No início, os produtores orgânicos em sua maioria eram profissionais com formação em agronomia, zootecnia, veterinária e outros profissionais ligados diretamente às ciências agrárias. Atualmente, tem havido a atração de outros profissionais ligados aos “negócios urbanos”, que estão investindo na produção orgânica. Ao mesmo tempo, também tem aumentado o número de agricultores que mudam para a produção de orgânicos. Essa mudança é desejável e importante, se a proposta dos orgânicos estiver

também atrelada à questão social no sentido de ampliar as opções produtivas e melhorar as condições de preço e mercado para o produtor rural, o pequeno proprietário e o agricultor em suas terras, sem se ater apenas àqueles novos produtores detentores da terra (são proprietários, mas não são agricultores).

Há produtores com práticas orgânicas e sem certificação que, como forma de inserção no mercado, adotam a estratégia para aumentar sua renda comercializando na própria comunidade, em feiras livres ou em feiras organizadas por entidades certificadoras ou associações de pequenos produtores agrícolas orgânicos. Outra possibilidade é terem sua produção direcionada para o produtor com certificação e, nesse caso, atuar como atravessadores comercializando com grandes supermercados e as feiras especializadas organizadas pelas certificadoras.

Os motivos que levam o produtor a desenvolver uma exploração orgânica são bastante variados, podendo-se discriminar interesses específicos segundo o grupo de produtores em foco (os de origem rural e os de origem urbana).

Desses produtores iniciantes, nem todos se tornaram produtores orgânicos certificados. Estes não atendem a todos os requisitos para obtenção da certificação, o que nem sempre seria a intenção, uma vez que o objetivo era a diminuição dos custos de produção, em vez da conversão para uma produção orgânica propriamente dita. As dificuldades e riscos de mudança de sistemas agrícolas, o mercado restrito e poucos canais de comercialização limitaram a conversão de produtores convencionais em produtores orgânicos.

Os produtores de base urbana, não agricultores, no início eram representados por profissionais ligados ao setor agrícola, agrônomos e outros. Ao lado de suas convicções quanto aos benefícios da agricultura orgânica à saúde e ao ambiente, também foi importante o momento e as dificuldades profissionais que se apresentavam. Assim, a questão ideológica e questões econômicas permitiram que esses profissionais implementassem práticas orgânicas, a partir de seus próprios conhecimentos e experimentos, apostando na intensificação do crescimento do mercado no estado do Rio de Janeiro.

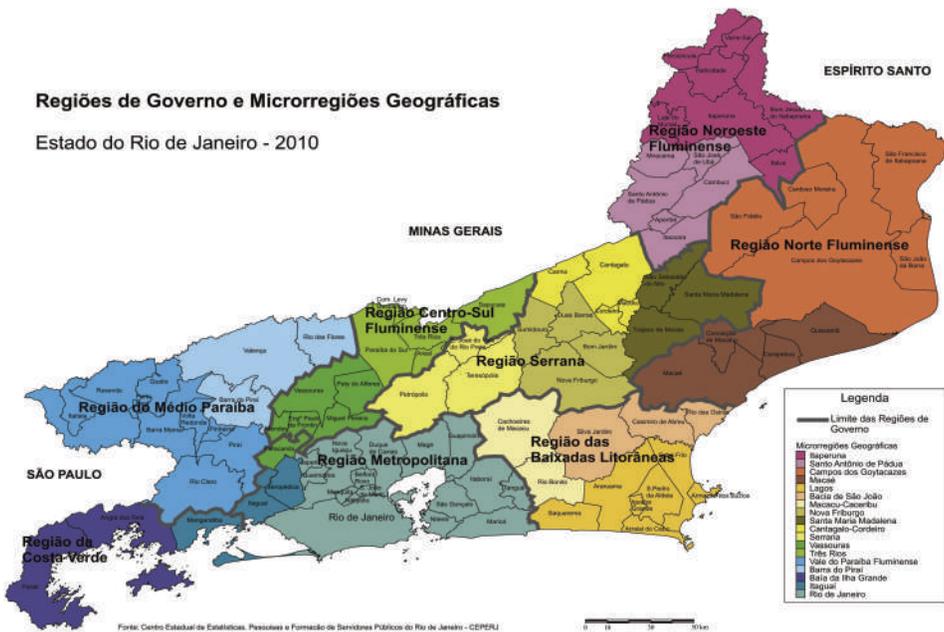
Hoje, a recente expansão do mercado de orgânicos, garantindo comercialização e lucratividade, é o fator de atração de novos produtores e, principalmente, daqueles de base urbana que veem a atividade como um novo e lucrativo negócio, entrando inclusive na pauta dos produtos de exportação. Além disso, os produtores de base urbana têm condições de contratar serviços especializados de assistência técnica para um empreendimento que até então desconheciam.

No conjunto do estado, é positivo o aumento do número de produtores e a diversificação da produção de orgânicos aumenta a oferta de produtos, o que se reflete na diminuição do preço dos produtos no varejo e em ampliação da distribuição no mercado, conquistando novos consumidores. Contudo, há limitações quanto à assistência técnica. Faltam técnicos especializados em número suficiente para uma proposta de disseminação maior da agricultura orgânica. A maior parte dos especialistas é absorvida pelos maiores proprietários que dominam a produção e comercialização. Mesmo nesse caso, há carência de profissionais, sendo necessário ampliar os quadros de formação de especialistas no Estado do Rio de Janeiro.

Segundo dados da Pesagro-RJ obtidos em 1999, as regiões serrana fluminense e metropolitana do Estado do Rio de Janeiro detinham a maior concentração da produção de hortaliças e nelas estavam incluídos os produtores certificados (Figuras 1, 2 e Tabela 2). Segundo estatística, os produtores orgânicos dessas regiões foram responsáveis pela comercialização de cerca de 390 toneladas de alimentos orgânicos *in natura* por ano no estado, movimentando aproximadamente R\$ 1.800.000,00 reais. Segundo Fonseca e Campos (1999):

...somente a região serrana do estado, conhecida como “cinturão verde” responde por 70% da produção interna de verduras, legumes e frutas. Os produtores orgânicos estão buscando diversificar a produção com espécies exóticas (variedades sofisticadas de alface e couve, tomate-cereja) buscando higienizar, e acondicionar os produtos em embalagens especiais e prontas para o consumo.

No Rio de Janeiro, sete instituições estão envolvidas com a geração e difusão da agricultura orgânica, voltando-se ao ensino e pesquisa, à certificação dos produtos, à comercialização e à difusão de informações: ABIO, Agrinatura (Alimentos Orgânicos), AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), EMATER-RJ (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro), EMBRAPA/CNPAB (Empresa Brasileira de Pesquisas em Agropecuária – Centro Nacional de Pesquisas em Agrobiologia), PESAGRO-RJ, UFRRJ. Trata-se de instituições que atuam em conjunto e cooperam com alguns produtores orgânicos consolidados e de maior escala de produção.



Fonte: CIDE (2010)

Figura 1 - Regiões de Governo – Rio de Janeiro/RJ – Brasil

Tabela 2 – Produtores certificados por regiões de governo do Rio de Janeiro

<b>Regiões de Governo Rio de Janeiro</b>	<b>Produtores Certificados Agricultura Orgânica</b>	<b>%</b>
Região Serrana Fluminense	55	34
Região Centro-Sul Fluminense	30	18,6
Região Noroeste Fluminense	21	13
Região Metropolitana Fluminense	19	11
Região das Baixadas Litorâneas Fluminenses	10	6,2
Região Costa Verde Fluminense	5	3
Região Norte Fluminense	3	1,8
Região Médio Paraíba Fluminense	1	0,6
<i>Total</i>	<i>161</i>	<i>100</i>

Fonte: ABIO (2008).

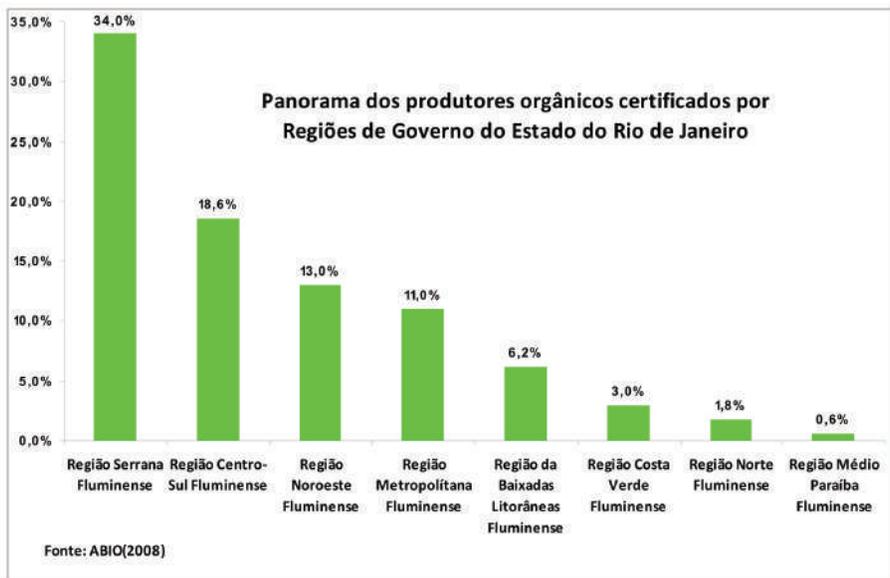


Figura 2 – Panorama dos produtores orgânicos certificados pela ABIO, por Regiões de Governo do Rio de Janeiro.

## Considerações

Por suas características, a agricultura orgânica tem contribuído para as discussões no âmbito da geografia agrária como fator determinante de um novo espaço, ou seja, de um espaço que leva em consideração a interação do rural com o urbano e ainda traz consigo o princípio da sustentabilidade. Os consumidores dos produtos orgânicos, ao priorizarem sua saúde e bem-estar, estão conscientes de também estarem promovendo melhor qualidade de vida e saúde para os trabalhadores rurais, além de contribuírem para a conservação do meio ambiente. A agricultura orgânica tem dimensões éticas, sociais e ambientais que não podem ser relegadas, principalmente quando se discute a sustentabilidade.

## Referências Bibliográficas

ABIO (Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro). Nossos associados. [www.abio.org.br/associados.php](http://www.abio.org.br/associados.php).

ASSIS, R.L. Diagnóstico da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro e propostas para a sua difusão. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1993.

ABREU, M. A. (Org.) *Sociedade e natureza no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 56, n. 14, p. 21-122, jan/dez, 1994.

AGIODA, A.; MERLO, C.; CARMATRAND, B.; SIMON, J. C. e JAMER, P. "Efeitos da agricultura sobre o abastecimento de água: exemplos franceses e italianos". In: VILELA, E. e SANTOS, L. C. (Orgs.). *Anais da Conferência sobre agricultura e meio ambiente*. Viçosa: UFV, NEPEMA, 1994.

AGUILA, R. A agricultura urbana. Disponível em <http://www.ipes.org/aguila> (artigo a agricultura urbana). Acesso em: agosto de 2005.

ALMEIDA, S. G.; PETERSON, P. e CORDEIRO, A. *Crise sócio-ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALTIERI, M. *Biotecnologia agrícola: mitos, riscos ambientais e alternativas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

ARAÚJO, T. B. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva? In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.) *Redescobrimdo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BARROS, R. C. Agricultura e sustentabilidade ambiental: a qualidade da água dos rios formadores da bacia do rio Grande - Nova Friburgo/RJ. *Tese de Doutorado*. PPGG/UFRJ, 2004.

BARROS, R. C. – Agricultura urbana no município do Rio de Janeiro. *Anais do 1º Simpósio Nacional o rural e o urbano no Brasil (SINARUB)*. Publicado em meio digital CD-ROM. São Paulo: USP, 2006.

BARROS, R. C. e BICALHO, A. M. S. M. Agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro e a carência na formação técnica especializada. In: *Anais do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária (XVIII ENGA)*. Rio de Janeiro: UERJ, Publicado em meio digital CD-ROM, 2006.

BECKER, B. K. *A geopolítica na virada do milênio*. Rio de Janeiro: Cadernos LAGET, 1995.

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996

BERNARDES, L. M. C. “Nova Friburgo: uma cidade serrana fluminense”. In: *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (09-43)*, 1958.

BICALHO, A. M. S. M., A.P. ARAÚJO e J.C. RIBEIRO. 1996. Comercialização da agricultura metropolitana - o Rio de Janeiro. *Resumos do XIII Encontro Nacional de Geografia Agrária*, pp. 115-116. Diamantina: UFMG, 1996.

BICALHO, A. M. S. M. e HOEFLE, S. W. (Edts) *A dimensão regional e os desafios à sustentabilidade rural*. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ&UGI ( *Commission on the Sustainability of Rural Systems – International Geographical Union*), 2003.

BICALHO, A. M. S. M. Different routes to organic farming and building partnership networks in Rio de Janeiro State, Brazil. In A.MA THER (ed.), *Land Use and Sustainable Rural Development*. Aberdeen: University of Aberdeen Press/CSRS-LUCC-IGU, 2005.

BICALHO, A. M. S. M. Agricultura e meio ambiente no município do Rio de Janeiro. In: ABREU, M. de A. (Org.) *Sociedade e natureza no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, p. 285-316, 1992.

BICALHO, A. M. S. M. Sustainable metropolitan agriculture in Brazil. In: Bowler, I. R.; Bryant, C. R. e Huigen, P.P. (Orgs) *Dimensions of sustainable rural systems*.Nederlans. Gronigen, p.97-104, 1998.

Barros, R. C.

BICALHO, A. M. S. M. Economics sustainable in vegetable farming in Rio de Janeiro state, Brazil. In: *UGI ( Commission on the Sustainability of Rural Systems Conference)*. British Columbia: Simon Fraser University, p. 39-47, 2000.

CAMPOS, F.F. A Comercialização de frutas, legumes e verduras orgânicas e a inserção do agricultor no estado do Rio de Janeiro. *Dissertação de Mestrado*, PPGG/UFRJ, 2001.

CHABOUSSOU, F. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas – A teoria da trofobiose*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CARNEIRO, M. J. [et al] *Campo aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARNEIRO, M. J. *Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA, nº 1, p. 53-75. out. 1998.

CARNEIRO, M. J. e MALUF, R. (orgs) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura; vol. 1)*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILLO, R. A.. Sustentabilidade, desenvolvimento e globalização. In: M. Piñon de Oliveira, M. Célia Nunes Coelho & A. Mello Corrêa (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lamparina / Faperj / Anpege, 2008.

CIDE. Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.cide.rj.gov.br>. Acesso em: março de 2006.

CORRÊA, R. L. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

DAROLT, M. *Agricultura orgânica no Brasil*. Curitiba, IAPAR, 2001.

GUTERRES, I. (Org.) *Agroecologia militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GRAZIANO NETO, F. *Questão agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FAVARETO, A . S. A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. In: *RURIS: Revista do Centro de Estudos Rurais*. Campinas: UNICAMP/IFCH, vol.1, n.1, 2007.

FERNANDES, M. do C. Geoecologia do Maciço da Tijuca: uma abordagem geo-hidrológica. *Dissertação de Mestrado – PPGG/IGEO/UFRJ*, 1998.

FERREIRA, D. A. D. *O mundo rural sob o ponto de vista geográfico*. Tese de Doutorado - UNESP/SP, 1998.

FERREIRA, A. D. D.; Zanoni, M. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. In: Ferreira, A e Brandenburg, A. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

FERREIRA, A. D. D.; Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. *Revista Estudos sociedade e Agricultura*, 18 de outubro (28-46), 2002.

“FOOD SAFETY AND QUALITY AS AFFECTED BY ORGANIC FARMING” . Consultado no site da FAO (<http://www.fao.org/docrep/meeting/X4983e.htm#d>, 2008.

FONSECA, M.F. e F.F. CAMPOS. 1999. *Estudo do mercado de produtos orgânicos do Estado do Rio de Janeiro*. Technical report Rede Agroecologia-Rio (mimeo).

\_\_\_\_\_. O estudo do mercado dos orgânicos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PESAGRO-RIO/EENF- FINEP/FAPERJ, 1999. 150p.

FIBGE. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro, 1995/96.

FIBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 2000.

GALVÃO, M. C. C. “Rio de Janeiro: contradições e ajustes de um espaço desigual”. In: *Revista Rio de Janeiro*, 1 (3): 97-109, 1986.

GALVÃO, M. C. C. “A propósito do espaço agrário e suas articulações com a economia urbano-industrial”. *Anuário do Instituto de Geociências*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 48-65 p., 1986.

GEORGE, P. *Geografia Econômica*. São Paulo: Difel, 1976.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente. In: OLIVEIRA, A. U. e MARQUES, M. I. (orgs.) *O Campo no Século XIX: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Ed. Paz e terra, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: março de 2006.

LEFEBVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Penninsula, 1978.

MARAFON, G. J. e RIBEIRO, M. A. (Orgs.) *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/UERJ, 2001.

Barros, R. C.

MARAFON, G. J. e RIBEIRO, M. A. (Orgs.) *Revisitando o Território Fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

MAZZOLENI, E. M e NOGUEIRA, J.M. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. *Ver.Econ.. Sociol. Rural*, Jun 2006, vol.44,nº 2, p.263-293, 2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (BRASIL). Legislação de agricultura orgânica <http://oc4j.agricultura.gov.br/agrolegis/do/consultaLei>. , 2004.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*. São Paulo n. 19, p. 95-112, 2002.

MORAES, A. C. R. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume / Hucitec, 2002.

MOREIRA, R. J. Questão agrária e sustentabilidade. In: *Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía*. Héctor Alimonda. CLACSO. 2002. ISBN: 950-9231-74-6 . Acesso ao texto completo : <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/moreira.pdf>

MOREIRA, R. J. (Org.) *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NASCIMENTO, E.P. e VIANNA, J.N. (orgs.) *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

NEVES, M. C. P.; ALMEIDA, D. L.; DE-POLLI, H.; GUERRA, J. G. M.; RIBEIRO, R. L. D. Agricultura orgânica - uma estratégia para o desenvolvimento de sistemas agrícolas sustentáveis. Seropédica: EDUR, 2004. 98 p.

OLIVEIRA, A. U. e MARQUES, M. I. (orgs.) *O Campo no Século XIX: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Ed. Paz e terra, 2004.

JORNAL AGROSOFT n.126, 1/12/2000. Internet, [www.agrosoft.com.br](http://www.agrosoft.com.br)

PENTEADO, S.R. *Calda bordalesa: como e por que usar*. Campinas: CATI/Dextru, 1996. 6p. (Folheto Técnico).

PENTEADO, S.R. *Defensivos alternativos e naturais*. Campinas: edição do autor, 1999. 95p.

PENTEADO, S.R. *Agricultura orgânica (agricultura alternativa/ecológica)*. Internet, [www.cati.sp.gov.br](http://www.cati.sp.gov.br), 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br>. Acesso em: março de 2006.

PRIMAVESI, A. *Manejo ecológico de pastagens*. 2.ed. São Paulo: Nobel, 1985. 184p.

PRIMAVESI, A. *Manejo ecológico de pragas e doenças*. São Paulo: Nobel, 1988. 137p.

PLANETA ORGÂNICO. Minuta com os membros de câmara setorial da cadeia produtiva de agricultura orgânica. [www.planetaorganico.com.br/camset-org2.htm](http://www.planetaorganico.com.br/camset-org2.htm), 2004.

PLANETA ORGÂNICO. Disponível em <http://www.planetaorganico.com.br>. Acesso em novembro de 2008.

ROESE, A.D. Agricultura Urbana. Disponível em <http://www.agroline.com.br/artigos>. Acesso em :agosto de 2005.

RUA, J. “Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações Teóricas”. In MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (org), Estudos de Geografia Fluminense, Rio de Janeiro: Infobook. 2002, p. 27-42.

\_\_\_\_\_. *Urbanização em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro*. In MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (org), Estudos de Geografia Fluminense, Rio de Janeiro: Infobook. Estudos de Geografia Fluminense, Rio de Janeiro, 2002, p. 43-69.

SACHS, I. Brasil Rural: da descoberta à invenção. In: OLIVEIRA, A . U. e MARQUES, M. I. (orgs.) *O Campo no Século XIX: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Ed. Paz e terra, 2004.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluído, sustentável, sustentado*. Rio da Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo:Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. 190 p.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 308 p.

\_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Barros, R. C.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARAGOUSSI, M. O futuro da Amazônia e o nosso futuro. *Jornal Mundo Jovem* Ed. 326, PUC/RS (p.10), 2002.

SILVA, J. G. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, J. G.; CAMPANHOLA, C. *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Campinas: Empraba/Unicamp, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas/SP: UNICAMP-IE, 1996.

\_\_\_\_\_. O Novo rural brasileiro. *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte, V.7. Nº1, p.53-81, 1997.

SIQUEIRA, D. e OSÓRIO, R. *O Conceito de Rural*. Disponível pela Internet: <http://www.clacso.edu.ar/~libros/rural/osorio.pdf>. Capturado em set./ 2003. On-line.

VALVERDE, O. *Geografia Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1964.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, outubro 2000.

\_\_\_\_\_. *O lugar dos rurais*. Caxambu: Anpocs, 1997.

\_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Giarraca, Norma (org.). *Una nueva ruralidad en América Latina ?* Buenos Aires: Clacso-ASDI, 2001.

\_\_\_\_\_. *Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco*. Recife, mimeo, 2001.

ZANONI, MAGDA, FERREIRA; ANGELA DUARTE D.; MIGUEL, LOVOIS; FLORIANI, DIMAS; CANALI, NALDY; RAYNAUT, CLAUDE. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores em Áreas de Proteção Ambiental. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 2, Curitiba: Ed.da UFPR/Cátedra da Unesco para o Desenvolvimento Sustentável, 2000.

ZUQUIM, M. L. *Os caminhos do rural: uma questão agrária e ambiental*. São Paulo: SENAC, 2007.

Recebido em 25/11/2009      Aceito em 23/10/2010

---

<sup>1</sup> Certificação de produtos orgânicos Segundo Neves *et al.* (2004) a certificação é um processo que atesta que determinado produtor é realmente orgânico e que está cumprindo as normas técnicas. Penteado (2000) explica que, para a produção orgânica vegetal, há normas técnicas exigidas para a obtenção do “selo verde ou selo orgânico”. Em geral, a certificação é realizada por organizações não governamentais (ONGs), na forma de associações de produtores. Inicialmente, o produtor deve filiar-se a um órgão de certificação. Um técnico da entidade visitará sua propriedade para inspeção. Ocorrendo a aprovação do relatório de inspeção, é feito um contrato de certificação entre o interessado e a entidade. Os órgãos certificadores elaboram normas básicas que visam preservar as bases fundamentais da produção orgânica, buscando garantir a produção de alimentos saudáveis e de qualidade, com a manutenção e proteção do ecossistema. Elas envolvem a qualidade da água, manejo do solo e das ervas pioneiras, nutrição vegetal e proteção e resistência das plantas. As normas técnicas são classificadas pelos órgãos certificadores em procedimentos permitidos, tolerados e proibidos. Cada órgão certificador fornece suas normas por ocasião da filiação do interessado.



## Ilha de Guaratiba: Paisagem Verde Para Quem?

## Ilha de Guaratiba: Green Landscape for Whom?

Alice Ferreira Rodrigues Dias  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** O presente artigo trata das imagens construídas da paisagem verde/rural no imaginário social, que levaram moradores de diversas partes da cidade, inclusive de bairros nobres do Rio de Janeiro, a escolher a Ilha de Guaratiba (área periurbana) como local de moradia a partir da década de 1970. Trata ainda dos conflitos e expectativas que essa inserção acabou por provocar. Os primeiros *outsiders* a se instalar, entre as décadas de 1970 e 1980, ocuparam sítios. Os seguintes, a partir da década de 1990, ocuparam condomínios fechados recém-lançados. A construção desses condomínios e posterior decreto da prefeitura propondo transformar a Ilha num bairro de classe média projetaram a possibilidade de um futuro não cogitado até então, gerando uma série de sentimentos e ações conflitantes entre os primeiros *outsiders* e antigos moradores ainda ligados ou não à agricultura. Em defesa de seus valores e consequentes necessidades, cada ator social/político vem utilizando as “armas” que tem em mãos, tendo em vista suas diferentes trajetórias sociais. Enquanto para os primeiros *outsiders* a proteção da paisagem verde é o foco de suas ações, para os antigos moradores – aqueles que não encontram em “seu lugar” tal paisagem – a mudança, mesmo que lamentada, é a melhor opção prática para resolução de seus problemas.

**Palavras-chave:** paisagem verde; periferia urbana; permanência; mudança.

**Abstract:** This research deals with expectations and conflicts concerning green/rural landscape images in the social imagination, which from the 1970s onward, led inhabitants from different parts of Rio de Janeiro, even those originally from wealthy neighborhoods, to move to Ilha de Guaratiba, an area located on the built-up edge of the city. The first *outsiders* to move in during the 1970s and 1980s set up hobby farms and in the following decade gated residential areas appeared. This last kind of land development together with municipal government re-zoning the area as a middle-class suburb generated conflicting expectations between older residents who were more rural orientated but wanted urban improvements and the hobby farmers who wanted to preserve the green landscape which had originally attracted them to the place.

**Keywords:** green landscape, urban periphery, permanence and change.

### Introdução

Na mesma época em que Gilberto Velho publicava “A utopia urbana” (1975), moradores das zonas Sul e Norte da cidade do Rio de Janeiro deixavam o “ritmo da metrópole” (SIMMEL, 1967) para residir em sítios situados nos rincões ainda rurais de Guaratiba (BICALHO, 1992), bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro.

Esse movimento foi acelerado na década de 1990 com o surgimento de condomínios fechados, cujo principal chamariz era a possibilidade da vida tranquila proporcionada pelo contato direto com a natureza ou com o “verde”, termo mais utilizado pelos novos moradores.

Em maio de 2004, o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro assinou um decreto dispondo sobre a criação de um novo bairro na baixada de Guaratiba, propondo para seu nome “Recreio de Guaratiba”. Esse novo território, criado por lei, pretende englobar a localidade informalmente denominada Ilha de Guaratiba pelos moradores; a área ocupada pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), CETEX (Centro de Tecnologia do Exército) e FIPERJ (Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro); além dos sítios arqueológicos existentes no local. Grande parte do bairro de Guaratiba, o maior em extensão da cidade, foi excluída dos limites propostos para o novo bairro, por dois motivos: presença de vários loteamentos irregulares de população de baixa renda, e ausência da “natureza” do fragmento selecionado.

Os limites propostos para o novo bairro coincidem em grande parte com os limites da “Ilha de Guaratiba”, localidade interna ao mencionado bairro de Guaratiba. Esse nome não é reconhecido pela prefeitura por se tratar de um fragmento interno ao bairro. Além disso, o nome praticado por moradores é mal visto pelos arquitetos da Área de Planejamento 5 da prefeitura (AP-5, responsável por quase toda a zona Oeste da cidade, incluindo Guaratiba – vide Figura1) por se tratar de uma corruptela. Em uma das entrevistas, fui corrigida pelo arquiteto ao me referir à localidade como “Ilha de Guaratiba”. A correção foi justificada pelo fato de tal localidade não ser uma “ilha” no sentido geográfico, já que “não é cercada de água por todos os lados”.

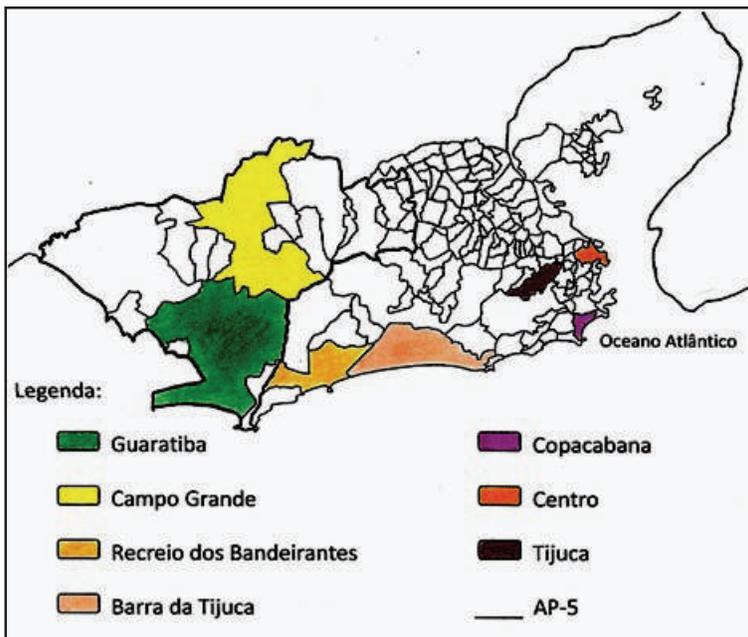
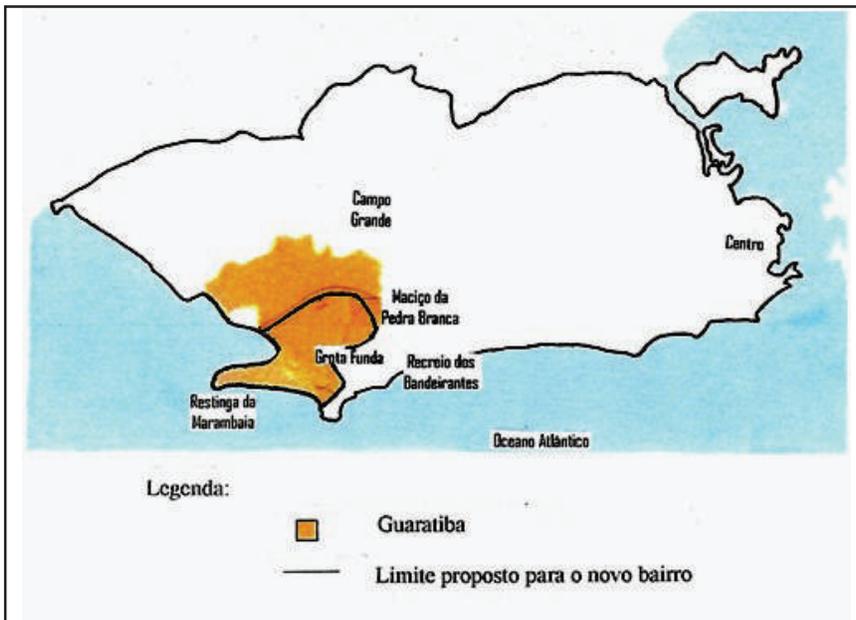


Figura 1 – Bairros da cidade do Rio de Janeiro (alguns referenciais).

“Ilha” é, então, corruptela do nome de um antigo proprietário de terras da localidade, estrangeiro, chamado William. Conta a história que o mesmo era chamado pelos moradores por “Uilha” e que, com o passar do tempo, se transformou em “ilha”, palavra mais significativa para os descendentes dos antigos moradores que não chegaram a conhecer tal proprietário de terras. Existem outras explicações para esse engano toponímico, mas essa versão é a mais disseminada.

Tendo de um lado a exuberante encosta do maciço da Pedra Branca e, do outro, vasta área de mangue protegido pelas instituições mencionadas anteriormente, a localidade foi apresentada como possível área para estabelecimento de mais um bairro de classe média, sendo a versão “verde” do Recreio dos Bandeirantes (Figura 2).



Fonte: adaptado do decreto nº 24.230 de 20 de maio de 2004 e Jornal O Globo de 6 de julho de 2004.

Figura 2 – Os limites do novo bairro em relação à Guaratiba.

Nesse trabalho, busco interpretar o significado do “verde” para os estabelecidos (moradores de longa descendência com histórico de trabalho agrícola) e os *outsiders* (moradores que optaram pela Ilha de Guaratiba como primeira ou segunda residência) (ELIAS e SCOTSON, 2000), bem como o embate provocado por esse encontro na luta pela permanência ou mudança das características rurais da localidade.

Esse questionamento surgiu durante um trabalho de campo realizado na mesma localidade, sobre a percepção dos limites dos bairros para moradores de diversas localidades da cidade, de acordo com as exigências da disciplina Antropologia III, cursada durante a graduação em Ciências Sociais na UFRJ. A pesquisa foi concluída em 2007,

contudo o presente estudo foi motivado por alguns conflitos em torno do que seria feito da localidade por “moradores de fora” e “antigos moradores” – categorias utilizadas pelos próprios residentes –, e os diferentes valores que fundamentavam seus discursos, principalmente em torno do destino da “natureza” da Ilha .

Além das noções de paisagem e lugar utilizados como conceitos centrais, ancoro-me nas categorias *outsiders* e “estabelecidos”, conforme propõem Elias e Scotson (2000). A escolha justifica-se pela semelhança de embate encontrado pelos autores com trabalho conduzido em Winston Parva, Inglaterra, sobre a divisão que separou ‘antigos moradores’ (os nascidos na região) dos ‘de fora’, numa importante disputa pelo poder. O fato de ter encontrado esse embate levou-me a considerar de grande utilidade os instrumentos conceituais fornecidos por esses autores, aqui utilizados para explorar os diferentes tipos de *outsiders* que chegaram à Ilha de Guaratiba nos últimos 40 anos.

Dois períodos de ocupação ajudaram na construção dessas três categorias de *outsiders*: a chegada dos primeiros sítiantes com finalidade de lazer, na década de 1970 e, num segundo momento, a partir da década de 1990, a ocupação por condomínios fechados de classe média e loteamentos irregulares para população de baixa renda. No caso dos estabelecidos ou “antigos moradores”, como se autodenominam, foram classificados nessa categoria aqueles que nasceram na localidade e descendem de moradores com residência fixa no local há mais de 50 anos.

O estudo teve por base uma pesquisa de campo qualitativa no formato da observação participativa, conduzida entre 2008 e 2009, na área ainda denominada informalmente por Ilha de Guaratiba. Acompanhou-se o cotidiano de diversos moradores, dentre os quais presidentes de associações de moradores, agricultores mais antigos, sítiantes, moradores de condomínios fechados e de loteamentos de baixa renda. Apenas a diretoria do sindicato rural (sediada em Campo Grande) e os arquitetos da AP-5 foram submetidos à entrevista aberta formal em uma única ocasião.

## O Consumo da Paisagem Natural

A produção artística, seja literária ou plástica, que se propôs a retratar o bucólico e o antibucólico em contraposição, descreveu paisagens. De acordo com Raymond Williams (1989), o campo foi o foco desse tipo de descrição ao longo da história literária. Preocupado em refletir sobre as imagens construídas do campo no imaginário social, Williams recorreu à produção literária, considerando seu importante papel na construção e registro dessas impressões.

O importante desse movimento é entender o que caracteriza o bucólico em diferentes épocas e considerando valores diversos, já que “a nostalgia é universal e persistente” (WILLIAMS, 1989). No bucolismo clássico, onde se introduz imagens ideais, existem alguns tipos de tensões, como verão *versus* inverno ou deleite *versus* perda. Na adaptação renascentista, as tensões são eliminadas retratando-se o rural apenas através dos elementos ideais de felicidade e tranquilidade. Na era moderna, o bucólico sofre uma importante transformação, passando a direcionar sua atenção para a beleza natural, observada pelo cientista ou pelo turista, sendo essa descrição da natureza incorporada ao universo do amor romântico idealizado.

Williams (1989) reconhece a era moderna como sendo a era do amor romântico idealizado, mas por um viés marxista, já que a idealização da paisagem perfeita e harmônica não passa de ideologia da classe dominante a impedir ou inibir a reação política do trabalhador, seja do campo ou da cidade. Isso fica claro quando ele, ironicamente, afirma que a poesia de Crabbe não passa de um ruído desagradável da poesia informal. Ou ainda, quando ele relata “a compra” de poetas humildes pela classe alta, acarretando a mudança do teor social de suas composições, com os poetas passando a “emprestar suas vozes” aos dominantes. Para Williams, então, a realidade é crua e a imaginação, seja referenciando o passado ou o futuro, é um instrumento ideológico de distanciamento dessa realidade. Para superar o sofrimento real e presente, de acordo com essa perspectiva, é necessário livrar-se da ilusão, da imaginação, e agir tendo como referência elementos históricos, ou seja, da realidade.

Colin Campbell (2001), considerando as argumentações de Raymond Williams e também disposto a trabalhar com as ferramentas desenvolvidas por Max Weber, problematiza de maneira profícua essa relação do imaginário romântico com a questão produção/consumo diretamente associada ao racionalismo econômico do capitalismo. Campbell não elimina o fato defendido por cientistas sociais e intelectuais, de que a propaganda utiliza aspirações e atitudes românticas como meio eficaz de vender seus produtos, entretanto propõe um desafio para essa concepção. Esse desafio é justamente sua inversão, ou seja, a de que o romantismo tenha sido decisivo na facilitação da própria Revolução Industrial.

Por essa via, a imaginação romântica da era moderna não seria simplesmente um instrumento de controle da classe dominante, um meio de escamotear ou distrair as necessidades reais ou atitudes práticas de superação da desigualdade, mas a própria causa da insatisfação que, por sua vez, gera o consumismo. Pela construção de Campbell, podemos pensar, por exemplo, que melhor do que a viagem em si é a imaginação da viagem, a preparação dela, o conjunto de sonhos, ilusões e esperanças em torno do que acontecerá. A viagem em si dificilmente poderá concorrer com a perfeição das imaginações – ela simplesmente é. E ao fim dela o que resta é a preparação da próxima, imaginando conseguir viver um dia os sonhos que a imaginação é capaz de gerar.

A tese de Campbell proporciona um elemento a mais para a nossa discussão, que é a disposição do homem moderno a sonhar ou imaginar, de se deliciar mais com o projeto da comida do que com o banquete em si, fazendo referência ao que Campbell chamou de “hedonismo tradicional”: “Os romanos, por exemplo, se faziam deliberadamente nausear para poderem ser capazes de continuar a desfrutar dos prazeres de comer, além do ponto em que ficavam fartos” (CAMPBELL, 2001, p. 97). Nesse caso, o prazer está externo ao corpo. Na era moderna, o prazer é proporcionado pela emoção e imaginação, ou seja, pelo interior da pessoa que sente.

De acordo com Campbell, esse fenômeno ocorre por um processo complexo, em que os aparentes contrários reproduzem a própria existência e a própria contradição. Nesse sentido, o romantismo proporciona constantemente a renovação da própria dinâmica do consumismo ao relacionar boemia e moda, ou seja, explosões de boemismo costumam ser seguidas por períodos de novas arrancadas para o consumo.

## O Que Buscam os *Outsiders*

Com a intenção de não reduzir a compra da paisagem da Ilha de Guaratiba a mero convencimento cruel da indústria da propaganda vinculada aos incorporadores imobiliários, como poderia fazer pensar a tese de Raymond Williams, prefiro tornar o debate mais complexo ao introduzir os movimentos de desestabilização fornecidos por Campbell.

Pensar o movimento consumo-produção mais especificamente voltado ao nosso interesse, que é a transformação da encosta florestada do maciço da Pedra Branca em painel ou “cena” (COSGROVE, 2004) multiplicando incrivelmente o valor da terra em sua baixada, não pode nos fazer ignorar o fato de que, antes de virar produto num sentido mais generalizado, o lugar era refúgio de alguns românticos. Estes, de maneira libertária e fugindo razoavelmente do padrão de consumo imobiliário, criaram um sistema de valores que os identificava com certo estilo de vida. Obviamente, a mudança de perspectiva que transformou o mar e a montanha – objetos a que se dava as costas – em paisagens de contemplação não foi um movimento nascido no Brasil. No entanto, esta cidade certamente contou com pioneiros na incorporação desse conjunto de valores e de suas alterações ao longo do tempo.

De acordo com Luchiari (2001), antes da revolução agrícola, a natureza era vista como algo a ser superada, dominada, fonte de muitas das ameaças e sofrimentos vividos pelo homem. Tuan (2005) chama a atenção para a mudança de paradigma que transformou o medo da natureza em medo da morte, provocando a proliferação de parques e reservas pelo mundo ocidental.

Exatamente sob tal movimento, agentes responsáveis pela fiscalização das terras ou do território (LUCIARI, 2001) do Parque Estadual da Pedra Branca, situado acima da cota 100 de altitude, impedem que antigos moradores da floresta continuem a praticar agricultura de subsistência. Esta é considerada pelos agentes atividade que “destrói” uma área que é e deve ser protegida e vigiada, a fim de impedir seu aniquilamento. Antes o homem deveria se proteger da natureza, atacá-la, e agora ele deve protegê-la, pois se tornou vítima do homem. Então, a natureza deve ser poupada do homem, ou seja, da agricultura arrasadora e, mais ainda, da industrialização e urbanização, símbolos da racionalidade e da vitória do homem sobre a natureza (TUAN, 2005).

E de quando dataria esse interesse pelas florestas cariocas, não no sentido da produção, mas do desfrute? Celso Castro (1999) afirma que, num guia turístico de 1928, a maior parte das grandes atrações turísticas localizava-se na zona central da cidade, tendo como principais atrações os monumentos, praças, jardins, edifícios e avenidas.

Mesmo estando grande parte das atrações situada no Centro, Castro encontrou também nesses documentos com referências sobre os arrabaldes da cidade, mencionando o passeio de bonde, dentre outras possibilidades. O bonde que, “subindo o caminho do Alto, ‘de espanto em espanto’ até o ponto terminal, na floresta, ‘que não pode ser descrita; tem que ser vista, ouvida, aspirada’” (CASTRO, 1999, p.84).

O autor, a partir dos guias de turismo, observou mudanças nas experiências turísticas que acompanham “mudanças urbanísticas e culturais da cidade”. Exemplares dos anos de 1930 destacavam monumentos artificiais, produtos da técnica e da arte. Hoje, os guias privilegiam os monumentos naturais, como as praias. Por essa via, Castro afirma:

“As narrativas e imagens associadas ao turismo são (...) uma importante via de acesso à história e à geografia culturais de uma cidade” (CASTRO, 1999, p.84).

Seja no caso da Inglaterra abordado por Williams, seja no material sobre o Rio de Janeiro tratado por Castro, percebe-se que ocorrem mudanças de atitude em relação à natureza, tema discutido por diferentes autores. De acordo com Tuan (2005), no mundo ocidental moderno, a natureza em grande parte deixou de ser uma ameaça. No entanto, a cidade manteve os velhos temores: caos, banditismo, enfim, o ritmo da metrópole, como diria Simmel (1967). Residir ou passar os finais de semana na periferia “rural” da cidade, então, oferece duas soluções: fugir do caos das grandes cidades e contemplar os paraísos naturais remanescentes que sobreviveram à fúria da transformação humana. Nesse sentido, a natureza deixa de ser um ambiente de trabalho para ser um quadro vivo, que se vê, respira e ouve da janela ou quintal de casa. No caso dos sítios, parte dela é tomada por propriedade e protegida pessoalmente.

Os sitiantes foram os inauguradores do movimento, os primeiros moradores *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000) do paraíso natural perdido nos limites da segunda mais importante cidade do país. Bicalho (1992), em estudo sobre a agricultura no município do Rio de Janeiro, mostrou que entre 1960 e 1980 houve drástica redução numérica de estabelecimentos rurais, e um dos usos substitutivos foi a conversão destes em sítios de veraneio. Os primeiros sítios vendidos à classe média provinda de áreas centrais e nobres da cidade não tinham como objetivo mudar o nome das ruas nem trazer qualquer tipo de luxo ou incremento. Na verdade, só seria o paraíso descoberto se permanecesse inalterado – ruas de terra, trilhas levando ao maciço da Pedra Branca, canto de pássaros e, ao entardecer, barulho de répteis e insetos de várias espécies. Tais elementos só seriam garantidos pela manutenção do segredo que, em parte, era dada pela ‘dificuldade de acesso’ posta em questão nos últimos anos, com a proposta da construção do túnel da Grota Funda.

No mesmo período, década de 1970, “A utopia urbana” de Velho (1975) descreveu a busca por uma Copacabana representada pelo barulho, grande fluxo de pessoas e mercadorias, ponto de difusão de modas e grande acesso a diversão, por exemplo, representando não a compra de um apartamento de apenas 39 m<sup>2</sup>, mas a compra de um estilo de vida, de um tipo de acesso. No caso da “utopia da natureza” na Ilha de Guaratiba, a busca foi e é pela tranquilidade, pelo ‘verde’, pelo som dos bichos, como aparece nos discursos dos novos moradores. Tanto em um como no outro o monumento natural aparece: praia e floresta/montanha. No entanto, o primeiro conjugado ao urbano, aos grandes e importantes fluxos e à moda, enquanto o segundo é associado ao isolamento e distanciamento do caos e males das grandes cidades.

Ao mesmo tempo em que o estudo do fenômeno Copacabana se mostrou (e se mostra) extremamente profícuo às ciências sociais, o fenômeno Ilha de Guaratiba também pode ter muito a dizer sobre aqueles que fugiram de tudo aquilo que mais era valorizado em Copacabana. Estes são, num primeiro momento, sitiantes veranistas ou “moradores de finais de semana”, como preferem ser chamados, e mais recentemente, na década de 1990, moradores de condomínios fechados.

Retornar à questão colocada por Campbell – de os românticos construírem um conjunto de novos valores que se constituem em estilos de vida alternativos e, num segundo momento, esse estilo alternativo pode vir a ser uma nova opção de desejo de consumo social – nos dá como ferramenta de trabalho uma interessante lente para pensarmos os

dois momentos de ocupação da Ilha de Guaratiba. Primeiramente, na década de 1970, como lugar alternativo descoberto por amantes da natureza. Em seguida, na década de 1990, como possibilidade de estilo de vida estabelecido socialmente na cidade e, por isso, aparecendo como demanda de consumo. Defendo a ideia de que os proprietários fundiários ou incorporadores não se engajariam na luta pela construção de um valor de vida, porque seria por demais complexo, lento e custoso. Contudo, aproveitam o desejo patente de uma parcela da sociedade que passa a desejar o consumo desse estilo de vida.

Talvez possamos classificar os consumidores do segundo momento como ‘românticos de segunda ordem’, porque compram um estilo de vida já experimentado, bem delimitado e definido, ou ainda como ‘românticos consumidores’, em contraposição ao ‘romântico criador’. O romântico consumidor talvez esteja mais próximo do “puritano” ou “cientista”, discutidos por Campbell, com base numa pesquisa que mostrou que os jovens colegiais têm imagens estereotipadas do artista e do cientista. O primeiro é considerado imaginativo, suave, tenro, aquele que busca o prazer e é irresponsável. O segundo é inteligente, duro, aquele que é digno de confiança.

O ‘romântico consumidor’ é o comprador da Ilha de Guaratiba que não abre mão de seus outros sonhos de consumo, como um tipo de estética arquitetônica não centralizado na natureza e a exigência de instrumentos urbanos que, para os ‘românticos criadores’ seria responsável pela descaracterização do ‘paraíso’ e desconsideração dos elementos construídos pelos antigos moradores, marcas essas consideradas a ‘essência do lugar’. Não estou com isso tentando defender a pureza ou exatidão de nenhum desses tipos na realidade. Apenas tento fazer uma aproximação possível. Para tanto, utilizo a formulação dos tipos ideais (Weber, 1991) como meio explicativo desses dois momentos diferentes da chegada de uma classe média provinda das áreas centrais (zonas Sul e Norte) na periferia da cidade do Rio de Janeiro, extremamente desprovida de infraestrutura técnica e social.

Não custa lembrar que se trata de um bairro (Guaratiba) com os menores índices de aparelhos públicos e mal servido desde a estrutura de saúde e educação até a infraestrutura técnica básica de redes de água, esgoto e transporte (Censo, 2000). Por esse motivo, insisto em construir duas categorias diferentes de moradores *outsiders* (Elias e Scotson, 2000) baseando-me em apenas uma das categorias de Campbell: a do “artista”. Como seria possível pensar no estereótipo da racionalidade, representada por Campbell pelo “puritano” ou “cientista”, para atribuí-lo a um grupo de pessoas que abandona a proximidade ao trabalho e o acesso aos bens e serviços de melhor qualidade da cidade, para ouvir o coaxar do sapo e admirar o ‘verde’ pela janela? Estabelecerei, então, para os dois diferentes momentos da ocupação da Ilha de Guaratiba pelos *outsiders*, dois diferentes tipos de românticos. Para o primeiro momento, o ‘romântico criador’, e para o segundo momento, o ‘romântico consumidor’.

O ‘romântico criador’ será definido a partir do que Campbell chamou de “explosão do boemismo” ou “arrancada criativa”. Ele está muito próximo da categoria do “artista”. Já o ‘romântico consumidor’ tende ao “puritano/cientista” trabalhado por Campbell, sem chegar a sê-lo. Com o prazer ou desfrute romântico, ele retrata bem a tensão existente entre os extremos da ciência/tecnologia ou utilidade, mas é predominantemente romântico.

Esse tipo de morador não compra um terreno na Ilha de Guaratiba pelo simples impulso de estar próximo ao ‘verde’, porém busca uma explicação convincente, que não chegue a caracterizá-lo como ‘irresponsável’ – o elemento do estereótipo de Hudson para o “artista” citado por Campbell (2001). Essa justificativa, considerada racional para explicar o investimento numa área que um dia será valorizada, pode ser interpretada como uma tentativa de conciliação de seu romantismo com a racionalidade da melhor maneira possível. Esse é o morador que buscará soluções políticas para os problemas de infraestrutura, se interessará em dar a cara da classe média urbana à toponímia local, espera ansiosamente que o túnel da Grota Funda saia do projeto da prefeitura e acabe finalmente com o isolamento simbólico em relação às valorizadas áreas do Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena. Esse seria o resultado ideal para que sua tensão, entre a romântica atração pelo verde e o racional cálculo do investimento, fosse amenizada.

O ‘romântico consumidor’ e o ‘romântico criador’ (e qualquer outro tipo de consumidor na escala cujos extremos são o puritano e o romântico) compartilham a definição de uma identidade, de um estilo de vida expresso pelo lugar que reside, pela maneira como se veste, pelo esporte que pratica, enfim, pelo conjunto de objetos que compõem a imagem que comunicará aos outros.

Estamos propondo que o “puritano” é visto e se autotransforma como mais ‘racional’ na compra de seus bens, enquanto o “romântico” é classificado como menos responsável e sujeito a compras mais apaixonadas do que ‘racionais’. Com isso, queremos apenas criar categorias que ajudem a pensar esses novos moradores que afirmam ter “mudado de vida”, “dado uma guinada para uma qualidade de vida melhor” ou ainda “trocado o acesso fácil da zona Sul pela tranquilidade da floresta”. De acordo com Mary Douglas, “A função essencial do consumo é sua capacidade de dar sentido” (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2004, p. 108). Não é intenção desse trabalho teorizar sobre o consumo, mas sim pensar o consumo da paisagem da Ilha de Guaratiba por um determinado grupo e num determinado momento. Como defende Douglas, não pensamos o consumo pela sua suposta “racionalidade” ou “irracionalidade” nem pela “utilidade”, já que os bens servem para classificar pessoas. Seguindo seus passos, então, consideramos que os objetos comprados são meios, em vez de fins em si.

No caso da terra, em sua dimensão de mercadoria, precisamos pensar não apenas no retângulo comprado em si, mas em toda a vizinhança que será responsável pela composição do preço do pedaço determinado (CARLOS, 1994). No caso da Ilha de Guaratiba, a paisagem é composta por uma imponente encosta verde e as construções existentes em sua base dão a sensação de termos entrado numa máquina do tempo para o passado. Para quem vem de fora, ou seja, não vive a ‘realidade’ do cotidiano, como defende Williams (1989), parece estar entrando em contato com uma poesia bucólica.

A Grota Funda, barreira simbólica que parece dar fim à cidade do Rio de Janeiro, funciona como a máquina do tempo. Trata-se de um corredor (estrada) mergulhado na mata que, justamente pelo estrangulamento, provoca no passante a sensação de estar exposto aos sons de sua existência (cigarra etc.). Ao fim da descida dessa barreira, parte integrante do maciço da Pedra Branca, existem três opções: continuar pela avenida das Américas em direção à avenida Brasil; ir em direção ao mar da barra de Guaratiba;

ou adentrar rumo ao sopé do maciço, que é a parte do bairro de Guaratiba denominada Ilha de Guaratiba pelos moradores.

É interessante a carga simbólica que carrega essa “barreira física”. Lecionei por 7 anos no Alto da Boa Vista e sempre que era questionada a respeito do bairro onde residia, meus alunos adolescentes se sentiam abismados ao descobrirem que havia alguma coisa depois do Recreio dos Bandeirantes. Entre os professores, não era muito diferente. Moradores da Tijuca, Barra e Recreio, insistiam com frequência que após o Recreio dos Bandeirantes localizava-se outro município. Esse desconhecimento talvez ajude a enriquecer ainda mais a sensação de uma aventura ao transpor o maciço em direção à Ilha de Guaratiba. Simon Schama expressa muito bem essa sensação e necessidade moderna da criação da descoberta da natureza preservada:

Os fundadores do moderno ambientalismo, Henry David Thoreau e John Muir, garantiram que ‘nos ermos bravios se encontra a preservação do mundo’. A ideia era que a natureza selvagem estava em algum lugar, no coração do Oeste americano, esperando que a descobrissem, e que seria o antídoto para os venenos da sociedade industrial. Os ermos bravios, contudo, eram (...) produto do desejo da cultura e da elaboração da cultura tanto quanto qualquer outro jardim imaginado (SCHAMA, 1996, p.17).

Um sitiante de 50 anos de idade, originário do Leblon e residente da Ilha há 26 anos, relatou com entusiasmo o encontro dessa natureza perdida: “Eu, quando eu vim aqui, não tinha nada, ninguém queria morar no fim do mundo (...). A serra sem iluminação e você não ultrapassava ninguém e nem ninguém te ultrapassava (...) eu achei isso aqui um paraíso”.

A encosta florestada ocupada em alguns pontos por gêneros alimentícios transportados em burros, a pracinha ao centro, a igreja e os pequenos armazéns que abastecem a população local remetem os *outsiders* ao bucólico, descrito por Williams (1989). Se não é o passado de suas infâncias, é o passado que povoa o imaginário social. Comprar a Ilha de Guaratiba representa a possibilidade de reencontrar “o passado que, enquanto alteridade, lhes permite quebrar a rotina” (XAVIER, 2000, p. 119). E tudo isso dentro dos limites da segunda cidade mais importante do país. A relativa proximidade com a Barra da Tijuca ou com o subcentro de Campo Grande torna um problema facilmente solucionável qualquer tipo de acesso aos bens e serviços de alta tecnologia (hospitais, equipamentos para comunicação etc.).

A incursão na estrada da Ilha logo conduz ao centro dessa localidade. Para os *outsiders* é muito comum a sensação de retorno ao passado. Existe apenas uma estrada asfaltada de entrada e saída. Essa estrada é de mão dupla, sem acostamento e com as margens ocupadas por capim. A maior parte das ruas secundárias, que levam às residências, é de terra batida. Existem apenas duas possibilidades de entrada ou saída além da via mencionada: pela estrada velha da Grota Funda, bem estreita e íngreme, de difícil acesso para veículos automotores; e pela estrada do Morgado, que leva à Vargem Pequena. A situação do tráfego na estrada do Morgado é ainda mais precária, pois a estreita trilha só permite a passagem de pessoas a pé ou a cavalo.

A Ilha de Guaratiba teve importante passado na produção de frutas e legumes para as áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro. A estrada do Morgado era um desses caminhos por onde passavam as tropas carregadas com a produção agrícola. Ainda hoje, a Ilha de Guaratiba é responsável por um resíduo de cultivos tradicionais de horticultura e banana (BICALHO, 1992) consumidos nas proximidades, como Campo Grande e Bangu, por exemplo. No entanto, as plantas ornamentais vêm ocupando cada vez mais esses espaços de produção, uma vez que, diferente dos hortifrutícolas, “são pouco exigentes em insumos e cuidados, têm baixo custo de produção e alto valor no mercado” (BICALHO, 1992, p. 308).

Sem ensaiar em unísono, produtores de horticultura, de plantas ornamentais ou qualquer morador antigo com um mínimo de vivência em lavoura afirmam sempre o mesmo ao compararem o trabalho hortifrutícola ao das plantas ornamentais. Dona Filomena, com 70 anos de idade, passou a vida inteira trabalhando na produção de frutas e legumes na Ilha de Guaratiba. Ela afirma que: “As roças aqui ta acabando. O pessoal agora ta mais com negócio de plantas [ornamentais]. Era tudo parreira de maracujá, chuchu (...), tá virando sabe o que agora? Planta de jardim. Plantar esses coqueiros (...)”. Dona Filomena comenta que as plantas ornamentais dão mais lucro e menos trabalho.

Carlinhos, 58 anos de idade, presidente de uma das associações de moradores da Ilha de Guaratiba e trabalhador da roça até a vida adulta, explicou como muitos desses agricultores chegaram a essa conclusão: “(...) O cara vende um pezinho de planta ganha vinte, trinta reais. O outro fala, pô, vou ficar nove meses pra colher aipim pra vender a um e cinquenta o quilo? Ou menos, um real”.

Cláudio Barata, presidente do Sindicato Rural da Cidade do Rio de Janeiro, confirma a perda que a agricultura tradicional vem sofrendo para as plantas ornamentais, no entanto chama a atenção para os produtores que não “conseguem” fazer essa conversão:

Na Ilha de Guaratiba tem um projeto pra fazer um polo de floricultura, basicamente a Ilha de Guaratiba, muita gente deixou algumas produções, pra plantar plantas, como tomate, porque dá mais dinheiro. Mas sempre tem alguns produtores que não conseguem largar a parte da agricultura. Não consegue porque ta acostumado (...).

Alfredo é um dos exemplos de agricultor que mantém a produção de legumes e verduras, mesmo à revelia dos filhos. Para ele, o cultivo das plantas ornamentais é para “os que sabem”. De acordo com Carlinhos, depois que Alfredo morrer, a agricultura irá acabar de vez na Ilha de Guaratiba:

Se o seu Alfredo morrer hoje, eu duvido que aquele chuchuzal vai ficar ali muito tempo. Como acabou com o pessoal do Pestana, que virou tudo loteamento, como fizeram ali dentro do Portinho, como aconteceu com a família do Marcha Lenta lá, a família acabou com tudo, vendeu, loteou, pras pessoas fazer mansões, piscina, área de lazer, fazer campo de futebol, como aquele pessoal ali do Moacir também ali, acabou, não tem mais agricultura. Você vai ali dentro agora o que você vê? Você vê horto. Agricultura você não vê nenhuma. A partir do momento que o horto começou a dar dinheiro, dez vezes mais que agricultura, o pessoal migrou da agricultura (...).

O engenheiro agrônomo Fábio Soares, braço direito do presidente do Sindicato Rural, afirma que a agricultura familiar acabou na Ilha de Guaratiba. De acordo com ele, a agricultura tradicional ainda existente depende da mão de obra assalariada, já que os filhos e netos não se interessam pela agricultura. Segundo o engenheiro, esse desinteresse é consequência de: “um modelo de cultura na cidade do Rio de Janeiro que não cabe agricultura. O filho dele não acredita que se produzir chuchu, consegue tirar dois mil reais. Ele prefere ser porteiro na Barra da Tijuca, ou ser frentista de segunda a sábado (...)”.

É nesse contexto de abandono gradativo da produção agrícola, desde o período de 1960-1970, e parcial substituição pela produção altamente lucrativa de plantas ornamentais, devido ao contato de alguns desses moradores com Burle Marx em trabalhos no sítio, que a Ilha de Guaratiba vem se tornando área com terras disponíveis para outras funções não agrícolas, ao mesmo tempo em que mantém parte de seu teor rural.

### **Paisagem Para Quem?**

Ao recortar a história da Ilha de Guaratiba em três momentos distintos, não queremos com isso criar uma hierarquia de inocência ou pureza, tomando antigos moradores ligados a práticas agrícolas como mais puros, passando pelos primeiros *outsiders*, até os menos puros que, então, seriam os moradores mais recentes. A intenção é pensar o conceito de paisagem a partir de um problema de perspectiva.

Sandra Xavier, em artigo que discute a transformação de uma área definida a ser ocupada por uma barreira num parque arqueológico de Portugal, afirma: “a beleza que não habitava o Côa, mas o olhar que os cidadãos transportavam consigo [havia sido responsável pela transformação da] terra em paisagem” (XAVIER, 2000, p.109).

Raymond Williams, seguindo o mesmo rumo, afirma: “Raramente uma terra em que se trabalha é uma paisagem. O próprio conceito de paisagem implica separação e observação” (WILLIAMS, 1989, p. 167). Para esse autor, a paisagem só se forma com o ato de observar e essa observação é realizada por aqueles que veem a natureza como refúgio e alívio da vida urbana das grandes cidades. É o que o autor chama de “tradicional contraste retórico entre a vida urbana e campestre” (WILLIAMS, 1989, p. 69). Raymond Williams defende que não há esse contraste na realidade, já que é a mesma estrutura que produz esses ‘dois lados’, separados apenas no imaginário social.

Como o foco do nosso trabalho não é a questão da desigualdade social nem a “realidade” da existência da separação entre campo e cidade, vamos nos concentrar nos discursos construídos historicamente, no que diz respeito às qualidades ou características da paisagem campestre. É justamente essa contraposição entre campo e cidade que torna a Ilha de Guaratiba atraente para um determinado grupo de pessoas proveniente das áreas caracterizadas ou qualificadas como urbanas (de grande porte). Mesmo se referindo à Inglaterra rural e urbana do século XVIII, não é difícil perceber a manutenção, no imaginário social atual, de uma série de qualidades atribuídas ao campo e à cidade. A cidade é ferverilhante pelo barulho e tráfego, perigosa por causa dos ladrões. O campo é fresco, livre desses males atribuídos à cidade.

Luiz, 60 anos de idade, que se autocalifica morador de final de semana, afirma ser a Ilha de Guaratiba um verdadeiro paraíso, lugar onde “ainda tem gente que planta”,

“gente tradicional” e “isso dentro da cidade do Rio de Janeiro”. Durante nossas conversas, disse ter planos de morar definitivamente na Ilha, logo que se aposentar. O “verde” e a “tranquilidade” atraíram os moradores de condomínios para a localidade. Renato, com 58 anos e aposentado (pelo Banco do Brasil), declara não haver coisa melhor que espiar o verde pela janela e dormir “ouvindo o coaxar dos sapos”.

Em conversa com o presidente da Associação de Moradores da Matriz, localidade interna à Ilha de Guaratiba, e com Arilson, rapaz muito atuante nos movimentos sociais de Guaratiba, ambos nascidos na Ilha, perguntei quais seriam suas opiniões a respeito do que buscavam os novos moradores:

**Arilson:** É, mas é aquela questão do querer descansar, né? Vamos dizer assim, ele queria sair do barulho, da confusão. O genro dele, o Marcelo, é presidente da AMAMA, que é Associação de Moradores e Amigos do Morgado. Mas a preocupação deles não é com a agricultura em si, não é em produzir alimentos pra fazer com que os moradores vivam da terra. A preocupação deles é não deixar crescer, não deixar vir o progresso.

**Carlinhos:** Igual seu Cassiano ali, veio de Ipanema e mora ali. Pergunta se ele quer sair dali, ele e os filhos dele? Ninguém quer sair. A última coisa que ele quer é um condomínio. É general ele, mas ele não teve a paz que tem aqui. Vem o progresso? Vem! Mas atrás do progresso vem muita desgraça também. O pensamento é assim: você, aquela pessoa viveu a vida toda na zona sul, sabe o que é isso, aquele barulho todo, agora você viveu preso aqui no deserto o tempo todo (...). Quer sair, quer conhecer Copacabana, Ipanema. Você quer conhecer as coisas que você não conhece (...).

Esse imaginário campestre/natural tomado pela tranquilidade e disponível para o deleite da observação é materializado na Ilha de Guaratiba dos moradores novos, que residem e não trabalham no local. De acordo com Corrêa e Rosendahl (2004), a paisagem como construção social está tomada por valores do grupo que a constituiu, valores esses que Gandy (2004) considera:

Parte integrante de um novo sistema filosófico, com finalidade estética e ética, inscrito na dinâmica teleológica da modernidade ocidental. (...) a industrialização e o desenvolvimento urbano fizeram da paisagem e da natureza um objeto pictural mais importante do que o ambiente moderno, percebido como artificial, da cidade industrial. Assim, o estudo da paisagem, e especialmente da natureza selvagem, constitui uma forma de reação artística à destruição da natureza (...) (Gandy, 2004, p. 81).

E para os moradores antigos, que vivem da produção agrícola local ou do acanhado comércio de seu pequenino centro? E para os antigos moradores, que não conseguem mais tirar o sustento de seu bairro ou proximidades? Existe, para eles, esse deleite da observação como refúgio e alívio?

No discurso dos entrevistados mais idosos, nascidos na Ilha de Guaratiba, a chegada/construção de tantos condomínios é sinal do “progresso”, num tom de mal inevitável. Eles valorizam a tranquilidade tanto quanto os novos moradores, com ares de privilégio e superioridade, pois entendem que foram capazes de construir um lugar melhor para

viver, mesmo sendo pobre. No entanto, a encosta e o sopé do maciço são ou foram seus lugares de trabalho. A vida na roça não é descrita por critérios de beleza ou bem viver, mas pela dureza: Sol o dia todo sobre suas cabeças, suor escorrendo, peso da enxada ao levantar a terra, longos trajetos com os animais de carga, dias de chuva que dificultam o trabalho na roça, etc. Quando se remetem à imagem da encosta ou da planície, é para mostrar onde e o que plantaram ao longo de suas vidas. Esse tom de reclamação vem acompanhado de orgulho, ao referirem aos filhos e netos que foram sustentados com esse trabalho, graças a essa terra.

Dona Filomena tem boas lembranças da época em que seus filhos, ainda pequenos, corriam por baixo das parreiras de maracujá ou subiam nas mangueiras. Entretanto, afirma que “trabalhava igual homem na roça”, mesmo durante a gravidez, quando caiu de um pé de manga ao fazer a colheita, sem deixar esconder a dureza do trabalho na produção agrícola.

Mesmo para os moradores nativos da Ilha que nunca trabalharam na roça, é raro qualquer menção à “beleza da paisagem” ou algo parecido. Esse modo de olhar a encosta é novo para essas pessoas e está chegando mais concretamente através dos *outsiders*. Para os *estabelecidos*, a rotina e o relacionamento profundo ou íntimo com tal “natureza” os impede de reconhecer ali uma “paisagem”, no sentido da contemplação daquilo que foi ou está sendo perdido. O relacionamento com essa natureza consiste simplesmente em aproveitá-la, o que inclusive seria chamado por muitos de “ecologicamente incorreto”. A natureza existe para servir o homem, seja através da produção agrícola, do uso de seus recursos – como coleta de frutos e captação de água – ou para absorção dos dejetos humanos. Preservação da natureza, parque estadual, enfim, tudo isso é muito novo e estranho para aqueles que veem a natureza como parte de seu cotidiano.

## Categories e Ações

Para fins de sistematização, podemos pensar em quatro tipos de moradores: os descendentes de produtores agrícolas, que se sentem donos da Ilha de fato por ali residirem (parentes) por várias décadas; os “românticos criadores”, que são os sitiantes, primeiros *outsiders* a chegarem sem propósito de usar a terra para a agricultura; os “românticos consumidores”, moradores dos condomínios fechados; e, por fim, os moradores de baixa renda, que vêm chegando desde o final da década de 1980 em decorrência do loteamento irregular de sítios que deixaram de produzir produtos agrícolas.

Os românticos criadores, *outsiders* de maior poder aquisitivo, donos de sítios com mais de 10 mil metros quadrados têm a “paisagem verde” como principal motivo de luta, já que a decadência da agricultura tem sido responsável pelo loteamento, na maior parte das vezes irregular, seja para construção de condomínios fechados voltados à classe média baixa, seja para a abertura de loteamentos sem qualquer infraestrutura destinados à população de baixa renda. Gonçalves (1983), ao estudar o movimento social a partir de associações de moradores, relata que em bairros socialmente superiores com frequência a principal bandeira das associações são as questões ecológicas, associadas à qualidade de vida e ao *status*.

Esse grupo atua basicamente através da AMAMA (Associação de Moradores do Morgado), numa área ocupada em grande parte por sítios destinados a moradias fixas ou

de final de semana, sem finalidade produtiva, e através do Sindicato Rural da Cidade do Rio de Janeiro. Para eles, a agricultura é o meio mais viável de manter “vivo o verde”, a bela paisagem do paraíso que ainda sobrevive. Para o presidente do sindicato, o importante é a manutenção do verde e a agricultura é só um meio: “Eu sou um preservador do meio ambiente, eu brigo muito pelo meio ambiente. A agricultura é só uma forma de manter a área verde. (...) Hoje o problema é manter a área verde, é manter a agricultura pra manter a área verde”. De acordo com o engenheiro agrônomo do sindicato, os sítiantes têm papel fundamental na proteção da natureza:

Eles são os maiores preservadores. Eles não querem condomínios, não querem que asfalto, não querem túnel (...). Eles não têm produção, mas tem um pezinho de limão pra eles, eles têm a hortaliça dele atrás da casa, mantém um empregado cuidando disso (...). Como é o Frank! O Frank não tem nenhum tempero que não é dele, a hortaliça é dele, os ovos é dele, o leite é dele (...). Ele tem cinco vacas. O Frank mora lá, ele era de Copacabana, pegou gosto por aqui. É meu amigo, é um preservador.

Mesmo que a busca dos “românticos consumidores” tenha sido a mesma dos “românticos criadores”, ou seja, a proximidade com o verde e tranquilidade a ele associada, os românticos criadores veem na presença desses moradores de condomínios e de loteamentos de baixa renda o estopim da destruição do paraíso.

Durante a pesquisa de campo, alguns sítiantes *outsiders*, classificados como “românticos criadores”, criticaram duramente a ação de um antigo agricultor da área, ainda em atividade na plantação de legumes, ao permitir que os filhos vendessem parte de suas terras em formato de pequenos lotes:

Quando o chuchu dele não dá dinheiro ele troca, vai pro ramo da quitinete (...). Ele traz o bandido para perto da casa dele, eu nunca vi disso. Você conhece alguém que mora em quitinete? Não? Quitinete é o seguinte: o cara de passagem, fugido, ele fica em um lugar durante vinte dias, trinta dias e vai embora. Ele não é um morador que vai vir para cá para ficar aqui, para trazer coisas boas para a região. É alguma coisa de errado. Quitinete é tudo de ruim. Estou falando sério!

E a ação desse grupo tem ocorrido no sentido de coibir a venda desses sítios por parte desses antigos moradores ligados à produção agrícola, ditos “ignorantes”, através da aliança com o sindicato. É importante mencionar que essa união não se dá apenas por afinidade de posição em relação à “natureza”, mas também por laços de amizade e padrão de renda. Segundo o presidente do sindicato:

Esse é um crescimento desordenado que nós estamos travando (...). Isso aconteceu na administração Cesar Maia, diminuiu na administração do Conde, porque aqui o produtor rural estava pagando o ITR e o IPTU, aí quando o Conde era prefeito, eu mandei uma mensagem de lei, encaminhei à câmara, através do vereador Imbraim Ramos, brigamos lá e conseguimos não cobrar mais o IPTU, aí ficou só o ITR. Tinha produtor que tinha dívida de duzentos mil reais. Aí, muita gente se desesperou, com medo de perder a terra, e vendeu.

Na administração Cesar Maia teve muito crescimento desordenado. Isso estraga o único pulmão da cidade do Rio de Janeiro que nós temos preservado: a Ilha de Guaratiba.

Os “românticos criadores” são extremamente atuantes e defendem “o futuro” ou o “passado” da Ilha de Guaratiba, que é a manutenção do paraíso, ou seja, a preservação da encosta do maciço da Pedra Branca; o não asfaltamento das ruas; permanência da fragmentação mínima de 10 mil metros quadrados (sítios); defesa da agricultura na planície como forma de manter as encostas protegidas; ligação ao sindicato com o objetivo de impedir politicamente a “ocupação desordenada”, traduzida pelo loteamento para população de baixa renda; além de projetos de ecoturismo para a região. Por outro lado, os antigos moradores, ainda ligados ou não à agricultura, e os novos moradores de baixa renda querem o “progresso”, ou seja, ruas asfaltadas, circulação de mais ônibus e a construção de muitos condomínios fechados para dar emprego à população local. Esse “outro lado” é composto por duas associações de moradores das “comunidades” ou “favelas”, assim chamadas pelos sitiantes, que são a Matriz e o Caminho do Poder da Boa Vontade, além da Associação da Ilha de Guaratiba, que conflita com as demais por se autointitular a única associação de direito da Ilha.

É importante assinalar que não existe um embate aberto entre esses dois grupos antagonicos. Na verdade, não há nem mesmo conversa: um grupo ignora o outro. O primeiro se sente imbuído de tomar as rédeas do futuro da Ilha por julgar ter condições intelectuais para tal e saber o que é bom ou ruim, ao contrário dos pobres ou “agricultores ignorantes”, “com dinheiro, mas ignorantes”, como disse uma sitiante. Já para os antigos moradores, donos de propriedades e “com dinheiro”, ou para aqueles que sofreram queda do padrão com a perda da propriedade, “esses sitiantes” não sabem de nada sobre a Ilha. Eles sim, moradores há gerações, é que sabem do que a Ilha precisa, e por isso ignoram a posição dos intrusos.

À questão do asfalto associam-se inúmeros conflitos e tensões entre moradores, como foi possível perceber através das entrevistas. Em uma delas, realizada num bar, os ânimos dos frequentadores ficaram bastante alterados quando a questão do asfalto foi abordada. Trata-se de um aspecto que mexe com todo um conjunto de ideais para a Ilha: “Nós queremos acabar com a lama e a poeira (...), quem tem carro mete o pé e quem tem que andar a pé come poeira quando esses carros passam correndo”, disse um morador ao se referir aos sitiantes e moradores de condomínios fechados. Como a ligação dos sitiantes com gente influente da sociedade carioca é incomparável, alguns líderes da população de baixa renda e antigos moradores fazem acordos eleitoreiros para obter os serviços públicos que consideram necessários. É esse o caso do presidente da associação da Ilha:

Não dá não, as pessoas andarem na poeira e na lama. Por isso eu digo: tem que ser ligado à política. Esses vereadores têm direito a tantos quilômetros de asfalto, mas eles vão botar isso onde dá voto. Eu negocie pra eles trazerem esse asfalto pra cá. (...) Não quero saber quem é, ta no poder eu quero me ligar. (...) Não adianta, qualquer político só vem aqui na época das eleições, tem que saber usar. Depois que se eleger, não aparece mais ninguém aqui. (...) Eu asfaltei a Matriz, iluminei a Matriz, coloquei os quebra-molas. Agora eu to tentando tapar esses buracos (...).

Gonçalves explica, em seu estudo sobre associações de moradores, que as associações de classe baixa tendem a sofrer assédio de políticos por “carecer de condições de luta”, devido à falta de informação e de acesso a outros “setores sociais” e “organismos políticos” (GONÇALVES, 1983, p. 83). Relata ainda que suas principais reivindicações tendem a ser por equipamentos públicos de infraestrutura técnica, principalmente, e social.

Mesmo sob condições desfavoráveis, os presidentes das outras duas associações citadas não gostam “dessa maneira” de conseguir as coisas, envolvendo-se com esse “pessoal de política”. Eles preferem fazer mutirões, puxar os canos, levar água, enfim, “ir fazendo conforme dá”. Dizem não acreditar na intenção real dessas pessoas em relação aos problemas deles. No entanto, lutam pela mesma coisa e veem na construção de condomínios fechados a solução para o problema do “isolamento”, em termos de ampliação do comércio e serviços públicos, e como possibilidade de oferta de empregos, principalmente para portaria, jardinagem e trabalhos domésticos.

Esse grupo vivencia um conflito difícil de solucionar. Por um lado, sente-se mal com a presença dos *outsiders*, ou seja, com a introdução de novos hábitos, interrupção de caminhos ou trajetos pela construção de muros em áreas que até então eram usadas comunitariamente. Por outro lado, necessitam dos empregos que esses “intrusos” acabam por gerar. Renato, 38 anos de idade e porteiro de um desses condomínios, expressou com clareza esse sentimento:

**Porteiro:** “Ah, eu não gosto da presença desses moradores novos não, era bom na época da agricultura, era só parentada na Ilha, não tinha gente de fora. Podia até dormir de janela aberta. A única coisa que não era bom é que não tinha luz. Mas aí junto com a luz, com o progresso, veio tudo isso junto, de ruim. (...) Essas pessoas trouxeram bebedeira pra cá, veio muita gente brigona. Você vê, nesse condomínio, ninguém se entende, mal se cumprimentam.”

**Alice:** “E como é o relacionamento dos moradores novos, que vieram de fora, com os antigos?”

**Porteiro:** “Não tem relação não. Eles não querem falar com ninguém. (...). Os condomínios foram bom pra dar emprego, porque o pessoal daqui é acomodado, quer trabalhar perto de casa (...).”

Para os agricultores mais idosos, a mudança ou “progresso”, como dizem normalmente, tira a tranquilidade costumeira. Contudo, é visto como inevitável. Para seus filhos e netos é o fim do isolamento, e suas terras passam a valer mais. Além disso, o padrão de consumo exibido por tais moradores de condomínio, com carros caros, roupas da moda, enfim, é o estilo que querem copiar.

No caso dos moradores de condomínios fechados, a motivação também foi a “tranquilidade” e o “verde”, mas não chegam a se envolver com o lugar nem com as pessoas do local a ponto de se incluírem na defesa de qualquer questão que seja. Em entrevista com o síndico do “*Ilha Green*”, condomínio da Matriz, localidade interna a Ilha, perguntei se os moradores faziam parte da associação de moradores local. Imediatamente, ele respondeu: “Nossa associação é do *Ilha Green*, se não há interesse em manter relação entre os próprios condôminos, que dirá com a Matriz (favela) ou moradores antigos”.

De acordo com síndicos, porteiros e os próprios moradores dos condomínios, a relação interna entre condôminos não é boa, sendo ainda pior ou nula com os antigos moradores locais, que residem fora do “muro” do condomínio. Dentro dos condomínios, não se vê crianças brincando nas ruas, nem mesmo em finais de semana. “As ruas ficam sempre desertas”, disse o síndico do *Ilha Green*.

Os antigos moradores os acusam, ainda de acordo com esse síndico, de estarem trazendo a destruição para a área, aumentando muito o fluxo de veículos nas ruas e de fazerem barulho. Isso justifica, segundo o ponto de vista dele, o afastamento entre moradores de condomínios e antigos moradores. Não existe nenhum tipo de relação, não jogam futebol juntos nem frequentam os mesmo lugares. “Sair só para comprar pão, tudo é na Barra ou Recreio, resolvo tudo na Barra ou Recreio”, disse o síndico ratificando o afastamento.

Ao mesmo tempo em que o síndico do *Ilha Green* diz que veio em busca da “tranquilidade” e do “verde”, afirma também que “deveria sim fazer outro bairro, para melhorar isso aqui. Não tem nada aqui de comércio e serviços. Além do mais iria impedir as favelas”. “O nome também deveria mudar para Recreio de Guaratiba”, pois faz a “relação com o Recreio dos Bandeirantes”, dando “mais pompa e valorizando a Ilha”.

## Considerações Finais

Os estabelecidos ou “antigos moradores” utilizam o princípio da antiguidade para legitimar seu poder na Ilha de Guaratiba. Para eles, os de fora vêm atrás da “tranquilidade”, do “clima” e do “sossego” que eles produziram, através dos valores da tradição rural, ou seja, todo o conjunto de relações entre as famílias e destas com a terra. Os *outsiders* são acusados de desintegração social por apresentarem um tipo de comportamento mais individualista e uma relação “racional/burocrática” (WEBER, 1999) com o solo, sem correspondência com as formas de sociabilidade vigentes na antiga Ilha de Guaratiba. Essas acusações são fruto do temor da perda do controle sobre o que pode ou não acontecer no lugar.

O embate causado pelo encontro do tradicional/familiar com o burocrático/individualista explica a dificuldade de relacionamento existente entre os novos moradores e os antigos. Já no caso dos novos moradores, além das diferenças de renda que separam claramente os grupos por valores, necessidades e expectativas, temos as dificuldades entre si, internamente aos loteamentos de baixa renda e condomínios. Nesse caso, não se trata de embate entre o tradicional e o burocrático nem entre grupos com padrões de renda diferentes, mas de uma rede de relacionamentos que tem mais a ver com trajetórias particulares de vida, do que com o local de moradia. Nesse sentido, dentro da complexa metrópole, os laços se dão mais pelas preferências ou escolhas ‘livres’ e individuais, do que pela proximidade física ou local de moradia.

Durante as longas conversas com moradores da Ilha de Guaratiba, foi possível compreender, através de suas narrativas, os valores que fundamentam suas ações. Num certo dia de trabalho, um dos entrevistados inserido na categoria “antigo morador” afirmou que eu acabaria a pesquisa conhecendo mais do lugar do que ele próprio, que nasceu na Ilha. É claro que nunca terei a intimidade que um morador tem com o lugar, contudo acredito que ele tenha se referido ao meu interesse em ouvir o máximo de vozes possível, independente de origem, tempo ou local (condomínio, sítio, “comunidade”) de moradia.

Com esse trabalho, foi possível perceber que cada grupo age de acordo com suas trajetórias sociais e, ao mesmo tempo, que tais trajetórias e histórias de vida podem dar importantes pistas sobre suas crenças, valores e necessidades. Justamente a não compreensão dessa trajetória gera o círculo infundável de acusações entre as diferentes categorias de moradores, impedindo qualquer tipo de conversa e negociação.

Como pode o antigo morador perceber paisagem em seu lugar? Ele está dentro demais para conseguir o distanciamento necessário para vislumbrar tal cena. Como explicar às famílias que plantaram a vida toda, que não podem cultivar no Parque Estadual da Pedra Branca? E quanto aos sitiantes, será possível fazê-los entender que a população não tem o intuito de destruir e sim de utilizar os meios oferecidos pela natureza para sobreviver? Que as pessoas precisam resolver suas necessidades de moradia com os recursos que conseguem obter, mesmo que em quitinetes? E quanto aos moradores de condomínios, devemos convencê-los a ser menos racionais quanto às próprias necessidades de urbanização? Nesse sentido, espero que essa tentativa de compreensão ultrapasse os muros da universidade e chegue aos agentes sociais, auxiliando-os nas negociações diárias.

Não poderia me esquecer de mais um ponto! Ao final do campo, após 2 anos de trabalho contínuo, durante um final de semana livre para descanso, percebi que não me interessava mais pela paisagem da Ilha como opção para minhas trilhas de bicicleta: a Ilha se tornou meu lugar de trabalho.

## Referências Bibliográficas

BICALHO, A. M. S. M. Agricultura e ambiente no município do Rio de Janeiro. In Abreu, M. A. (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*: Secretaria municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BRASIL. Dados censitários da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: [WWW.armazemdedados.rio.rj.gov.br](http://WWW.armazemdedados.rio.rj.gov.br)

BRASIL. Decreto nº 24230 de 20 de maio de 2004. Disponível em: [WWW.portalguaratiba.com.br](http://WWW.portalguaratiba.com.br).

CAMPBELL, C. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1994.

CASTRO, C. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In Velho, G. (Org.). *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. Paisagens, textos e identidade: uma apresentação. In Corrêa e Rosendahl (orgs.). *Paisagens, textos e identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

Dias, A. F. R.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In Corrêa e Rosendahl (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

DOUGLAS, M. e ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma Antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

ELIAS, N. e SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GANDY, M. Paisagem, estéticas e ideologias. In Corrêa e Rosendahl (orgs.). *Paisagens, textos e identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONÇALVES, D. C. *Reivindicação urbana, estratégia política e movimento social das Associações de Moradores*. Dissertação de Mestrado. IPPUR, 1983, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (Re)significação da paisagem no período contemporâneo. In Corrêa e Rosendahl (orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

O GLOBO. *Recreio de Guaratiba terá prédios baixos*. 06/6/2004.

SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In Velho, O. (Org.). *O Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

TUAN, Y. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VELHO, G. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

WEBER, M. *Sobre a teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991.

\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

XAVIER, S. O monumento é o vale: A retórica da paisagem no Parque Arqueológico do Coa *Etnográfica*, Vol. IV (1), 2000, PP. 109-127.

Recebido em 8/12/2009

Aceito em 16/09/2010

# Águas Subterrâneas Fluminenses e as Baixadas Metropolitanas: Panorama Atual e Perspectivas de Uso dos Recursos Naturais

## Groundwater in Rio de Janeiro State and on the Metropolitan Coastal Plains: Current Overview and Perspectives for the Use of Natural Resources

Simone Lisboa Santos Silva  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** O presente artigo se propõe a discutir a respeito das principais ameaças aos recursos hídricos nas baixadas fluminenses metropolitanas (aquelas que inserem-se na RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro), que se referem aos terrenos de idade quaternária com morfologias planas e suaves, sendo por esta situação foco de interesse para ocupação. Aqui utilizamos como estudo de caso a atividade de extração de areia nas baixadas metropolitanas, pois estas representam um dos múltiplos usos que pode interferir diretamente na qualidade da água. Assim, ao se traçar um perfil desta atividade de mineração de areia podemos vislumbrar quais aquíferos apresentam-se mais vulneráveis no que diz respeito a esta atividade. Esta situação torna-se crítica devido à ausência de projetos de recuperação para as áreas onde a mineração seja desativada. Outro indicativo que reforça a correlação entre os recursos hídricos e o uso dos demais recursos naturais é o fato de que as alternativas de recuperação são baseadas exatamente na presença das lagoas formadas pela inundação das cavas. Finalmente, destacamos o caráter estratégico dos reservatórios de água subterrânea, os quais representam uma alternativa para um cenário crítico e emergencial (déficit no suprimento normal).

**Palavras-chave:** aquífero poroso, águas subterrâneas, baixadas, terrenos quaternários.

**Abstract:** This article treats the main threats to water resources in Quaternary terrain with level and gently inclined morphology located on the coastal plains of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. Due to favorable terrain conditions, the coastal plains are subject to multiple uses, of which sand extraction is analyzed here with regard to its influence on water quality and the most vulnerable aquifers are identified. The situation is made worse due to the absence of recovery projects after extraction ceases. The importance of water resources vis-à-vis other natural resources is seen in recuperation strategies based on the lakes formed by flooding of the excavated areas. Lastly, the strategic importance of groundwater reserves is highlighted as an alternative for an unfavorable scenario of deficit in normal water supply.

**Keywords:** porous aquifer, ground water, coastal plains, quaternary terrains.

## **Apresentação e Objetivos**

As múltiplas abordagens que podem ser feitas a respeito da gestão de recursos hídricos traduzem não somente a complexidade do tema, como também a dificuldade de se compatibilizar interesses de atores tão diversos e divergentes, particularmente no que diz respeito ao uso, acesso e distribuição desses recursos. Neste tocante, e considerando a diversidade da configuração geomorfológica do Estado do Rio de Janeiro, fato gerador de grande variedade de ambientes, notamos que este possui um elevado potencial ambiental do ponto de vista paisagístico e de produção mineral. Ainda que a atividade mineral fluminense torne-se notável devido à produção de petróleo e gás realizada no Norte do estado, a qual ganha destaque pela relevância econômica e grande capital investido, temos ainda a exploração de fontes hidrominerais e agregados para construção civil (areia, pedra, brita) em diversas áreas do território.

No que se refere aos recursos hídricos, além dos recursos mais visíveis, como os corpos hídricos superficiais, canais e feições fluviais correlatas, não podemos deixar de considerar os recursos hídricos subterrâneos representados pelos aquíferos. Estes são reservatórios que devem ser encarados como reservas estratégicas de água, tanto para o cenário atual como para a proposição de cenários críticos e emergenciais. Desse modo, ao fazermos um breve levantamento da hidrogeologia fluminense, constatamos que, embora 80% das águas subterrâneas do estado correspondam a aquíferos fissurais devido a sua constituição geológica predominantemente cristalina, somente 20% correspondem aos aquíferos porosos localizados nas planícies fluviais e flúvio-marinhas. Estes últimos assumem grande importância quando analisados em termos de localização e formas de apropriação. Nesse sentido, cabe ressaltar a peculiaridade do ambiente no qual se desenvolve esse tipo de aquífero, cuja gênese está relacionada à própria formação dos terrenos de idade quaternária conhecidos como baixadas.

O presente artigo representa uma das etapas da pesquisa de dissertação da autora, que trata do estabelecimento de critérios e metodologias para identificação de potenciais áreas para atividade mineral e respectivas propostas de recuperação, utilizando especificamente como estudo de caso a exploração de depósitos arenosos na RMRJ. E ao longo desse processo de investigação, um aspecto que se destacou em termos de gestão e do próprio entendimento da dinâmica geomorfológica da área foi a questão da ocorrência concomitante desses depósitos arenosos explorados e dos aquíferos porosos. Na verdade, mais do que uma coincidência, há uma correlação muito forte entre o aquífero existente e a cobertura arenosa dos terrenos, já que a ocorrência de um é a própria condição de existência do outro. Isso nos leva a propor a discussão sobre a preservação da qualidade das águas subterrâneas fluminenses, no contexto das baixadas fluminenses metropolitanas, que são ambiente cujas formas de apropriação têm sido marcadas por usos exploratórios e intensivos. Nesse sentido, o artigo se propõe a traçar o panorama atual e as perspectivas de uso dos recursos naturais em ambientes de baixada, utilizando como caso de estudo a exploração de areia na RMRJ e constatando as tendências de expansão e/ou deslocamento espacial, para diante de tais constatações identificar quais aquíferos estariam mais suscetíveis às pressões da atividade.

## Morfogênese dos Terrenos Quaternários e Associação com Aquíferos Porosos

Devido a sua configuração morfológica (plana, suave, extensa), as baixadas fluminenses são foco de interesse tanto pelo favorecimento da ocupação humana quanto pela grande ocorrência de materiais úteis à cadeia produtiva. Em se tratando da evolução geomorfológica do Estado do Rio de Janeiro – nosso caso de interesse –, as baixadas fluminenses são bem representativas dos eventos deposicionais quaternários. Isto se deve ao fato de em suas depressões e nas bacias marginais serem encontrados depósitos correlativos aos ciclos erosivos e respectivas superfícies de erosão<sup>1</sup> reconhecidos por Bigarella *et al.* (1975 *apud* AMADOR, 1997).

No caso brasileiro, essas regiões foram afetadas apenas indiretamente pelas glaciações, sofrendo alterações muito mais relacionadas às condições hidrológicas (regimes de chuvas e secas), do que aos eventos glaciais, submetendo-as a uma intensa alternância entre processos intempéricos químicos e físicos, originando morfologias eluviais e coluviais relacionadas ao desenvolvimento da drenagem. E nas áreas costeiras, a isso somou-se a influência das regressões e transgressões marinhas, resultando em interdigitações de depósitos fluviais, marinhos e flúvio-marinhos.

O termo “baixada” refere-se a uma “área deposicional proveniente de uma sedimentação fluvial, flúvio-marinha ou marinha, estando topograficamente deprimida em relação aos terrenos contíguos, ou junto à linha de costa” (ADAMY e DANTAS, 2004; p. 66). Tal situação topográfica e/ou locacional faz com que nessas áreas desenvolvam-se feições deposicionais com morfologias planas e suaves. Em consequência, esses locais se tornam foco de interesse tanto pelo favorecimento da ocupação humana como pela grande ocorrência de materiais úteis à cadeia produtiva. Esses materiais podem ser tanto recursos minerais como também recursos hídricos. Os recursos minerais são representados pelos depósitos arenosos, que constituem fonte de suprimento básico a variadas atividades produtivas, particularmente a indústria de construção civil. Os recursos hídricos são representados tanto pelas feições fluviais superficiais (canais, planícies e terraços) quanto pelas formações hidrogeológicas subsuperficiais (aquíferos), que coincidem com os terrenos quaternários por apresentarem uma correlação em suas gêneses, uma vez que o desenvolvimento dos aquíferos é possibilitado pela natureza permeável das camadas sedimentares desses terrenos.

Segundo o Instituto Geológico e Mineiro (2001), de acordo com a capacidade de armazenamento e transmissão de água, as formações geológicas podem ser classificadas em: 1) formações aquíferas, quando o reservatório de água subterrânea possui capacidade para armazenar e transmitir água, cuja exploração seja economicamente rentável; e 2) formações não aquíferas, quando seu aproveitamento não é rentável (seja pelas condições de armazenamento ou transmissão). Dito de outra maneira, os aquíferos são estruturas litoestratigráficas adequadas ao armazenamento e aproveitamento da água nelas contida, cujas origens podem estar associadas a: a) ocorrência de fissuras ou fraturas geológicas, que formam os chamados aquíferos fraturados e/ou fissurais; b) ocorrência de formações cársticas (calcário e dolomitos), nas quais o processo de dissolução forma reservatórios de água; e c) ocorrência de camadas sedimentares arenosas, cujas porosidade e permeabilidade (estruturação intersticial) são típicas das areias, facilitando

a infiltração, circulação e armazenamento da água subterrânea. Resultam na formação dos chamados aquíferos porosos, cujas formações geológicas mais comuns são areias limpas, areias consolidadas por cimento (também denominadas arenitos), conglomerados etc.

Como o Estado do Rio de Janeiro apresenta constituição geológica predominantemente cristalina, as águas subterrâneas estão espacialmente mais distribuídas em aquíferos fissurais, uma vez que os aquíferos porosos localizam-se nas planícies litorâneas e bacias sedimentares, que cobrem apenas cerca de 20% do território fluminense. Embora os aquíferos porosos tenham menor extensão areal, desempenham papel relevante para as localidades em que se encontram, devido principalmente a sua alta produtividade e localização próxima aos conglomerados urbanos. Os sistemas aquíferos porosos fluminenses referem-se aos aquíferos terciários, com espessura estimada de 10 a 30 metros; ao aquífero Macacu, com espessuras variáveis de 30 até 200 metros; e aos aquíferos flúvio-lacustres, associados aos aluviões de rios, entre os quais se destacam os aluviões associados aos rios Macacu, Guandu e Macaé, que podem atingir até 100 metros de espessura (MARTINS *et al.*, 2008).

Notamos a existência dessa correlação entre os depósitos arenosos e os aquíferos quaternários na própria Baixada Fluminense, que pode ser segmentada em: baixada de Campos dos Goitacazes, baixada de Arauama, baixada de Guanabara, baixada de Sepetiba e baixada de Jacarepaguá. Estas, por sua vez, estão associadas aos respectivos sistemas aquíferos. As baixadas da Guanabara, Sepetiba e Jacarepaguá despertam peculiar interesse, pois compreendem os municípios integrantes da RMRJ (Figura 1) e, portanto, desempenham papel estratégico.

Consideramos que as baixadas ditas metropolitanas apresentam uma particularidade frente às demais baixadas fluminenses, justificada por sua localização estratégica – requisito primordial para o abastecimento de materiais volumosos e com baixo valor agregado – e por estarem inseridas numa rede logística que lhes oferece ainda mais possibilidades de escoamento da produção. Diante desses aspectos, no presente estudo consideramos as baixadas de Jacarepaguá, baía de Guanabara e baía de Sepetiba como *baixadas metropolitanas*, uma vez que compreendem os municípios integrantes da RMRJ e vêm sofrendo uma crescente pressão decorrente da expansão urbana ou da prática de atividades exploratórias desordenadas. Embora tal situação não seja exclusiva ao território fluminense, este desempenha um papel bem representativo a respeito de questões e conflitos ambientais comuns aos grandes centros urbanos brasileiros. Questões estas representadas por conflitos de interesses e poderes envolvendo a distribuição e uso (desiguais) dos recursos ambientais. E ainda que a apropriação desses recursos pela sociedade se faça de variadas formas, a mais tradicional e emblemática delas é a exploração mineral. Trata-se de uma atividade em que os aspectos negativos são mais visíveis e pronunciados, devido ao caráter extrativo e intensivo, dada a retirada e mobilização de grandes volumes de materiais e consequente interferência significativa na dinâmica dos ambientes. Entretanto, do ponto de vista estratégico, a exploração mineral faz-se necessária como fonte supridora de grande parte dos insumos da cadeia produtiva.

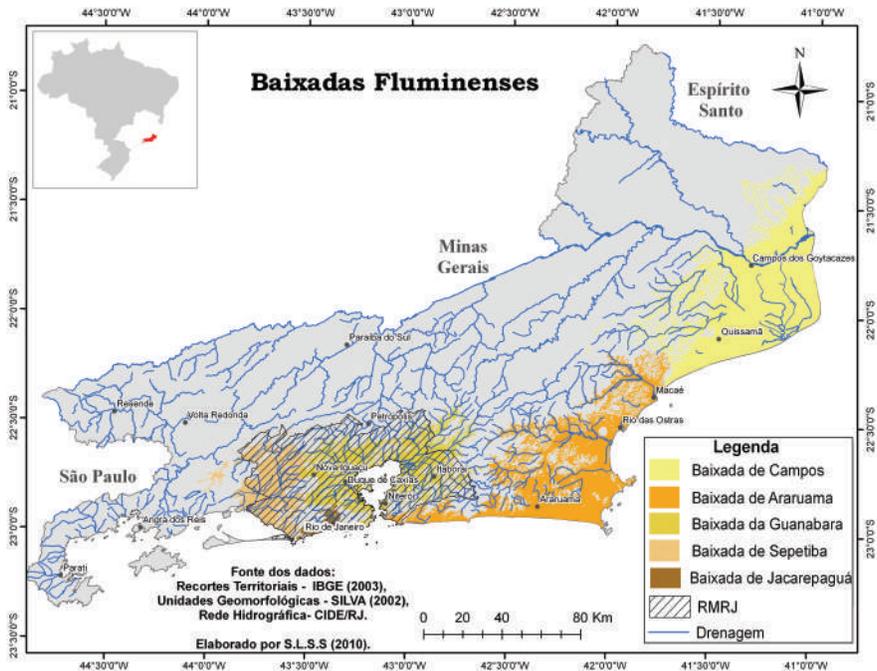


Figura 1 - Baixadas da costa fluminense - Fonte dos dados geomorfológicos: Silva (2002). Elaborado por Silva 2010.

No que diz respeito à atividade mineral fluminense, como já indicado, além da produção de petróleo e gás, temos ainda a exploração de fontes hidrominerais e agregados para construção civil (areia, pedra, brita) em ambientes de baixadas e feições fluviais. Ainda que inicialmente não se perceba toda a relevância econômica associada a essa atividade, posto que se refere à produção de um material de baixo valor agregado e de relativa abundância, uma análise um pouco mais apurada revela sua articulação a diversos setores econômicos. Segundo Cooke e Doornkamp (1990), areia e cascalho<sup>2</sup>, ambos materiais básicos utilizados na construção civil, representam, em termos de tonelagem, os dois recursos minerais mais relevantes ao nível mundial. Em se tratando da produção brasileira, de acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (2008), nos últimos anos, o país vem seguindo esta tendência mundial e aumentando sua produção. O Estado do Rio de Janeiro figura como segundo maior produtor nacional, abaixo somente do Estado de São Paulo.

Essa atividade mineral, por seu próprio caráter exploratório aliado à falta de planejamento, que nesse caso tem sido usual, resulta em impactos ambientais de grandes proporções tendo em vista o volume de material extraído e remobilizado. Genericamente, os impactos associados referem-se às lagoas formadas pela contínua escavação que atinge o lençol freático, com subsequente abandono das lagoas após tornarem-se improdutivas para mineração. Há também a formação de lagoa de rejeitos com os sedimentos finos que restam após a seleção feita através da lavagem do material útil.

Portanto, o cenário que se desenha é o de lagoas (cavas) em progressão, alastrando-se na vertical e sobretudo na horizontal, adjacentes a aterros artificiais com camadas de sedimentos homogeneamente finos (lagoas de rejeitos) e bem selecionados pela lavagem. Destas condições decorrem as maiores preocupações a respeito dos danos que a mineração pode causar aos recursos hídricos, pois as áreas de extração coincidem com os terrenos correspondentes às camadas de sedimentos porosos que propiciam a origem, proteção e manutenção dos aquíferos.

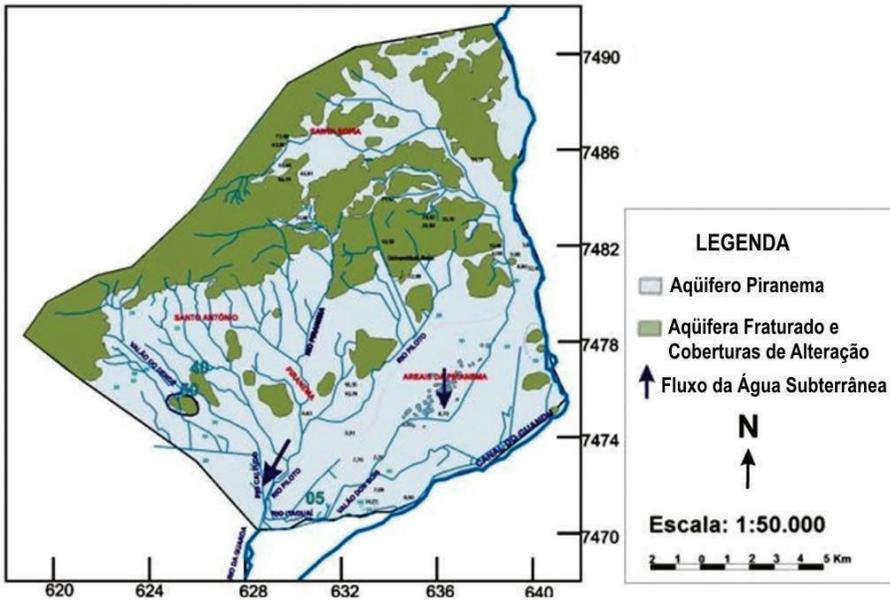
O cenário delineado já pode ser constatado na atual área supridora de areia da RMRJ, a bacia hidrográfica do rio Guandu, pertencente à bacia da baía de Sepetiba, apresentando em suas planícies fluviais e/ou flúvio-marinhas depósitos com espessuras consideráveis que giram em torno de 20 metros. A delimitação institucional dessa bacia, segundo o decreto nº 31.178/2002-RJ, que cria seu respectivo comitê, é definida como:

Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, incluídas as nascentes do Ribeirão das Lages, as águas desviadas do Paraíba do Sul e do Piraí, os afluentes ao Ribeirão das Lages, ao rio Guandu e ao canal de São Francisco, até a sua desembocadura na Baía de Sepetiba, bem como as Bacias Hidrográficas do rio da Guarda e Guandu-Mirim.

A região da bacia do rio Guandu se destaca por ter protagonizado, desde o início de sua ocupação no início do século XVII, inúmeras intervenções que alteraram sobremaneira sua configuração natural, particularmente seus sistemas de drenagens, através de retificações dos canais.

Considerando que a exploração dos depósitos arenosos concentra-se na zona Oeste da bacia do Guandu, coincidindo com a extensão do aquífero poroso Piranema (Figura 2), a atual situação ambiental da bacia do Guandu tem se caracterizado pela deflagração de diversos conflitos a respeito das divergentes demandas de uso do solo, recursos hídricos e minerais. Ressaltando o papel desempenhado pelo seu comitê, este tem como atribuição promover a articulação entre os diferentes agentes envolvidos, arbitrando conflitos, aprovando e acompanhando o Plano de Recursos Hídricos da bacia – documento de apoio técnico e gerencial às decisões disponível na Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA ([www.serla.gov.br](http://www.serla.gov.br)). No caso do Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia do Guandu, as ações prioritárias consistem na ordenação do uso do solo, de acordo com os seguintes princípios: gerenciamento integrado dos recursos, recuperação da qualidade ambiental e garantia da qualidade e quantidade dos recursos hídricos (IPT, 1992; SONDOTÉCNICA, 2005).

De acordo com Marques (2005), o sistema aquífero Piranema refere-se à formação sedimentar, composta por sedimentos arenosos e areno-argilosos com permeabilidade intergranular, apresentando extensão de aproximadamente 180 km<sup>2</sup>, cuja zona de recarga é a própria superfície do terreno. Tendo  $0,5 < q < 3$  (m<sup>3</sup>/h/m) de vazão específica, é classificado como aquífero do tipo poroso e livre, com qualidade da água considerada boa a levemente ferruginosa. Esse fato propicia seu uso para o abastecimento da população local, no bairro Piranema (Itaguaí), através de poços artesianos e cacimbas. Portanto, alterações no lençol freático que modifiquem a qualidade ou a disponibilidade de suas águas causariam efeitos diretos no abastecimento local, além da possível alteração da dinâmica hidrogeológica regional, visto que a mineração, ao atingir o lençol, provoca seu rebaixamento e o expõe aos agentes de contaminação (BERBET, 2003; MARQUES, 2005; MARTINS *et al.*, 2008).



Fonte: MARQUES, 2005

Figura 2 - Área de ocorrência do aquífero Piranema na bacia do rio Guandu.

Dentre estas preocupações sobre as ameaças ambientais aos recursos hídricos, emerge a discussão sobre o grau de ameaça que tais práticas impõem aos aquíferos. Para tanto, recorremos ao esclarecimento sobre dois termos complementares: o de “risco”, que envolve situação de perigo ou dano, em razão da possibilidade de ocorrência de um processo induzido ou não (ZUQUETTE e GANDOLFI, 2004); e o de “vulnerabilidade” que, segundo Auge (2004), deve ser entendido a partir de duas perspectivas – a de vulnerabilidade intrínseca e a de vulnerabilidade específica. A primeira está associada às próprias características do aquífero, como natureza litológica, grau de porosidade e permeabilidade que determinam como ele reagirá a uma ação negativa, seja natural ou antrópica, estando relacionada a sua capacidade de absorver alterações adversas. Já a segunda perspectiva refere-se à conjugação da vulnerabilidade intrínseca com a existência de risco associado a um evento específico, como por exemplo a vulnerabilidade (específica) à contaminação ou à alteração do fluxo de recarga.

Tendo em vista a resolução nº 396/2009 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), as águas subterrâneas por definição ocorrem natural ou artificialmente no subsolo, tendo como principal característica o fato de estarem protegidas por camada de determinado material, sendo solo, rocha ou suas alterações. E devido a essa relativa proteção, que varia de acordo com vulnerabilidade intrínseca do aquífero, estão menos propensas à contaminação do que as águas superficiais. Por isso, os aquíferos são considerados excelentes reservatórios estratégicos de água. Em contrapartida, quando as águas subterrâneas são contaminadas, o processo utilizado para descontaminá-las é difícil e oneroso, tornando medidas preventivas de preservação dos aquíferos uma necessidade imediata (em termos qualitativos e quantitativos).

## Estrutura Metodológica

Metodologicamente, o estudo estruturou-se a partir da análise conjugada de dados referentes a: a) mapeamento geomorfológico realizado por Silva (2002); b) localização e distribuição espacial, extensão do areal e informações cadastrais a respeito da exploração de areia, disponibilizadas no *site* do DNPM; c) recortes territoriais fornecidos no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e d) bases sobre o sistema viário e uso do solo, fornecidos pelo Grupo ESPAÇO/UFRJ, coordenado pela profa. Carla Madureira.

O mapeamento geomorfológico foi considerado plano de informação primário, pois com a identificação das áreas de acúmulo de sedimentação quaternária e a partir da interpretação da morfologia (planícies fluviais e flúvio-marinhas), é possível inferir sobre seu potencial para ocorrência de depósitos arenosos. A base utilizada refere-se aos mapas geomorfológicos produzidos por Silva (2002) em escala de semidetalhe (1:50.000), utilizando a técnica de cálculo da amplitude altimétrica ( $\Delta h$ ) proposta por Meis *et al.* (1982). Essa metodologia consiste em calcular  $Dh$ , que é dada pela diferença entre as altitudes superior ( $\Delta h_{m\acute{a}x.}$ ) e inferior ( $\Delta h_{m\acute{i}n.}$ ) de bacias de drenagem de primeira e segunda ordem até sua confluência com a rede coletora, utilizando-se cartas topográficas. Os autores definem a bacia de drenagem como unidade básica de reconhecimento das diferentes classes de amplitude altimétrica, tendo em vista seu significado fundamental para compreensão das relações entre área-fonte, zona de transporte e zona de deposição em ambientes geodinâmicos distintos. O produto cartográfico final apresentado por Silva (2002) foram cartas morfoestruturais confeccionadas em AutoCAD, que são arquivos de extensão *.dwg*. Estes foram posteriormente convertidos em arquivos *.shp* para poderem ser tratados no ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG), que neste trabalho se refere ao *software* ArcGIS 9.2.

Para obtenção dos dados espaciais e cadastrais sobre a produção de areia fluminense, recorreu-se à ferramenta Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE) (<http://sigmine.dnpm.gov.br/>), disponibilizada pelo DNPM. Foram obtidos os dados referentes ao arquivo *.shp* (representação espacial) e tabela associada contendo informações sobre a área do empreendimento, ano do cadastro, responsável e fase na qual se encontra o empreendimento: requerimento de pesquisa, autorização de pesquisa, requerimento de licenciamento, licenciamento, requerimento de lavra e disponibilidade.

No que se refere ao uso do solo, dentre as diversas classes elencadas pela base de dados fornecida pelo Grupo ESPAÇO/UFRJ, consideramos como indicador de expansão urbana a classe intitulada "áreas urbanas". E quanto ao sistema viário, este serviu de indicador de inserção na rede logística da RMRJ. Complementando as análises, foram ainda utilizadas informações da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro para delimitar manualmente o traçado previsto para o futuro arco viário metropolitano. Essa etapa de tratamento dos dados secundários em ambiente SIG (ArcGIS 9.2) utilizou ferramentas de sobreposição de recortes espaciais, consultas e cálculos geométricos, resultando em mapas e tabelas, indicando áreas propícias a análises mais refinadas, ou seja, áreas apresentando indícios de que a atividade mineral avança e se instala sobre reservas de água subterrânea.

As análises basearam-se também em levantamento bibliográfico a respeito das tendências de expansão urbana, tendo em vista que esse processo é o principal vetor

a fomentar o mercado da construção civil e, portanto, acaba por se tornar um dos fatores impulsionadores da produção de areia. Sendo assim, as investigações de Becker e Paganoto (2008), sobre os ritmos de crescimento populacional (considerando a população residente) da RMRJ para o período de 1980 a 2000, auxiliam na compreensão do panorama regional. Os autores classificam os municípios pertencentes a RMRJ em três grupos, a saber: 1) os que apresentam diminuição do ritmo de crescimento populacional, no qual se enquadram os municípios de Nilópolis, Niterói, Paracambi, Tanguá, São Gonçalo e Belford Roxo; 2) os que apresentam estabilidade ou pequeno crescimento populacional, que englobam os municípios de São João de Meriti, Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Nova Iguaçu; e 3) aqueles com elevação do ritmo de crescimento ou manutenção de altas taxas de crescimento, incluindo Guapimirim, Seropédica, Japeri, Queimados, Magé e Itaboraí. Particularmente, na classe de municípios que apresentam crescimento populacional, nota-se uma tendência à expansão da população da RMRJ em todas as direções: ao leste, com Itaboraí; ao norte-nordeste, com Guapimirim e Magé; e para o oeste, com Seropédica, Japeri e Queimados. Corroborando estas proposições, Egler *et al.* (2003), em sua proposta de zoneamento ambiental da baía de Guanabara, apontam que embora a urbanização esteja concentrada nas orlas ocidental (Rio de Janeiro e Duque de Caxias) e oriental (Niterói, São Gonçalo e Itaboraí), os vetores considerados mostram orla setentrional (Magé e Guapimirim) como novo foco de expansão.

## Resultados e Discussões

Nestas análises, o primeiro aspecto que se destaca é o fato de grande parte das feições quaternárias identificadas coincidir com as áreas de ocupação e expansão urbana (Figura 3). Fato já esperado, tendo em vista que tais terrenos associam-se às formas planas e suaves, facilitadoras da ocupação e construção. Assim, embora teoricamente o recurso mineral areia seja abundante na superfície terrestre, os locais de seus depósitos já apresentam outros usos que impedem sua exploração. Dessa maneira, um fator preponderante nas análises de áreas propícias a tal atividade é o requerimento de apresentar uma fraca ocupação urbana, e ainda assim estarem inseridas numa rede de infraestrutura que facilite o escoamento da produção sem encarecimento do produto. Portanto, é recomendado certo grau de afastamento do núcleo central, pois essas áreas apresentam usos de solo mais densos e restritivos. Entretanto, exige-se que tal afastamento respeite os limites impostos pelos custos de transporte.

Tais análises, embasadas pelo levantamento bibliográfico teórico-conceitual, permitiram delinear as tendências atuais de expansão da atividade exploratória rumo às planícies da porção setentrional da baixada da baía de Guanabara, correspondente aos municípios de Magé e Guapimirim. Não por acaso, essa expansão coincidiu com o sentido da expansão intraurbana metropolitana já indicada por Egler *et al.* (2003) e Becker e Paganoto (2008). Diante dessas perspectivas, o questionamento pertinente diz respeito à maneira como são tratados os dilemas ambientais já enfrentados nas áreas de exploração consolidadas, a exemplo do que ocorre na bacia do Guandu, com relação à vulnerabilidade do aquífero Piranema (MARTINS, 2008).

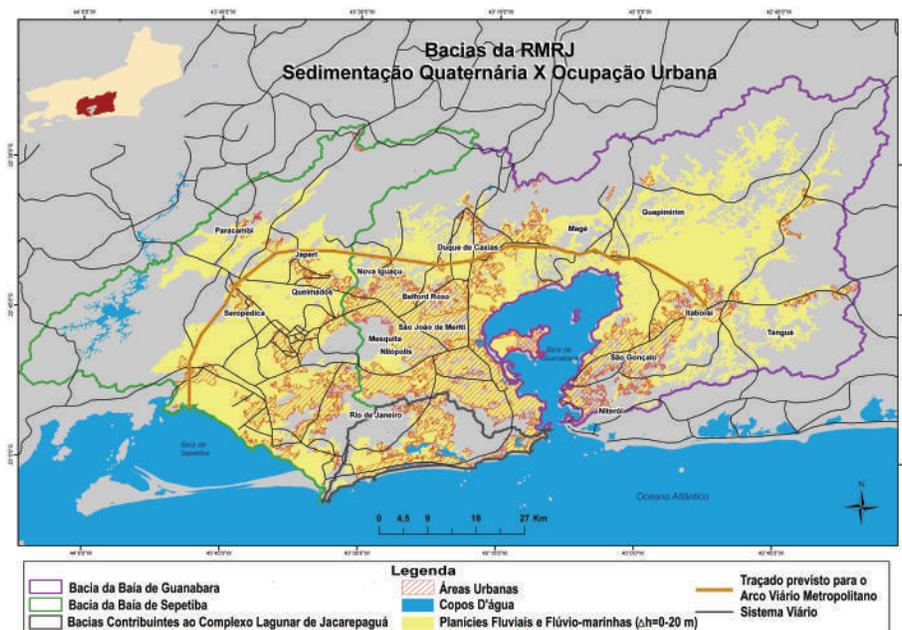


Figura 3 - Distribuição da sedimentação quaternária correspondente aos depósitos arenosos das baixadas metropolitanas e representação das áreas urbanas (elaborado por SILVA 2010).

Em termos de área, a baixada da Guanabara se destaca por apresentar cerca de 4.041 km<sup>2</sup> de extensão, seguida pela baixada de Sepetiba que possui 2.295 km<sup>2</sup>, enquanto a baixada de Jacarepaguá apresenta uma área de apenas 325 km<sup>2</sup>. Assim, por sua pouca expressão areal em comparação as duas primeiras e também pelo fator de constrangimento relacionado a sua localização (completamente inserida no município do Rio de Janeiro, sendo alvo de forte pressão urbana e especulação imobiliária, visto que corresponde a um corredor de expansão de ocupação relacionado aos bairros emergentes da zona Oeste [Barra, Recreio, Jacarepaguá]), considera-se que a baixada de Jacarepaguá apresenta já outros usos predominantes que inibem a presença de atividade mineral. Sendo assim, as análises seguintes tomam por base somente as baixadas de Sepetiba e da Guanabara.

Ao atentarmos para a base cadastral do DNPM/SIGMINE, referente à exploração de areia no Rio de Janeiro, notamos que ambas as baixadas já demonstram a presença desse setor em suas áreas. Entretanto, sutis diferenças são apontadas nas dimensões dos estabelecimentos mineradores, assim como na fase de operação em que se encontram. Diante disso, algumas tendências foram observadas: 1) embora a baixada da Guanabara apresente um número total de empreendimentos cadastrados bem menor do que a baixada de Sepetiba (Tabela 1), a partir do ano 2000 apresentou um ritmo de crescimento do número de empreendimentos cadastrados similar ao daquela, chegando inclusive a ultrapassá-la a partir do ano de 2007 (Tabela 2). Tal fato pode ser

relacionado a um maior rigor da legislação ambiental – com intensificação das pressões para um controle mais efetivo – e ao reaquecimento do mercado da construção civil impulsionado pelos grandes empreendimentos, como o arco rodoviário metropolitano, a instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), entre outros. 2) As baixadas de Sepetiba e da Guanabara diferenciam-se também pelas proporções de tamanho, com a maioria dos areais da baixada de Sepetiba (Figura 4) apresentando áreas menores e sendo inferidos como mais profundos, devido ao tempo de exploração; 3) encontram-se mais concentrados espacialmente do que na baixada da Guanabara (Figura 5).

Tabela 1 – Quantidade de empreendimentos de exploração de areia cadastrados por década até o ano de 2000.

<b>Ano</b>	<b>Baixada de Sepetiba</b>	<b>Baixada da Guanabara</b>
<b>1970</b>	3	1
<b>1980</b>	2	0
<b>1990</b>	31	7
<b>2000</b>	146	139
<b>Total</b>	<b>182</b>	<b>147</b>

Fonte dos dados: SIGMINE – DNPM / 2009.

Tabela 2 – Quantidade de empreendimentos de exploração de areia cadastrados por ano após 2000.

<b>Ano</b>	<b>Baixada de Sepetiba</b>	<b>Baixada da Guanabara</b>
<b>2000</b>	5	1
<b>2001</b>	4	5
<b>2002</b>	5	1
<b>2003</b>	10	1
<b>2004</b>	16	16
<b>2005</b>	5	11
<b>2006</b>	25	20
<b>2007</b>	28	30
<b>2008</b>	46	41
<b>2009</b>	2	13
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>139</b>

Fonte dos dados: SIGMINE – DNPM / 2009.

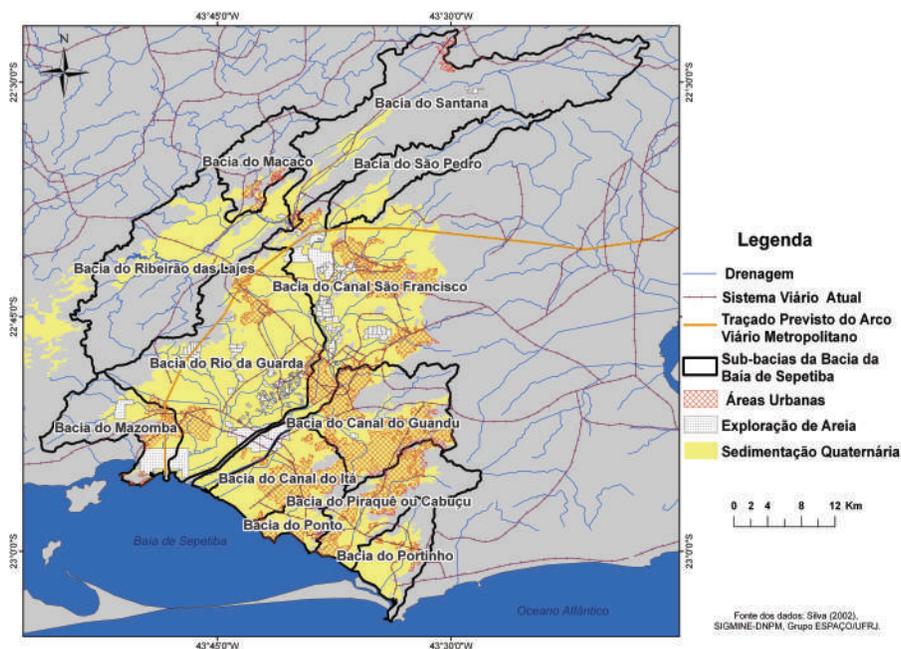


Figura 4 - Bacia do rio Guandu e sub-bacias hidrográficas, com localização dos depósitos quaternários correspondentes ao domínio morfológico da baixada de Sepetiba. Estão representadas também as áreas urbanas e a localização das áreas de exploração mineral (Elaborado por SILVA 2010).

A baixada de Sepetiba, por representar a tradicional área supridora de areia para RMRJ, já apresenta um quadro deflagrado de degradação ambiental relacionado à mineração e seus impactos. Esse quadro de degradação está associado às modificações morfológicas acarretadas pela abertura de cavas de grandes proporções, que atingem o lençol freático, fazendo-o aflorar e deixando-o mais suscetível em termos de contaminação e alterações da dinâmica hidrológica. Tal fato faz com que a vulnerabilidade intrínseca do aquífero local - o aquífero de Piranema - seja potencializada pelos riscos decorrentes da remoção da camada porosa de sedimentos, acarretando alterações na dinâmica hidrogeológica (nos processos de infiltração, transmissão e evaporação).

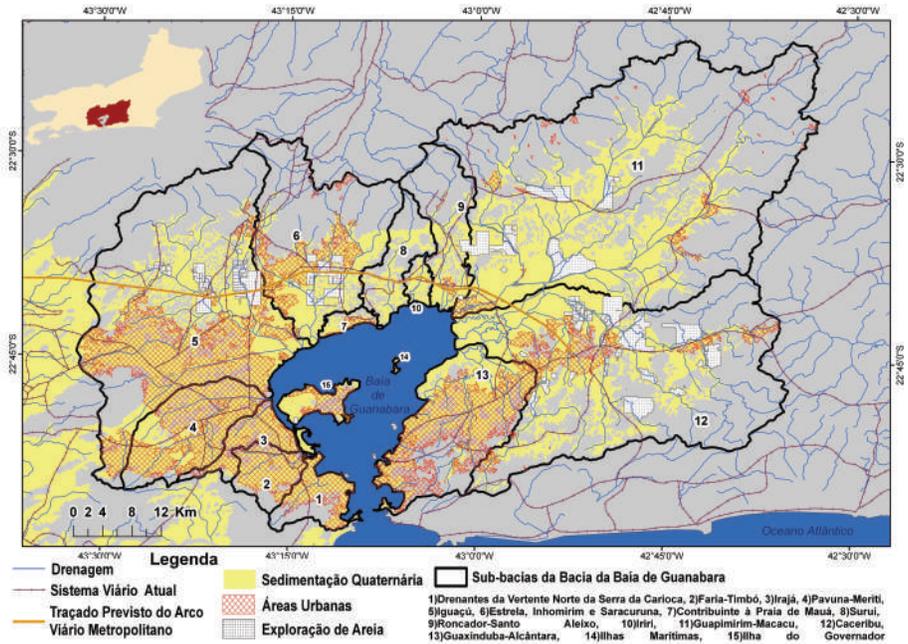


Figura 5 - Bacias da Guanabara e Guandu com respectivas sub-bacias hidrográficas e localização dos depósitos quaternários correspondentes ao domínio morfológico da baixada da Guanabara. Estão representados também as áreas urbanas e a localização das áreas de exploração mineral (Elaborado por SILVA 2010).

Já na baixada da Guanabara (Figura 5), onde a atividade está se expandindo em direção à porção setentrional (Magé e Guapimirim), mais especificamente em relação às bacias de Roncador-Santo Aleixo, bacia do Iriri e bacia de Guapimirim-Macacu, há que se ponderar sobre os riscos impostos aos aluviões e aquíferos correspondentes. O que merece maior destaque é o aquífero Macacu, localizado na parte sul da bacia hidrográfica do rio Macacu, que se estende por aproximadamente 110 km<sup>2</sup>.

### Alguns Apontamentos e Diretrizes Finais

Diante do exposto, o que se argumenta é que a gestão não deve versar unicamente sobre uma determinada categoria de recurso (mineral ou hídrico), mas sim se fundamentar em uma concepção integrada que trate da gestão de um ambiente peculiar, como é o caso das baixadas, onde há concentração natural desses recursos. Por fim, ressaltamos que, se o cenário atual já indica a existência de uma maior pressão nos aquíferos porosos associados aos aluviões dos rios Macacu e Guapiaçu, qualquer prognóstico em relação aos recursos hídricos dessa região deverá salientar o caráter vulnerável desses reservatórios frente ao tipo de uso exploratório a avançar sobre os aquíferos locais.

A situação torna-se ainda mais crítica devido à falta de um projeto de recuperação ambiental dessas cavas quando sua exploração for desativada. Nesse tocante, outro

indicativo reforçador da correlação existente entre a gestão de recursos hídricos e o uso dos demais recursos minerais é o fato de as alternativas de recuperação para os terrenos com mineração de areia desativada (p. ex., piscicultura, implantação de áreas de lazer para práticas de pesca, passeios de barcos etc.) basearem-se justamente na presença de lagoas formadas pela inundação das cavas.

Por fim, ressalta-se mais uma vez o caráter estratégico dos reservatórios de água subterrânea, sobretudo quando se considera os serviços públicos em geral prestados à população da baixada Fluminense – reconhecidamente deficientes. De tal modo, torna-se necessário projetar cenários futuros, desde situações favoráveis (ampla disponibilidade e distribuição de água) até panoramas críticos e emergenciais (déficits no abastecimento), nos quais os aquíferos metropolitanos (locais) desempenham papel estratégico.

## Agradecimentos

A autora agradece à professora Telma Mendes (Departamento de Geografia, UFRJ), que tem orientado e colaborado muitíssimo para realização não somente deste artigo como dos demais trabalhos relacionados ao meu projeto de dissertação. Agradecimentos também ao Grupo ESPAÇO-UFRJ, coordenado pela profa. Carla Madureira, pela gentileza em ceder sua bases de dados de uso do solo.

## Referências Bibliográficas

AUGE, M. Vulnerabilidad de acuíferos. Revista Latino-Americana de Hidrogeologia, nº4, p. 85-103, 2004. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/hidrogeologia/article/view/2652/2193>. Acesso realizado em 30 de setembro de 2009.

ADAMY, A. e DANTAS, M. E. *Geomorfologia – Setor Jirau*. Porto Velho: Convênio FURNAS/CPRM, 2004.

AMADOR, E. S. *Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza*. Rio de Janeiro: E.S. Amador, 1997.

BERBET, M. C. *A mineração de areia no distrito areeiro de Itaguaí-Seropédica/RJ: Geologia dos depósitos e caracterização das atividades de lavra e dos impactos ambientais*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geologia, 2003, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BECKER, O. M. S., PAGANOTO, F. A População Migrante na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: uma abordagem espacial das desigualdades em 2000. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu-MG: ABEP, 2008.

CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 396, de 03 de abril de 2008. Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências. Disponível em <<http://>

[www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=562](http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=562)>. Acesso realizado em 8 de novembro de 2009.

COOKE, R. U.; DOORNKAMP, J. C. *Geomorphology in environmental management: a new introduction*. 2 edition. Oxford: Clarendon Press, 1990.

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral. *Sumário Mineral 2008 – Agregados para Construção Civil*. DNPM, 2008. Disponível em: [www.dnpm.gov.br](http://www.dnpm.gov.br). Acesso realizado em 27 de abril de 2009.

EGLER, C. A. G.; CRUZ, C. B. M.; MADSEN, P. F. H.; COSTA, S. M.; SILVA, E. A. Proposta de Zoneamento Ambiental da Baía de Guanabara. *Anuário do Inst. Geociências/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 26. 2003. p. 127-138.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em [www.ibge.gov.br/mapas\\_ibge/bases.php](http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge/bases.php). Acesso realizado em 10 de dezembro de 2008.

INSTITUTO GEOLÓGICO E MINEIRO (2001). *Água Subterrânea: Conhecer para Preservar o Futuro*. Instituto Geológico e Mineiro. Disponível em: [http://e-Geo.ineti.pt/geociencias/edicoes\\_online/diversos/agua\\_subterranea/indice.htm](http://e-Geo.ineti.pt/geociencias/edicoes_online/diversos/agua_subterranea/indice.htm). Acesso realizado em 29 de setembro de 2009.

IPT - INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. *3º Curso de Geologia de Engenharia Aplicada a Problemas Ambientais*. São Paulo: ABAMA/DIGEM, 1992. (Apostila Mimeografada).

MARTINS, A. M. ; CAPUCCI, E. ; CAETANO, L. C. ; CARDOSO, G.; BARRETO, A. B. C., MONSORES, A. L. M., LEAL, A. S ; VIANA, P. Hidrogeologia do Estado do Rio de Janeiro- Síntese do estágio atual do conhecimento. In: *XIV Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas*: ABAS, 2008. p.1-17.

MARQUES, E. D. *Hidrogeoquímica nas cavas de extração de areia na região do Bairro de Piranema – Distrito Areeiro de Seropédica – Itaguaí – RJ*. Dissertação de Mestrado. Niterói:UFF, 2005.

MEIS, M.R.; MIRANDA, L.H.G. e FERNANDES, N.F. Desnívelamento de altitude como parâmetro para a compartimentação do relevo: bacia do médio-baixo Paraíba do Sul. In *Congresso Brasileiro de Geologia*, **32**, 1982, Salvador . *Anais...* Salvador: SBG. **4**:1489-1509.

SERLA – Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas. Disponível em [www.serla.gov.br](http://www.serla.gov.br). Acesso realizado em 26 de março de 2009.

Silva, S. L. S.

SIGMINE – Informações Geográficas da Mineração do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. Disponível em <http://sigmine.dnmpm.gov.br/>. Acesso realizado em 27 de abril de 2009.

SILVA, T. M. *A Estruturação Geomorfológica do Planalto Atlântico no Estado do Rio de Janeiro*. Tese Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

SONDOTÉCNICA. *Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim* (Contrato 31/ANA/2005). Rio de Janeiro: Sondotécnica/Comitê Guandu/ANA, 2005.

SUGUIO, K. *Geologia do Quaternário e mudanças ambientais: (passado+presente= futuro?)*. São Paulo: São Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 1999.

ZUQUETTE, L.V. & GANDOLFI, N. *Cartografia Geotécnica*. São Paulo: Oficina de Texto, 2004.

Recebido em 16/03/2010      Aceito em 30/10/2010

---

## Notas

1 Superfície de erosão ou de aplainamento é uma superfície do terreno com altitudes semelhantes e mais ou menos contínua, formada ao mesmo tempo por processos erosivos ou deposicionais (fluviais, glaciais e de encosta) atuantes na porção externa da Terra (Suguio, 1999). No SE brasileiro, Bigarella *et al.* (1975 *apud* Suguio, 1999) reconheceram três níveis de pediplano – Pd1, Pd2 e Pd3 – correspondentes a uma superfície nivelada em valores altimétricos semelhantes e que foi formada pelo recuo paralelo das encostas, num processo característico de fases semiáridas ocorridas no passado, nesta região.

2 Os agregados para construção civil são materiais granulares, definidos de acordo com sua granulometria em: areia (partículas com diâmetros entre 0,06 mm e 2 mm) e cascalho (partículas com diâmetros entre 2 mm e 64 mm).

# Modificações Institucionais na Política de Águas Brasileira: Como Se Constrói Um Espaço de Gestão?

## Institutional Change in Brazilian Water Policy: How are Management Spaces Built?

Helena Drummond

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** O artigo traz uma construção teórica, conceitual e metodológica para a compreensão da espacialidade da nova política de águas brasileira, caracterizada pela inovação institucional. O ponto de partida do trabalho é um questionamento quanto à efetividade da nova proposta de política do setor (datada de 1997) e também quanto ao recorte espacial que a geografia tradicionalmente utiliza para abordar o problema, ou seja, a bacia hidrográfica. Partindo da premissa básica de que a disciplina possui instrumentos para a compreensão do tema ainda não utilizados em todo o seu potencial, o artigo traça um caminho de análise para tentar responder à pergunta-título, bem como explicar a efetividade ou não da nova política de águas brasileiras em uma dada área. Para isso, o problema é decomposto, analisando-se separadamente a questão da gestão, da água e, por fim, da gestão territorial da água. Questões como descentralização, participação social, elaboração de ciclos hidrossociais e de objetos híbridos são levantadas, ainda que não aprofundadas, na tentativa de concatenar uma narrativa coerente para explicar a água enquanto objeto de tensões políticas. Conclui-se pela necessidade de conceber espaços de gestão, como novos territórios formados a partir da sobreposição de diferentes superfícies de regulação que incidem sobre a água.

Palavras-chave: água, instituições, gestão do território, geografia

**Abstract:** This article offers a theoretical, conceptual and methodological discussion of the spatiality of the institutional innovations accompanying new Brazilian water policies. First, the effectiveness of new policies dating from 1997 and the traditional geographic approach through hydrographic basis are questioned. Starting from the basic assumption that the discipline has instruments with which to understand water policy that have not been used fully yet, the article shows how water management could be undertaken and why new Brazilian policy has been (un)successful. Three separate problems are identified with management, water and water management. Issues such as decentralization, social participation and the elaboration of hydro-social cycles are considered in order to build a coherent narrative with which to understand water as an object of political tensions. The conclusions reached point to the need for conceiving management spaces as new territories resulting from the superposition of different regulatory surfaces projected over water.

Key words: water, institutions, management, geography.

## Introdução

A temática da água se insere na ordem do dia na agenda de pesquisa da geografia. Dentre as múltiplas dimensões a partir das quais ela pode ser analisada, o aspecto político e econômico do elemento é certamente um dos que menos tem recebido atenção dos geógrafos brasileiros<sup>1</sup>. Isso causa certo espanto diante da constatação de que a legislação setorial de recursos hídricos no Brasil é relativamente recente e requer modificações político-institucionais significativas para sua efetivação.

Este artigo procura contribuir para a discussão da água enquanto objeto de tensões políticas, cuja evidente espacialidade torna sua análise geográfica tanto necessária quanto interessante. O foco está na constituição do processo de gestão que leva à implementação das instâncias e instrumentos previstos pela Lei das Águas (lei nº 9.433, de 1997), como o comitê de bacia hidrográfica, a cobrança pelo uso do recurso, a outorga de atividades etc. Além da pergunta-título – como se constrói um espaço de gestão? –, o artigo tenta abordar o que podemos dizer sobre a espacialidade<sup>2</sup> desta transformação política, e que conceitos da ciência geográfica podem se mostrar úteis na investigação desse fenômeno. Não há, obviamente, pretensão de dar respostas completas e definitivas, mas de mostrar um dos raciocínios possíveis sobre o tema.

A estrutura deste artigo procura refletir a pesquisa que o gerou, demonstrando como se deu a construção do problema, e os conceitos e métodos operacionais durante a investigação. O ponto de partida do trabalho (próxima seção) foi o questionamento quanto à efetividade da atual política de águas ou, dito de outra maneira, a reflexão sobre a ainda incipiente gestão de águas no Brasil. A partir daí, nas seções seguintes, propõe-se a utilização de diferentes referenciais conceituais da geografia na busca pela explicação da modificação institucional, parte e pressuposto da gestão de águas em áreas nas quais esse processo ocorreu.

A reflexão aqui proposta é teórica e conceitual, destituída de dados novos ou análises empíricas. Resulta da convicção de que a geografia possui ferramentas para teorizar sobre a temática das águas ainda não utilizadas em todo o seu potencial. Dentre elas, são destacadas as ideias de gestão do território, instituições, hibridismo e o próprio território. Sem o propósito fazer análises aprofundadas sobre cada um desses conceitos e suas diferentes acepções, o artigo mostra a forma como eles foram reunidos na análise de um caso concreto de gestão de águas.<sup>3</sup>

## Pontos de Partida

O estudo aqui desenvolvido sobre gestão baseia-se na presumida modificação institucional colocada em movimento pela Lei das Águas (1997). É essa modificação e sua espacialidade, apontada por Pires do Rio e Peixoto (2001), que está em questão, e não a legislação em si, já objeto de extensa investigação pelas ciências humanas e também pela ciência geográfica. O primeiro aspecto a ser destacado sob esse prisma é a proposta de transformação da bacia hidrográfica, que “[...] de área elementar para compreensão de processos de drenagem, torna-se espaço institucional caracterizado pela existência de uma organização [o comitê de bacia] cuja ação tem implicações econômicas e políticas” (PIRES DO RIO *et al.*, 2004).

Autores no âmbito da geografia já apontaram que a bacia hidrográfica “não constitui, *a priori*, uma unidade espacial para a estratégia dos diferentes atores” (PIRES DO RIO e GALVÃO, 1996, p. 37) e que ela “é uma realidade física, mas é também um conceito socialmente construído” (CUNHA e COELHO, 2003, p. 70). A pesquisa sobre gestão de águas exposta aqui buscou seguir essas indicações no sentido de inserir esse recorte espacial em contextos políticos, econômicos e institucionais mais amplos. Essa “problematização” da bacia hidrográfica começa a fazer parte das indagações de geógrafos preocupados com as políticas ambientais em geral e da água, em particular<sup>4</sup>.

Fora do domínio disciplinar da geografia, a literatura específica sobre gestão e governança de águas no Brasil as aponta como incipientes, embrionárias e ainda em seus estágios iniciais (JACOBI, 2009; FRACALANZA, 2009), ou mesmo como uma “quimera” (VALENCIO, 2009), pouco mais de uma década após a promulgação da nova lei do setor. Abers e Dino (2005) demonstraram que a criação de comitês de bacia hidrográfica estava concentrada na região Sudeste, enquanto a institucionalização de muitos desses órgãos ainda estava para ser construída à época. Todos esses autores, ainda que não concordem entre si, apontam a descentralização de políticas públicas e a participação social como aspectos fulcrais a serem considerados na reforma da política brasileira de águas, indicação que a pesquisa cujo desenvolvimento é mostrado aqui procurou seguir e constatou ser ainda pouco explorada em estudos geográficos.

Diante dessa complexidade das mudanças legais e institucionais, e da verificação de que a implementação de regulação setorial da água caminha a passos lentos, destacam-se aquelas experiências consideradas bem-sucedidas, nas quais é possível ver novos instrumentos e instâncias em prática e que levam à emergência da nova lógica de tomada de decisão, ou seja, levam à gestão. Ao mesmo tempo, há exemplos de iniciativas infrutíferas que falharam em propiciar a efetivação do novo marco regulatório. Afinal, o que explica o fato de algumas áreas terem sido bem sucedidas e outras não? Esta foi a pergunta-guia ao longo do processo de investigação, sabendo-se de antemão que a resposta seria composta de poucas certezas e, talvez, ainda mais indagações.

## Os Caminhos da Análise

O contato inicial com a bibliografia sobre gestão de águas dentro e fora da geografia, aliado aos aprofundamentos posteriores na temática ambiental conduziram à opção de decompor a questão. Assim, em vez de partir diretamente para a gestão de águas, pensa-se a gestão como um problema, a água como outro, e só então a gestão de águas emerge como terceiro problema reunindo os dois anteriores.

### *Gestão*

Em primeiro lugar, é importante notar que o termo “gestão” já foi apropriado pela retórica política e possui uso corrente de senso comum, que o relaciona à eficiência. Isso provavelmente se deve à origem do termo, na administração empresarial (PIRES DO RIO e GALVÃO, *op. cit.*). Não é difícil encontrar em editoriais e nas colunas de economia e política dos grandes jornais brasileiros colocações sugerindo que “falta gestão” para tal setor de políticas públicas, ou que a máquina do Estado requer um “choque de gestão”.

Na investigação científica, esta proliferação de usos e acepções torna necessária a adoção de uma definição precisa do termo, de forma a qualificar o processo político ao qual se faz referência. A difusão da palavra “gestão” além de suas origens na administração empresarial e pública é visível desde o final da década de 1980. Não coincidentemente, este foi o período no qual se iniciou a reforma do Estado brasileiro após a ditadura militar. Foi nessa época que ele foi desenhado na forma como existe hoje, e o processo de reconfiguração ainda está em curso, incompleto em diversos setores de funcionamento do Estado.

A gestão é associada à ação mais eficaz do Estado porque requer a descentralização de políticas públicas e a participação de todos os agentes sociais envolvidos ou afetados por essa política. Essas duas acepções tão frequentemente aludidas – descentralização e participação – possuem implicações espaciais que já tiveram sua discussão iniciada, porém pouco aprofundada na ciência geográfica. Descentralizar o Estado implica em redistribuir suas atribuições entre os entes federativos, o que no caso brasileiro se deu com o fortalecimento dos municípios. Esta redistribuição não se faz sem contradições internas, como por exemplo o fato de nessa nova estrutura os municípios brasileiros ficaram com o bônus de gastar recursos nas diversas atribuições municipalizadas, porém sem o ônus de gerar receitas fiscais, ainda concentradas na União (REZENDE, 1995; ARRETICHE, 2004). Cientistas políticos e outros estudiosos da administração pública falam em descentralização política, administrativa e fiscal (FALLETI, 2006), ou diferenciam descentralizar e desconcentrar (DOWBOR, 1996).

Já a participação social é apontada por extensa literatura como a forma de criar controle sobre a concepção e implementação de políticas públicas, nos assim chamados mecanismos de *accountability* que viriam no bojo de processos de governança. Essa democracia direta seria capaz de gerar políticas mais eficientes. Muito da produção teórica sobre participação e governança pode ser identificada com a ideologia neoliberal predominante na década de 1990, que preconizava a diminuição do Estado e a “ação cidadã” como formas de aumento da eficiência das políticas. Mohan (2007) é um dos geógrafos pioneiros a refletir sobre o assunto, argumentando que levar em consideração a espacialidade da participação é uma das maneiras qualificá-la.

A reforma de diversos setores ocorrida no Brasil durante os anos 1990 pode ser vista como modificação na estrutura estatal, que se deu tanto no próprio desenho federativo (como colocado anteriormente) quanto no papel desempenhado pelo Estado. Este, em muitos casos, passou de provedor de produtos e serviços a regulador dos mesmos. Ainda que não seja possível aprofundar aqui a discussão sobre essa temática dentro e fora da geografia, salienta-se a importância do Estado na investigação de um processo de gestão, como também o fato de que a regulamentação específica do setor de recursos hídricos, através da Lei das Águas, está inserida em um movimento mais amplo de transformação do Estado, governos e instituições.

A perspectiva da ciência geográfica para a gestão também começou a ser construída no final da década de 1980. Aqui se destaca a produção oriunda do Laboratório de Gestão do Território (LAGET), criado no departamento de geografia da UFRJ, que propunha a “[...] busca de novas alternativas para uma gestão democrática do território nacional” (BECKER, 1988a). As primeiras discussões no âmbito desse laboratório entendiam a gestão como uma prática estratégica de poder no espaço (BECKER, 1988b), como controle da organização espacial (CORRÊA, 1988) e como poder local, especialmente o municipal,

(DAVIDOVICH, 1988, 1991), sempre enfatizando as escalas locais e regionais. Mais uma vez, o momento político de redemocratização do país explica a necessidade de contrapor a nova forma de execução de políticas públicas então almejada, diferente do período anterior, que fora marcado pelo planejamento central executado pelo governo federal.

É possível encontrar no desenvolvimento dessas questões pelos geógrafos dois tipos de encaminhamentos simultâneos: a separação conceitual entre planejamento e gestão, e a separação entre gestão do território e gestão ambiental. O primeiro tipo de separação pode ser encontrado em Machado (1995). Segundo a autora, ainda que tanto a ideia de planejamento quanto de gestão incorporem o exercício do controle, nesta última “o ato de intervir assume explicitamente caráter político e não somente técnico, como no planejamento”. Logo depois, a autora adverte que:

[...] existe tanto um problema de *escala quanto de autoridade ao se pretender estabelecer o limite entre gestão e planejamento, quando nos referimos ao território: é possível supor que a gestão do território, ao funcionar através de acordo e consenso, é mais exequível em escala local [...]* (p. 25).

Pires do Rio e Galvão (*op. cit.*) também colocaram o caráter técnico do planejamento e o caráter político da gestão como a principal diferença entre ambos. Mais recentemente, Gusmão (2009) entende o planejamento como uma das etapas da gestão ou, dito de outra maneira, o cumprimento da agenda do processo de gestão requer a etapa de projeção dos cenários possíveis e das técnicas disponíveis para a solução dos problemas em questão.

O segundo tipo de separação possui indicações teóricas menos claras e, em muitos casos, se calcou na separação entre geografia humana e geografia física. Estas corresponderiam às áreas de estudo da gestão do território e da gestão (e planejamento) ambiental, respectivamente. Entretanto, é pouco provável que o estudo de processos físicos inclua a investigação de um processo político, podendo, isto sim, fornecer subsídios à tomada de decisão ao investigar problemas integrantes de uma agenda de gestão. Assim, as concepções mais recentes entendem a gestão ambiental como um dos componentes da gestão do território, que incluiria também outros setores além de políticas ambientais, como em Cunha e Coelho (*op.cit.*): “A gestão ambiental faz parte de um processo mais amplo de gestão do território, aspecto para o qual ainda não se deu a devida relevância” (p.43). Concepção similar pode ser encontrada em Gusmão (*op.cit.*), em sua conceituação de gestão ambiental dos territórios.

Ainda recorrendo ao recente trabalho de Gusmão, é possível definir gestão da seguinte maneira: “[...] espaço de negociação no qual Estado, organizações produtivas [...] e sociedade civil possam, de forma integrada e coordenada, conceber e instrumentalizar um cenário futuro que concilie interesses que, de outra forma, tendem a se posicionar em rota de conflito”. Tentando construir uma perspectiva geográfica, entende-se aqui que esses espaços de negociação consubstanciam-se como territórios – espaços delimitados por e a partir de relações de poder, sobre os quais se questiona quem domina e influencia e como o faz (SOUZA, 2003, 2008). Se a gestão é uma inovação institucional em construção, então também o são os territórios dela derivados. Novas instâncias de tomada de decisão podem ser baseadas em recortes territoriais “tradicionais”, como os municípios, estados e a nação, ou então funcionarem sob outra lógica espacial, como é o caso exemplar da bacia hidrográfica na política de águas.

Como se sobrepõe e se relacionam no espaço os “novos” e “velhos” territórios de gestão forjados nas diferentes áreas de intervenção do Poder Público? Certamente, é impossível oferecer de uma só vez resposta completa a essa ampla pergunta, o que leva a análise a se focar em um setor específico (a política de águas), ilustrando a problemática exposta anteriormente sobre gestão.

### *Água, Águas, Recursos Hídricos*

A árdua tarefa de elaborar o referencial teórico capaz de conceber a água em suas diferentes dimensões políticas, econômicas e simbólicas já foi em grande parte realizada pelo geógrafo belga Erik Swyngedouw ao longo de sua obra (1999, 2001, 2004a, 2004b, 2006). Este autor criou toda uma agenda de pesquisas para a geografia na temática da água, como será exposto mais adiante. Porém, antes de falar especificamente de água, é interessante expor a concepção teórica do autor, fazendo paralelos com o geógrafo brasileiro Milton Santos e outros autores através de questionamentos e concepções que possam dialogar entre si.

O ponto de partida de Swyngedouw para o estudo da água é concebê-la como um objeto híbrido, inspirado na obra do antropólogo francês Bruno Latour. Em seu ensaio “Jamais Fomos Modernos” (1994), Latour afirma que a modernidade é uma época de criação de objetos híbridos, mistos de natureza e sociedade. Ao mesmo tempo, a epistemologia moderna falhou ao separar os aspectos materiais, simbólicos e discursivos desses objetos, e ao analisar tais aspectos independentemente um do outro, através da divisão do trabalho intelectual. Trata-se, de fato, de uma grande provocação aos cientistas contemporâneos com repercussões significativas na ciência geográfica, posto que a disciplina sempre se reservou ao direito de investigar relações ambiente/sociedade, ou natureza/cultura. Do determinismo ambiental da geografia clássica à formação sócio-espacial da geografia crítica, a disciplina sempre carregou o fardo de ter que relacionar elementos epistemologicamente separados pelas ciências sociais e naturais.

E se não existisse a natureza de um lado nem a sociedade de outro? E se esta divisão passasse a ser entendida como puramente conceitual e operacional, em vez de uma “realidade” a ser investigada? Latour afirma que a separação epistemológica entre esses polos se tornou uma separação ontológica, ou seja, as coisas são concebidas como se fossem puramente sociais ou naturais, quando de fato são cada vez mais híbridas de processos físicos, sociais, discursivos e simbólicos, todos ao mesmo tempo. É por esse caminho que se desenvolve o raciocínio de diversos geógrafos contemporâneos, como Milton Santos em sua já clássica obra “A Natureza do Espaço” (2002 [1996]). O autor, inspirado em Latour, define o espaço geográfico como um misto, um híbrido:

Já que a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois polos distintos. No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social. (p. 101)

Não é tarefa fácil ou simples essa de unir o que a epistemologia moderna separou. Curiosamente, é a geografia física que parece ter caminhado mais rápido nessa direção,

ao conceber ações “antrópicas” sobre a paisagem como parte de seu processo de investigação. Ainda que passível de críticas por sua simplificação, essa concepção ainda corresponde melhor ao que Latour, Santos e Swyngedouw defendem, do que à posição da maior parte da produção em geografia humana. Esta ainda vê a natureza como um palco passivo, no qual as ações humanas ocorrem, e que não consegue colocar os processos físicos de diversas ordens como parte e participante de processos sociais. É bom destacar, entretanto, que esta situação está mudando rapidamente, e a ideia de processos sócio-naturais vem sendo desenvolvida em diversos trabalhos, enriquecendo a discussão<sup>5</sup>.

A ecologia política tem se mostrado um caminho promissor na superação desse falso dualismo. Coelho (2006) indica que a ecologia política está preocupada em relacionar processos ecológicos ou biofísico-químicos, político-econômico-espaciais e socioculturais. Swyngedouw (2004a) sumariza as formulações da ecologia política que lhe servem de guia, dentre as quais, destacam-se: 1) mudanças sociais e ambientais codeterminam umas às outras; 2) ambientes produzidos resultam de processos sócio-ambientais; 3) todos os processos sócio-espaciais estão invariavelmente implicados na transformação ou metabolismo de componentes físicos, químicos ou biológicos; 4) muitas relações de poder social se dão através de processos sócio-ambientais; 5) em relação à “sustentabilidade” ambiental, há de se questionar quem ganha, quem perde e quem ou o quê precisa ser “sustentado”; e 6) transformações ambientais não são independentes de classe, gênero, etnia ou outros tipos de lutas de poder.

Ao transpor esse raciocínio para a questão específica da água, todo um leque de questões pouco (ou nada) abordadas na literatura sobre a gestão do elemento vem à tona. Swyngedouw (1999), em interessante resgate histórico da política de águas na Espanha ao longo do século XX, sustenta que a ideia de bacia de drenagem é insuficiente para dar conta da complexidade do metabolismo da água, especialmente em áreas urbanas. Em outro momento, o autor traz a de alternativa enxergar a parte terrestre do ciclo hidrológico como fundamentalmente um ciclo hidrossocial:

Os fluxos de água incorporados às redes que funcionam como condutores deste ciclo narrariam muitas histórias inter-relacionadas: de atores políticos e sociais e dos processos sócio-ecológicos que produzem espaços urbanos e regionais; de participação e exclusão; [...] de reações e transformações químicas, físicas e biológicas; do ciclo hidrológico global e do aquecimento global; de desenvolvimento geográfico desigual; do *lobby* político e das estratégias de investimento dos construtores de barragens; de especuladores imobiliários urbanos; do conhecimento dos engenheiros; da passagem do rio para o reservatório urbano. A rizoma de fluxos subterrâneos e superficiais, de correntezas, canos, e redes é uma poderosa metáfora para processos que são simultaneamente ecológicos e sociais. (SWYNGEDOUW, 2006, p. 5)<sup>6</sup>

É preciso diferenciar, portanto, o elemento H<sub>2</sub>O em seu estado “natural” e as mudanças pelas quais passa quando é captado, tratado, transportado, consumido e descartado. Ao partir do pressuposto básico de que um recurso, qualquer que seja, só se define em relação ao uso que dele se faz em contextos específicos, então a ideia de recursos hídricos é ironicamente vaga e incapaz de dar conta das múltiplas dimensões a partir das quais a água é politizada e gerida. O que há na verdade são *águas*: água que abastece cidades e

indústrias, água que irriga plantações, água que é barrada e gera energia elétrica, água que é área de lazer em rios, cachoeiras e lagos...

A literatura sobre gestão de recursos hídricos no Brasil concede pouca atenção aos sistemas de abastecimento e saneamento<sup>7</sup>. Geralmente, esses sistemas são inseridos na problemática da gestão urbana, enquanto os trabalhos sobre gestão de águas os tomam apenas como dado. Talvez, isso se explique pelo fato de o saneamento ser um setor específico, com suas próprias complexidades, e que antecede em muito a legislação de recursos hídricos no Brasil. Porém, ao desconsiderar justamente essa complexidade, a análise da gestão de águas também deixa de considerar todos os aparatos infraestruturais, econômicos e políticos implicados nas redes de abastecimento e saneamento.

O foco exclusivo sobre os novos instrumentos e instâncias criados pela Lei das Águas torna impossível enxergar os mecanismos de poder operantes sobre o elemento e que são anteriores à regulamentação em vigor. Tais poderes estão inscritos no espaço, na forma de objetos e ações: barragens e represas, estações de tratamento, redes de captação e distribuição, tanto para a água quanto para o subproduto de sua utilização, ou seja, o esgoto. A espacialidade desses objetos não é exclusivamente natural nem social; não obedece ao recorte das bacias hidrográficas ou de estados e municípios.

### *Gestão de Águas*

A gestão é um problema fundamentalmente político-administrativo. A água possui uma dimensão política e de exercício de poder bastante evidente. Propõe-se, então, aqui a síntese do que significa gestão de águas: a partir de algum momento as decisões e o exercício do poder e do controle relacionados à água passam a ser parte e participante da criação de uma esfera pública de tomada de decisão, resultando na efetivação das instâncias e instrumentos previstos pela regulamentação setorial (comitês de bacia hidrográfica, planos diretores, cobrança pelo recurso etc.). É crucial enfatizar o aspecto de mudança institucional presente quando da possibilidade de definir a tomada de decisão como gestão. Este “momento” de mudança evidentemente ainda não aconteceu na maior parte dos municípios e regiões brasileiras.

A espacialidade da mudança institucional não é dada pelos recortes naturais ou político-administrativos, mas pela investigação das instituições formais e informais, e dos agentes públicos, privados e civis que participam do processo de transformação da tomada de decisão. Sem a pretensão de analisar em profundidade as contribuições trazidas pelo institucionalismo<sup>8</sup>, a corrente análise limita-se a trazer um de seus autores mais conhecidos e citados – Douglass North (2007 [1990]) – para definir instituições e agentes: as primeiras correspondem às regras do jogo e os segundos, aos jogadores. A metáfora esportiva utilizada por North não pretende simplificar o que é de fato complexo, mas sim criar uma separação conceitual que ajude a diferenciar mecanismos de mudança e inovação. Ao mesmo tempo, é interessante fugir ao lugar comum de denominar todos os participantes do processo “atores sociais”. Busca-se aqui quem efetivamente *age* no processo, em suas relações com outros igualmente atuantes. Isto permite *qualificar* a “participação social” tão almejada na retórica acadêmica sobre o tema.

As estratégias de gestão de água podem ser entendidas como integrantes do processo de construção de novos territórios, formados a partir da sobreposição de estruturas

institucionais que incidem sobre o elemento. Dentre estas, destacam-se os municípios e estados, a bacia hidrográfica e as redes de abastecimento e esgotamento sanitário. Em outras palavras, podemos dizer que espaços de gestão de água podem surgir a partir das diferentes superfícies de regulação existentes no território (PIRES DO RIO e PEIXOTO, *op. cit.*).

### **Para Entender (a Falta de) Um Espaço de Gestão de Águas**

Com as definições teóricas devidamente estabelecidas, o encaminhamento metodológico surge como consequência direta. A resposta à pergunta colocada como ponto de partida – o que explica a implementação ou não de instâncias e instrumentos da Lei das Águas? – pode ser dada a partir da identificação e explicação dos seguintes itens:

- a) ciclo hidrossocial: de onde a água vem, para onde vai, quem a utiliza e para que fins, atividades que causam impacto na qualidade e quantidade de recursos disponíveis, infraestrutura hídrica (represas, estações de tratamento, canais de irrigação, redes de abastecimento e esgotamento).
- b) poderes exercidos através das águas: dominialidade de corpos hídricos, serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário (tipo de empresa prestadora, quantidade de população atendida, qualidade do serviço prestado).
- c) institucionalidades: leis, normas, convenções, regulamentações, compromissos e conflitos que incidem sobre a água *em diferentes escalas*.
- d) agentes: estatais (governamentais, regulatórios, fiscalizadores), econômicos (empresas, inclusive estatais, grupos de pressão etc.) e sociais (sindicatos, associações, organizações não governamentais etc.), em suas relações entre si e *em diferentes escalas e setores*.

Enquanto os dois primeiros itens nos falam dos objetos híbridos e da forma como são gerenciados, os dois últimos são capazes de demonstrar se houve ou não a mudança institucional pressuposta aqui como condição para a realização da gestão. Os itens a e b possuem uma materialidade mais evidente, pois trata-se de objetos inscritos no espaço. É possível concebê-los como resultado da técnica vigente na época em que foram feitos, da forma como propõe Santos (*op. cit.*) em sua busca da “empirização do tempo”. Os itens c e d tratam de aspectos mais intangíveis e que estão em pleno processo de transformação na estrutura das políticas públicas no Brasil. É essa transformação, entretanto, que pode influenciar e modificar direta e indiretamente os itens a e b. É importante notar que todos esses itens estão presentes independentemente da existência de um processo de gestão.

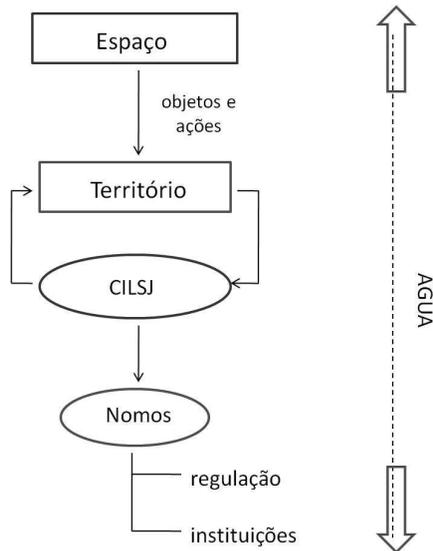
Quando se propõe a consideração das instituições e agentes em diferentes escalas e setores, a intenção é enfatizar que a política de águas, seja ou não na forma de gestão, não se dá de forma isolada. Ao constatar o óbvio fato de que a preservação e conservação da água requerem ações que incluem diversos setores de atuação do Poder Público, a maior parte da literatura sobre o tema conclama “ações integradas”. Essa integração já existe, porém não como algo a ser construído num futuro ideal, e sim agora, na prática política dos agentes e instituições em suas relações, o que não significa corresponder às recomendações dos estudiosos. A política de águas não se faz no vazio político e social, sendo

consequência direta da *densidade institucional*, ao mesmo tempo em que a realização bem-sucedida da gestão de águas pode alimentar essa densidade.

Amin e Thrift (1995) entendem que a densidade institucional emerge a partir das relações e compromissos firmados entre as diferentes organizações e agentes. Mesmo focados no desenvolvimento econômico das regiões, os autores fornecem um valioso instrumento para entender processos de gestão territorial e ambiental, quando afirmam:

(...) a rede de instituições pode ser construída de uma qualidade de tal maneira que a soma do todo seja maior que as partes. Assembleias civis, escritórios regionais integrados e similares podem, em conjunto, produzir capacidade de governança. Mas (...) é frequentemente o ato de construir estas instituições de modo aberto, inclusivo, que é mais importante para a capacidade de governança de uma região do que as instituições nelas mesmas. (AMIN e THRIFT, 1995, p. 56)<sup>9</sup>

Para entender (a falta de) um espaço de gestão de águas, portanto, é necessário investigar a densidade construída em torno das organizações criadas no bojo desse processo, como o comitê de bacia e consórcios intermunicipais, que são centrais para a efetividade dos instrumentos legais, porém sempre em relação com outras organizações. Um novo conjunto de nomos (leis, regras, regulamentações, instituições e regulações sociais) emerge com essa organização que, por sua vez, alimenta a existência de um novo território, conforme já referido. A Figura 1 sumariza o esquema conceitual desenvolvido para entender a gestão de águas, lembrando que a água exerce o papel de “fio de Ariadne”, compreendendo e unificando todo o caminho da análise.



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 1: Esquema conceitual para a compreensão da gestão de águas

## Considerações Finais

Muitas vezes, autores da geografia justificam a utilização do recorte espacial da bacia hidrográfica citando o fato de os processos naturais não respeitarem limites político-administrativos. Isto é verdade incontestável, porém também o é o raciocínio contrário: processos políticos não são delimitados por recortes naturais.

Para a ciência geográfica, centrada na espacialidade dos fenômenos, não há recortes melhores ou piores; o que há são recortes mais ou menos adequados para entender determinado processo. Todos os recortes são abstrações, afinal não existem “lá fora” em uma realidade objetiva e concreta, e sim a partir dos problemas de pesquisa criados.

Então, para o problema de pesquisa aqui colocado – gestão de águas –, que recorte se mostra adequado? Afinal, se a água é tema tão vasto e se pode ser entendida em múltiplas dimensões, certamente a compreensão da espacialidade de sua gestão requer menos simplificações e mais “complexificações”. Espaços de gestão de águas são fruto da sobreposição de diferentes tipos de poderes: os poderes políticos “tradicionais” de estados e municípios; os novos poderes previstos na Lei das Águas, compartimentados por bacias hidrográficas; os poderes exercidos através das redes de abastecimento (especialmente em áreas urbanas); e outros, ainda, relacionados às redes institucionais e organizacionais próprias de cada território. Por isso, cada processo de gestão resultará em uma espacialidade diferente, pois tais poderes revelam características de processos sócio-naturais que são únicos naquela determinada situação.

Paralelamente, ainda existe na geografia certa confusão conceitual quanto ao que se quer dizer com “gestão”. Como colocado anteriormente, a definição conceitual já realizada no âmbito da disciplina não permite que a gestão seja entendida meramente como um processo técnico, mas antes, e primordialmente, como uma questão política envolvendo coparticipação. Ao falar de gestão é preciso ter em mente, portanto, que se trata de uma nova forma de agregar interesses distintos em busca da solução de um problema em comum. E nunca é demais lembrar que isto é mais fácil de ser falado, do que feito.

A investigação desse *modo de fazer* gestão demonstra que o mesmo se baseia na existência de redes de agentes e instituições, e na abertura de canais de diálogo entre o Poder Público e outros agentes sociais e econômicos. Por isso, a ênfase em escalas locais e regionais. Não é, portanto, algo que se faça com a promulgação de uma lei. Requer um processo de mudança institucional ainda em construção no cenário político do país, e que pode ser seriamente prejudicado ou mesmo impossibilitado em áreas sem histórico de associativismo, participação e ativismo social, e sem um projeto deliberado de transformação de políticas públicas.

Por fim, enfatiza-se aqui a parca produção no âmbito da ciência geográfica brasileira sobre a água enquanto objeto de tensões políticas. Ao evidenciar a forma como se dá a tomada de decisão em relação à água, seja ou não na forma de gestão, desvelam-se também os poderes exercidos através do controle de recursos. Esses poderes estão inscritos no espaço, às vezes de forma bastante evidente na paisagem, e, até o presente momento, têm se mostrado de pouco interesse para os geógrafos brasileiros.

Drummond, H.

**Agradecimentos:** ainda que a responsabilidade deste artigo recaia apenas sobre mim, agradeço a minha orientadora Gisela Aquino Pires do Rio, professora no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que leu muitas versões anteriores em outros carnavais e ajudou a construir esta pesquisa desde a iniciação científica, na graduação.

## Referências Bibliográficas

ABERS, R.; DINO, K. Descentralização da Gestão da Água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados? *Ambiente e Sociedade* v. 8, n. 2, 2005, p. 99-124.

AMIN, A. Uma Perspectiva Institucionalista sobre el Desarrollo Económico Regional. *Cadernos IPPUR* ano XIV, n. 2, 2000, p. 47-68.

AMIN, A.; THRIFT, N. Institutional issues for the European regions: from markets and plans to socioeconomics and powers of association. *Economy and Society* v. 24. n. 1, 1995, p. 41-66

ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil – problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva* v. 18, n. 2, 2004, p. 17- 26.

BECKER, B.K. Apresentação. *Textos Laget* n. 1, 1988a, s/p.

\_\_\_\_\_. Elementos para Construção de um Conceito sobre “Gestão do Território”. *Textos Laget* n.1, 1988b, p. 1-4

BRAGA *et. al.* Water Management in Metropolitan São Paulo. *Water Resources Development* v. 22, n. 2, 2006, p. 337- 352

COELHO, M.C.N. Impactos Ambientais em Áreas Urbanas – Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa. In GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. (orgs.) *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4ª ed., 2006, p. 19- 45.

CORRÊA, R.L. Gestão do Território – Reflexões Iniciais. *Textos Laget* n.1, 1988, p. 7-11

CUMBERS, A. *et. al.* Institutions, Power and Space –Assessing the Limits to Institutionalism in Economic Geography. *European Urban and Regional Studies* v. 10, n. 4, 2003, p. 325-342

CUNHA, L.H.; COELHO, M.C.N. Política e Gestão Ambiental. In GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. (orgs.) *A Questão Ambiental – Diferentes Abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 43- 79.

DAVIDOVICH, F. Notas para Estudos de Gestão do Território. *Textos Laget* n.1, 1988, p. 13-15

DOWBOR, L. Governabilidade e Descentralização. *São Paulo em Perspectiva* v. 10, n. 3, 1996, p. 21- 31.

\_\_\_\_\_. Gestão do Território, um Tema em Questão. *Revista Brasileira de Geografia* v. 53, n. 3, 1991, p. 7- 31.

DRUMMOND, H.R. Novas Escalas, Agentes, e Poderes na Gestão do Território: a questão da água na Região dos Lagos (RJ). In *Anais em CD-ROM do XIII Encontro Nacional da ANPUR*. Florianópolis, 25 a 29 de maio de 2009, 20pp.

\_\_\_\_\_. *Novas Institucionalidades na Gestão do Território: a Questão da Água na Região das Baixadas Litorâneas (RJ)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FALETTI, T. Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais: o Brasil em perspectiva comparada. *Sociologias* ano 8, n. 16, 2006, p. 46-85.

FRACALANZA, A.P. Gestão das águas no Brasil: rumo à governança da água? in RIBEIRO, W.C. (org.) *Governança da água no Brasil – Uma visão interdisciplinar*. São Paulo: Annablume; FAPESP; CNPq, 2009, p. 135-153

GUSMÃO, P.P. Políticas Públicas, Grandes Corporações e Ordenamento Territorial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In *Anais em CD-ROM do XIII Encontro Nacional da ANPUR*. Florianópolis, 25 a 29 de maio de 2009, 18 pp.

HEYNEN, N. et. al. (orgs.). *In the Nature of Cities: Urban Political Ecology and the Politics of Urban Metabolism*. London e New York: Routledge, 2005.

JACOBI, P.R. Governança da água no Brasil. In RIBEIRO, W.C. (org.) *Governança da água no Brasil – Uma visão interdisciplinar*. São Paulo: Annablume; FAPESP; CNPq, 2009, p. 35-57.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MACHADO, L.O. Sociedade Urbana, Inovação Tecnológica e Nova Geopolítica. *Textos Laget* nº4, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995, p. 20-30.

MARTIN, R. Institutional Approaches in Economic Geography. In BARNETT, T.; SHEPPARD, M. (orgs.) *A Companion to Economic Geography*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000, p. 77-94.

MASSEY, D. et. al. *Human Geography Today*. Cambridge e Malden: Polity Press, 2007 [1999].

MOHAN, G. Participatory Development: From Epistemological Reversals to Active Citizenship. *Geography Compass* v. 1, n. 4, 2007, p. 779-796.

Drummond, H.

MOURA, V.P.M. *Gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul: experiências e desafios de cobrança pelo uso da água* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2006, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007 [1990].

PECK, J. Doing Regulation. In CLARCK, G.L. et. al. (eds.) *The Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 61- 79.

PIRES DO RIO, G.A.; GALVÃO, M.C.C. Gestão ambiental: apontamentos para uma reflexão. *Anuário do Instituto de Geociências* v. 19, 1996, p. 35-43

PIRES DO RIO, G.A.; PEIXOTO, M.N.O. Superfícies de Regulação e conflitos de atribuição da gestão de recursos hídricos. *Território* n. 10, 2001, p. 51-56.

PIRES DO RIO, G.A. et. al. Gestão de Recursos Hídricos: Aspectos Metodológicos in *Anais em CD-ROM do II Encontro Nacional da ANPPAS*. Indaiatuba, 2004, s/p.

REZENDE, F. Federalismo fiscal no Brasil. *Revista de Economia Política* v. 15, n. 3 (59), 1995, 5- 17.

RIBEIRO, W.C. *Geografia Política da Água*. São Paulo: Annablume, 2008.

\_\_\_\_\_ Impasses da governança da água no Brasil. In RIBEIRO, W.C. (org.) *Governança da água no Brasil – Uma visão interdisciplinar*. São Paulo: Annablume; FAPESP; CNPq, 2009, p. 111-133.

SALES, A.V.S. *Saneamento no estado do Rio de Janeiro: os reflexos da participação privada nos serviços de água e esgoto* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2007, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002 [1996].

SCOTT, A.J. Economic Geography: The Great Half-Century. In CLARCK, G.L. et. al. (eds.) *The Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 18- 44.

SILVA, R.T. Infra-estrutura Urbana, Necessidades Sociais e Regulação Pública: avanços institucionais e metodológicos a partir da gestão integrada de bacias. In RIBEIRO, L.C.Q. (org.) *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 365- 393

SILVA, R.T; PORTO, M.F.A. Gestão urbana e gestão das águas: caminhos da integração. *Estudos Avançados* v. 17, n. 47, 2003, p. 129-145

SOUZA, M.J.L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I.E. et. al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 77- 116.

\_\_\_\_\_. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In SAQUET, M.A; SPOSITO, E.S. (orgs.). *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo e Presidente Prudente: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

SWYNGEDOUW, E. Modernity and Hibridity: Nature, Regeneracionismo, and the Production of the Spanish Waterscape, 1890-1930. *Annals of the Association of American Geographers* v.89, n.3, 1999, p. 443-465.

\_\_\_\_\_. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In ACSELRAD, H. (org.) *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001, p. 83-104.

\_\_\_\_\_. Privatizando H2O – Transformando Águas Locais em Dinheiro Global. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* v. 6, n. 1, 2004a, p. 33-53.

\_\_\_\_\_. *Social Power and the Urbanization of Water: Flows of Power*. Oxford: Oxford University Press, 2004b.

\_\_\_\_\_. Power, Water and Money: Exploring the Nexus *United Nations Human Development Report*. Oxford: background paper, 2006.

VALENCIO, N.F.L.S. Governança das águas: a participação social como quimera. In RIBEIRO, W.C. (org.) *Governança da água no Brasil – Uma visão interdisciplinar*. São Paulo: Annablume; FAPESP; CNPq, 2009, p. 61- 90.

Recebido em 17/05/2010      Aceito em 16/11/2010

---

## Notas

1 Pires do Rio e Peixoto (2001), Pires do Rio et al. (2004) e Ribeiro (2008, 2009) são alguns dos autores que utilizaram a geografia econômica e política em estudos sobre água. Sales (2007) e Moura (2006) também podem ser citados neste quesito.

2 Por espacialidade entende-se não simplesmente a localização ou a distribuição espacial das instâncias e instrumentos da Lei das Águas. O termo se refere ao espaço inscrito nos processos sociais e os processos sociais inscritos no espaço, que compõem as políticas, decisões e construção de arenas relacionadas à água.

3 O estudo de caso da pesquisa foi na região das baixadas litorâneas do Estado do Rio de Janeiro, e não será diretamente abordado aqui. As análises podem ser encontradas em Drummond (2009) e Drummond (2010).

---

4 A 3ª Jornada Científica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada em dezembro de 2009, teve a água como tema e reuniu questionamentos e reflexões de diversas ordens sobre a bacia hidrográfica.

5 As obras organizadas por Massey *et al.* (2007) e Heynen *et al.* (2005) reúnem algumas contribuições que seguem a linha teórica exposta sobre sociedade, natureza, hibridismo etc.

6 No original: "The water flows embodied in the networks that function as conduits for this cycle would narrate many interrelated tales: of social and political actors and the powerful socio-ecological processes that produce urban and regional spaces; of participation and exclusion; (...) of chemical, physical and biological reactions and transformations; of the global hydrological cycle and of global warming; of uneven geographical development; of the political lobbying and investment strategies of dam builders; of urban land developers; of the knowledge of engineers; of the passage from river to urban reservoir". Tradução da autora deste artigo.

7 Análises pioneiras podem ser encontradas em Silva (2004), Silva e Porto (2003), e Braga *et al.* (2006), que focaram principalmente o sistema de abastecimento e saneamento para a metrópole de São Paulo, em sua relação com instrumentos de planejamento urbano e regional.

8 Algumas utilizações do institucionalismo na geografia, especialmente na geografia econômica, podem ser encontradas em Martin (2000), Cumbers *et al.* (2003), Scott (2000), Peck (2000) e Amin (2000).

9 No original: "(...) a network of institutions can be built up of a quality and in such a way that the sum is greater than the parts. Civic assemblies, integrated regional offices and the like can all, in concert, produce governance capacity. But, (...), it is often the act of building these institutions in an open, inclusive way which is more important for a region's governance capacity than the actual institutions themselves". Tradução da autora deste artigo.

## Sessão de Clássicos

### Texto clássico

História e geografia nos bairros e subúrbios das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro é o foco temático que queremos realçar com o texto que republicamos, lembrando os clássicos e os ainda não precocemente julgados como clássicos da Geografia do eixo Rio-São Paulo.

A história e a geografia das cidades são dinâmicas, cada retrato é datado e situacional. Cada situação tem sido grafada, escrita, descrita e explicada continuamente por geógrafos, historiadores, antropólogos, sociólogos, arquitetos, urbanistas e demais cientistas sociais, mas também por jornalistas e literatos (poetas e romancistas), como Jorge Luiz Borges. Este escreveu sobre o bairro suburbano portenho de Palermo, localizado em Buenos Aires, onde morou: o urbano pitoresco que se devia muito mais a sua imaginação, do que ao testemunho dos fatos.

A perspectiva desses estudos sobre a história e a geografia dos bairros e subúrbios, como frisou José de Souza Martins (1992)<sup>1</sup>, “é do centro para a periferia”. Como partes da periferia imediata da cidade, os bairros e subúrbios – outrora vistos geralmente como áreas de transição do rural para o urbano, refúgios da pobreza ou áreas de moradias e trabalhos ocupando lugares específicos na geografia e história da cidade e da classe operária, ou ainda que ocupavam os espíritos poéticos – estão se diversificando, mudando.

Os conteúdos de seus subcentros comerciais ou industriais, bem como suas organizações espaciais, sociais e culturais contemporâneas guardam poucos vestígios do passado. Além disso, as relações existentes entre as cidades e respectivos subúrbios sempre escaparam aos moradores das cidades e periferias urbanas. Essa população desprovida de uma visão do todo, os vê jocosamente como periféricos e desvalorizados pelas “culturas subalternas”.

José de Souza Martins cita o sociólogo Oswaldo Elias Xiclich, lembrando sua obra na Revista do Arquivo Municipal, de 1947. Nós lembramos o geógrafo Aroldo de Azevedo, que escreveu também sobre a cidade de São Paulo em “A Cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana”, publicado pela editora Companhia Editora Nacional em 1958, entre outras tantas obras. José de Souza Martins escreveu o livro “O Subúrbio” (1992), que trata da atual cidade de São Bernardo. Além de Aroldo de Azevedo e sua obra sobre a cidade de São Paulo, nós, geógrafos, recordamos Maria Therezinha Segadas Soares, Lysia Bernardes, Maria do Carmo Corrêa Galvão, Fanny Davidovich, Pedro Pinchas Geiger, Roberto Lobato Corrêa e, mais recentemente, Maurício Abreu entre os autores que abordaram a cidade do Rio de Janeiro. Vamos, então, relembra o que foram e como eram organizados os subúrbios e os bairros do passado, relendo o texto da professora Maria Therezinha Segadas Soares sobre bairros e subúrbios do Rio de Janeiro. Trata-se de uma obra com valor de testemunho tanto de um passado mais ou menos remoto quanto de exemplo de determinada matriz interpretativa possivelmente já superada.

Queremos, na presente oportunidade, agradecer ao IBGE por ter concedido a permissão para reproduzir um dos textos da profa. Maria Therezinha Segadas Soares (*in memoriam*) na seção de artigos de autores/geógrafos clássicos da nossa revista. O texto escolhido, “Bairros, Bairros Suburbanos e Subcentros”, foi anteriormente publicado pela Fundação IBGE em 1968 (Curso de Geografia da Guanabara, Série B – Biblioteca Geográfica Brasileira, publicação n° 21).

Os Editores

---

<sup>1</sup> MARTINS, J. de Souza. (1992) Subúrbio. São Paulo: Hucitec. São Caetano do Sul, Prefeitura. 363p.

# Bairros, Bairros Suburbanos e Subcentros<sup>1</sup>

Maria Therezinha Segadas Soares

Os bairros e bairros suburbanos ocupam 38,5% da área do Estado da Guanabara, abrigando 66,5% de sua população. Um enorme contingente populacional habita essas duas unidades urbanas que se caracterizam, justamente, pelo total preenchimento de espaço e pelas elevadas densidades populacionais.

Dentro de cada uma dessas unidades, certas características da paisagem, do conteúdo social e da função, permitem-nos estabelecer certas diferenciações dentro da área de cada unidade, isto é, dos bairros e bairros suburbanos. São essas diferenciações na ocupação do solo urbano, dentro de cada unidade, que serão objeto de estudo.

Na zona dos *bairros da cidade* é a diferença na *intensidade de ocupação do solo*, sem dúvida, o principal elemento de diferenciação fisionômica entre os bairros da Zona Norte e os bairros da Zona Sul.

Os bairros da Zona Norte já realizaram a completa ocupação horizontal do espaço, porém, apresentam uma fisionomia em que o edifício de apartamentos é exceção, havendo uma predominância absoluta das construções térreas ou de dois andares.

O crescente interesse da população da cidade pela Zona Sul não tem incentivado a substituição das construções baixas por grandes edifícios. A pequena importância do crescimento vertical, nessa área, é atestada pelos baixos índices de incremento populacional dos bairros da Zona Norte, que se mantêm em torno de 20%, e pelo decréscimo do incremento nas duas últimas décadas. Esses dados testemunham, não só, o seu total preenchimento horizontal, mas a falta de renovação pelo crescimento vertical. Isso não acontece na Zona Sul, onde até residências com vinte anos de construção já estão sendo demolidas para construção de arranha-céus. Na Zona Norte, só onde a tradição de bairro “chic” – a Tijuca – e a constituição de importante subcentro na Praça Saenz Peña, constituíram atrativos para os compradores, é que se tem intensificado a substituição de prédios antigos por edifícios modernos; isto é comprovado pelo maior índice de incremento populacional da Tijuca (33%).

Na Zona Sul, a extrema valorização da orla da Baía da Guanabara e da faixa das praias oceânicas levou à crescente substituição das casas por arranha-céus. Estes formam uma verdadeira muralha, nas vias situadas a beira-mar, e vão rareando à medida que a distância da praia vai aumentando. É de notar que, apesar de estarem Flamengo e Botafogo, mais próximos do Centro, e de serem bairros mais antigos, a substituição das velhas casas por arranha-céus, aí, foi mais lenta e ocorreu depois do extraordinário crescimento vertical de Copacabana. Esses bairros, principalmente Botafogo, possuem, ainda, uma grande área ocupada por casas antigas.

Em Copacabana, a intensidade da ocupação do solo atingiu proporção verdadeiramente fantástica, havendo áreas de arranha-céus que, segundo estudo feito em 1958, possuíam 4.600 habitantes por quadra. A Circunscrição de Copacabana (Copacabana e Ipanema) possui 4,33 km<sup>2</sup> de área edificada e abriga, segundo o Censo de 1960, uma população de 240.347 habitantes. Essa enorme densidade de ocupação criou graves

problemas para Copacabana, como insuficiência de rede de esgoto, água, telefone, escolas e congestionamento do trânsito. Até mesmo a localização dos serviços básicos de subsistência e primeira necessidade, para atender à população residente do bairro, constitui um problema, devido ao alto custo do aluguel das lojas, decorrente da enorme importância de Copacabana como subcentro.

Nos bairros de Ipanema e Leblon, cujo início da ocupação data somente de 30 anos, além de já se ter processado toda a ocupação horizontal dos bairros, começou a se realizar, em ritmo muito acelerado, nestes últimos anos, a substituição de casas novas por edifícios de apartamentos em toda a orla praiana e nas vias de circulação principais, paralelas à praia.

A rapidez com que se processou o preenchimento horizontal e o crescimento vertical dos bairros da Zona Sul, principalmente os da orla oceânica, têm na atração pela vida à beira-mar, no clima fresco dessas áreas e em sua beleza natural, a sua explicação. Cada vez é maior o número de habitantes da Zona Norte e, mesmo dos bairros suburbanos, que se muda para a Zona Sul, concorrendo para intensificar o crescimento vertical dessa área, apertada entre a montanha e o mar.

O decréscimo horizontal da Zona Sul, isto é, a conquista de novas áreas para sua expansão constitui um problema. Uma das soluções é a expansão em direção à montanha, o que não é fácil, exigindo técnicas dispendiosas que não estão ao alcance de qualquer um. Assim, essa progressão em direção à montanha está-se processando com um caráter de zona exclusiva das classes ricas, que dispõem de capital para as construções e terrenos caros e dispõem de meios de acesso próprios a essas áreas.

A outra solução para o crescimento horizontal da Zona Sul seria a expansão, além do Leblon, que é grandemente dificultada pela montanha, que aí vem morrer diretamente no mar. Uma estreita e perigosa estrada, recortada na rocha viva, é a única via de acesso à praia da Gávea, e, a seguir, a grande planície de Jacarepaguá.

Essa expansão está-se processando lentamente e limitada a duas classes: uma classe rica e outra miserável. A classe rica pode adquirir os terrenos dos loteamentos caríssimos dessa área e, principalmente, dispõe de condução própria, pois o transporte coletivo para essas áreas ainda é muito escassa. A classe miserável se localizou em duas enormes favelas situadas no alto da montanha, em busca de local próximo do grande mercado de trabalho que é a Zona Sul. Essas duas favelas são a do Anglo e da Rocinha, pioneiras na ocupação dessa área de expansão da cidade.

O segundo elemento de diferenciação entre os bairros da Zona Norte e os da Zona Sul está ligado à *idade e ao estilo das construções*. A Zona Sul, com exceção de Laranjeiras e parte de Botafogo, caracterizam-se por uma fisionomia moderna, decorrente da ocupação recente de certas áreas, como Ipanema, Leblon, Avenida Niemeyer e Praia da Gávea, grande parte da Gávea, ou da renovação das construções nos velhos bairros do Flamengo e Botafogo. Bangalôs da década de 30, edifícios de apartamentos e casa de arquitetura moderna caracterizam a fisionomia da Zona Sul. Enquanto isso, a Zona Norte, apresenta uma fisionomia antiquada com grande predominância de casas de antes de 1930, quando foi ocupada a maioria de seus bairros; com exceção apenas do Grajaú, Engenho Novo, Engenho Velho, São Cristóvão, Tijuca, Andaraí, Rio Comprido e Vila Isabel, são bairros onde a massa das construções é constituída de casarões do fim do

século XIX, casas térreas ou com porões, geralmente de frente de rua, palacetes com enfeites rebuscados e vilas.

O terceiro elemento de diferenciação entre os bairros da Zona Norte e os da Zona Sul esta ligado ao *conteúdo social* das duas zonas.

A Zona Sul é mais heterogênea em sua composição social, pois abriga todos os escalões sociais, desde o favelado ao milionário. Pode-se, mesmo, estabelecer um zoneamento social interessante nos bairros da Zona Sul: as ruas à beira-mar, à beira da Lagoa e na montanha, são privilégios da classe rica pelo alto preço das construções, no primeiro caso, a que se soma, no segundo caso, a dificuldade de acesso. A classe média ocupa, predominantemente, as transversais e as paralelas a praia, de pouca circulação. A classe média de menos recursos ocupa, geralmente, apartamentos menores, nas ruas de grande circulação e comércio. Em Copacabana, com exceção da praia, que é privilégio dos ricos, a heterogeneidade na ocupação é total. Edifícios de luxo alternam-se com apartamentos de classe média ou com os “célebres edifícios” de quarto e kitchenette, fruto de uma especulação desenfreada. Essa especulação colocou a zona mais bela da cidade ao alcance de uma classe pobre, ligada ao mercado de trabalho do subcentro de Copacabana que, muitas vezes, se amontoa nesses pequenos apartamentos. Favelas proliferam em todos os bairros da Zona Sul, localizadas nos morros, constituindo um pano de fundo à muralha de edifícios.

A Zona Norte é bem mais homogênea. Nela predomina a classe média, não havendo áreas ou bairros exclusivos de classe rica, com exceção do Alto da Boa Vista. A classe média, em todas as suas gradações, constitui a massa dos habitantes dessa área. A classe rica e a classe pobre aí estão pouco representadas e as favelas, também, são em menor número.

O quarto elemento de diferenciação esta ligado ao *conteúdo funcional* dessas duas zonas.

Na Zona Sul existem mais as grandes indústrias que se tinham instalado, em fins do século passado, na Gávea. Com exceção de uma, elas foram demolidas para dar lugar a loteamentos de alto preço e transferidas para outras áreas fora da cidade. Os grandes e antigos casarões de Botafogo ou de Marquês de São Vicente abrigam, porém, numerosas indústrias de porto médio, como a de produtos farmacêuticos. Finalmente, um artesanato numerosíssimo, trabalhando para as lojas do subcentro de Copacabana ou para a clientela da Zona Sul, localizou-se nas salas dos edifícios de Copacabana, ou nas pequenas casas e velhos sobrados de Botafogo. É interessante notar como Botafogo está funcionando como uma zona de obsolescência para esse quase “Centro” que é Copacabana. Seus velhos prédios abrigam, cada dia, maior número de depósitos (especialmente de peças de automóvel), oficinas de todo o tipo, grandes carpintarias, enfim, um conjunto de atividades ligadas ao mercado de Copacabana e à clientela mais abastada da Zona Sul.

A Zona Norte apresenta, ainda, número apreciável de grandes estabelecimentos industriais, ligados a primeira fase de industrialização do Rio. Tijuca, Andaraí, Vila Isabel e São Cristóvão são os principais bairros onde se localizam, ainda, grandes indústrias, embora cercadas pela massa de construções residenciais e sem possibilidade de ampliação. Os velhos casarões da Zona Norte, também abrigam grande número de pequenas indústrias, devido ao espaço amplo e preços acessíveis que oferecem. O artesanato nos

bairros da Zona Norte, com exceção de São Cristóvão, onde ele é numerosíssimo, mas ligado ao Centro da cidade, é pouco numeroso.

O último elemento de diferenciação entre a Zona Norte e a Zona Sul é relativo ao *desenvolvimento dos serviços*.

Na Zona Norte, observamos um desenvolvimento moderado do comércio e serviços. A população de 431.243 habitantes espalhada sobre uma vasta área, a falta de crescimento vertical, a proximidade e a facilidade de ligação com o Centro, por múltiplas vias de acesso, não geraram, na Zona Norte, subcentros da proporção dos da Zona Sul ou dos Bairros Suburbanos. Aí só se constitui um subcentro de proporção ainda modesta, se comparado com os demais, que é a Praça Saenz Peña, ponto de passagem obrigatório dos transportes de vários bairros em direção ao Centro, o ponto tradicional da reunião dos habitantes da planície tijuana.

Além disso, o subcentro de tipo alongado, característico de certos bairros da Zona Sul, aí apresenta, também, proporções modestas, limitando-se a um comércio numeroso, mas de subsistência ou primeira necessidade, localizado em Barão de Mesquita, Haddock Lôbo e Avenida 28 de Setembro. É a Zona Norte, ainda, uma das principais clientes do comércio do Centro da cidade.

Já na Zona Sul, ocupando uma pequena área, com um contingente populacional maior (564.270 hab.), com enorme crescimento vertical, com grande incremento populacional e com maiores problemas de acesso ao Centro, desenvolveu, não só, o colossal subcentro de Copacabana, mas, também, vários outros como o Largo do Machado e os subcentros alongados de Ipanema e Leblon que, cada dia, especializam e elevam mais o padrão dos seus serviços.

Finalmente, a diferenciação entre as duas zonas surge nítida dos próprios dados do Recenseamento que caracterizam a Zona Norte como de baixo incremento populacional, em torno de 20%, e de decréscimo de incremento, atestando a falta de dinamismo, e estagnação dessa Zona, que não pode concorrer com a beleza e as atrações que a Zona Sul oferece e que justificam que nessa se encontra um dos maiores incrementos populacionais da cidade, como o de Copacabana que atingiu 80% na década 50-60.

Caracterizados os bairros da Zona Norte e da Zona Sul, através dos seus elementos de diferenciação, vamos analisar os *bairros suburbanos*. Esses bairros são por nós considerados áreas com características predominantemente urbanas, mas com passado próximo suburbano, com importância ainda ponderável do transporte ferroviário e ocupação predominante por uma população de menores recursos. Esses bairros suburbanos abrangem aquelas áreas cuja ocupação, com características nitidamente suburbanas, data dos primeiros trinta anos deste século. Essa área da cidade, assim era caracterizada num artigo intitulado "Recenseamento de 1900", escrito em 1901: "A continuidade da cidade propriamente dita é tal, que em grande parte se torna impossível estabelecer limites entre as paróquias chamadas urbanas e as suburbanas. Todo o percurso da E.F.C.B., até além da estação de Cascadura, é marginado de habitações, formando sem quebra de continuidade inúmeras ruas, que a frequência e a rapidez do transporte incorporam naturalmente à cidade. O mesmo se dá com relação a vasta planície servida pelas linhas suburbanas do Norte, da Melhoramentos do Brasil e da Rio D'Ouro. Esses subúrbios não têm existência própria e suas relações são íntimas e freqüentes com o Centro da cidade".

Esse trecho nos faz sentir o passado suburbano próximo dessa área que, hoje, já está totalmente preenchida e apresenta grande número de características urbanas.

Apesar dos aspectos comuns, a heterogeneidade é grande nessa vasta área, o que justifica uma subdivisão em: bairros suburbanos da Central; bairros suburbanos da Leopoldina, Linha Auxiliar e Rio d'Ouro e área vizinha da Avenida Brasil.

Os bairros suburbanos da Central são os de ocupação mais antiga, já se encontrando numa fase de certa renovação das velhas construções. Dotados da maioria dos melhoramentos, abrigam uma população de melhores recursos, dentro da classe média, e funcionalmente, caracterizam-se pela predominância absoluta da função residencial e pelo grande desenvolvimento da função comercial. Nessa área, surgiram dois grandes subcentros da cidade – Méier e Madureira – servindo ao imenso contingente populacional dos bairros suburbanos, que abrigam 912.074 habitantes, e aos habitantes dos subúrbios guanabarinós.

Nesse setor dos bairros suburbanos da Central, deve ser incluída a parte urbanizada de Jacarepaguá, cuja ocupação se processou, tendo como ponto de partida a ligação, por bonde, com Cascadura. Ainda hoje, Jacarepaguá mantém intensas relações com Cascadura e Madureira, e suas conexões predominantes com o Centro da cidade são realizadas por trem ou ônibus que percorrem o itinerário dos bairros suburbanos da Central.

Os bairros suburbanos da Leopoldina, Linha Auxiliar e Rio D'Ouro, deficientes durante longo tempo, em qualidade e quantidade de transporte ferroviário, são de ocupação mais recente, o que explica a maior escassez de melhoramentos urbanos nessa área. A deficiência do transporte ferroviário, a vizinhança de baixadas e do litoral lodoso foram, durante certo tempo, fatores de repulsão do povoamento dessas áreas. A medida que essas baixadas iam sendo drenadas e o litoral aterrado, seu preenchimento se foi processando rapidamente, incrementado pela maioria dos transportes ferroviários e pela abundância de transporte rodoviário, decorrente da abertura da Avenida Brasil.

Nessa área, localiza-se uma população de recursos mais modestos, residindo em pequenas casas, que se dispõem sobre as baixas colinas, típicas dessa zona.

Nesses bairros (Jacarezinho, Del Castilho, Inhaúma, Engenho da Rainha, Vicente de Carvalho, Irajá, Braz de Pina, Penha, Olaria, Ramos e Bonsucesso), a função residencial, soma-se importante função industrial, pois grandes estabelecimentos fabris instalaram-se nos terrenos planos ou levemente ondulados. Maria da Graça com a General Electric, Bonsucesso com a Cerâmica Klabin, Del Castilho com a Tecelagem Nova América, Benfica com a fábrica Gillete e estabelecimentos metalúrgicos, indústrias químicas de Honório Gurgel, fábrica de cimento branco de Irajá e muitas outras indústrias, fizeram, dessa zona, a de maior concentração industrial da cidade.

Esses bairros suburbanos mais recentes e menos densamente povoados não deram origem a nenhum subcentro de importância, utilizando-se dos subcentros da Central e do próprio Centro da cidade para atendimento de suas necessidades mais importantes.

A abertura da Av. Brasil com o aterro de amplo litoral lodoso, deu origem a uma zona que se destaca das anteriores, por seu caráter muito recente e por se utilizar de transporte rodoviário. Essa área, que se alinha ao longo da Av. Brasil ou que se estende entre ela e a E.F. Leopoldina, tem importante função residencial, e possui numerosos estabelecimentos industriais grandes, médios e pequenos, depósitos e sedes de grandes firmas atacadistas,

oficinas de peças e reparos de automóveis, ligadas ao enorme trânsito de veículos dessa área, que é a porta de entrada da cidade.

É habitada por uma classe média modesta e classe proletária, e quanto ao aspecto das construções se assemelha muito à zona anterior, com a qual ela se solda e se confunde. O caráter recente da ocupação explica a escassez de melhoramentos urbanos que a mesma apresenta. Essa zona utiliza-se menos dos subcentros da Central, com a qual esta ligada por transporte rodoviário; é principalmente cliente do Centro da cidade, com o qual está ligada por transporte rodoviário rápido e freqüente.

Os bairros suburbanos, em conjunto, apresentam-se já totalmente preenchidos, o que é atestado pelos baixos incrementos populacionais (entre 20 e 30%) na década 50-60, e pelo decréscimo desse incremento em todos eles, com exceção de Madureira, entre as duas últimas décadas.

Bairros e Bairros Suburbanos deram origem, na metrópole do Rio de Janeiro, a vários subcentros de maior ou menor importância.

O fenômeno subcentro é comum às grandes metrópoles, onde a expansão urbana vai aumentando as distâncias e levando os moradores a procurarem estabelecimentos mais próximos, em busca, pelo menos, de mercadorias e serviços não especializados.

A metrópole do Rio de Janeiro revela-se, porém, particularmente interessante e digna de estudo nesse setor, pois nela originou-se um subcentro verdadeiramente gigantesco, vários subcentros muito grandes, e a tendência atual é para a multiplicação de pequenos subcentros, de caráter nucleado ou alongado, por toda a cidade.

No estudo dos subcentros, vamos considerar, em primeiro lugar, as causas gerais do seu aparecimento e multiplicação no Rio, e depois, analisar os tipos de localização dos subcentros, dentro da cidade.

O Rio, até os fins do século passado, não ocupava uma grande área, sendo uma cidade onde a população se amontoava no centro e áreas circunvizinhas, devido às limitações impostas pela lentidão dos meios de transporte. Assim, para o bonde-de-burro do século passado ou bonde elétrico, já do primeiro quartel deste século, o Centro era, ainda, um ponto relativamente equidistante para as zonas mais povoadas da cidade. O extraordinário crescimento populacional da cidade, que quase dobrou a sua população nos últimos vinte anos (em 1940: 1.764.141 hab. e em 1960, 3.307.163 hab.), trouxe um notável aumento em área para o Rio, que viu uma massa humana ocupar e preencher a zona recortada pelos eixos ferroviários da Leopoldina, Rio D'Ouro, Linha Auxiliar e Linha Tronco da Central e Ramal Santa Cruz, ao mesmo tempo em que o crescimento vertical da orla marítima se fazia em ritmo acelerado. Esse crescimento axial do Rio resultou no alongamento extraordinário das distâncias entre as zonas de residência e o Centro da cidade. A isso somou-se o crescente congestionamento do trânsito, em função do enorme aumento do número de veículos circulando e da existência de pontos de estrangulamento do tráfego, decorrentes de fatores topográficos, fazendo com que o transporte se tornasse um verdadeiro pesadelo para o carioca, principalmente nas horas de "rush". Cada vez mais o carioca foi procurando prover as suas necessidades em locais mais próximos de sua residência, onde havia condições para o surgimento de subcentros de serviços, por serem pontos de interseção dos transportes ou de passagem obrigatória. Assim, começaram a desenvolver-se subcentros na cidade, como Méier e Madureira,

servindo aos habitantes da zona ao longo das ferrovias. Para os habitantes da planície tijucana, a Praça Saenz Peña e a rua Haddock Lôbo passaram a atender a parte de suas necessidades, enquanto que Copacabana servia de subcentro aos moradores da Zona Sul e cada vez mais atraía habitantes de toda a cidade, no setor de diversões e no comércio de luxo. Por sua vez, outros subcentros de menor categoria foram surgindo, uns de tipo alongado, como certas ruas comerciais da Zona Norte e da Zona Sul, outros de tipo nucleado como, por exemplo, o Largo do Machado.

Dentro da aglomeração do Rio de Janeiro e, possivelmente, em outras grandes metrópoles, os grandes subcentros apresentam um tipo peculiar de localização. Eles surgiram ou estão surgindo no contato de áreas com densidades demográficas diferentes e dotadas de equipamento diverso. Esses contatos são os da zona urbana com a zona pioneira urbana ou com a zona suburbana. Também, o contato da zona suburbana com a zona pioneira suburbana gerou grandes subcentros.

O extraordinário alongamento das distâncias, nas grandes metrópoles, e, especialmente, no Rio, faz com que áreas em expansão, precisando do apoio próximo para atendimento de suas necessidades, utilizem-se dos serviços das zonas mais povoadas e mais bem equipadas próximas; isso contribui, de maneira decisiva, para o desenvolvimento e a multiplicação dos serviços dessas áreas já povoadas. Os serviços das zonas de contato têm uma clientela dupla: a da zona povoada e a da zona em preenchimento ou em expansão. Assim, o preenchimento da zona suburbana faz-se apoiado na zona equipada mais próxima, isto é, no limite da zona urbana. Da mesma maneira, a expansão da cidade sobre a zona rural faz-se apoiada nos serviços da fronteira suburbana.

Os exemplos do desenvolvimento de grandes subcentros em zonas de contato se multiplicam no Rio: Copacabana foi, durante muito tempo, ponto de apoio da expansão de Ipanema e Leblon, ponto de apoio do preenchimento da Gávea e, ainda, é apoio hoje para a expansão da Av. Niemeyer; o Méier foi o grande apoio do preenchimento da planície, a leste, e da expansão suburbana ao norte, na linha tronco da Central; Madureira é o ponto de apoio do preenchimento atual da zona suburbana; Campo Grande, Nova Iguaçu e Caxias, situados na fronteira da zona suburbana, apóiam, atualmente, a expansão sobre áreas rurais.

Dentro dessa ampla zona de contato, propícia ao aparecimento de subcentros, houve pontos preferenciais para o desenvolvimento do comércio e dos serviços. Esses pontos de cristalização foram, justamente, os pontos de convergência das vias de circulação, em função de elementos do quadro físico ou humano. Os túneis em Copacabana, a garganta do Méier, o corredor de Madureira, foram pontos de convergência das vias de circulação, cuja passagem obrigatória de grande massa humana; oriunda de várias direções, deu origem ao desenvolvimento do comércio e serviço. Em Campo Grande, Nova Iguaçu e Caxias, aos elementos do quadro físico, somaram-se fatores humanos, concorrendo para a convergência das vias de circulação.

Os pontos de convergência ou de cruzamento de vias de circulação importantes têm gerado, também, dentro da cidade, subcentros de menor categoria, como Praça Saenz Peña e Largo do Machado.

Finalmente, um último elemento não pode ser esquecido, na análise dos subcentros: o *crescimento vertical*. O crescimento vertical é muito importante no desenvolvimento de

subcentros de menor categoria c na permanência dos grandes subcentros. O crescimento vertical nada mais e que a expansão do povoamento para cima e, por isso, ele também é gerador ou impulsionador de subcentros. O crescimento vertical da própria Copacabana e da zona sul contribui, de maneira decisiva, para estimular seu gigantesco crescimento como subcentro. Da mesma maneira, foi o crescimento vertical que estimulou o desenvolvimento dos subcentros mais modestos de Ipanema, Leblon e Largo do Machado. Finalmente, os sintomas de estagnação do subcentro do Méier, se comparado com a vitalidade de Madureira, demonstrou que o primeiro, perdendo sua condição de contato, só possui, atualmente, a clientela de uma área densamente povoada, mas estagnada, isto é, sem renovação vertical. Os baixos incrementos populacionais na década 1950-60 e o decréscimo do incremento nas duas últimas décadas atestam a estagnação do povoamento e a falta de crescimento vertical da área servida pelo Méier, não estimulando sua ampliação como subcentro.

Em resumo, o contato de áreas demograficamente diversas, a convergência das vias de circulação e o crescimento vertical são os elementos que contribuem para o surgimento e desenvolvimento dos subcentros na aglomeração do Rio de Janeiro.

Uma hierarquia de subcentros pode ser estabelecida dentro do Rio de Janeiro. Existe um subcentro gigantesco que pode ser denominado de *subcentro metropolitano*, por ser freqüentado, ainda que em caráter ocasional, por todos os habitantes da metrópole. Esse subcentro é Copacabana.

A seguir, existem vários subcentros que podem ser chamados de *regionais*, por servirem a grandes áreas da aglomeração: são eles Méier, Madureira, Caxias, Nova Iguaçu e Campo Grande.

Finalmente, há vários *subcentros menores*, isto é, que servem a áreas mais restritivas, como os subcentros do Largo do Machado, Leblon e Ipanema, ou que, apesar de servirem a áreas amplas, ainda não desenvolveram, grandemente, seus serviços, como a Praça Saenz Peña.

Na impossibilidade de analisarmos todos os subcentros, comentaremos um exemplo de cada categoria, isto é, estudaremos os subcentros de Copacabana, Madureira e Leblon.

No Rio de Janeiro, o desenvolvimento gigantesco de um subcentro originou a existência de “uma cidade dentro de outra cidade” (Geiger, 195, p.), que é Copacabana.

O surgimento de Copacabana como bairro residencial resultou, sem dúvida, da evolução da vida moderna, com uma grande valorização da vida ao ar livre e duas atividades esportivas. O clima muito fresco da orla oceânica, batida pelos ventos do sul, a extraordinária beleza das praias e dos panoramas, e, sem dúvida, desinteresse das indústrias por essa. Faixa estreita de restingas e praias, conservando-a exclusivamente residencial, foram fatores que contribuíram para a aparecimento e desenvolvimento rápido de bairros residenciais em Copacabana, Ipanema e Leblon. Progressivamente, os imensos areas iam sendo loteados e ocupados, em ritmo rápido, e logo dotados de todos os melhoramentos urbanos. No entanto, foi a explosão demográfica da cidade, após a última guerra, que forneceu o contingente humano para o início do crescimento vertical de Copacabana. Esse crescimento, a partir de 1950, assumiu um ritmo verdadeiramente fantástico, com a substituição, quase que completa, das construções que datavam no máximo de trinta anos, por edifícios de apartamentos e pelo extraordinário desenvolvimento de outras funções nesse bairro até então exclusivamente residencial.

O intenso crescimento vertical da orla oceânica foi fruto do estrangulamento, do vazio constituído pela zona Av. Niemeyer-Joá, pois só depois dessa área de ocupação e acesso difíceis é que começa a existir, novamente, uma extensa orla litorânea para a expansão da cidade. Na impossibilidade de crescer horizontalmente, o crescimento vertical foi a solução para atender à crescente procura da orla oceânica para moradia. Copacabana, mais antiga, iniciou, então, a substituição das casas por edifícios e preencheu seus vazios como o Bairro Peixoto. Desde cedo, ponto turístico da cidade, logo se tornou o centro de diversões dos moradores dos bairros da zona sul, que freqüentavam seus cinemas, faziam o “footing” na praia e freqüentavam os elegantes bares à beira-mar. A primeira função de Copacabana, como subcentro, foi, pois, a de local de diversões, o que deu, aos habitantes da zona sul, o hábito de freqüentar esse bairro, importantíssimo para o seu posterior desenvolvimento como subcentro. Logo à medida que os demais bairros da zona sul, como Ipanema, Leblon, Lagoa e Gávea, terminavam o seu preenchimento horizontal e iniciavam o vertical, Copacabana começou a desenvolver-se como centro escolar e a multiplicar e especializar o seu comércio, que tinha, na crescente população do bairro e dos bairros vizinhos, a clientela certa. As grandes casas comerciais do Centro compreenderam ser um bom negócio ter uma filial nesse grande centro populacional e, ao instalá-las, faziam-no dentro de padrões mais modernos e de bom gosto que caracterizam as inúmeras lojas que começaram aí a surgir numa progressão verdadeiramente geométrica. Ao mesmo tempo, profissionais de todas as classes, desde o médico ao sapateiro, aí se instalavam por ter uma clientela numerosa à porta. Finalmente, o acesso, a Copacabana, de todas as classes, através dos apartamentos pequenos e de quarto e sala que, por razões especulativas, passaram a predominar nas construções novas, fez com que a classe modesta, que trabalha no comércio e serviços de bairro, aí pudesse residir. Por sua vez, a classe média e pobre que, aos domingos, ia passar o dia em Copacabana, não se conformava mais em residir no ambiente pouco atraente e abafado dos subúrbios cariocas. A multiplicação das linhas de coletivos, ligando vários bairros da zona norte e subúrbios a Copacabana, comprova essa atração que ela exerce sobre a população das outras áreas da cidade.

Disso tudo resultou o fenômeno Copacabana, que possuía uma população de 74.133 hab. em 1940, de 129.249 hab. Em 1950, e que em 1960 possuía 240.347 habitantes, tendo tido de 1950 para 1960 um incremento de 85,96%, o que é espantoso numa área que, já em 1950, se achava, em grande parte, ocupada verticalmente, e que ocupa somente uma superfície de 4,3 km<sup>2</sup>. Além da população que aí reside, para Copacabana afluem todos os turistas nacionais e estrangeiros, devido à sua rede de hotéis de luxo. Também empregados e trabalhadores no comércio, nas construções e nas inúmeras oficinas de Copacabana, vêm aumentar o número dos que animam, durante o dia o intenso movimento de Copacabana.

Essa área, que acumula a função residencial com grande número de outras funções típicas dos “centros” de cidade, é hoje o principal centro de diversões para toda a cidade, inclusive para os subúrbios. O seu comércio de luxo variado, numeroso e bem apresentado, tem, como clientela certa, a população de todos os bairros da zona sul, e atrai, também, a população de gosto mais refinado da zona norte. Finalmente para todos os outros tipos de comércio, com exceção do de subsistência e de primeira necessidade,

Copacabana tem nos 201.505 habitantes do Leblon, Gávea, Lagoa e Botafogo uma clientela certa e assídua que, somada aos 240.347 moradores do bairro, dão às ruas um extraordinário e permanente movimento de pessoas e de veículos, característicos dos “centros” das grandes metrópoles. Por isso, a simples denominação de subcentro não se aplica a Copacabana, que pode ser considerado, muito mais, um desdobramento do “centro” na direção de maior crescimento populacional da metrópole. Geralmente nas cidades em fase de grande crescimento, a área central se desloca na direção geral seguida pela população (Gist e Halbert, 1956, p. 10). No Rio, não houve um deslocamento do “centro”, que não tem ampliado sua área e, sim, um desdobramento de muitas funções desse Centro em benefício de Copacabana.

Madureira é o subcentro regional que será tomado como exemplo. Uma minuciosa pesquisa sobre o papel de Madureira como subcentro foi elaborado pelas geógrafas Maria Francisca Cardoso e Maria Emilia Botelho, que será aqui resumida.

Madureira, estação ferroviária suburbana, inaugurada ao fim do século XIX e simples subúrbio residencial até uns 20 anos atrás, deve seu extraordinário desenvolvimento atual as duas razões acima analisadas. Está no limite de uma zona que já é densamente povoada, com outra zona em franca expansão e ainda não dotada de serviços em número e variedade suficientes para atender ao seu intenso crescimento populacional. A isso se soma a localização de Madureira numa zona de estrangulamento do relevo, na estreita passagem existente entre o Morro de Inácio Dias e o Morro do Juramento, onde duas vias férreas se aproximam (a Linha Tronco e a Linha Auxiliar), dando lugar à existência de duas estações: Madureira e Magno. Para aí converge grande número de vias de ligação com os bairros suburbanos e subúrbios da Linha Auxiliar, da Rio D’Ouro e Leopoldina, e com os subúrbios de Jacarepaguá e do Ramal Santa Cruz. Além de ser ponto de passagem obrigatória de vasto fluxo de passageiros, Madureira está ligada por bonde, ônibus e lotação com várias áreas cuja população vai tomar o trem na estação de Madureira. Assim, além dos trens que por aí passam, cerca de 19 composições são ali formadas, diariamente, número que se eleva a 34 composições, aos sábados.

Tudo isso demonstra a importância de Madureira como grande subcentro, servindo a vasta área. Um comércio numerosíssimo e muito variado, onde grande número de filiais do Centro (Esplanada, Ducal, Barki, Ponto Frio, Neno, B. Moreira e Drago) se fazem representar, atesta a vitalidade de Madureira como subcentro comercial. Antigas ruas residenciais próximas das estações de Madureira e Magno transformaram-se ou estão-se transformando em ruas comerciais. Até mesmo um zoneamento comercial já existe em Madureira, com duas zonas de padrão diverso de comércio: uma de comércio de boa apresentação, artigos melhores e mais caros, junto à estação de Madureira e ao Viaduto Negrão de Lima, e outra zona, do comércio mais modesto, junto a estação de Magno na Linha Auxiliar, servindo a população mais modesta desta ferrovia.

Uma delimitação da zona de influência do comércio de Madureira foi feita através da análise das compras a crédito, realizadas durante um mês, em oito grandes firmas de Madureira, filiais do Centro. Esse estudo demonstrou que é patente a projeção de Madureira ao longo da linha tronco da Central e do ramal Santa Cruz, onde tem, como limites de sua influência dominante, Cascadura e Realengo, onde entra respectivamente em concorrência com os subcentros do Méier e Campo Grande. É igualmente intensa, ao longo da

Linha Auxiliar e da Rio d'Ouro, a influência de Madureira. A zona da Rio d'Ouro está ligada a Madureira por ruas que foram antigas estradas, como a Estrada Marechal Rangel e a estrada Vicente de Carvalho. A atuação de Madureira diminui bastante na Linha da Leopoldina, onde só a Penha é sua grande clientela, ligada pela Estrada Vicente de Carvalho. Finalmente, Jacarepaguá, zona em plena expansão e pouco dotada de serviços, está, também, na zona de influência de Madureira, a ela ligada pela rua Cândido Benício.

É interessante constatar, no estudo da zona de influência de Madureira, que o Méier que ostentou, durante muito tempo, o título de "capital dos subúrbios", vem sendo, hoje, preterido por outros concorrentes: o próprio "Centro" da cidade, hoje mais acessível devido ao grande número e à rapidez do transporte, Madureira, dotada de maior vitalidade, e a Praça Saenz Peña.

É, pois, Madureira, atualmente, um importantíssimo subcentro regional, que deve sua vitalidade atual ao fato primordial de sua posição no contato da zona urbana com a zona suburbana.

O terceiro subcentro por nós analisado é um subcentro menor: o Leblon. A aglomeração do Rio de Janeiro está desenvolvendo grande número de subcentros desse tipo, notando-se, mesmo, uma tendência a autonomia crescente de grande número de bairros no setor de artigos padronizados, com uma crescente especialização do comércio e serviços dos grandes subcentros.

Na origem do subcentro do Leblon, vamos constatar a conjunção das três causas acima assinaladas: é o Leblon o contato de uma zona povoada com zonas em expansão (Gávea e Av. Niemeyer com residências suntuosas e duas enormes favelas: a do Anglo e a da Rocinha). Essas duas áreas são desprovidas de serviços. Os de subsistência e primeira necessidade estão ausentes na Av. Niemeyer e são escassos na Gávea, o que fez do Leblon a área de comércio mais próxima dessas duas zonas. Foi o Leblon o ponto terminal, até pouco tempo, das linhas de ligação com a Av. Niemeyer e passagem obrigatória da ligação Gávea-Copacabana, o que lhe dava clientela desses dois bairros, para o seu comércio. Por sua vez, o extraordinário ritmo do crescimento vertical do Leblon onde até residências de vinte anos já estão sendo demolidas para dar lugar aos edifícios, vem incrementando o desenvolvimento do comércio, que já se apresenta bastante variado, especializado e com inúmeras casas de luxo. É grande, também, o número de agências de bancos, atestando sua categoria de subcentro.

O subcentro do Leblon é do tipo alongado, isto é, o comércio e serviços alongam-se pelas duas vias de circulação intensa, até há pouco tempo, percorridos por bonde. Nota-se, também, uma certa diferenciação no padrão do comércio dessas duas vias: a rua Dias Ferreira, mais próxima da zona de apartamentos pequenos e do ponto final de ligações com as favelas, apresenta um comércio numeroso, mas de baixo padrão, enquanto que a Av. Ataulfo de Paiva, cruzando a zona de apartamentos e casas de melhor padrão e sendo percorrida pelas conduções oriundas da Gávea, apresenta um comércio de maior especialização e melhor apresentação.

Até há pouco tempo, o ritmo de crescimento do Leblon vinha sendo intenso, mas houve uma certa moderação desse ritmo, decorrente das ligações diretas da Av. Niemeyer e favelas aí situadas com Copacabana, e das ligações, cada vez mais numerosas, da Gávea com Copacabana.

Soares, M. T. S.

O estudo dos subcentros, como de toda a geografia urbana, é altamente dinâmico, e qualquer transformação na vida da cidade pode alterar, profundamente, a evolução desses núcleos de cristalização do comércio e dos serviços da cidade. Assim, do estudo dos bairros, dos bairros suburbanos e dos subcentros, que espontaneamente aí surgiram, podemos constatar a necessidade de os planejamentos urbanísticos não se limitarem a orientar a expansão desordenada das metrópoles sobre áreas novas. Um planejamento minucioso, apoiado em estudos detalhados da realidade, deve ser elaborado para resolver os gravíssimos problemas dessas áreas mais antigas, já densamente povoadas, em que o crescimento vertical desordenado, o congestionamento do tráfego, a falta de áreas de recreação, a falta de escolas, insuficiência da rede de esgotos, água e telefone, mostram-nos a presente necessidade de planejar a reestruturação dessas áreas, tomando, como pontos de apoio, os subcentros já existentes.

Leia mais:

SOARES, M. T. de Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, 27 (3) 1965, pp. 329-387.

---

<sup>1</sup> Em FIBGE Curso de Geografia da Guanabara. Rio de Janeiro, 1968. (Série B Biblioteca Brasileira, Publicação nº21), pp, 74-89.

# Quem são os Clássicos da Geografia Brasileira? E Por Que Lê-los?

## Entrevista com o Prof. Dr. Roberto Lobato Azevedo Corrêa

A intenção da presente seção é apontar – a partir de vários pontos de vista obtidos em entrevistas com geógrafos renomados – os autores clássicos que não só foram de fundamental importância na formação dos geógrafos brasileiros como também deram dignidade à nossa profissão, auxiliando a construir a imagem respeitável e o reconhecimento à nossa *expertise*. Para tanto, nessa seção é sempre reproduzida uma entrevista realizada com um geógrafo reconhecido regional ou nacionalmente.

Sua origem está na leitura da obra “Por que ler os clássicos?”, de Ítalo Calvino, publicada em 1994. Em seu texto, o autor brinca ao descrever o clássico como a obra que todos se envergonham de ainda não terem lido e, por esse motivo, está sempre sendo relida. Ler os clássicos é melhor do que não lê-los, afinal invariavelmente acabamos aprendendo algo com essas obras. Enfim, nós lemos os clássicos em benefício da nossa educação.

A produção geográfica brasileira, apesar do meio século de existência, pode ser considerada ainda relativamente recente. O geógrafo brasileiro Milton Santos, por sua vez, esclareceu:

A ambição de uma obra que procura apresentar um corpo de ideias elaboradas de modo pioneiro é provocar um debate teórico e encorajar estudos empíricos que confirmarão ou não a idéia geral e ajudarão a reformulá-la. (Palestra proferida na UFRJ, 1980.)

Por tudo isto e por muitos outros motivos também importantes, talvez aqui esquecidos, a leitura das obras que nos antecederam foram e são fundamentais à produção renovada do conhecimento e à explicação do espaço brasileiro. Não se trata apenas de sua abordagem puramente descritiva. É a partir das leituras dos clássicos, embora não só deles, que os pesquisadores antigos e os atuais formam o capital intelectual específico e coletivo.

Seria desnecessário detalhar a trajetória de nosso entrevistado do mês, contudo vamos recordar sua brilhante e rica trajetória.

O Prof. Roberto Lobato Azevedo Correa nasceu em 5 de novembro de 1939, no Rio de Janeiro. Formou-se em geografia no ano de 1969, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Obteve o título de mestre em geografia pela University of Chicago, nos Estados Unidos, em 1974, com a dissertação “Variations in Central Place Systems: An Analysis of the Effects of Population Density and Income Level”. Em 2000, concluiu o doutorado na UFRJ. Sua tese, orientada por Maurício de Almeida Abreu, resultou no livro “Trajetórias Geográficas”.

Trabalhou na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período de 1959 a 1993, tendo sido diretor do Departamento de Geografia (DEGEO). Em 1972, foi convidado a atuar como professor na UFRJ e, desde então, tornou-se pesquisador do

Corrêa, R. L. A.

Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG). Aposentado do IBGE, foi aprovado no concurso para professor adjunto da UFRJ, integrando-se ao corpo docente do Departamento de Geografia no ano de 1995. Em sua função, administrou disciplinas como Geografia Regional do Brasil, Análises Regionais, Organização Interna das cidades e Redes Urbanas. Elaborou e desenvolveu na UFRJ os seguintes projetos de pesquisa: "Formas simbólicas e espacialidades", "Áreas sociais: uma avaliação crítica", "Estudos comparativos sobre a rede urbana, espaço e cultura" e "Organização interna da cidade". Geografia Urbana e Geografia Cultural são as duas áreas de destaque em suas pesquisas, sendo que nos últimos anos o Prof. Roberto se tornou um expressivo proponente da Geografia Cultural contemporânea no Brasil. Aposentou-se como professor adjunto do Departamento de Geografia da UFRJ em 2009. Atualmente, participa como professor colaborador voluntário do PPGG.

### **Livros publicados/organizados**

CORREA, R.L.A., ROSENDAHL, Z. Economia Cultura e Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010, v.1. 113p.

CORREA, R.L.A., ROSENDAHL, Z. Espaço e Cultura: Pluralidade Temática. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008, v.1. 296p.

CORREA, R.L.A., ROSENDAHL, Z. Literatura, Música e Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, v.1. 150p.

CORREA, R.L.A., ROSENDAHL, Z. Cultura, Espaço e o Urbano. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006, v.1. 165p.

CORREA, R.L.A. Estudos sobre a Rede Urbana. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2006, v.1. 310p.

CORREA, R.L.A., ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural - Um Século (3). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002, v.1. 184p.

CORREA, R. L. A., ROSENDAHL, Z. Paisagem, Imaginário e Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, v.1. 224p.

CORREA, R.L.A., ROSENDAHL, Z. Matrizes da Geografia Cultural. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, v.1. 184p.

CORREA, R.L.A., ROSENDAHL, Z. Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, v.1. 198p.

CORREA, R.L.A., ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural - Um Século (1). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000, v.1. 192p.

CORREA, R.L.A., ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural - Um Século (2). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000, v.1. 180p.

CORREA, R.L.A. Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, v.1. 247p.

CORREA, R.L.A. Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, v.1. 123p.

CORREA, R.L.A. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v.1. 372p.

CORREA, R.L.A. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v.1. 302p.

CORREA, R.L.A. Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v.1. 468p.

CORREA, R. L. A. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v.1. 353p.

### **Capítulos de livros publicados:**

CORREA, R.L.A. Parques Temáticos: Formas Simbólicas do Capitalismo Avançado. In: Zeny Rosendahl e Roberto Lobato. (Org.). Economia, Cultura e Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010, v. 1, p. 14-28.

CORREA, R.L.A. Temas e Caminhos da Geografia Cultural. In: Zeny Rosendahl e Roberto Lobato. (Org.). Temas e Caminhos da Geografia Cultural. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010, v. 1, p. 48-72.

CORREA, R.L.A. A Espacialidade da Cultura. In: Zeny Rosendahl e Roberto Lobato. (Org.). O Brasil, a América Latina e o Mundo - Espacialidades Contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, v. 1, p. 18-31.

CORREA, R.L.A. Região Cultural: Um Conceito Fundamental. In: Zeny Rosendahl e Roberto Lobato. (Org.). Espaço e Cultura: Pluralidade Temática. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008, v.1, p. 35-68.

CORREA, R.L.A. Construindo o conceito da cidade média. In: Maria da Encarnação Spósito. (Org.). Cidades Médias - Espaços em Transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v.1, p. 15-25.

CORREA, R.L.A. Cultural Geography in Brazil. In: Rob Kitchin. (Org.). Mapping Worlds: International perspectives on Social and Cultural Geography. Londres - Inglaterra: Taylor and Francis, 2007, v. 1, p. 28-38.

Corrêa, R. L. A.

CORREA, R.L.A.; ROSENDAHL, Z. Literatura, Música e Espaço - Uma Introdução. In: Roberto Lobato Corrêa; Zeny Rosendahl. (Org.). Literatura, Música e Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, v. 1, p. 8-8.

CORREA, R.L.A. Carl Sauer e a Escola de Berkeley - Uma Apreciação. In: Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Azevedo Corrêa. (Org.). Rosendahl, Zeny. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, v. 1, p. 9-33.

CORREA, R. L.A. Geografia Cultural: Passado e Futuro Uma Introdução. In: Zeny Rosendahl; Roberto Lobato. (Org.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, v. 1, p. 49-58.

CORREA, R.L.A. Redes Geográficas - Cinco Pontos para Discussão. In: Pedro de Almeida Vasconcelos; Sylvio Bandeira de Mello e Silva. (Org.). Novos Estudos de Geografia Urbana. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999, v. 1, p. 65-70.

CORREA, R.L.A. L'Hétérogénéité Culturelle: Des Exemples Brésiliens. In: Jean Pitte; André - Louis Sanguin. (Org.). Géographie et Liberté. Paris: L'Harmattan, 1999, v. 1, p. 267-276

CORREA, R.L.A. Interações Espaciais. In: Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes; Roberto Lobato Corrêa. (Org.). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. 1, p. 279-319.

CORREA, R.L.A. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: José B. da Silva; Maria Clélia L. Costa; Eustógio W.C. Dantas. (Org.). A Cidade e o Urbano. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1997, v. 1, p. 131-136.

CORREA, R.L.A. Metrôpoles, Corporações e Espaço: Uma Introdução ao Caso Brasileiro. In: Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes; Roberto Lobato Corrêa. (Org.). Brasil: Questões Atuais da Reorganização Espacial.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v. 1, p. 67-114.

CORREA, R.L.A. Milton Santos e a Temática. In: Maria Adélia Aparecida de Souza. (Org.). O Mundo do Cidadão: Um Cidadão do Mundo. São Paulo: HUCITEC, 1996, v. 1, p. 119-126.

CORREA, R.L.A. Espaço: Um Conceito - Chave. In: Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes. (Org.). Geografia; Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. 1, p. 15-47.

Maiores informações poderão ser consultadas em: <http://lattes.cnpq.br/1290725980271674>

Os Editores

## Entrevista Realizada em 19 de março de 2010.

### 1. O que é uma obra clássica da Geografia brasileira?

**Resposta:** – Livro ou artigo escrito por um(a) geógrafo(a) (falecido(a), que atravessou gerações e períodos da história do pensamento geográfico, tendo percorrido uma longa trajetória:

- Introduz um novo modo de ver as coisas, um avanço na teoria geográfica.
- Sintetiza um amplo campo da Geografia, oferecendo uma visão complexa que é ou foi referência básica.
- É ou foi objeto de debates no campo específico ou em campos vizinhos, tendo sido analisado e reanalisado por inúmeros autores durante um período relativamente longo.
- Gera “discípulos”, que produzem outros textos a partir do clássico.
- Lido por todos ou quase todos.
- Tem duas ou mais edições, algumas com comentários adicionais feitos por terceiros.
- O campo específico tem a sua própria trajetória marcada pelo clássico.

### 2. Quais são os critérios para considerar um(a) autor(a) como clássico(a)?

**Resposta:** – Os critérios estão especificados nos pontos indicados na resposta anterior.

### 3. Cite alguns clássicos da Geografia brasileira.

**Resposta:** – Nilo Bernardes; Lysia Bernardes; Manoel Correia de Andrade; Aroldo de Azevedo; Pierre Monbeig; Milton Santos.

### 4. E por que ler os clássicos da Geografia brasileira?

**Resposta:** – Porque a obra deles contribuiu para fundar ou dar continuidade ao conhecimento do espaço brasileiro. A obra deles marcou um período ou causou uma ruptura na história da geografia brasileira, tendo repercussões que atravessaram um largo período. Foram marcos de períodos ou ruptura entre períodos.

Um clássico deve ser leitura obrigatória na formação do geógrafo brasileiro.

### 5. Cite obras dos autores mencionados.

**Resposta:** – Obras importantes que devem ser lidas:

a) MILTON SANTOS

- *Por uma Geografia Nova* (1978)

Livro que rompe com as perspectivas tradicionais e da geografia teórico-quantitativa. É o marco inicial de uma geografia crítica, com reflexões sobre o espaço e as relações com a sociedade.

- *O Espaço Dividido* (1ª edição, 1979; 2ª edição, 2004)

Fundamental para a compreensão das espacialidades nos países subdesenvolvidos, apresentando e discutindo os circuitos inferiores e superiores da economia.

- *A Natureza do Espaço: Razão, Técnica, Tempo e Emoção* (1996)

Trata-se de obra que sintetiza o pensamento de Milton Santos na década de 1990. O espaço é o objeto do livro, tema central na trajetória de Milton Santos.

Corrêa, R. L. A.

b) MANOEL CORREIA DE ANDRADE

- ***O Homem e a Terra no Nordeste***

Trata-se de um clássico, produzido na primeira metade dos anos 1960. O Nordeste é apresentado por meio de seus quadros regionais e de sua problemática.

c) AROLDO DE AZEVEDO

- ***A Cidade de São Paulo – Estudos Geográficos.***

Com alguns volumes, o livro, publicado nos anos 1950, é uma descrição e interpretação da cidade de São Paulo.

## **6. Cite alguns brasilianistas.**

**Resposta:** – É um termo utilizado sem muito rigor. São eles:

a) Pierre Monbeig

- ***Pioneirs et planteurs de São Paulo.*** Paris, A. Colin, 1952, 376p.

- ***Estudos de Geografia Humana***

- ***O Estudo Geográfico da Cidade***

b) Pierre Deffontaines

c) Leo Waibel

d) Pierre Denis

- ***Le Brésil au XXème Siécle,*** publicado nos anos 1920

e) Pierre Gourou

Nem todos podem ser definidos como brasilianistas (aqueles que se dedicaram a estudar o Brasil), mas trata-se de geógrafos que durante certo tempo dedicaram-se a estudar o Brasil. Pierre Monbeig talvez seja o único brazilianista de fato.

## Resenhas de Livros

***O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas*, organizado por Márcio Piñon de Oliveira, Maria Célia Nunes Coelho e Aureanice de Mello Corrêa, Rio de Janeiro: Lamparina, ANPEGE e FAPERJ, 2008, vol 1, p. 444, vol 2, p. 446. ISBN Vol I, 978-85-98271-57-6, Vol II, 978-85-98271-58-3.**

A coletânea de artigos “O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas”, apresentada em dois volumes, foi organizada pelos professores/pesquisadores Marcio Piñon de Oliveira<sup>1</sup>, Maria Célia Nunes Coelho<sup>2</sup> e Aureanice de Mello Corrêa<sup>3</sup>.

Os textos que compõem esses volumes foram apresentados nas mesas redondas do VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), realizado nas dependências da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (RJ), em setembro de 2007. O evento contou com o apoio de outras universidades do estado que possuem programas de pós-graduação em geografia<sup>4</sup>, outras instituições<sup>5</sup> e agências de fomento<sup>6</sup>.

Entendendo que o tema proposto pelo VII Encontro da ANPEGE abriu caminho para apresentar a produção acadêmica recente em geografia no Brasil, a presente resenha analisa os artigos de ambos os volumes e discute essa produção a partir de dois eixos: 1) a produção acadêmica a partir dos cursos de pós-graduação; 2) a diversidade temática da produção geográfica brasileira, considerando ainda os temas não contemplados na coletânea. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre as novas tendências da academia e algumas lacunas da produção acadêmica identificadas a partir da organização do VII Encontro da ANPEGE, também expressas nos dois volumes analisados.

O texto inicial de Edward Soja, referente à conferência de abertura, relata como a geografia o seduziu e foi importante para a formação de seu olhar para a realidade. Além das conferências dos convidados internacionais, outro elemento a ser considerado para discutirmos as influências estrangeiras são as referências bibliográficas apresentadas nos artigos.

### **Sobre a Distribuição Espacial dos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil**

Os cursos de pós-graduação resultam dos esforços de aperfeiçoamento, não restritos ao centro-sul do país, de formar pessoal apto a analisar, interpretar e explicar as realidades nacionais, regionais e locais por meio da ciência geográfica. No que se refere à distribuição geográfica dos programas de pós-graduação em geografia no Brasil – totalizando 41 programas, segundo dados fornecidos pela CAPES em 2010 –, esses dois volumes revelam ainda a manutenção de uma forte concentração dos cursos de pós-graduação na região Sudeste do país, onde existem 14 programas reconhecidos ao todo, com quatro deles em andamento no Estado do Rio de Janeiro, todos na capital e região metropolitana; três em Minas Gerais e um no Espírito Santo. São Paulo, com seis programas, destaca-se por ser o único dos estados do Sudeste com cursos de pós-graduação na capital e no interior. O mesmo fenômeno se repete no Paraná, onde seis programas estão distribuídos entre a

capital e o interior. O Estado do Rio Grande do Sul conta com três programas, um dos quais é realizado no interior. Santa Catarina possui apenas um curso oferecido na capital.

A grande maioria dos cursos de pós-graduação em geografia ainda se concentra nas capitais ou cidades da região metropolitana, mantendo a lógica da concentração. Nas demais regiões do país, três cursos são oferecidos na região Norte (Amazonas, Pará e Rondônia); sete no Nordeste (Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará); e sete no Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal).

Se considerarmos o nível de doutorado, os números ficam ainda mais concentrados no Sudeste. Ao todo existem 18 cursos de doutorado em geografia no Brasil: três no Nordeste, um no Centro-Oeste, quatro no Sul e dez no Sudeste. A região amazônica além de apresentar poucos cursos de mestrado não apresenta nenhum curso de doutorado. Tais dados nos demonstram a ineficiência ou até mesmo a falta de políticas públicas para descentralizar a produção científica e a formação de mão de obra qualificada da região mais concentrada e industrializada do país.

Do total de 53 artigos contidos no livro produzido pela ANPEGE em 2007, 23 são de pesquisadores de universidades fluminenses e 14 foram escritos por pesquisadores paulistas, enquanto as demais regiões tiveram artigos de 2-3 pesquisadores selecionados. A coletânea incluiu ainda três pesquisadores que não participam de programas de pós-graduação em geografia, porém contribuem de forma significativa com suas pesquisas para o debate geográfico nacional, no caso de Rodrigo Valente Serra<sup>7</sup> e Fabio Betioli Contel<sup>8</sup>, e para o debate latino-americano, no caso de Ana Clara Torres Ribeiro<sup>9</sup>.

Após esta análise quantitativa, passamos a uma análise qualitativa, em que buscamos identificar quais temas se sobressaem na atualidade e quais ainda buscam seus espaços na produção geográfica nacional.

## **Diversidade Temática da Produção Geográfica**

Na análise sobre a diversidade da produção geográfica brasileira a partir dos textos produzidos e apresentados no VII Encontro da ANPEGE, sistematizamos as sessões em seis segmentos temáticos: reflexões teórico-metodológicas; contribuições sobre natureza e meio ambiente; a questão regional; geografia urbana; geografia agrária e geografia cultural. Esse exercício de reagrupamentos das sessões temáticas do encontro buscou redirecionar a análise dos textos acadêmicos a eixos mais restritos do pensamento geográfico.

### *Os Desafios Teórico-Metodológicos da Geografia*

A discussão sobre os desafios teórico-metodológicos na geografia abre o primeiro volume com artigos de Ruy Moreira e Pedro Pinchar Geiger. Fabio Contel, Álvaro Luiz Heidrich e Eliseu Sérgio Spósito discutem as empirias da espacialidade. Heidrich trata especialmente da relação entre espaço mundial e território nacional, e o modo como as influências das dinâmicas da mundialização podem provocar instabilidades à territorialidade e a estruturação do espaço nacional. Spósito, à luz das teorias de David Harvey e Samir Amin, busca explicar o papel dos agentes das ações sobre o espaço e o papel da América Latina nas dinâmicas econômicas do processo de mundialização do

capital. Contel apresenta uma leitura geográfica da evolução do sistema financeiro brasileiro, pouco explorada pela geografia brasileira até então.

Na sessão *Espaço e Movimentos Sociais*, os autores buscaram teorizar sobre a categoria movimentos sociais no contexto geográfico. Trata-se de um tema ainda incipiente na geografia brasileira e que, desde a década de 1990, vem sendo cada vez mais abordado, suscitando intensos debates dentro e fora desse ramo da ciência.

A socióloga Ana Clara Torres Ribeiro aponta a necessidade de um diálogo entre as disciplinas para melhor analisarmos o período histórico atual. Além disso, não nos deixa negligenciar os contextos sócio-espaciais e temporais. Ao contrário, chama atenção para o risco de uma análise descritiva das conjunturas locais. Marcelo Lopes de Souza, apoiado também na necessidade de um diálogo entre disciplinas, em seu texto “Ativismos Sociais e Espaço Urbano: Um Panorama Conciso da Produção Intelectual Brasileira”, promove um balanço da produção acadêmica sobre ativismo social no Brasil, já discutida em seus livros “Mudar a Cidade” e “Prisão e Ágora”. Por outro lado, enfatizando a luta pela terra no campo, Bernardo Mançano Fernandes dá continuidade à construção teórica iniciada com suas análises empíricas sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em “Gênese e Desenvolvimento do MST” e “A Formação do MST no Brasil”, que busca reconceituar a categoria *movimentos sociais* a partir de uma análise geográfica, ou melhor, do conceito de *movimento socioterritorial*.

#### *A Contribuição Geográfica Sobre Natureza e Meio Ambiente*

Pode-se dizer que a geografia brasileira não negligencia a discussão ambiental. Esta encontra-se bastante avançada do ponto de vista teórico, e principalmente demonstra o quanto os geógrafos atuais dialogam com pesquisadores de outros campos do conhecimento, entre os quais sociologia, política e economia, valorizando as questões sociais no debate sobre natureza e meio ambiente. A preocupação com as questões ambientais foram contempladas em quatro sessões distintas, cada qual iluminando um prisma do mesmo objeto.

A primeira das sessões, referente à questão ambiental, trás ao foco as questões político-econômicas dos recursos naturais. Discute os problemas geopolíticos em torno da produção energética no Brasil e na América Latina, sem deixar de considerar o papel das grandes empresas exploradoras dos recursos naturais, que se apropriam dos discursos do desenvolvimento sustentável para prosseguir com suas atividades. Com a participação de três geógrafos e um economista, essa sessão provocou acalorada discussão, visto que não há consensos quando se trata de interesses político-econômicos.

O artigo de Carlos Walter Porto Gonçalves abre a sessão sobre natureza e meio ambiente. Parte da crítica à obra cinematográfica *hollywoodiana*, dirigida pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, e apresenta *uma outra verdade inconveniente* sobre o aquecimento global. Porto Gonçalves analisa o aquecimento global a partir da sua apropriação por setores que até agora se caracterizaram por desqualificar todos aqueles que denunciam o problema, bem como apresenta os fatores pelos quais esses setores mudaram de posição.

Gisela Aquino Pires do Rio apresenta o texto intitulado “Gestão de Águas: Um Desafio Geoinstitucional”. Nele, aponta o papel dos dispositivos regulatórios institucionais e da crescente importância desses dispositivos nas últimas duas décadas, naquilo que se refere à gestão das redes de infraestrutura, em especial da rede distribuidora de água nas cidades, que se encontra em crescente expansão. Para a autora, “a noção de superfície de regulação é apenas uma das possibilidades de explicar a complexidade das relações econômicas e sociais, bem como os limites da naturalização fundadora de território” (p.235).

Ainda com o foco nas questões político-econômicas dos recursos naturais, Maria Célia Nunes Coelho enfatiza a produção mineral na Amazônia, ressaltando o papel desestruturador/reestruturador exercido pela atividade mineradora industrial (manganês, bauxita e ferro) no território amazônico, em particular na Amazônia Oriental, envolvendo parte dos Estados do Pará, Maranhão e Amapá. A autora questiona até que ponto os corredores de mineração dinamizaram e integraram as economias locais. As dinâmicas são analisadas considerando os seguintes critérios: criação de corredores e mercadorias; instalação de redes de comunicação, transporte e energia; criação de novos municípios; e estágio atual da dinâmica da organização espacial/regional. Ao final, aponta as repercussões no meio ambiente.

Por último, integrou a sessão o artigo do economista Rodrigo Valente Serra, que constitui uma denúncia. Ele critica a falta de controle sobre os recursos dos *royalties* e participações especiais oriundos da produção petrolífera. Para o autor, “as impropriedades nas regras de rateio das rendas petrolíferas, (...) somadas às vacilantes normas para sua aplicação, produzem uma nova maldição ou uma grande armadilha – a armadilha da desmesurada e desregulada descentralização das rendas petrolíferas”(p.252-253) Neste e em outros artigos, Serra ressalta a necessidade de ampliar o debate acerca de eventuais aprimoramentos da norma de rateio e aplicação dos *royalties* do petróleo. Caso contrário, a saída compensatória, via *royalties*, tende a provocar iniquidades ainda maiores.

Em um segundo momento, na sessão sobre *Espacialidades Contemporâneas e Mudanças Locais e Globais*, os autores demonstram de forma mais direta como a produção inadequada dos recursos naturais em escala local – a exemplo da plantação de monoculturas de árvores no Sul do Brasil – está associada a efeitos climáticos globais que se expressam novamente na escala local. Nessa sessão, os autores demonstram como o jogo das escalas (ou seja, a análise multiescalar) se faz necessário para compreendermos a problemática ambiental da sociedade contemporânea na perspectiva da análise espacial.

Apoiada na economia ecológica de Martinez-Alier, Dirce Maria Antunes Suertegaray descreve o modo como os conflitos ecológicos distributivos provocados por grandes corporações transnacionais produtoras de eucalipto no Rio Grande do Sul alteram a paisagem natural e a gestão territorial. Em seu artigo “Mudanças Climáticas Globais: Um Enredo Entre a Tragédia e a Farsa”, João Lima Sant’Anna Neto relata a existência de uma luta epistêmica entre várias instituições ambientalistas globais para comprovar as razões do aquecimento global, cuja importância está ou não na necessidade de se redefinir as regulações sobre os recursos naturais. Francisco Mendonça demonstrou a mesma linha, de forma empírica, com o exemplo da evolução térmica e pluviométrica ocorrida na região Sul do Brasil, e com o aquecimento global que vem alterando as dinâmicas naturais

regionais. Desse modo, o autor promove a todo momento uma inter-relação entre os fenômenos nas escalas global, regional e local.

Em mais uma sessão, a *Espacialidade Contemporânea* e a *Questão Ambiental* são colocadas no centro dos debates dos geógrafos nacionais. Nessa sessão, os autores abordam processos atuais, como grandes fenômenos “naturais” e impactos de objetos técnico-científicos, que nos levam ao debate da relação existente entre sociedade e natureza.

O artigo de Antonio Carlos Vitte descreve a influência da filosofia clássica e contemporânea, e de geógrafos renomados, como David Harvey, em sua base conceitual para compreender as transformações e os fenômenos *socionaturais* vivenciados recentemente (grandes furacões, derretimento de geleiras, vírus letais que se tornam pandemias etc.). Isso representa mais um esforço em sua carreira voltada para a construção de uma epistemologia pautada particularmente nos preceitos de uma geografia física. Archimedes Perez Filho, partindo de uma abordagem sistêmica e do conceito de geossistemas, analisa os impactos ambientais resultantes da construção da barragem da hidrelétrica de Ilha Solteira. Na tentativa de promover uma visão crítica sobre o antagonismo existente entre a geografia física e a humana, Cristina H. R. R. Augustin aborda como a geografia física vem desenvolvendo seus estudos e pesquisas na atualidade, destacando sua relevância para sociedade atual.

Por fim, a sessão intitulada *Espacialidade, Sustentabilidade e Desenvolvimento* fecha o debate referente à questão ambiental, discutindo na noção de desenvolvimento sustentável uma noção questionável e bastante utilizada por geógrafos, mas pouco debatida no âmbito da geografia brasileira.

Com importantes contribuições ao presente debate, João Rua no texto “Desenvolvimento e Sustentabilidades: Uma Perspectiva Geográfica” dá continuidade a sua construção do conceito de ambiente inserido na teoria social e crítica de bases geográficas, na tentativa de regenerá-lo para compreender as questões impostas ao mundo contemporâneo. Dessa forma, o autor reforça “a impossibilidade de discutir desenvolvimento e sustentabilidade sem buscar suas âncoras espaciais”, ou seja, sem apontar as desigualdades geográficas que envolvem o desenvolvimento e a sustentabilidade, como defende David Harvey.

Relacionando globalização econômica, desenvolvimento e sustentabilidade, Ricardo Castillo nos mostra que a lógica do agronegócio, da região competitiva e da logística moderna encontram-se totalmente desvinculadas da noção de sustentabilidade, embora essa noção esteja inserida no discurso hegemônico do grande capital. O colombiano Carlos Mario Yory discute o desenvolvimento urbano sustentável no contexto da globalização, destacando a América Latina. Além disso, o autor propõe a utilização do conceito de topofilia de Tuan, compreendido na teoria do lugar, para construção de habitações dignas e sustentáveis.

### *A Questão Regional é Ainda uma Questão?*

A partir da leitura da produção apresentada na ANPEGE, conclui-se que a questão regional permanece desamparada pela geografia brasileira. Apenas uma sessão expôs como elemento central as espacialidades político-regionais e os desafios teórico-metodológicos. Nessa sessão, somente dois artigos foram incluídos. Um deles, de Lisandra Pereira Lamoso, intitulado “Um Ensaio Sobre a Região e Regionalização: Desafios

Epistemológicos e Políticos”, retoma o debate sobre a região natural e a divisão regional brasileira, considerando o processo de regionalização com ênfase na formação dos blocos econômicos globais. Ainda sobre a questão regional, o artigo de Gilberto de Miranda Rocha – um dos dois geógrafos a representar a produção acadêmica da Amazônia – discute as interpretações geográficas sobre a divisão político-administrativa dos municípios brasileiros com ênfase no processo ocorrido no Estado do Pará, na década de 1980.

O recorte regional foi retomado na sessão *América Latina – temporalidades e territorialidades*. Aqui, a América Latina foi o tema central das obras e a região foi abordada a partir das análises de Maria Laura Silveira, com o artigo “América Latina: Por uma Pluralidade de Impactos Territoriais”; Claudio A.G.Egler, em “As Américas: Singularidades de um Continente”; e Álvaro Lopes Gallero. Silveira partiu do pressuposto de que o uso do território define-se pela implantação de infraestruturas ou sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade, e enfatiza os princípios de solidariedade de territórios usados. Egler parte de três objetivos, que ele mesmo considerou ambiciosos: a) reafirmar a relevância da geoeconomia nas análises não só da conjuntura atual de mundialização financeira como também dos processos históricos que contribuíram para desenhar os contornos básicos de sua estrutura espacial; b) realçar a importância dos estudos sobre as instituições, vistas como as normas, regras e costumes – implícitas e explícitas – que regulam as relações sociais em determinado período histórico e espaço geográfico definido (i. é., contribuem para delimitar e organizar territórios); e c) mais pragmático, diz respeito ao debate sobre a América em que vivemos e o projeto de futuro a ser construído, pois estamos presos ao dilema entre as raízes na latinidade e a orientação estratégica para o sul. Por último, o uruguaio Gallero em “Uruguay: Nuevos Tiempos y Nuevas Territorialidades” (“Uruguai: Novos Tempos e Novas Territorialidades”) nos retrata um quadro panorâmico da situação econômica, inserção na economia mundial e gestão pública no território do Uruguai.

### *Geografia Urbana no Brasil Contemporâneo*

A geografia urbana foi contemplada com pelo menos cinco sessões: 1) *Espacialidades e dilemas das sociedades contemporâneas*; 2) *Urbanização das sociedades e espacialidades da urbanização na América Latina*; 3) *Espacialidades urbanas: ordenamento e governabilidade*; 4) *Espacialidades urbanas: escalas e dilemas da urbanização*; e 5) *Espaço público no mundo contemporâneo*.

A primeira sessão apresentou as conferências dos professores Jacques Levy e Rogério Haesbaert. Levy, no artigo “Os Poderes do Habitar: O Indivíduo Contemporâneo e A Globalização”, problematiza o poder do habitar na contemporaneidade. Afirma que “a dupla diversidade dos lugares e dos indivíduos não fica ameaçada pela globalização – ao contrário”. Assim, transformar o mundo em lugares é tarefa de quem habita no mundo. O artigo de Haesbaert, “Sociedades Biopolíticas de Insegurança e de Des-controles dos Territórios”, analisa a ambiguidade vivenciada pela “sociedade da segurança”: o controle de processos sociais mediante o controle do território. Ambas as conferências demonstraram a preocupação dos geógrafos com as questões impostas pelo processo de globalização: o viver num mundo cujo controle dos territórios está sendo justificado pelo discurso da segurança.

A segunda sessão, *Urbanização das sociedades e espacialidades da urbanização da América Latina*, partiu do geral para o específico. Ana Fani Alessandri Carlos inicia seu texto com uma hipótese: “Como tendência, o urbano é o modo pelo qual a reprodução do espaço se realiza na contemporaneidade” (p.50). Maria Encarnação Sposito afirma que “A constituição da sociedade urbana atinge, hoje, sua posição mais avançada” (p.62), orientando, assim, a leitura para a compreensão de fatos que vêm ocorrendo nas cidades e do papel da geografia urbana na elaboração de uma leitura desse processo. A contribuição de Ester Limonard para a sessão partiu de múltiplas indagações com objetivo de “...tecer considerações de cunho teórico-metodológico e buscar elementos que subsidiem a compreensão das tendências recentes da urbanização latino-americana” (p. 75). Pablo Ciccolella abre seu texto com uma citação de Jorge Luis Borges “...y ahora la ciudad es un plano de mis humillaciones y fracasos...” (p. 88) para discutir “Aportes para uma geografia crítica de la ciudad latinoamericana” .

A terceira sessão no âmbito da geografia urbana, *Espacialidades urbanas: ordenamento e governabilidade*, foi composta pelos artigos “Ordenamento Urbano e Gestão Territorial: Impasses”, de Amélia Damiani; “O Consumo do Espaço do Consumo”, de Silvana Pintaldi; “Urbanização Extensiva e Economia dos Setores Populares”, de Roberto Luiz de Melo Monte-Mór; e “Cidades Ingovernáveis”, de José Borzacchiello da Silva.

A sessão *Espacialidades urbanas: escalas e dilemas da urbanização* trouxe a discussão atual da problemática das cidades médias, por Beatriz Ribeiro Soares; a questão da urbanização na Amazônia, analisada por José Aldemir de Oliveira; o reordenamento do espaço urbano na região metropolitana do Rio de Janeiro ditado pelas dinâmicas territoriais, numa contribuição de Floriano José Godinho de Oliveira; e, por fim, Ulisses da Silva Fernandes nos brindou com uma análise de menor escala ao discutir a natureza monumental do Hotel Copacabana Palace, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro.

Na sessão intitulada *Espaço público no mundo contemporâneo*, os autores Ângelo Serpa, Arlete Moisés Rodrigues, Eduardo Yázigi e Cátia Antônia da Silva problematizaram as apropriações do espaço público, enfatizando-o na cidade contemporânea. Assim, o espaço urbano é, mais uma vez, o protagonista de uma sessão.

### *Contribuições sobre a Espacialidade Agrária Brasileira*

Uma única sessão foi dedicada à geografia agrária: *Espacialidade Agrária*. No entanto, esse campo da geografia tangencia outros temas, como a questão ambiental e os movimentos sociais. Todos os autores optaram por analisar casos nacionais, porém com diferentes temáticas e abordagens para demonstrar a complexidade da realidade do campo brasileiro. Dos cinco textos desse eixo temático, dois utilizaram como caso analítico a Amazônia brasileira. Jacob Binsztok e Ana Maria de Souza Bicalho apresentaram dois panoramas bem distintos da produção familiar amazônica.

Julia Adão Bernardes participou da sessão com o texto “Crise no Agronegócio: Novas Ações, Novos Tempos, Novas Territorialidades”, e Antônio Thomaz Júnior, com o artigo “Novos Arranjos Territoriais e Velhos Dilemas Para o Trabalho no Campo, no Brasil, no século XXI”. Ambos os autores demonstraram empiricamente, exemplificando Mato Grosso e São Paulo, como a produção capitalista do espaço promovida pelos vários tipos de

agronegócio vem provocando reestruturações e impactos significativos no território nacional no que tange às formas de uso e apropriação da terra, relações de trabalho, exclusão de grupos e classes sociais e modificação das paisagens originais.

Por fim, no artigo “Uma Análise Geográfica dos Conflitos no Campo brasileiro”, Paulo Aletejano busca elementos analíticos para compreender os conflitos sociais no campo brasileiro e traça, a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), um panorama da situação fundiária e da luta pela terra no campo brasileiro, desde meados da década de 1980 até meados da primeira década do século XXI.

### *Geografia Cultural*

A geografia cultural foi contemplada com artigos daqueles que contribuíram para consolidar a temática no Brasil. As espacialidades da cultura têm seus pilares em Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl, contando ainda com as colaborações de Paulo Cesar da Costa Gomes e Aurenice de Mello Corrêa. Os textos de Corrêa e Gomes são de cunho conceitual e discutem gêneses de conceitos caros à área da geografia cultural. O primeiro texto traz o conceito de cultura e seu significado para a geografia, no que se refere ao reconhecimento de regiões culturais. O segundo texto discute a importância do conceito de imagem para a análise da realidade. E, por fim, Rosendahl explica o papel do sagrado e como a religião imprime sua marca no lugar. Aurenice Corrêa apresenta a transnacionalização das práticas culturais dos afrodescendentes brasileiros e a expansão para a Argentina. Assim, essa sessão reconhece o caráter dinâmico da cultura e suas expressões no espaço.

### **Considerações Finais**

O tema “O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas” foi pertinente, pois contemplou questões teóricas e conceituais importantes na contemporaneidade, abarcando o exame de casos concretos em várias escalas que, no entanto, carecem de uma base teórica e conceitual mais bem fundamentada. O tema elucidou ainda a necessidade do geógrafo brasileiro olhar além dos limites do território nacional, analisando não só a relação do Brasil com a América Latina e o mundo, mas também entendendo esses recortes escalares como fundamentais para compreendermos muitos dos processos em curso na atualidade. A contribuição de cinco estrangeiros com experiência na abordagem das teorias espaciais contempla, em alguns pontos, o diálogo entre Brasil, América Latina e o mundo, apesar que represente uma abertura tímida da geografia brasileira aos geógrafos estrangeiros, incluindo aqueles fora do eixo Europa-Estados Unidos da América.

Nas análises dos trabalhos apresentados são evidenciadas as poucas relações existentes entre a geografia do Brasil e a geografia de outros países da América Latina, que ainda precisam ser fortalecidas. Não será possível integrar a produção brasileira a sua região sem referenciar as pesquisas dos vizinhos.

Apesar da ocorrência em âmbito nacional um fortalecido teórico-conceitual e das instituições de ensino e pesquisa existentes, a geografia brasileira ainda é intensamente influenciada pelo pensamento anglo-saxão, inglês e americano, com destaque para o

autor David Harvey, e pelos franceses. Há pouco tempo, aceitou influências espanholas, mais especificamente do grupo de professor doutor Horácio Capel, por seu esforço em receber brasileiros em programas de pós-doutorado. No que se refere ao mundo, somente são estabelecidas relações entre os países dos blocos hegemônicos, desconsiderando a produção africana ou asiática. Desconhecemos o que se produz na África ou sobre a África, e tão pouco sobre a Ásia.

Por outro lado, deve-se destacar que este livro, em dois volumes, revela que nas últimas décadas vem se intensificando um maior diálogo entre a geografia e outras ciências sociais, como sociologia, filosofia, economia, planejamento urbano e regional, antropologia. Esse diálogo tem sido acompanhado pelo abandono dos métodos matemático-quantitativos vinculados às ciências exatas. Contudo, tais métodos ainda são de suma importância para os geógrafos, especialmente no âmbito da cartografia, geoprocessamento e geografia física (geomorfologia, geoecologia, geohidrologia, biogeografia etc.). Entretanto, esses eixos temáticos foram pouco abordados ou negligenciados tanto na formulação do encontro como do livro.

Apesar dos pontos ressaltados ao longo dessa resenha, o livro é de grande importância para a geografia brasileira atual, pois consiste num produto significativo do estágio inicial em que se encontra a produção científica geográfica nacional. A produção intelectual dos geógrafos brasileiros vem incorporando um universo analítico e temático bastante amplo e invejável, que fornece novidades teóricas e empíricas extremamente relevantes e acompanha os principais debates científicos em pauta na atualidade. Nesse sentido, nas últimas décadas foram introduzidas ao escopo da geografia novas linhas de pesquisa que nos ajudam a compreender o mundo por meio da análise espacial, em particular a América Latina e o Brasil.

Elis Miranda<sup>10</sup>

Luiz Jardim de M. Wanderley<sup>11</sup>

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense – UFF.

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Pesquisadora do CNPq.

<sup>3</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

<sup>4</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio.

<sup>5</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Conselho Regional de Arquitetura, Engenharia e Agronomia - CREA.

<sup>6</sup> Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

<sup>7</sup> Pesquisador do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos (RJ).

<sup>8</sup> Professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/SP). Recebeu Prêmio de Melhor Tese em Geografia no Brasil conferido pelo VII Encontro da ANPEGE. Tese orientada pela prof. Dr<sup>a</sup> Maria Laura Silveira.

<sup>9</sup> Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

<sup>10</sup> Geógrafa. Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense (SFC/Campos).

<sup>11</sup> Geógrafo. Doutorando e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

***Percursos Geográficos de Maria do Carmo Corrêa Galvão, organizado por Gisela A Pires do Rio e Maria Célia Nunes Coelho, Rio de Janeiro: Lamparina e PPGG/UFRJ, 2009, p. 240. ISBN 978-85-9871-71-2.***

É preciso louvar a publicação do livro. Necessário a todos que se dedicam ao estudo da Geografia Agrária e aos interessados pelo Estado do Rio de Janeiro, como recorte espacial para pesquisa; importante aos que valorizam a abordagem integradora da Geografia, sem dicotomias entre os aspectos naturais e sociais; preciso na oportunidade de homenagear uma profissional, cuja obra é muito mais ampla do que os artigos e capítulos de livros reunidos nesta coletânea. De resto, leitura obrigatória para todos.

Maria do Carmo Galvão tem sido, antes de tudo, uma formadora. Seu trabalho como professora, pesquisadora, orientadora e coordenadora constitui esteio fundamental na formação de muitas gerações de geógrafos e no desenvolvimento de núcleos de pesquisa, bem como dos cursos de mestrado/doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua influência marcante na organização e divulgação dos estudos de Geografia Agrária no Brasil é reconhecida por todos.

Para mim, como seu ex-aluno eternamente grato pelos ensinamentos recebidos, é uma honra apresentar essa resenha, dando prosseguimento à homenagem que a obra analisada representa.

A preciosa interação ensino/pesquisa e a importância do trabalho de campo, não como empiria vazia de teoria, mas sim um real pensado, percebido após longas preparações e discussões teóricas sobre aquilo que se buscava com aquela atividade, têm sido preocupações constantes da professora. Nas palavras das organizadoras do livro "... uma prática de pesquisa viva, impregnada por indagações propiciadas no decorrer de sua própria realização ..." (p. 9). O método da pesquisa assim se anunciava: um fazer fazendo, em permanente reelaboração.

Outra preocupação a perpassar toda a obra é o "interesse e empenho por estudos integrados do meio físico e organização social, do ponto de vista geográfico" (p. 118), que é melhor explicitada na discussão levantada sobre o ambiente, antes da ECO-92, embora no mesmo ano. A autora escreve: "Ao tratar e questionar o ambiente, a geografia retoma em cheio sua bagagem e suas origens" (p. 116). Ao explicitar a abrangência conceitual de ambiente (e não meio ambiente) como estímulo à interdisciplinaridade, ela alinha-se ao que havia de mais atual e vanguardista nas discussões sobre ambiente e questões ambientais. Infelizmente, até hoje essa perspectiva não é majoritária – ainda domina uma visão restritiva de ambiente na qual o *meio ambiente* é sinônimo de ambiente físico. Portanto, mais uma vez, o discurso de Maria do Carmo Galvão mostra-se atual e necessário.

Sobretudo a seriedade e responsabilidade profissional, como marcas de sua atuação, servem de modelo a todos que desejam lidar com a Geografia.

Fazer a resenha de um livro tão bem apresentado pelas editoras Gisela Aquino Pires do Rio e Maria Célia Nunes Coelho que, em verdade, na apresentação "O desafio de uma homenagem" já bem efetuam essa ação, enquanto destacam as qualidades da professora e pesquisadora muito justamente colocada como um dos maiores nomes da Geografia brasileira. Pouco escapou a essas queridas colegas, também ex-alunas de Maria do Carmo.

Até da professora “... agarrada à porta da cabine de um caminhão em movimento para explicar a paisagem ao grupo de alunos sentados na carroceria ...” (p. 10) elas falaram... Restou-me aconselhar enfaticamente a leitura do livro, didático na apresentação, mas destacando a simplicidade da linguagem da autora em que se percebe o profundo conhecimento tanto sobre as teorias e métodos relacionados à Geografia Agrária quanto da maneira de utilizá-los na pesquisa sobre o Estado do Rio de Janeiro a ocupar a maior parte do livro.

## A Obra

O Estado do Rio de Janeiro é fortemente marcado pelos efeitos da metropolização irradiados a partir de seu núcleo metropolitano, a capital, que, ao longo da história, tem vivido bastante desconectada do interior. Os efeitos da metropolização abarcam múltiplas dimensões no espaço geográfico fluminense (naturais, sociais, políticas, econômicas) e se refletem no conjunto do estado (e além dele), criando novas problemáticas geográficas - frutos de tais interações - que, ao serem desvendadas, podem auxiliar a fundir espaços que a história vem separando.. Este assunto é uma das ideias-base desenvolvidas pela autora.

Como se manifestam as transformações espaciais (formais, funcionais e estruturais), incluindo as alterações da paisagem, e como são produzidas as sucessivas geografias que marcam o Estado do Rio de Janeiro? Tais questionamentos atravessam a obra de Maria do Carmo Galvão que ora resenhamos.

Embora enfatize o Estado do Rio de Janeiro (capital e interior), o livro tem seus dois primeiros textos dedicados ao estudo de temáticas brasileiras: “Características da Geografia dos transportes no Brasil” (de 1966) e “Características gerais da geoeconomia e da geopolítica nacionais” (1972). Em ambos, a autora demonstra cabalmente seus conhecimentos sobre a realidade brasileira. No primeiro texto, chama atenção para os equívocos das políticas de transporte encetadas pelos governos de então (infelizmente, tais equívocos permanecem até hoje). Estabelece uma acurada relação entre o ambiente natural e o traçado da rede, relacionando-o com os focos de povoamento, a economia de exportação e o uso extensivo da terra. Tudo muito bem embasado em dados, mapas e tabelas.

No segundo texto, subdividido em vários itens, demonstra acreditar no planejamento que dominava a política espacial do estado autoritário àquela época, destacando ser necessário combater os desequilíbrios regionais através da implantação de políticas de integração nacional e de desenvolvimento de novas vias de circulação.

Os nove textos seguintes versam sobre a Geografia do Rio de Janeiro – cidade, região metropolitana e o estado, como um todo.

No terceiro texto do livro – “Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro” – escrito em 1992 e referindo-se à cidade, a autora faz todo um aprofundamento teórico a respeito da discussão das relações sociedade-natureza pela Geografia. Aí explicita, mais uma vez, sua crítica à forma dualista de perceber tais relações quando o ambiente é reduzido à dimensão físico-material, taxando de equivocada essa concepção. Aponta, a seguir:

Há de se repensar a concepção de ambiente como *produção social* (grifo da autora) que efetivamente é, com todas as interações econômicas, sociais e políticas engendradas pela sociedade no processo de sua construção histórica; repensá-lo em termos de valorização de recursos e qualidade de vida. (p. 69.)

Para a autora, ambiente é, concomitantemente, espaço e tempo, natural e social, entidade concreta e representação. Toda essa reflexão, inserida no pensamento geográfico (ao remeter-se aos fundadores da Geografia acadêmica), é contextualizada na cidade do Rio de Janeiro com a harmonia e os conflitos em seu modelado urbano e a luta pelo espaço que aí se realiza.

O quarto texto, “Rio de Janeiro: contradições e ajustes de um espaço desigual”, escrito em 1986, se refere a uma pesquisa sobre as transformações do espaço agrário fluminense sob o impacto da economia urbano-industrial articulada a novas formas de divisão social e territorial do trabalho. Nesse artigo, focaliza a estrutura espacial do Rio de Janeiro, identifica suas contradições e levanta questões para reflexão e debate relacionadas ao papel do Estado como agente modelador do espaço. A autora destaca uma problemática de fundo, que só muito recentemente parece começar a ser ultrapassada, ao escrever:

O Rio de Janeiro foi sempre um espaço dividido: o Estado do Rio de Janeiro cresceu ao lado da cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, cidade e estado de mesmo nome constituíram um espaço esgarçado pela pressão de forças e interesses opostos que nem o mercado urbano carioca nem a função metropolitana dessa grande cidade conseguiram integrar.

O artigo seguinte, “A mineração na região metropolitana do Rio de Janeiro: uma nota geográfica”, o quinto do livro, é de 1992 e está inserido num ciclo de debates do Instituto de Geociências da UFRJ. Focalizando principalmente a indústria oleira, demonstra em perspectiva histórica como se dá a distribuição da matéria-prima necessária a essa indústria; qual é a estrutura socioeconômica do processo produtivo relacionado a essa indústria; e como se expande a mancha urbana, considerada força propulsora e limitadora da atividade oleira. Levanta ainda novos questionamentos e indagações a respeito dessa indústria, bem como a questão habitacional urbana.

O sexto artigo do livro, e quarto texto da série sobre o Rio de Janeiro, trata do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro. Trata-se de um trabalho produzido em 1989, que se refere ao período 1986-1988, tendo como documentos as notícias publicadas em periódicos a respeito das intrincadas discussões políticas sobre a localização desse empreendimento. A autora discute muito bem o emaranhado das disputas entre grupos industriais e políticos, e a definição pela localização junto à baía de Sepetiba naquela ocasião. Ainda não se cogitava a construção do Polo em Itaboraí, o que finalmente acabou acontecendo.

O sétimo artigo discute “A zona industrial antiga do Rio de Janeiro” (de 1965). Nele é demonstrado como se afiguram importantes os fatores de localização fabril na velha cidade e o tipo de indústria que se desenvolveu em cada zona da urbe carioca. Destaca a zona portuária e o bairro de São Cristóvão como localizações iniciais para a grande

indústria. A indústria têxtil aparece disseminada pela cidade. Indústrias mais recentes (para a época) já terão localizações influenciadas pelas ferrovias (que já eram importantes na segunda metade do século XIX) e principalmente pelas rodovias. A perspectiva histórica do estudo permite comparar as localizações fabris antigas com aquelas das indústrias mais recentes, na década de 1960.

O oitavo artigo, também datado de 1965, intitula-se “Os novos eixos de circulação e a transformação da fisionomia urbana do Rio de Janeiro”. A autora destaca a importância da drenagem das baixadas para a expansão do povoamento e da agricultura, e a ocupação dos morros como áreas residenciais. Demonstra como o espaço da metrópole foi sendo construído, baseado na expansão dos meios de transporte, abertura de túneis e construção de novos aterros. Quando a cidade completava 400 anos de existência, Maria do Carmo escreveu:

Com todas as ampliações do espaço urbano, progressos na urbanização e modificações na rede de comunicações, pode-se hoje falar num novo Rio, um Rio que reflete o ritmo de crescimento de sua população e a importância econômica e social de uma grande metrópole.

“Aspectos da Geografia Agrária do sertão carioca” (de 1963) constitui o nono artigo do livro. Pode ser dividido em três partes distintas: as condições naturais em que a agricultura se expande, a evolução da paisagem agrária e a evolução da propriedade. A autora faz um retrospecto histórico das atividades agrícolas nas baixadas, piemonte e serras do então Estado da Guanabara, demonstrando a importância do relevo, do mercado e da especulação imobiliária como fatores determinantes da expansão e recuo da atividade agrícola no atual município do Rio de Janeiro.

O décimo artigo, apresentado no livro “O Rio de Janeiro e a zona rural circunvizinha”, baseia-se numa excursão aos municípios de Nova Iguaçu e Itaguaí, no (antigo) Estado do Rio de Janeiro, e aos (então) distritos de Santa Cruz, Campo Grande e Jacarepaguá, no Estado da Guanabara. Nele, Maria do Carmo Galvão dá prosseguimento à temática do artigo anterior, desta feita enfatizando o verdadeiro confronto entre as racionalidades rural e urbana na luta pelo espaço em áreas que vêm servindo para a expansão do espaço construído da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O último artigo, “Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária”, baseia-se na conferência de abertura do IX Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Florianópolis, no ano de 1988. Aqui, Maria do Carmo Galvão chama atenção para o valor intrínseco do trabalho do geógrafo e para o significado de seu rebatimento no plano social (p. 224). Faz um retrospecto dos ganhos metodológicos obtidos pelos Engas até então, e depois critica a forma reducionista como o materialismo, em sua abordagem estruturalista e economicista, estava sendo efetuado na Geografia agrária. Destaca alguns pontos que, concomitantemente à crítica de tal abordagem, apontam direções para onde a investigação deve prosseguir. Apresenta como propostas de discussão esclarecedoras desse rumo: superação do exclusivamente agrário para abranger o rural; superação de preconceitos relativos ao espaço agrário como espaço inerte e sujeito a intromissões ou ações do urbano, em vez de entidade dotada de dinâmica própria, representações autênticas, e capaz também de propor ou criar caminhos para seus pro-

blemas; superação da oposição campo x cidade, como entidades distintas relacionadas apenas em termos de produção e consumo, admitindo-se para sua compreensão e seu estudo referenciais amplos e integradores, e exemplo da concepção de espaço como totalidade ou a perspectiva da percepção; superação de referenciais estruturalistas convencionais e/ou esquemas analíticos tradicionais pelo resgate de abordagens e óticas mais abrangentes –política, gestão do território – fazendo emergir o Estado, a empresa, forças sociais diversas e o próprio espaço, como agentes e atores do processo espacial; superação de problemas referentes a questões de escala; reflexão quanto à prática social da investigação, que implica tornar viáveis ou exequíveis os resultados da pesquisa geográfica.

Esses verdadeiros compromissos de renovação da Geografia Agrária, embasados em ótimo/diversificado referencial bibliográfico, servem como mais um dos muitos legados que Maria do Carmo Galvão nos deixa. Não é necessário concordar com alguns nem com todos eles para refletir e dialogar com tais formulações, ao se pensar sobre a questão agrária e as possíveis contribuições da Geografia Agrária à mesma.

Enfim, a excelente seleção de trabalhos efetuada pelas editoras serve como panorama fiel da obra escrita por Maria do Carmo Galvão, sua maneira de pensar a geografia, o espaço e o trabalho dos geógrafos.

Como dissemos no início, o livro é leitura obrigatória para todos que pensam o fazer geográfico como prática dinâmica e uma das mais necessárias formas de contribuição para a compreensão do mundo em que vivemos.

João Rua

**150 anos de Subúrbio Carioca, por Nelson Nóbrega e Márcio Piñon Oliveira, Rio de Janeiro: Editora Lamparina e UFF, 2009, p. 240. EdUFF 978-85-228-0568-6, ISBN 978-85-98271-75-0**

Há mais de 40 anos o “subúrbio” carioca espera que se lhe escrevam outras histórias e outras geografias. Os termos “subúrbio” e “suburbano” são estigmatizados desde o princípio do século XX, quando as áreas que designam passaram a abrigar a maior parte da população de mais baixa renda devido ao desenvolvimento de um novo processo de segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro. Assim, esses termos ganharam uma conotação negativa e são utilizados para fazer referência aos bairros da cidade que se formaram ao longo das linhas férreas e seus moradores.

Embora a geógrafa Maria Therezinha de S. Soares, em meados da década de 1960, tenha chamado atenção para a existência de um “conceito carioca de subúrbio” no Rio de Janeiro (ou seja, que os referidos termos estavam associados a conotações particulares na cidade), acabou adotando ela própria esse conceito ao escrever sobre os “bairros suburbanos” ainda na mesma época. De fato, só com a dissertação de Nelson da Nóbrega Fernandes, em 1995, iniciou-se um processo de desconstrução do “conceito carioca de subúrbio”. Em sua dissertação, “*O Rupto Ideológico da Categoria Subúrbio no Rio de Janeiro*” (no prelo), Fernandes nos mostra como a palavra “subúrbio” passou a ser usada fora de seu conceito habitual (áreas distantes do centro da cidade) nessa cidade para denominar uma área ocupada por população de baixa renda. Ou seja, “subúrbio” sofreu

um *rapto ideológico*, que teve por função desvalorizar para dominar as classes sociais cujas moradias estavam localizadas naqueles bairros.

O “conceito carioca de subúrbio” esteve atrelado a uma série de representações negativas associadas a essa área e seus moradores. Estes eram considerados “atrasados”, “de mau gosto”, em oposição às representações positivas associadas à zona Sul carioca, onde até hoje se concentram as camadas de renda superiores, tidas como “modernas” e de “bom gosto”. Tais fatos, nas palavras de Milton Santos, levaram o “subúrbio” carioca a se tornar uma “zona opaca” para os muitos que não conseguiam ver na sua história e geografia algo contrário aos conceitos já tão sedimentados e refletidos numa imagem hegemônica de “região carente, destituída de valor para nossa sociedade, cultura, história e geografia”.

É justamente aquela visão distorcida que “150 anos de subúrbio carioca” vem desconstruir. O livro apresenta oito capítulos de historiadores, geógrafos, sociólogos e um arquiteto, cujos trabalhos foram apresentados num colóquio homônimo realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas (Neurb) do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal Fluminense, em 2008. Esse colóquio teve como objetivo lançar um olhar crítico, inter e multidisciplinar sobre os “subúrbios” do Rio de Janeiro.

Um primeiro aspecto do livro a fornecer uma contribuição relevante é mostrar que a área em tela teve sua história e formação muito diferente da visão das variáveis trens-subúrbios-proletários, delineadora da imaginação e do pensamento corrente acerca do “subúrbio” carioca durante muitos anos. A urbanização dessa área também contou com a contribuição fundamental dos bondes, transporte rodoviário, indústria, consumo, seus habitantes e outros agentes públicos e privados. Além disso, o chamado “subúrbio carioca” foi palco de inovações e possui diversidades internas que foram demonstradas ao longo de vários capítulos. Trata-se de fatos que nunca haviam sido evidenciados antes.

O primeiro texto, “Quando os subúrbios eram arrabaldes”, do historiador Almir Chaiban El-Kareh, apresenta relatos de estrangeiros em visita ao Rio de Janeiro no século XIX, descrevendo como os subúrbios da cidade, incluindo bairros das futuras zonas Norte, Sul e suburbana (como Botafogo, Flamengo, Laranjeiras, Glória, Tijuca, São Cristóvão, Catumbi e Engenho Novo, por exemplo), eram procurados por uma população abastada que, desejando escapar do congestionamento e das epidemias do centro, procuravam tais localidades. Nesses arrabaldes (como eram chamados à época), onde se instalaram belíssimas chácaras, residências e hotéis, também chegaram itens de uma moderna infraestrutura, como o transporte por bondes e trens e a iluminação a gás, já em meados daquele século. Aos pobres, restava morar no centro em habitações coletivas ou cortiços.

O trabalho seguinte, do geógrafo Nelson da Nóbrega Fernandes e do historiador e doutor em geografia Alfredo César T. de Oliveira, é intitulado “Marechal Hermes e as (des)conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não vista”. O texto traz à luz uma série de novas informações e enfoques não apenas sobre a história do subúrbio e da habitação social no Brasil, mas também sobre a própria história de nosso país. Antes de tudo, evidencia que a política na Primeira República não era totalmente liberal. Nesse contexto, como exceção, teve início o governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) que, entre outras ações, começou a construir os primeiros conjun-

tos de habitação social do Brasil. Um desses conjuntos foi erguido às margens da ferrovia e deu origem ao bairro que levou seu nome. A vila Marechal Hermes, assim, era uma espécie de “vitrine” que permanecia sem ser vista. Estando à beira da estrada de ferro mais importante do país, via de ligação Rio-São Paulo, não havia sido reconhecida até então como precursora da habitação social no país. Esse reconhecimento de uma forma geral parece ter ocorrido na “Era Vargas”. O presidente Getúlio Vargas, de fato, deu continuidade ao projeto de Hermes da Fonseca, tanto na década de 1930 como nas décadas de 1940 e 1950 – nessa última fase através dos institutos de pensão. O texto também refuta a ideia de que a obra de Hermes seja comparável à inexpressiva intervenção do prefeito Pereira Passos, não apenas pelo porte como também pelas características intrínsecas.

A seguir, Márcio Piñon de Oliveira em seu texto “A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu” mostra como a localização rural de uma fábrica pioneira (ou seja, ligada ao primeiro “surto industrial” do país [1889]) e incorporada principalmente pelo capital bancário teve um papel decisivo na estruturação do espaço do bairro de Bangu, através das estratégias de acumulação capitalista de mesma empresa. É uma contribuição da geografia que mostra a dialética e as sinergias existentes entre a acumulação capitalista da empresa e seu espaço, ambos moldando a trajetória de um e de outro. A localização rural, dentro do então Distrito Federal, levou a companhia a desenvolver uma série de estratégias para garantir força de trabalho, como a construção da Vila Operária, e, com a posterior expansão da malha urbana para o entorno, tornou possível lançar mão da estratégia de alienação de suas propriedades e de urbanização. Esses dois momentos de configuração do espaço são chamados pelo autor de “fábrica-fazenda” e de “cidade-fábrica”.

O arquiteto Antonio José Pedral S. Lins nos mostrou outros aspectos da segregação social dos “subúrbios” (ou seja, da segregação intrabairro) no capítulo intitulado “Ferrovia e segregação espacial no subúrbio”. O autor demonstra como a estrada de ferro contribuiu para dois tipos de segregação no mesmo bairro, usando como exemplo o caso de Quintino Bocaiúva. O desenvolvimento do transporte ferroviário, com o aumento crescente de sua velocidade, levou ao gradeamento e posterior construção de um muro ao longo da linha. Essas barreiras de proteção impossibilitaram a visão do “outro lado” do bairro e levaram à desvalorização dos terrenos ao longo da via. Os terrenos localizados ao longo do muro deixaram de ter uso residencial e passaram a ter usos menos nobres, como a instalação de oficinas, serrarias e outros serviços. Os dois lados do bairro Quintino Bocaiúva também passaram a ter ocupação diferenciada, devido não apenas à separação física mas também à permissão legal para instalação de indústrias ao longo de uma das margens, com consequente desvalorização do local. Assim, os moradores de um lado deixaram de interagir com os vizinhos do outro lado e passaram a frequentar mais outros bairros. Há até quem identifique o outro lado como um bairro distinto. Esse capítulo desconstrói a imagem hegemônica de um “subúrbio” homogêneo e ocupado apenas por pobres.

O quinto capítulo, “A favela e o subúrbio: associações e dissociações na expansão suburbana da favela”, é de autoria da socióloga e doutora em geografia Maria Lais Pereira da Silva. Com longa trajetória de estudos sobre as favelas cariocas, a autora, neste trabalho, verifica a história da favela no “subúrbio” carioca e as representações a elas associadas.

Relativamente à história das favelas na área “suburbana”, Silva demonstra que esta se baseia em razões estruturais e, portanto, está intimamente relacionada à própria história de expansão da malha urbana para os bairros ali localizados, como de resto ocorreu (e ocorre) também nas demais áreas da cidade. Entretanto, os operários fabris são mais numerosos nas favelas do “subúrbio” carioca do que naquelas da zona Sul, onde predominam os operários da construção civil e os trabalhadores em serviços. Na faixa “suburbana” observa-se também uma grande diferença relativamente às favelas de outras localidades: em geral, não tiveram origem em invasões e sim em loteamentos ilegais, muito precários, em sítios de difícil ocupação e, em alguns casos, originadas pela própria ação do Estado. Sobre as representações das favelas, a autora levanta associações (atraso, pobreza, carência) e dissociações com as de “subúrbio”, refutando sua hipótese inicial de que a favela também tivesse conhecido *um raptó ideológico*, todavia concluindo que existiram apenas *sequestros-relâmpago*, uma vez que a favela já havia surgido como a “parte pecadora” da cidade.

O texto seguinte, da historiadora Laura Antunes Maciel, intitulado “Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado”, baseia-se numa diferente análise de material já explorado por outros autores: a imprensa local. Com um olhar diferenciado sobre esses verdadeiros documentos, a autora consegue desconstruir e desmistificar o subúrbio como área homogênea, carente, sem refinamento e sem cultura. Desviando o olhar das matérias reivindicativas de melhoramentos dos jornais de bairros “suburbanos”, que só faziam enfatizar a segregação e a subalternidade dessa área, Maciel revela através de anúncios primorosamente ilustrados um “subúrbio” diversificado, onde havia um comércio variado e fino oferecendo confeitarias e restaurantes como opções de lazer para sua população. Além disso, esses periódicos davam voz a diferentes segmentos de classes existentes nos “subúrbios” (os setores médios e os trabalhadores), bem como às associações (p. ex., o Centro Progressista Suburbano, a Associação Comercial de Madureira e a Academia de Letras Suburbana).

O penúltimo capítulo é de Rolf Ribeiro de Souza, sociólogo e doutor em antropologia. O texto versa sobre “As representações subalternas dos homens suburbanos”. Partindo do princípio de que as relações de gênero não são dadas e sim construídas, Souza descreve como foram estereotipadas e estigmatizadas as relações de gênero dos “suburbanos”, tanto homens como mulheres, detendo-se mais no gênero masculino. Através da literatura, cinema e teledramaturgia, o autor nos mostra a representação do homem suburbano como masculinidade subalterna, pois estava associada a classes sociais dominadas e não hegemônicas e se manifestava sob a forma de *machismo*. Rolf desconstrói também essa imagem.

Por fim, temos o trabalho de Luiz Cláudio Motta Lima, que além de geógrafo e cineasta, é fundador e diretor do Cineclubes Subúrbio em Transe. O título de seu texto é “Rio, zona Norte: um olhar sobre o subúrbio carioca”. Nele, o autor demonstra como aparece uma ambiguidade nas representações do “subúrbio” em *Rio, Zona Norte*, um filme de Nelson Pereira dos Santos. Na maior parte desse filme, o subúrbio é retratado enquanto favela e referido no título como zona Norte, área que na verdade é composta por bairros de classes médias, como Tijuca, Rio Comprido, Grajaú e Vila Izabel. Fora essas ambiguidades já criticadas na época, a análise do filme enfoca a estação Central do Brasil e as linhas de

trens com seu entorno, mostrando também a diversidade do subúrbio, ora retratado como favela, ora como bairro constituído de simpáticas casinhas, e que (devido a técnicas de enquadramento) sempre parece acolhedor para a personagem principal, ao contrário da zona Sul, onde a mesma viveu suas piores desilusões.

O livro organizado por Nelson Fernandes e Márcio Oliveira é um exemplo dos novos caminhos a trilhar para continuar no processo de desconstrução do “conceito carioca de subúrbio” e/ou do “rpto ideológico da categoria subúrbio”, eliminar os estereótipos decorrentes e dar aos moradores dessa parte da cidade o “direito ao passado” e a possibilidade de se verem como sujeitos da própria história, ao lado de outros agentes.

Elizabeth Dezouart Cardoso

## Resenhas de Eventos

### **VI Seminário Latino-Americano e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 26 a 30 de maio de 2010.**

Entre os dias 26 a 30 de maio de 2010, ocorreu em Coimbra, Portugal, o VI Seminário Latino-Americano e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, organizado pelo Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, do Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra. O seminário teve como temática central “A Sustentabilidade da ‘Gaia’: Ambiente, Ordenamento e Desenvolvimento”, que foi subdividida em cinco eixos: 1) Identidade Epistemológica e Desafios da Geografia Física no Início do Século XXI; 2) Expansão e Democratização das Novas Tecnologias em Geografia Física: Aplicações Emergentes; 3) Geodinâmicas: Entre os Processos Naturais e Socioambientais; 4) Riscos Naturais e a Sustentabilidade dos Territórios; e 5) Geografia Física e Cultura: Geopatrimônio e Geoturismo.

O evento foi dividido em conferências, apresentações de trabalhos orais e pôsteres, visitas técnicas de campo e homenagens a professores e pesquisadores que têm se destacado na carreira acadêmica. Os homenageados foram os professores José Mateo, da Universidade de La Habana (Cuba); José Queiroz Neto, da Universidade de São Paulo (Brasil); e Fernando Rebelo, da Universidade de Coimbra (Portugal). A visita de campo buscou abordar os principais temas discutidos ao longo do seminário, tendo como destino o Norte de Portugal. Entre as cidades visitadas estavam Braga e Porto, além do Parque de Peneda-Gerês, o único parque nacional do país, localizado na fronteira com a Espanha.

As conferências e trabalhos apresentados no eixo temático 1 foram os que melhor cumpriram um dos principais objetivos do seminário: debater o futuro da geografia física. Durante a mesa-redonda formada após as conferências desse eixo, ressaltou-se a relevância dos enfoques metodológicos da geografia física para o estabelecimento de modelos de gestão territorial direcionados a um desenvolvimento sustentável, sendo destacada uma mudança no foco dos trabalhos da área. Se nas décadas passadas a perspectiva de estudo estava vinculada ao passado e presente, com trabalhos relacionados ao diagnóstico e zoneamento, hoje predominam os estudos prognósticos, com o estabelecimento de cenários e modelos, visando o planejamento territorial. Discutiui-se ainda a aplicação da “Teoria de Gaia” e do trabalho de Damásio (1994), intitulado “Erro de Descartes” nas geociências.

O maior número de trabalhos foi apresentado no eixo temático 3, em que os conceitos de geoecologia e geossistema foram bastante discutidos pelos diversos autores. O amplo espaço conferido à geoecologia fez surgir um debate acerca da diferenciação desta em relação à biogeografia, uma vez que para alguns participantes ambas convergem em seus princípios básicos. Embora poucos trabalhos tenham sido apresentados no eixo 2, este mereceu destaque pelo grande aporte de propostas metodológicas para trabalhos voltados ao planejamento ambiental. A utilização crescente do geoprocessamento e do sensoriamento remoto como subsídios para os trabalhos de geografia física foi observada não só nesse eixo, como também no decorrer de todos os demais eixos temáticos do seminário.

Stella Peres Mendes

**XVIII Annual Colloquium of the IGU-Commission on the Sustainability of Rural Systems, organizado por Irit Amit, Bar-Ilan University, Ramat-Gan, Israel, 6 a 16 de julho de 2010.**

A Comissão Sobre Sistemas Rurais Sustentáveis da União Geográfica Internacional (UGI) realizou sua reunião anual de 2010 junto ao Congresso Regional da UGI, em Telaviv, Israel. A organizadora do evento, que contou com o suporte da Universidade Bar-Ilan em Ramat-Gan, foi a Prof. Dra. Irit Amit-Cohen. A reunião da comissão em formato de pré-congresso ocorreu no período de 6 a 12 de julho e estendeu-se em sessões do congresso principal da UGI, de 12 a 16 de julho. O fio condutor dos trabalhos foi a temática “Sustentabilidade em Transição e as Mudanças das Faces das Áreas Rurais: as Dimensões Ambiental, Social, Cultural e Econômica”. Como é de praxe dessa comissão, o evento foi dividido em duas partes: 1) apresentação de trabalhos trazendo contribuições sobre o espaço rural de diferentes países, e 2) visitas técnicas de campo para apresentar um pouco da dinâmica rural do país anfitrião que, no caso de Israel, enfocou a temática da paisagem cultural das áreas rurais imbricada de história, simbolismo e política.

Os trabalhos apresentados estavam distribuídos em sete sessões: 1) Paisagem Rural Cultural e Patrimônio Cultural; 2) Mobilidade Geográfica e Seus Impactos Sociais e Econômicos Sobre as Comunidades Rurais; 3) Multifuncionalidade e Dinamismo das Áreas Rurais; 4) Gestão da Paisagem Rural; 5) Políticas Agrícolas e Políticas Rurais no Desenvolvimento Sustentável; 6) Gestão dos Recursos Naturais em Áreas Rurais; e 7) O Impacto do Turismo no Espaço Rural. Essas sessões fizeram parte do pré-congresso e suas temáticas foram retomadas em outras duas sessões realizadas no Congresso Regional da UGI. As subtemáticas expressam a riqueza dos trabalhos, abrangendo uma diversidade de processos associados ao espaço rural, bem como papéis diferenciados da dinâmica rural, com todos os países afeitos aos processos de reestruturação socioespacial frente à globalização e internacionalização da economia agrícola e rural, e à urbanização de áreas rurais.

Tanto nos trabalhos como nas visitas de campo, ficam evidentes as novas funções do espaço rural e os dilemas no enfrentamento de processos de resistência, resiliência ou de adaptação dos atores e comunidades rurais aos novos contextos. Do ponto de vista aplicado, esses dilemas se traduzem em novas políticas e gestão da diversidade de processos rurais considerando a escala local, o lugar e a região. Do ponto de vista acadêmico, refletem novas matrizes e bases teóricas de investigação. Enfatizou-se o relato de pesquisas em escala local e, nesse sentido, sobressaíram os trabalhos sobre comunidades rurais fundamentados em teorias sociais, principalmente no capital social. Pesquisas oriundas de países em transição de regimes socialistas a capitalistas evidenciaram as contradições e disparidades socioeconômicas e espaciais em curso na nova economia. Uma situação semelhante ocorreu nos colóquios da comissão de anos anteriores, particularmente o realizado na Eslovênia, em 2009, que concentrou maior número de geógrafos agrários de países do Leste Europeu. Foi possível também estabelecer um paralelo entre a dinâmica rural de Israel e a de outros países mediterrâneos, ex-anfitriões das últimas reuniões da comissão, no que se refere à crescente importância do turismo em áreas rurais. Esse assunto foi evidenciado nos colóquios ocorridos em Marrocos, em 2007, e na Espanha,

em 2008. Neste último, destacou-se ainda as semelhanças quanto à intensa urbanização e conversão de áreas e ocupações rurais em áreas urbanas.

Um assunto que teve destaque no tocante às comunidades rurais israelitas referia-se ao impacto e desestruturação de comunidades judaicas de *moshavim* e *kibbutzim*, que vivenciaram processos impostos de deslocamento e reassentamento de populações para, no caso desse país, atender às questões políticas do conflito árabe-israelense. Paralelos de desestruturação social, perda de identidade e de coesão comunitária refletidos na vida pessoal e em comunidade dessas populações ocorrem semelhantemente em qualquer situação de deslocamento forçado de populações rurais expulsas de suas terras. Um exemplo comum é a construção de barragens, aeroportos, estradas, entre outras obras de infraestrutura de grande porte. No caso específico de Israel, a construção e desconstrução de assentamentos rurais está associada a estratégias político-militares e demonstra a importância que o espaço rural, sua população e uso da terra podem assumir em países e regiões de conflito armado e guerras. A questão de apropriação e ocupação de terras com uso rural associada a interesses geopolíticos de conquista e de manutenção de território é comum e conta com vários exemplos na história antiga e recente em diferentes partes do mundo.

Por outro lado, a ênfase histórica e cultural do colóquio expôs a força da ocupação rural em moldes coletivistas e comunais dos *moshavim* e dos *kibbutzim* na construção da união e da identidade do povo e do próprio Estado de Israel – realização de concepções marxistas admiradas por seguidores e idealistas socialistas das décadas de 1960 e 1970 em diversos países. Conhecer *in loco* e entender a constituição planejada dessas formas de ocupação rural de cunho dos mais socialistas, bem como o estilo de vida e todo o seu simbolismo foi, sem dúvida, uma rica e inédita experiência.

Retomando o foco da paisagem, nas visitas de campo, foi enriquecedor observar o encontro do presente com o passado em um mesmo tempo e lugar: camadas arqueológicas em meio à vida moderna, sítios e símbolos religiosos do passado em meio à religiosidade do presente, convívio e conflito em um *continuum*. Foi bastante significativo conhecer um espaço rural onde se entrelaçam de maneira das mais visíveis cultura, história, economia e política. Esse espaço foi desnudado aos participantes de modo a atender à proposta dos organizadores do evento, ao definirem o tema condutor dos trabalhos de pesquisa das sessões acadêmicas e da apresentação em campo de um pouco da dinâmica rural de Israel.

Ana Maria de Souza Mello Bicalho

### **IGU Regional Conference, Commission on the Cultural Approach in Geography, The IGU Israeli National Commission for Geography, Tel Aviv, Israel, 12 a 16 de julho de 2010.**

Nos dias 13 e 14 de julho de 2010, a Comissão de Abordagem Cultural em Geografia (Commission for Cultural Approach in Geography) organizou cinco sessões inseridas no Congresso Regional da União Geográfica Internacional (UGI), realizado em Tel Aviv, Israel, seguindo quatro eixos temáticos: 1) A Produção Turística da Cultura Mediterrânea; 2)

Perspectivas Geográficas Sobre o Ano do Melhor Entendimento Global Entre as Nações Unidas; 3) Perspectivas da Abordagem Cultural da Paisagem; e 4) A Guinada Cultural na Geografia Econômica e a Guinada Econômica na Geografia Cultural.

A sessão sobre interpretação cultural das atividades turísticas envolveu o estudo de casos apresentados por geógrafos de países localizados na região do Mediterrâneo e no Norte da Europa, que também foi o tema central da reunião anual da Comissão, realizada em julho do mesmo ano, na Suíça. Os eixos temáticos sobre cultura, paisagem e entendimento global foram coletâneas de trabalhos dispersos, sem integração significativa, que abordavam desde a alteração climática relacionada à mudança cultural até as perspectivas geográficas sobre religião e o “fim do mundo”.

As duas sessões intituladas “A Guinada Cultural na Geografia Econômica e a Guinada Econômica da Geografia Cultural” estavam mais integradas em torno da proposta de superar as diferenças teóricas entre as duas perspectivas geográficas, seguindo uma tendência já em curso na geografia econômica, de explorar dimensões culturais associadas a questões econômicas, tais como as práticas sociais no lugar do trabalho, as especificidades regionais na divisão global do trabalho e as desigualdades étnica e de gênero existentes dentro e entre países. As apresentações versaram questões de comunidade, migração, economia cultural e grupo religioso relacionadas ao desenvolvimento local em diversos países de quase todas as regiões do mundo.

Scott William Hoefle

### **Workshop Sobre Cartografia Social e Território na América Latina, organizado por Henri Acselrad, IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 21 a 23 de julho de 2010.**

O evento foi bastante rico. A palestra de abertura foi proferida por Charles R. Hale (University of Texas, Austin, Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies), que discorreu sobre lutas territoriais, apropriações neoliberais e a paixão pelo possível.

A mesa 1, com o tema “Cartografias e Tramas Territoriais” e coordenação de Henri Acselrad; a mesa 2, sobre “Mapeamento do Território e Organização da Sociedade” e coordenação de Maria Barroso Hoffmann; e a mesa 3, com o tema “Financiamento, Produção e Controle da Informação Social” e coordenação de Carlos Vainer, versaram mais sobre as diferentes concepções de mapas sociais e os problemas teórico-metodológico-técnicos enfrentados. A mesa 4, sobre “Técnica e Linguagens da Representação Social” e coordenação de Ana Maria Daou, discutiu a experiência de diferentes participantes na elaboração de seus respectivos mapas sociais.

Na ocasião, foi dito que a “cartografia social” resulta de uma ampla participação social. Ressaltou-se nesse encontro que há uma divergência entre a cartografia convencional, ou “cartografia do Estado”, e aquela dos grupos socialmente menos favorecidos. A primeira sempre foi considerada a cartografia a serviço do poder e serve para garantir ou legitimar conquistas – como diria I. Lacoste, é a cartografia que serve “antes de tudo para fazer as guerras”. Se esta é vista como instrumento do Estado, a outra é quase sempre fruto da luta engajada de grupos sociais.

Todavia, ambas – a “cartografia social” e a cartografia convencional ou geográfica – são diferentes e podem (quase sempre) até ser complementares. Elas podem e devem dialogar entre si. No entanto, a questão central, associada ao diálogo entre as cartografias convencional e social, é dar conta das articulações entre escalas ou da análise associada das variáveis globais e locais.

Maria Célia Nunes Coelho

**Seminário Regional Sobre Novas Fronteiras do Biodiesel na Amazônia: Limites e Desafios da Incorporação da Pequena Produção Agrícola, organizado por Júlia Adão Bernardes (UFRJ), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2010.**

Em agosto de 2010, foi realizado na cidade de Cuiabá, em Mato Grosso, o seminário regional “Novas Fronteiras do Biodiesel na Amazônia: Limites e Desafios da Incorporação da Pequena Produção Agrícola”. O evento coordenado pela Profª. Dra. Júlia Adão Bernardes foi o resultado dos 3 anos de pesquisa do projeto homônimo aprovado pelo CNPq (Edital MCT/CNPq/CTA Agro/CTBio, nº 39/2007 – Tecnologias de Vanguarda para a Produção de Etanol e Biodiesel).

O seminário teve como objetivo aprofundar o debate sobre as formas de incorporação da pequena produção agrícola à produção do biodiesel. Nessa ocasião, foram discutidos temas envolvendo a questão energética no Brasil e no mundo, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e o selo social. A pesquisa priorizou a escala regional, enfocando o estado de Mato Grosso inserido na escala nacional, onde operam as instituições decisivas que promovem as transformações econômicas, políticas e sociais. A escala da região Nordeste, contudo, também foi contemplada.

A mesa de abertura contou com a presença de autoridades, entre as quais a coordenadora do projeto, a reitora da UFMT, pró-reitores da universidade e representantes do Poder Público. Em seguida, o geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira, da Universidade de São Paulo (USP), proferiu a conferência “Técnica e Modernização do Território”. Em sua palestra, Ariovaldo discorreu sobre o mito da viabilidade econômica, analisando o processo de concentração nas redes agroindustriais e associando a expansão da produção de bioenergia aos interesses das empresas transnacionais.

O seminário foi estruturado em quatro mesas redondas, que contaram com a participação de diferentes sujeitos sociais e envolveram representantes de instituições públicas gestoras do PNPB, representantes dos agricultores familiares, pesquisadores universitários e profissionais do terceiro setor, contemplando os seguintes eixos temáticos:

- Cenário atual da produção do biodiesel, seus impactos, impasses e alternativas.
- Desafios na inserção da pequena produção agrícola na produção de biocombustíveis.
- Biodiesel: dilemas técnicos, políticos, sociais e ambientais.
- As diferentes realidades regionais do selo social.

No trabalho apresentado pela geógrafa Gisela A. Pires do Rio discutiu as várias *fronteiras e escalas* da política energética a partir do PNPB, destacando o papel desse programa na transição energética, os riscos de determinada opção e a incorporação da agricultura familiar à cadeia de biocombustíveis. A originalidade desse trabalho reside na identificação das contradições existente na construção da transição energética em múltiplas escalas.

Tratando do tema políticas públicas, Júlia Adão Bernardes analisou como as políticas que envolvem o selo social combustível, concretizadas em distintos contextos nacionais e sustentadas por determinados arranjos político-econômicos, vêm contribuindo para a inclusão social da agricultura familiar, procurando interpretar a realidade social via território.

Entre as demais contribuições apresentadas nos referidos eixos temáticos, destacam-se os seguintes aspectos concernentes à expansão da produção do biodiesel: incremento de importantes processos de reestruturação produtiva nos últimos anos na agropecuária brasileira; novas formas de territorialização do capital no campo; fortalecimento das redes agroindustriais, com perda de soberania de várias ordens; nova divisão territorial do trabalho no setor.

A conferência de encerramento, intitulada “Novas formas/novos sistemas: a geografia do presente”, ficou sob responsabilidade da pesquisadora Denise Elias (UECE). Além de sintetizar palestras e sua contribuição para o desenvolvimento da pesquisa e da temática ambiental e social, o encontro levantou as seguintes questões norteadoras da agenda da pesquisa, a partir do seminário:

- Seria o PNPB um caminho para a soberania energética brasileira, ou se trata de mais uma face do capital, mais um produto ideológico, mais um mito como tantos outros já criados?
- Considerando os processos sob gestão dos principais conglomerados associados às redes agroindustriais, é condizente pensarmos que será possível a expansão do biodiesel com a inserção não excludente dos agricultores familiares?
- Qual o alcance das políticas de produção do biodiesel, sem a mudança das formas de produção e consumo nas quais está centrada a sociedade atual?

Finalmente, nesse seminário, que teve a análise da crítica à técnica como eixo orientador, foi destacada a singularidade da fronteira tecnológica do biodiesel em Mato Grosso. Esta envolve lógicas e interesses fortemente divergentes, promovendo o surgimento de tensões e demandando nova ordem territorial. A importância do trabalho de campo foi ressaltada na medida em que possibilitou a atualização do pensamento crítico sobre o PNPB.

Em suma, o seminário atingiu seu principal objetivo ao favorecer o estabelecimento do diálogo entre saberes, ao vislumbrar novos caminhos para a análise da incorporação da agricultura familiar ao PNPB e refletir sobre as formas de uso do território.

Júlia Adão Bernardes  
Marcos Vinícius Velozo da Costa

### **III Encontro Latino-Americano de Ciências Sociais e Barragens, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil, 30 de novembro a 3 de dezembro de 2010.**

O III Encontro Latino-Americano de Ciências Sociais e Barragens foi realizado entre 30 de novembro e 3 de dezembro de 2010. A Universidade Federal do Pará e o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, em Belém, acolheram os participantes no recém-inaugurado Centro de Convenções Benedito Nunes. Este, por sua vez, nos faz imaginar como seria bom se, em *campi* alhures, pudéssemos dispor de estrutura similar: conforto ambiental, discricção de cores neutras e repousantes, iluminação bem distribuída e cadeiras confortáveis que auxiliavam a manter a atenção durante as longas sessões. O telão de projeções mereceu ponto negativo, pois descia à frente da mesa dos palestrantes e os obrigava a descer até a plateia para, em seguida, retornarem aos seus lugares. O evento foi bem organizado. A equipe de apoio comandada por Edna Castro merece destaque: simpática, prestativa e eficiente. Completa esse quadro o Café Arthur, no próprio Centro de Convenções, situado à esquerda da porta principal, digno ponto de encontro para assuntos mundanos, atualizações diversas e esboços de projetos futuros (não necessariamente nessa ordem!)

A terceira edição desse encontro, que reúne pesquisadores, representantes de movimentos sociais e profissionais de diferentes formações interessados na temática, propôs uma reflexão sobre o conjunto de mudanças que nos é imposto pela decisão de construir de barragens, seja de uma grande usina hidroelétrica, seja de uma pequena central hidroelétrica, açude etc. Numerosos palestrantes, pesquisadores, caciques, representantes do ministério público e de movimentos sociais (Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB]), mestrandos e doutorandos com as mais variadas formações (jornalismo, antropologia, sociologia, geografia, economia e, em menor número, ciências ambientais) de praticamente todos os estados do Brasil estiveram presentes. Sendo uma proposta de abrangência latino-americana, a presença de representantes de países sul-americanos foi mais expressiva em relação à participação de pesquisadores oriundos de países da América Central e de mexicanos.

O organograma do evento contou com sete mesas redondas, além da mesa de abertura. Concentradas no período da manhã e sem simultaneidade, as mesas da segunda parte ficaram um pouco atropeladas. Estenderam-se muito além do horário previsto, repercutindo no início das sessões temáticas. Estas, por sua vez, foram agrupadas em nove sessões, cuja simultaneidade (além de minha condição de coordenadora de uma das sessões, e apresentadora de outra) impossibilitou qualquer avaliação de minha parte das sete sessões em que estive ausente. Detenho-me, por essa razão, aos temas apresentados nas mesas redondas. E digo que esses temas foram apenas apresentados, pois os participantes das mesas não manifestaram polarizações nem divergências significativas em torno de posições teóricas e práticas. Havia mais complementaridade do que antagonismos.

Em seu conjunto, as mesas refletiram preocupações de movimentos sociais, indígenas, cientistas sociais e procuradores vinculados ao Ministério Público sobre os impactos não apenas da construção efetiva de uma UHE, como também da decisão anunciada pelos governos referente à intenção de realizar essa obra. Nesse registro, o complexo do

rio Madeira e principalmente as UHEs Belo Monte e Tucuruí pautaram as apresentações. A participação do cacique Raoni Kayapo-Metuktire e Megaron Kayapo-Metuktire (além de outros representantes de povos indígenas também presentes) indicou a pressão e urgência do debate com os sujeitos locais no processo de tomada de decisão (mesa 5). Ao dar voz a vários representantes indígenas e ao MAB, o encontro afirmou a importância de contar com relatos vivos e denúncias de vítimas diretamente envolvidas, em contraposição aos veículos de comunicação factuais, acrílicos e tendenciosos nos quais pouco espaço lhes é dado.

Os relatos não esgotam toda complexidade da questão sobre a construção de barragens para diferentes fins. É lamentável que a noção de vítimas permaneça associada exclusivamente à população removida do local. Desterritorialização e reterritorialização, embora mencionadas, não mereceram uma reflexão aprofundada.

O papel do Ministério Público Federal, na elucidativa e eloquente apresentação do promotor Felício Ponte Junior, se baseia na importância de fazer avançar o direito ambiental associado aos direitos humanos. Conquistas importantes estão sendo alcançadas nesse campo. Tanto a apresentação por Carlos Vainer do Relatório da Comissão Especial ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (mesa “Direitos Humanos e Barragens: Remoções Forçadas, Reassentamentos e Direito à Moradia”) como aquela feita por Marijane Vieira Lisboa na mesa “As Barragens de Belo Monte: Processo Decisório, Licenciamento e Conflitos”, sobre a plataforma DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), forneceram indicações de conquistas na aplicação efetiva do direito ambiental.

Mas a formação substantiva dos cientistas sociais é questão fundamental no comprometimento do pesquisador e em sua capacidade de ver a realidade e dar voz aos sujeitos. Na mesa intitulada “Ciência, Cientistas e Democracia”, Henri Acselrad abordou as formas do pensar associadas aos interesses hegemônicos e a necessária reflexão contra-hegemônica, bem como a busca de alternativas politizadoras de noções e conceitos cada vez mais naturalizados.

A proposta de exercício de prospectiva ficou a cargo de Phillip Fearside e Francisco Del Moral na mesa “Hidroelétricas e Mudanças Climáticas: Perspectivas Para o Século XXI”. Em registro similar, questionaram aceções recorrentes, como a reduzida contribuição das barragens para o efeito estufa, as fragilidades na argumentação sobre a complementaridade da capacidade de geração de hidroeletricidade nas bacias brasileiras, as incertezas quanto às ações de descomissionamento de barragens, entre outros. A ausência de um representante do setor elétrico evitou polarizações exacerbadas, contudo produziu efeito negativo nos aspectos relacionados à ideia do debate.

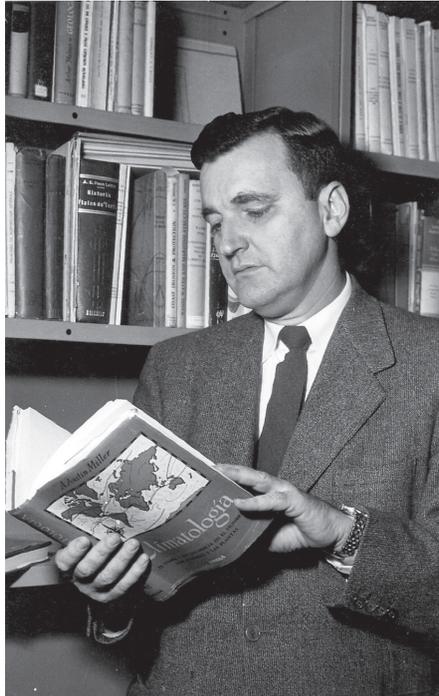
A mesa “Planejamento Territorial e Planejamento Setorial” concentrou-se na oposição e contradição entre essas duas modalidades de planejamento. Chamou atenção a reflexão de Carlos Brandão sobre a necessária construção de utopismos frente à lógica mercantil, de “financieirização” e “comoditização”, que domina o país. A ideia de que o país tornou-se uma plataforma a ser apropriada necessita encontrar forças e movimentos que limitem tal predação. Essa última se manifestou tanto no processo de implantação de Tucuruí como na atual construção do complexo do rio Madeira.

O balanço é positivo quanto à intenção de consolidar uma rede de pesquisa em torno da temática. No entanto, foi lamentável que numerosas exposições tenham mantido o foco central em estudos de caso, como se houvesse uma dissociação entre as decisões de construção de Tucuruí, complexo Madeira e Belo Monte. Resta torcer para que o próximo encontro explicita as contradições das diferentes sociedades e dos movimentos sociais em relação às barragens.

Gisela A. Pires do Rio



## Hilgard O'Reilly Sternberg (Rio de Janeiro, 1917- Fremont, 2011)



Arquivo: Maria do Carmo Corrêa Galvão, UFRJ.  
Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg na Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Hilgard Sternberg se tornou Professor Catedrático de Geografia do Brasil da Universidade do Brasil com menos de 40 anos, com a tese “A água e o homem na várzea do Careiro” (1956), marco fundamental de suas pesquisas sobre a geografia e ecologia humana da Amazônia, e que inaugurou a tradição de estudos amazônicos no atual Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na segunda metade da década de 1960 foi convidado a ser professor da Universidade da Califórnia em Berkeley (EUA). Formou vários pesquisadores, principalmente em temas referentes à Amazônia Brasileira, tendo sido agraciado posteriormente com o título de Professor Emérito pela mesma universidade.

Durante sua longa e produtiva vida acumulou diversos títulos e honrarias: Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Toulouse (França); Professor Emérito da UFRJ; membro da Academia Brasileira de Ciências, do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro e de várias associações científicas estrangeiras -francesa, alemã e inglesa, além de ter sido agraciado pelo governo brasileiro com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico.

Sem dúvida foi uma figura polêmica, o que, aliás, era muito do seu agrado. Embora intransigente defensor da reforma agrária no Brasil, desde o início de sua carreira foi

considerado como um intelectual conservador da “direita” católica entre muitos de seus colegas e alunos na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Apesar de ser declaradamente anticomunista, o professor exigia de seus alunos a leitura das obras de Caio Prado Jr., assim como de destacados geógrafos franceses considerados de esquerda, entre outros, Pierre George e Michel Rochefort. Numa época de intensos debates ideológicos gostava de provocar alunos e colegas que discordavam de suas ideias políticas, convencido, é claro de que a razão estava do seu lado!

Quem teve contato com o Departamento de Geografia da antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil, atual UFRJ, nas décadas de 1950 e 1960, certamente tem lembranças marcantes de Hilgard Sternberg. Dava vida ao Curso de Geografia. Sua habilidade em rapidamente desenhar perfis e “blocos-diagrama” no quadro negro, apresentando, por exemplo, a evolução do relevo do Nordeste brasileiro permanece na memória de muitos de seus ex-alunos. Com esse tipo de recurso estimulava a imaginação geográfica e compensava a pobreza de material didático disponível na faculdade. Outra iniciativa de grande ajuda para os alunos era a produção de pequenas apostilas sobre diversos temas da geografia brasileira, que ficaram conhecidas pelas duas primeiras palavras do texto, assim como as bulas papais... Trabalhos despretensiosos como esses ajudavam a preencher o vácuo de artigos e livros atualizados sobre a geografia do Brasil.

Era um pesquisador que se alimentava de desafios. Foi pioneiro na criação de um laboratório de pesquisas geográficas, numa época em que a pesquisa se concentrava no Conselho Nacional de Geografia (atual IBGE). Reivindicou um espaço para um centro de estudos, que acabou sendo instalado no último andar do prédio da Av. Pres. Antônio Carlos. Conseguiu o que queria à custa de muita determinação e, também, de criatividade: as negociações envolveram até a troca de mapotecas por espaço no terraço do prédio que pertence atualmente ao Consulado da Itália. Foi buscar o apoio da Fundação Rockefeller para montar a excelente biblioteca no 9º andar da FNFi e para comprar uma camionete que permitisse aos professores e pesquisadores realizarem os trabalhos de campo. Foi recompensado por seus esforços com a criação do Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil - CPGB.

Eleito Secretário Executivo da União Geográfica Internacional (UGI) organizou em agosto de 1956, com grande sucesso, o Congresso Internacional de Geografia. Pela primeira vez, a UGI se reuniu em um país fora do eixo Europa- América do Norte, um “país tropical”, como disseram os visitantes estrangeiros. Sempre preocupado com a formação dos geógrafos e docentes brasileiros, organizou, após o evento, o Curso de Altos Estudos Geográficos, com renomados geógrafos estrangeiros que haviam participado do Congresso.

Articulava a vinda de professores estrangeiros para fazer pesquisas de campo pelas estradas poeirentas do interior do Brasil. Entre eles podem ser mencionados Jean Roche (França) e Gottfried Pfeiffer (Alemanha), que tinham em comum o interesse pela colonização europeia no país e pela expansão de frentes e zonas pioneiras - o primeiro no Espírito Santo, e o segundo no vale do Itajaí, em Santa Catarina. Os alunos que participaram desses trabalhos de campo guardam ótimas lembranças da convivência com esses professores e com o professor Hilgard. Podiam observar a técnica deste último ao conversar

com indivíduos de todos os estratos sociais, lidar com imprevistos e estimular os participantes mais jovens a fazer suas observações.

Sua trajetória científica foi profundamente marcada pela escola alemã de geografia e de seus seguidores nos Estados Unidos, principalmente da geografia da paisagem (Otto Schluter) e da geografia cultural (Carl Sauer, também professor da Universidade de Berkeley), este último, discípulo do grande antropólogo e geógrafo humanista Franz Boas. A importância que conferia ao trabalho de campo marcou várias gerações sucessivas de professores do Departamento de Geografia da UFRJ. Mas não se perdeu em um empirismo estéril. Ao contrário, seus trabalhos mostram, desde o início, uma consistente preocupação com o uso sustentável dos recursos naturais e a busca por harmonia entre as condições físicas e a ação humana que altera as feições do planeta. Desconfiava da ideologia “desenvolvimentista”, porém usava quando podia os avanços tecnológicos na medição de aspectos ambientais. Um exemplo foi o projeto que coordenou em 1963, envolvendo a Universidade do Brasil, a Marinha Brasileira e o U.S. Geological Survey, para medir pela primeira vez o fluxo de água e sedimentos do rio Amazonas.

Pesquisador exigente, possuidor de inesgotável curiosidade, Hilgard buscava respostas para as indagações desde as mais complexas até as mais simples, que surgiam no decorrer da pesquisa. Deixou inúmeros trabalhos que tratam em especial da Amazônia, das secas do Nordeste, do vale do Paraíba, sempre integrando os aspectos físicos e humanos.

Entre seus trabalhos publicados destacam-se: *Enchentes e movimentos coletivos do solo no vale do Paraíba em dezembro de 1948: influência da exploração destrutiva das terras* (Rev. Bras. de Geografia, ano 11, n. 2, p. 223-261, jan./mar. 1949); *A água e o homem na várzea do Careiro* (Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998[1956]); *Land and Man in the Tropics* (In *Proceedings of the Academy of Political Science XXVIII* (4), p.11-22, 1964); *Tentativas Expansionistas Belgas no Brasil: o Caso Descalvados* (In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras. V. 2, pp. 655-667, 1988); *Transformações ambientais e culturais na Amazônia: algumas repercussões sobre os recursos alimentares da região* (In *Primeiro Simpósio do Trópico Úmido*, Brasília. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Anais, 6:43-61, 1990); *Waters and wetlands of the Brazilian Amazon: an uncertain future* (In Nishizawa, T. and Uitto, J. I. eds. *The Fragile Tropics of Latin America*, Tokyo, United Nations University, pp. 113-179, 1995); *Proposals for a South American Waterway* (In Mörner, M. and Rosendahl, M. eds. *Threatened Peoples and Environments in the Americas*, Stockholm, Institute of Latin American Studies, University of Stockholm, pp. 99-125, 1995).

Um pouco da vida pessoal de Hilgard transparecia através de contatos que tinham os alunos e colaboradores com alguns de seus familiares: a mulher Carolina, geógrafa vibrante e comunicativa; o filho adolescente, que às vezes acompanhava o pai em trabalho de campo nas proximidades do Rio; a “pequena Cristina” que aparecia nos relatos feitos sobre suas travessuras. Esse sentimento de família se estendia aos amigos e discípulos. Mesmo distante, Hilgard manteve os laços de amizade com antigos colaboradores. Era uma figura cativante.

Pequenas coisas vêm à memória quando se procura lembrar um mestre importante nos caminhos da vida profissional de muitos de seus alunos. Podem-se finalizar essas

reminiscências falando de como se encerravam as atividades diárias de uma excursão didática... Depois de um dia em que a obrigação era ir observando e registrando tudo ao longo do caminho, quando escurecia era hora de relaxar, e o senhor professor era capaz de se sair com uma cantoria em alemão (Tannenbaum, por exemplo) ou coisa similar!

Maria Helena Lacorte  
Mariana Miranda  
Maristella Brito  
Lia Osorio Machado



Arquivo particular: Maristella Brito.

Trabalho de campo em Itajaí, Santa Catarina. Da esquerda para a direita: Lia Machado, Maristella Brito, Maria do Carmo Menezes (alunas da Universidade do Brasil/UFRJ), Prof. Hilgard Sternberg e Prof. Gottfried Pfeiffer (Universidade de Heidelberg). Foto tirada pelo Prof. Gerhard Kohlhepp (Universidade de Heidelberg), 1962.



